

MESTRADO
ARQUEOLOGIA

Fontes e Chafarizes. O abastecimento de água nos espaços públicos na Baixa Idade Média portuguesa

Gisele Freitas Estrela

M

2017



Gisele Freitas Estrela

**Fontes e Chafarizes. O abastecimento de água nos espaços
públicos na Baixa Idade Média portuguesa**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Arqueologia, orientada pelo Professor
Doutor Mário Jorge Barroca

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2017

Fontes e Chafarizes. O abastecimento de água nos espaços públicos na Baixa Idade Média portuguesa

Gisele Freitas Estrela

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Arqueologia, orientada pelo Professor
Doutor Mário Jorge Barroca

Membros do Júri

Professor Doutor Mário Jorge Barroca
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Maria Teresa Cordeiro de Moura Soeiro
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Andreia Catarina Magalhães Arezes
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 17 valores

A Lucretia.

Sumário

Agradecimentos	11
Resumo	12
Abstract.....	13
Introdução	14
Capítulo 1. – Das maneiras de se obter água e Das suas serventias	19
1.2. Dos Cuidados com a Limpeza das Fontes	31
Capítulo 2. – Das Zonas Envolventes.....	38
2.1. No Limiar da Modernidade: As Fontes e Chafarizes no traçado urbano.....	40
Capítulo 3. – Da Administração	47
3.1. Das questões financeiras	53
3.2. Dos Problemas, Queixas e Querelas	56
Capítulo 4. – Do Género, Do Imaginário e Dos Espaços de Sociabilidade	63
4.1 – Género Feminino. Pluralidade de Contextos.	63
4.2 – O Imaginário. A Fonte como pretexto.	66
4.3 – O Livro das Fortalezas de Duarte D’Armas	71
Capítulo 5. – Das Tipologias	73
5.1 – Mergulho (ou Chafurdo).....	75
5.2 – Espaldar	76
5.3 – Monumentais	78
Considerações finais	80
Referências bibliográficas	82
1. Fontes Impressas.....	82
2. Estudos Gerais	84
Anexos.....	101
Anexo 1. – Documentos Gerais Sobre Fontes, Chafarizes e uso da Água.....	101
Anexo 2. – Fichas de Sítio.....	147
2.1. A Norte do Douro	147
2.1.1. Poço da Fonte da Vila	147
2.1.2. Fonte do Castelo de Vinhais	154
2.1.3. Fonte do Jorge.....	156

2.1.4.	Fonte do Largo da Fonte	161
2.1.5.	Fonte de Mijavelhas	168
2.2.	Entre Douro-e-Tejo	172
2.2.1.	Chafariz da Calçada	172
2.2.2.	Fonte da Corredoura	178
2.2.3.	Fonte da Vila de Aguiar da Beira.....	183
2.2.4.	Chafariz da Amoreira.....	192
2.2.5.	Fonte de Linhares da Beira	197
2.2.6.	Chafariz d’El Rei (Castelo Mendo)	204
2.2.7.	Fonte da Vila de Ourém	207
2.2.8.	Fonte das Figueiras	216
2.2.9.	Fonte de S. Leonardo	225
2.2.10.	Fonte de N. Sra. da Conceição.....	231
2.2.11.	Chafariz dos Canos	238
2.2.12.	Fonte do Cabo	246
2.2.13.	Chafariz do Largo do Andaluz.....	252
2.2.14.	Chafariz de Dentro	260
2.2.15.	Chafariz d’El Rei (Lisboa).....	262
2.3.	A Sul do Tejo	264
2.3.1.	Chafariz da Barreira	264
2.3.2.	Chafariz de Santo Estêvão	270
2.3.3.	Chafariz das Bravas	277
2.3.4.	Chafariz d’El Rei (Évora)	283
2.3.5.	Chafariz dos Leões.....	289
2.3.6.	Fonte do Telheiro	294
2.3.7.	Chafariz do Rossio das Hortas	302
2.3.8.	Fonte Branca do Crato	309
Anexo 3. –	O Livro das Fortalezas de Duarte D’Armas: Fontes e Poços.	318
3.1.	Fontes Monumentais	318
3.2.	Fontes	327
3.3.	Poços	333
3.4.	Foral de Évora.....	336

Agradecimentos

Tenho que deixar registrado – e mesmo assim será pouco – meu muito obrigada a algumas pessoas. A Deus e a meus pais, sem Ele e sem eles nada disso poderia ter se tornado realidade: nunca poderei agradecer o suficiente tudo que fizeram por mim. Tais e Anita por suportarem meus ataques.

A minha família portuguesa, Nelson, Cláudia, Jorge, Lúcia; todos os Oliveiras, especiais e queridos em me acolher, dar suporte e carinho. Lúcia, o que seria de mim sem as tuas dicas no português. Meu amigo Lenyn, todos os dias ali comigo, me ajudando, me fazendo companhia desde o seu Piauí.

Aos queridos do PBB Arqueologia, Fábio, Catarina e Jéssica, que aturaram a brasileira todos estes anos, sem vocês teria sido tudo mais difícil. Sofia Açoriana, minha companheira fiel do Bom Sucesso e do -3. Leo, meu companheiro de medieval, de seminários e viagens épicas; tenha a certeza que ainda iremos anualmente a Linhares! A doutora Iva Botelho, pela ajuda e incentivo em perseguir os meus objetivos.

Meus amigos de Minas Gerais, que mesmo longe contavam os dias para me ver, sempre me apoiando em todas as temporadas: Luiz, Hector, Victor e Leley. Obrigada AP, por ter me acompanhado nessa reta final – e nesse recomeço – por todo apoio que me deste, enfeitando não somente os meus domingos.

Quero agradecer em especial a alguém que tanto admiro profissionalmente, que tive a honra de poder contar e de ter como meu orientador, doutor Mário Jorge Barroca. Se me esqueci de alguém, bom... não foi por mal. Meus melhores cumprimentos Portugal!

Resumo

O abastecimento de água pública na Baixa Idade Média engloba sucessivos empreendimentos que ultrapassam a mera estrutura física das fontes ou chafarizes. Este processo acompanhou um período de profundas mudanças políticas, sociais e culturais. As serventias de água estavam indissociavelmente ligadas a ambientes sociais específicos e abarcavam, num sentido mais amplo, recursos naturais, estruturas organizacionais, leis, conhecimento técnico e seus usuários; requerem conhecimentos e contributos da arquitetura, da arte, do urbanismo e do imaginário; resultado do esforço dos "cidadãos comuns" e do "real", que refletem a afirmação e o progresso de um tempo.

Palavras-chave: Fontes, Chafarizes, Água, Hidráulica, Abastecimento.

Abstract

The public water supply in the Late Middle Ages includes a series of events which overtake the simple physical structure of fountains and spring fountains. This process goes along with a time of deep political, social and cultural changes. The uses of water, integrated in medieval society and cultural activities, were indissolubly related to specific social environments and cover, in a wider sense, natural resources, organisational structures, laws, technical knowledge, and their users; require skills and contributions from architecture, art, urbanism and imagery; result from the effort of the “common citizens” and the “royalty”, which reflect an affirmation progress of an time.

Keywords: Fountains, Spring Fountains, Water, Hydraulics, Water Supply.

Introdução

O trabalho do arqueólogo é compreender a estrutura no intuito de resgatar a sua memória: a nossa memória. Neste sentido, realizamos uma inventariação de fontes e chafarizes medievais existentes em território português a fim de identificar e catalogar os mesmos em fichas de sítio. Deparamo-nos com alguns problemas durante a elaboração deste estudo. O primeiro diz respeito a escassez bibliográfica específica ao tema, o que levou-nos a uma pesquisa periférica ao tema.

Contamos com dois importantes estudos do professor Doutor Mário Jorge Barroca: *História da Arte em Portugal: O Gótico* (2002), obra em conjunto com Dr. Carlos Alberto Ferreira de Almeida e no artigo *A construção de fontes na epigrafia medieval Portuguesa, séc. XIV e XV*, retirado do livro *Olhares sobre a História: Estudos oferecidos a Iria Gonçalves* (2009). Estes textos suscitam a relevância das fontes em locais de importância para a municipalidade; as coloca como símbolos do poder municipal juntamente com outros elementos a exemplo dos pelourinhos, cadeias, câmaras, etc. É deste texto que retiramos algumas de nossas principais fontes monumentais. Outros autores portugueses foram fundamentais para percepção do uso da água e da questão do urbanismo medieval, tais como Luísa Trindade na dissertação *A água nas cidades portuguesas entre os séculos XIV e XVI: a mudança de paradigma* (2014). O *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (Séculos XII-XV)* de A.H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade também fora de suma importância pois indica nas cidades e vilas abordadas a localização e as fontes e chafarizes de cada localidade.

A carência de estudos gerais fez com que nos apoiássemos em documentos encontrados durante uma extensa pesquisa de nossa investigação, originada nos principais textos da Idade Média: as Inquirições, Ordenações (de D. Duarte, Afonsinas e Manuelinas), Chancelarias, Vereações e de livros de Posturas. A junção destes dados levou-nos a um segundo ponto desta problemática, pois algumas estruturas já não

existiam, restando somente documentos a respeito das mesmas. Outras se encontravam no mesmo local – certamente aproveitavam-se do manancial ou da nascente de água.

Assim, escolhemos as fontes presentes nesta dissertação de acordo com algumas premissas. Incluímos algumas estruturas totalmente reconstruídas mas, que sabemos através de fontes escritas e iconográficas que se situam em seus locais primitivos. Totalizamos vinte e oito estruturas distribuídas numa divisão interflúvios: *A norte de Douro*, *Entre Douro-e-Tejo* e *A sul do Tejo*. Estas por sua vez integram três grupos tipológicos, propostos pelo professor Mário Barroca: de mergulho (chafurdo), espaldar (o aparato) e monumental. Faz-se imprescindível relatar ao leitor uma questão: excluímos desta dissertação as fontes de mergulho por ser inviável fazer o registro das inúmeras estruturas que se encontram pelo país. Entretanto, possuímos sim, algumas fontes desta tipologia, mas que possuem elementos relevantes a este estudo, que as tornam importantes à localidade que se encontram.

Após a queda do Império Romano “*enquanto entidade político-administrativa*” observa-se na Península Ibérica uma espécie de retrocesso em vários setores e nomeadamente no que toca ao bem estar público. Os Romanos dispunham de um sistema qualificado de construção e manutenção de obras hidráulicas e abastecimento de água para a população. Eram conscientes da importância desta e foram os primeiros a aplicar às fontes o conceito de bem comum, podendo dela todos fazerem uso (SEGURA GRAIÑO C. 2006, p.11).

Entre meados do século IV e também durante os reinos suevo e visigodo, o território português assiste ao desinvestimento deste tipo de estruturas. Contudo, recursos hídricos tornariam-se a única opção para abastecimento, fator decisivo à reestruturação das vilas e cidades medievais. O sentido público do serviço de águas caíria em desuso – nos reinos cristãos – até a níveis impensáveis no período romano, processo que afetou a construção de novas fontes (e outras obras), drasticamente reduzidas (TRINDADE L. 2014, p. 368).

Muitos autores afirmam que as fontes e outras estruturas de distribuição de água estavam longe de serem eficazes ou de significar qualquer coisa relacionada a progresso durante a Idade Média - e quiçá ainda na Moderna - sendo impossível por vezes não traçar

um paralelo entre a higiene (ou a falta dela) com a má conservação dos canos e a má qualidade da água (ANGÉL ESPARZA et al. 2006 , p.21).

A propriedade das fontes e chafarizes era, durante nosso período de estudo, uma "potestade" régia, ainda que os Concelhos é que gerissem toda a parte legal referente a elas – obviamente por concessão real. Nas terras senhoriais o cenário difere: a aristocracia e os clérigos é que ficavam incumbidos dos direitos sobre as fontes e águas de seus territórios (ANGÉL ESPARZA et al. 2006, p.21). Questões relacionadas com o abastecimento de água e a construção de fontes, cisternas e chafarizes, tal como as questões relacionadas com a construção de vias, eram de domínio “privado”, isto é, a Coroa não assumia o papel de coordenação; estavam sujeitas a doações testamentárias e outras obras pias; com o século XIV, assiste-se a uma mudança estrutural: a coroa chama a si e aos corregedores, a obrigação de assegurarem a construção e manutenção de obras de bem-estar público, as quais se incluem no nosso objeto de estudo. Este facto pode elucidar, talvez, questionamentos sobre a proliferação destas estruturas a partir desta sobredita centúria no território português e também na documentação escrita. Assim, percebe-se a presença em quase todas as fontes de armas régias; não porque sejam obras pagas pela coroa, mas, por ser de domínio público – monumentos civis (MARQUES A.H.O. 1997b, p.177) – e, portanto, do chamado “direito real”.

Cristina Segura Graiño (2006) coloca o uso da água em dois momentos. Em princípio, qualquer pessoa teria direito a água para uso próprio e para necessidades preciosas do dia-a-dia como beber, na higiene doméstica e regadios dos campos. Num segundo momento, a água se transforma no que a autora chama de mais valia, ou seja, tem um valor a ela atribuído que não é por seu conteúdo essencial mas para gerar lucro a privados. Temos de ter cuidado em falar sobre este “preço”, tendo sempre em atenção que a água em si não tem valia palpável, mas os processos que dela se utilizam, e claro, a mão-de-obra para tal; por isto, fontes e chafarizes despendiam grandes gastos de tempo e dinheiro (SEGURA GRAIÑO C. 2006, p.12).

A fiscalização das fontes e chafarizes ficava a cargo dos vereadores: "*Saber se foram reparadas; se não, cumprir que se faça. Corrigir, mandar fazer. Obras gerais*" (Anexo, Doc. 18); os juizes ficavam encarregados, uma vez por ano, fazer uma inquirição

sobre o termo de sua responsabilidade em fazer perceber como andam as estruturas públicas, entre elas, as fontes e chafarizes: "(...) *Se ha hi fontes, ou chafarizes, ou caminhos, e calçadas do Concelho, que sejam mal apostadas (postas)*" (Ordenações Afonsinas, Livro I, Título XXVI, p.165).

A maior densidade destas estruturas é observada a sul do Tejo. Reflexo, talvez, da alta concentração de cidades e de uma maior intervenção da monarquia, sendo muitas vezes objetos de construção do poder real; "(...) *num gesto de altruísmo*" os monumentos por vezes situavam-se em pontos de encontro e de sociabilidade da população. Foram igualmente importantes elementos na chamada "*consolidação do poder municipal*" (ALMEIDA C.A.F. e BARROCA M.J. 2002, p.155; TRINDADE L. 2014, pp. 374).

Apesar de um urbanismo medieval mais contido em Portugal compreendemos o cuidado das administrações locais em colocar as fontes e chafarizes em pontos estratégicos. Muitas de nossas estruturas estão próximas das cercas de antigas cidades fortificadas, perto das portas principais que davam início a importantes vias medievais primárias e secundárias; isto pode ser verificado nas fontes em Vinhais, Fonte do Jorge (Bragança), Chafariz da Calçada (Lamego), Fonte da Vila (Valença do Minho), Mijavelhas (Porto), Fonte dos Canos (Torres Vedras), Vila de Ourém, Linhares da Beira, das Barreiras (Alter do Chão) e outras.. Estas portas também se situavam próximas a rossios, que no século XVI começa a se moldar como local de feiras e mercado, "elemento de interligação entre a cidade e o mundo rural envolvente"; ponto de encontro dos moradores e de viajantes (SIMPLICIO M.D.V.M. 2003, p.15).

Assim como populações e cidades crescem próximas a rios, as fontes também atuavam como polos de atração para os moradores; facilitavam o cotidiano dos afazeres diários como a limpeza da casa, abastece os viajantes ou comerciantes de passagem pelos lugares e são pontos de encontro dos vizinhos da vila (MARTÍN CEA J.C. e VILLANUEVA ZUBIZARRETA O. 2012, p.136).

Para além dos documentos, temos lendas e cantigas que descrevem o uso dessas infraestruturas. Quando estavam no interior das muralhas, ficariam em terrenos, adossados a cerca, "*marginalmente em relação ao tecido urbano*" As praças como conhecemos na época moderna, e exemplo das francesas e italianas – centrais – só aparece

em meados do século XV-XVI em território português, numa configuração do espaço público dos municípios que se torna frequente: o mercado dá lugar a um entorno equipado geralmente por um edifício da câmara, uma igreja, um pelourinho, a cadeia e outros elementos (TEIXEIRA M.C. e VALLA M. 1999, p.26).

** Esta dissertação foi escrita em Português do Brasil.*

Capítulo 1. – Das maneiras de se obter água e Das suas serventias

A engenharia hidráulica está diretamente ligada às necessidades do homem e aos recursos oferecidos pela natureza. A sociedade que é capaz de captar seus recursos hídricos demonstra sua capacidade em melhor administrar o ambiente natural. Fontes e chafarizes fazem parte de um dos sistemas da Hidráulica e são conhecidas como Pontos de Distribuição, sendo construídas em Castelos, Casas, Hospitais/Albergarias, Jardins, Cidades, Vilas, Aldeias e Caminhos (MAGNUSSON R.J. 2001, p.8).

Leon Baptista Alberti, em 1452, coloca a água como uma das principais necessidades do ser humano juntamente com a casa, a comida e o vestuário; relembra-a sendo o princípio das "coisas e da agregação humana" citada também por Tales de Mileto (c. 624-546 a.C.). Para obtenção de água, enumera quatro pontos básicos que chegam até nosso objeto de estudo: "(...) *como encontrá-la, conduzi-la, selecioná-la e conservá-la*" (ALBERTI L.B. 2011, p. 629; p. 642).

Na Alta Idade Média era difícil encontrar fontes voltadas para o serviço público; as estruturas mais simples, de uso geral, se localizavam em sua maioria por áreas rurais – frequentemente em caminhos e perto das pastagens – quase sempre sobre o domínio dos senhores das terras (LA RONCIÈRE C. 1990, pp.203-204). Para chegar até estes pontos de distribuição, a água deveria ser conduzida por dois meios: através de uma conduta ou por meio de canos. Faz-se necessário salientar que nas duas maneiras a gravidade é um ponto crucial; "(...) *a água não se moverá a não ser que o lugar para onde é levada seja mais baixo do que o ponto de onde iniciou o movimento*". Quando levada por condutas o movimento deveria ser contínuo; através de canos a água pode, eventualmente, encontrar elevações pelo percurso (ALBERTI L.B. 2011, p. 648).

Portugal Medieval, assim como o restante da Europa, herda da época Romana a tecnologia básica de obtenção de água através de sistemas de baixa pressão de canais e de encanamentos. Canos e torneiras também eram, na maioria das vezes, parecidos com

os das centúrias passadas, sendo em alguns casos facilmente confundidos. Algumas fontes de nosso estudo são catalogadas e consideradas inadequadamente por muitos como sendo “romanas”, mas são definitivamente do período Medieval – como a Fonte de Linhares (anexo 2.2.5.) por exemplo.

Obviamente isto não basta para dizermos que a engenharia hidráulica do medievo simplesmente provém dos Romanos. A utilização ou apropriação das estruturas vai além da parte física ou tecnológica; era necessária a “adaptação a outros tempos, a outra sociedade, outro modo de vida”. Existiam sim, novas estruturas e novos sistemas em nosso período de estudo, mas alteram-se os “patrocinadores”. As fontes, por exemplo, aparecem na Idade Média construídas – principalmente – por senhores de terra e mais comumente por Instituições Eclesiásticas. Entretanto, a construção de novos sistemas hidráulicos mais complexos parece-nos ter começado somente no início do século XI, tornando-se cada vez mais propagada durante os séculos XII e XIII. As Casas Religiosas foram de facto grandes difusoras na construção destes pontos. Alguns mosteiros eram uma espécie de formadores de opinião: seu “prestígio espiritual” estimulava a propagação de novas tecnologias, bem como de modelos arquitetónicos e decorativos de fontes (MAGNUSSON R.J. 2001, p.7).

Os mosteiros tinham maior probabilidade de construir um canal por intermédio de redes locais de poder bem desenvolvidos e recursos financeiros suficientes para a construção. Funcionavam como canais de comunicação vitais na difusão da consciência tecnológica para a cidade medieval (MAGNUSSON R.J. 2001, p. 19). Assim como terrenos incultos, prados, matas (apesar destas serem de usufruto comum), as fontes faziam parte das reservas senhoriais, como as que se encontravam em domínios de exploração do Mosteiro de Alcobaça. O mosteiro "acautelava" seus direitos sobre elas (e sobre as outras cousas citadas) diante da Coroa, e "proclamava" sua propriedade.

Fornecer uma água de qualidade carecia de soluções tecnológicas. Como nos mosteiros, as cidades passaram a construir sistemas de admissão artificial (CORREIA F.S. 1999, p. 259). A água de rios e cursos d’água alimentavam canais de superfície ou

canos subterrâneos que tinham como destino final os sobreditos pontos de distribuição: as fontes e chafarizes (MAGNUSSON R.J. 2001, p. 29).

Tudo isto seguia um padrão comum: a insatisfação com as condições existentes e com o reconhecimento de problemas e necessidades específicas, criou um clima social potencialmente recetivo à uma possível inovação na parte hidráulica. No entanto, era um sistema de distribuição de água extremamente dispendioso e precisava de manutenção constante – vide alguns de nossos anexos documentais, onde é frequente a imposição de reparar, limpar e zelar pelas estruturas.

Alguns pontos sequenciados eram cruciais para moldar este sistema de distribuição. O primeiro deles era a “Aquisição de Recursos”; quem fosse construir um condutor de água teria dois problemas para solucionar: a obtenção de um chão de água fresca e a disposição de um sistema adequado à topografia e a paisagem local. Outra saída para utilizar uma servidão de água era a de “alugar” o chão de terra. Ter permissão de seu dono para instalação de um cano que levasse a água a outro local (MAGNUSSON R.J. 2001, p. 36). Numa situação de domínio eclesiástico sobre essas estruturas, encontramos no Arquivo Distrital da Guarda (disponível em: «adgrd.dglab.gov.pt». Acesso em: 18 jul. 2017), documentos do século XV e XVI que mencionam emprazamentos de herdades e fontes feitos pelo Cabido da Sé de Viseu a moradores da zona. Nas notas sobre os bens do referido Cabido há também apontado prazos de chãos e chafarizes.

Após a coleta da água diretamente de sua fonte natural – nascentes ou rios – fazia-se necessário levá-la até seu destino. Alguns subsistemas como “condutores primários” eram utilizados. Estes reservatórios também serviriam como uma espécie de purificação da água – por vezes existiam outros tanques secundários, que possuíam dispositivos de filtragem: componentes que regulavam a pressão e a vazão da água, removendo muitas vezes as impurezas. No fim desta rede de abastecimento a recolha imediata da água se fazia por uma Fonte. Drenos também eram frequentemente utilizados juntamente com os sistemas de abastecimento, mas estes se instalavam na maioria dos casos separadamente do aparato, transportando produtos de resíduos e escoamento superficial, bem como qualquer excesso a partir do próprio sistema de alimentação.

O primeiro componente de um abastecimento de água medieval foi o sistema de admissão, que possuía diferentes formas. As mais comumente encontradas foram as câmaras de ingestão; as nascentes eram as fontes preferidas para utilização destes sistemas. Embora as águas subterrâneas estivessem mais sujeitas à adulteração química, não estariam tão expostas à poluição física do que as águas superficiais. Para a retirada das águas de uma nascente, o sistema necessitava de um reservatório de entrada, onde a água coletada atingiria o cano primário; os veios naturais dispersos recebiam canalizações secundárias que distribuíam uma rede paralela para dentro do reservatório principal (MAGNUSSON R.J. 2001, pp. 54-57).

Nas grandes cidades como Paris e Londres, as autoridades utilizavam a tecnologia de aquedutos – que em época tardo-romana eram reservados para a alta aristocracia e para os grandes mosteiros – levando a água de rios e nascentes a pontos artificiais de coleta: as fontes. Este sistema de captação por gravidade aproveitava um deslize natural do nível do terreno; muito utilizado igualmente nas cidades espanholas de Castela e de Oviedo. Na altura do reinado de Afonso IV, um aqueduto fora construído para abastecer as fontes da cidade. Este tipo de condução de água manteve-se em uso durante toda a Idade Média, com obras de conservação e reparação quando necessárias (MARTÍN CEA J.C. e VILLANUEVA ZUBIZARRETA O. 2012, p. 131).

Quanto aos encanamentos de água medievais – e assim como seus precursores romanos – eram feitos predominantemente de chumbo, terracota e madeira. Canos feitos em cerâmica e madeira também foram utilizados para sistemas de admissão e drenos, embora não tenham sido tão comuns. Nestes sistemas, os canais constituíam a grande parte do sistema de admissão principal (MAGNUSSON R.J. 2001, p. 61)

A quantidade de água potável que estes canos forneciam para poços ou fontes, destinada para o consumo e para a lavagem de roupas, era restrita; os que não exigiam salubridade entregavam um fluxo muito maior (MAGNUSSON R.J. 2001, pp. 63-64).

Usualmente, os encanamentos eram unidos por uma soldadura autógena, num processo de “colagem” com fundição de chumbo. Fazia-se necessário limpar os canos constantemente: o depósito de sedimentos poderia entupir as tubagens e isto variava de

acordo com a quantidade do fluxo; se as velocidades fossem demasiadamente baixas, o sistema não seria “auto-limpante” e precisaria de manutenção periódica (MAGNUSSON R.J. 2001, p. 98). Na documentação medieval em Espanha frequentemente encontramos registrado o profissional “mestre cañeeiro” ou “mouros cañeros”, indivíduos que tinham como única função cuidar dos canos da cidade, sendo a maioria da mão-de-obra para construção e manutenção destas infraestruturas em cidades espanholas de origem árabe (MARTÍN CEA J.C. e VILLANUEVA ZUBIZARRETA O. 2012, p.132). Em Portugal existiam magistrados que ficavam encarregados de assegurar a manutenção, limpeza e reparação destes, como abordaremos adiante.

Fontes eram projetadas para fornecer aos usuários a água que eles poderiam transportar em recipientes, vasos, jarros, cântaros, barris e usar em outros lugares. Algumas funcionavam como pontos secundários de abastecimento, alimentando linhas de derivação adicionais com o excesso de água – dividida em canos secundários, que formavam uma rede de distribuição urbana (MAGNUSSON R.J. 2001, p.101)

Estas estruturas eram geralmente para usufruto público e construídas mais por intervenção de pessoas influentes (particulares) do que dos próprios governantes (GUILLERME A. 1985, pp. 185-187). A intenção não era apenas viabilizar um abastecimento satisfatório, mas garantir que uma água de qualidade saísse de fontes imponentes, marcando a paisagem urbana com um sinal distintivo de monumentos que causariam admiração (HEERS J. 1990, p.323).

A obtenção de água em Paris, por exemplo, era feita por três sistemas: através de nascentes, águas de rio (sendo o Sena o principal) e poços. Era fácil obter poços na cidade já que os lençóis freáticos naturalmente encontravam-se em profundidades que variavam entre 4 e 10 metros, dependendo da margem onde era escavado (BENOIT P. s.d., p. 1). Paris também contava com algumas fontes que estavam fora da zona amuralhada, abastecidas por águas de nascente que vinham a partir do norte e, na maioria dos casos, captadas e administradas por estabelecimentos religiosos monásticos.

Vale ressaltar que as fontes oferecidas ao público sem restrições de uso aparecem mais tardiamente e permanecem escassas. Além disso, as águas eram frequentemente

desviadas para usos particulares. Essas capturas, autorizadas ou abusivas, multiplicavam-se; certas famílias fizeram com que lhes fossem atribuídas ramificações dos canos e faziam-no a tal ponto que as fontes tinham uma fraquíssima corrente de água. Mais uma vez, o abastecimento dependia, em última instância, das autoridades e, obviamente, não ir de encontro aos interesses privados (HEERS J. 1990, p. 324). No ano de 1392, o rei da França, Carlos VI, lembrava saudoso de seus antecessores, «*pelo grande amor e apoio que sempre tiveram para nossa cidade*», que tinham em seus feitos a construção de numerosas condutas e canos, «*tais e por tanto tempo que não há memória do contrário*» para alimentar pelo menos três fontes em Paris (HEERS J. 1990, p. 324).

Em Estrasburgo e Rouen (a norte) e em Lyon (zona central da França), qualquer obra de melhoria urbana ou reformas nas habitações era acompanhada, pelo menos até os anos 1300, pela perfuração de novos poços nos cruzamentos de ruas ou em pequenas praças, claustros dos mosteiros ou recintos de hospitais e, obviamente, nas casas. Isso não dispensava que numerosos habitantes explorassem as águas de rios para benefício próprio. Durante muito tempo o abastecimento permaneceu estritamente tributado: era necessário pagar para ter água de qualidade, quer seja em poços, fontes ou em rios (HEERS J. 1990, p.325).

Na parte meridional, a exemplo de Provence e Languedoc, eram os príncipes, condes de Provence, que dotavam as suas cidades de canais a céu aberto, por vezes cobertos de telhas; assim como em Marselha e Perpignan. A cidade de Montpellier só possuía pequenas fontes – de pouca água – e condutas construídas por antigos senhores feudais (a dinastia dos Guilhem, no século XIII). Por todo sul da França, belas realizações e até mesmo instalações indispensáveis permaneceram por gerações em teorias e projetos inacabados – por falta de financiamento e meios técnicos. As casas, por exemplo, eram construídas sem que se previsse qualquer abastecimento de água. Localizadas nas colinas, novas cidades seriam depois conhecidas como «*cidades secas*» cujos habitantes tinham de ir procurar/buscar água fora dos muros (HEERS J. 1990, p. 322).

A maior parte da água para consumo doméstico nestas grandes cidades era vendida por transportadores em atividades severamente regulamentadas; estes senhores

utilizavam dois baldes grandes, contendo um total de trinta litros; juntamente com uma correia e uma alça tiravam água de fontes públicas e ofereciam-na aos residentes de bairros. Outros iam até o rio e aí enchiam os barris – que transportavam em charretes para longe. Este era um setor ativo que tendia ao monopólio, afastando os simples consumidores e particulares das fontes ou de lugares de captura de água. Em Portugal eram chamados Aguadeiros, somente aparecendo após o século XV nos textos e documentações medievais (HEERS J. 1990, p. 325).

Um facto curioso, em França, é que, para todas as utilizações diárias e, certamente para a cozinha, os habitantes da cidade recolhiam água da chuva, através das goteiras dos telhados e mesmo aquelas caídas junto ao pavimento das ruas: em janeiro de 1350 um decreto real proibía – em Paris – varrer ou limpar o espaço em frente às suas portas, «*chuvras, ou quaisquer outras coisas que descessem do céu*», até que a chuva cessasse completamente (HEERS J. 1990, p. 325).

As comunas italianas detinham o poder de intervir em espaços privados e por vezes de ameaçar os proprietários a fim de controlar os trabalhos. Consequências mais graves, a partir deste ponto de vista, foram as iniciativas para garantir o fornecimento de água limpa/potável. Já não era apenas fazer valer uma regulamentação para impor quaisquer precauções ou instalações, mas substituir os mestres de grandes propriedades: poços ou fontes da cidade deviam gradualmente sair das mãos das grandes famílias aristocratas (HEERS J. 1990, p. 314). As fontes italianas do século XII e XIII jorravam água em abundância, ao contrário de algumas em França. O autor refere-se ao apelido dado a fonte de Saint-Martin em Paris, chamada de Pissotte ou Pissolotte: que basicamente significava um fluxo baixo (GUILLERME A. 1985, p. 190).

É interessante observarmos o caso da cidade toscana de Siena durante os anos de 1250-1348; abastecida por uma extensa rede de aquedutos (com aproximadamente 26km de extensão) e fontes, existia nesta região uma rígida legislação, permitindo que este sistema fosse um dos mais completos e eficazes da época medieval.

Evidências documentais mostram-nos que a cidade tentou a um grande custo manter uma água mais pura para o abastecimento. À época da criação desta legislação

(séculos XII e XV), Siena registava a sua maior densidade populacional: cerca de 50.000 a 70.000 habitantes. Foram compilados a partir de 1262 até 1545, segundo Kucher (2005), vinte e seis estatutos sobre o uso, limpeza e conservação das águas, que procuravam promover o início de polícia urbana (HEERS J. 1990, p. 299; KUCHER M. 2005, pp. 504-505).

Nestes estatutos, figuravam também medidas como prevenção a incêndios e as mais corriqueiras como utilização para atividades domésticas e para o consumo, num conjunto de restrições ambientais, políticas, sociais e económicas. Siena era uma cidade com grande escassez de águas e isto ajudou a manter a qualidade de vida de seus cidadãos – algo incomum para a Idade Média. A cidade situava-se na estrada medieval mais importante deste período: a *Via Francigena*, que ligava a Itália a algumas cidades francesas. Isto nos mostra que as autoridades não ficavam indiferentes à vigilância das ruas, praças e às condições das estradas. Esta era uma das principais preocupações, sempre lembradas na implementação de um verdadeiro arsenal de regulamentos e ofícios especializados. Na maioria das vezes, estes regulamentos de vias públicas eram incluídos no conjunto dos estatutos municipais, leis fundamentais que regiam a vida pública (HEERS J. 1990, p. 299).

Muito cedo, a cidade de Siena mostrou um forte desejo de construir várias fontes em seus domínios e mesmo nas aldeias dos arredores próximos. Afirmou a natureza pública e até mesmo caritativa dessas empreitadas através de “generosidades, legados e doações de terrenos” para instalar uma pia ou facilitar o acesso aos moradores; foram consideradas fruto de trabalho pio, bem como aqueles oferecidos para a construção de uma ponte ou manutenção de um hospital. Destas realizações monumentais, os líderes da cidade de Siena, mestres do “governo bom”, não deixaram de retirar dos seus concidadãos, alguns lucros; afinal, as fontes serviam como propaganda e aumentavam o seu prestígio (HEERS J. 1990, p. 317).

Como tudo na História, não podemos fazer de casos isolados a generalidade. Nem todas as cidades da Europa Mediterrânea possuíam os mesmos recursos financeiros para

construção ou sustentação destas estruturas de abastecimento de água (HEERS J. 1990, p. 321).

Na Península Ibérica, principalmente na região da Meseta espanhola, a água era escassa; por isso, várias políticas de implantação de redes hidráulicas foram tomadas a fim de suprir as precisões de abastecimento público. A garantia desta água chegar até a população – em bom estado – se fazia através dos poderes locais, que lutavam para garantir que esta não faltasse. Estas medidas de cuidado e saneamento eram de suma importância em uma época onde as epidemias se alastravam pelas localidades (CARDOSO I. F. B. 2002, p. 157).

Um destes casos é referido por Plaza de Agustín (2016) nos concelhos de Castela, onde verificamos as casas religiosas como detentoras do direito sobre o usufruto da água. Algo parecido acontece na cidade Valladolid que trazia água do manancial de *Las Marinas* até o interior do Mosteiro de São Bento. Nos inícios do século XVI, as águas deste manancial foram canalizadas para abastecer duas estruturas no interior da vila: a Fonte Argales e a Fonte Dourada. Uma outra fonte foi erigida na praça do mercado, a sudoeste da vila conforme contrato feito em 27 de fevereiro de 1494. O encarregado desta obra era o mestre engenheiro Yuza e seu ajudante Mahomad de Almodóvar, da cidade vizinha de Guadalajara (MARTÍN CEA J.C. e VILLANUEVA ZUBIZARRETA O. 2012, p. 132).

Guadalajara também tinha sua principal fonte – "la fuente del Sotillo – nos domínios do Mosteiro de São Francisco situado fora da cerca. Uma canalização foi construída entre esta fonte e o rio Henares de modo que, com a força da gravidade, a água "*pasaba de un punto de consumo al siguiente*". Estas canalizações permitiam o abastecimento de outras fontes públicas de Guadalajara como a chamada fonte de Santa Maria – local de encontros de alta atividade comercial, nos domínios do convento de Santa Clara – e a Fonte de Santo André, próxima a igreja de mesmo nome. Somente em 1376, há notícias de nobres com fruição da água, a exemplo da família Mendoza, grandes senhores daquele concelho, que receberam doação de um cano de água para suas propriedades.

No século XV, a situação inverte-se: são os nobres da família Mendoza que doam em testamento chãos de água para alguns mosteiros e conventos; um patriarcado urbano que demonstra seu prestígio através da melhoria infraestrutural das cidades onde residiam (cf. FREITAS I.V. 2012, p. 146; PLAZA AGUSTÍN 2016, pp. 255-256; p. 270).

As Posturas de León, em Espanha, falam-nos de uma Fonte Ornamental na Praça da Regla (XV); a água para abastecer esta estrutura viria de fora da parte amuralhada da urbe, vindo através de canos que distribuíam a água pelos pontos fundamentais da cidade. Os direitos de mandar construir essas "cañarias" e provavelmente da Fonte estavam em mãos eclesiásticas. Documentos da centúria de quinhentos mostram que o Cabido de León recebia alguns maravedis pela construção destes canos e de uma fonte próxima a uma das torres da Catedral: "*Próximo a la fuente de Regla, en puerta OBispo, se hallaba otro caño que fue construido igualmente por el cabido en los años sesenta del siglo XV y por el que pagó, en 1467, cinco mil maravedís*" (ACL, 9813, fol.59. v., in CESAR ALVAREZ A. 1992, p. 147).

A construção de fontes, chafarizes e outros instrumentos de distribuição de água revelam-se como um dos fatores principais de uma boa administração nos finais do século XV. Muitas localidades da Europa começam a desenhar o imaginário urbano com conceitos de honra, beleza e enobrecimento e estas infraestruturas passam a ser algo mais do que uma questão de abastecimento para se tornar mecanismo de integração social e de orgulho cívico. Tudo indica que nestas cidades o abastecimento de água e, especificamente, a instalação de fontes foram, no arsenal de intervenções municipais, eficazes instrumentos para afirmar o conceito do "bem público" e de áreas comuns, indo contra antigas tradições e estruturas sociais centradas em grandes particularidades. Neste sentido, o surgimento deste conceito, uma fonte na praça pública, por exemplo, refletia sem dúvida uma mudança das relações de poder político. Por outro lado, a falha ou renúncia não era apenas devido à falta de dinheiro, mas por certas resistências que ainda existiam (HEERS J. 1990, p. 317).

Ora, além de ser algo imprescindível à vida, a água era um dos principais bens da cidade. O futuro rei Henrique IV de Castela adotaria, em 1449, medidas para favorecer o

abastecimento de Segóvia, sendo uma obrigação dos governos locais de Castela prezar pela boa qualidade destes bens públicos.

Durante anos, a cidade de Sevilha (Andaluzia, Espanha) contentou-se em manter e intervir somente o aqueduto romano (reconstruído pelos Almoadas) que na época medieval encontrava-se dividido em três ramos: um subterrâneo, outro ao nível do solo e o terceiro elevado; a parte de manutenção ficava a cargo de um importante oficial, os sobreditos cañeros. A população utilizava basicamente o sistema de poços (em pátios de casas ou em pequenos assentos paroquiais), mas, infelizmente, a qualidade não era das melhores.

Do mesmo modo, em Portugal, há um aumento do protagonismo relativo ao abastecimento de água, à medida que se consolida uma nova cultura política nos finais do século XIII: o aumento do exercício dos cargos públicos e da prática de um bom governo que buscava o bem comum em prol da cidade. A procura de um bem-estar geral tem simultaneamente o facto dos governantes procurarem reconhecimento e legitimação própria. O historiador francês Jacques HERS (1990) nos aponta uma indagação sobre tal facto que, obviamente, as fontes e chafarizes fazem parte. Deixa para o leitor elucidar se realmente era da vontade da administração das cidades da Baixa Idade Média a "solicitude" em proporcionar melhorias a seu povo. Neste contexto *"a política municipal sobre a água tem sua importância renovada no cenário de significados ambivalentes de poder"* (HERS J. 1990, pp. 298 e 322; MARTÍN CEA J.C. e VILLANUEVA ZUBIZARRETA O. 2012, p. 134).

Os investimentos em questões de Hidráulica (condutas e redes de abastecimento) eram ténues e deficientes na Idade Média Portuguesa de um modo geral. Se tratando de condutas para levar água aos pontos de coleta (as fontes), nomeadamente de aquedutos, atentamos uma maior preocupação na altura do reinado de D. João II. Em documentação aparece-nos, no ano de 1487, iniciativas da construção do Aqueduto dos Arcos, em Setúbal, encomendadas para obra do mestre Pero Vaz. Além destas estruturas, num capítulo da crónica sobre o monarca, Rui de Pina conta-nos que para maior enobrecimento da vila de Setúbal, bem como a melhoria do abastecimento desta, mandou reparar os

canos para que a água viesse da Serra até (contra) Palmela. Sabemos assim que dentro dos muros da vila, a água circulava por canos subterrâneos até chegar às fontes e chafarizes, como por exemplo o da Praça do Sapal e do Paço (Crón. D. João II, Capítulo XXXV, p.75). Outras povoações como Torres Vedras, Óbidos, Coimbra, Bragança, Vilarinho (Miranda do Douro), também assistiram à construção de aquedutos. Mas todas já em finais do século XVI.

Por vezes, nascentes da vila ou da cidade secavam, fazendo-se necessário mandar vir água de outro local. Outro problema também se mostra em relação ao aumento demográfico: mais sujidade e maior dificuldade de controlo do saneamento. Deste modo, a água vinda de outra localidade também poderia ser mais salubre. Temos o exemplo da cidade de Évora com seu aqueduto, eventualmente preconcebido durante o breve reinado de D. João I; mas em decorrência do falecimento deste em 1495 as obras só se finalizaram em outra altura, mais precisamente com D. João III nos meados de 1530. Lisboa, por sua vez, era uma cidade com intenso crescimento demográfico e territorial no desenrolar da décima quinta centúria. Nesta altura já não era possível fechar os olhos para a questão das águas: *“A pressão demográfica, por um lado, a necessidade de dar aguada aos muitos navios ancorados no Tejo, por outro, tornaram inadiável um investimento forte no Campo da Engenharia Hidráulica.”* (TRINDADE L. 2014, pp. 374-377).

Novamente temos D. João II como primeiro monarca a iniciar as tentativas de melhorias no abastecimento da cidade, incluindo importantes obras em dois dos chafarizes que figuram em nossa dissertação. No ano de 1487 o monarca manda que se faça uma “profunda remodelação” do Chafariz d’El Rei; o erário régio teria repassado 12\$000 reais para erguer colunas e arcarias de mármore e um grande tanque. Houve uma tentativa – sem sucesso – de levar a água deste Chafariz até alguns pontos elevados de Lisboa. O Chafariz dos Cavalos também passou por reparações, executadas a Pero Vaz Cavaleiro, vedor das obras da Cidade. Entre 1513-1515, anos de grande investimento da parte urbanística em Lisboa, com D. Manuel, conferimos a tentativa da construção de um aqueduto que levaria água do Chafariz do Andaluz até o Rossio, onde tinham a intenção de construir uma nova fonte. Apesar de orçamentos feitos, do dinheiro já disponível para tal feito e da entrega dos trabalhos a João Fogaça, o projeto simplesmente não saiu do

papel (TRINDADE L. 2014, pp.379-380)

1.2. Dos Cuidados com a Limpeza das Fontes

A limpeza das vilas e cidades durante a Baixa Idade Média Portuguesa existia, mas ainda estava longe de ser eficiente. Alguns esforços foram feitos e podemos ver, tanto nas Ordenações, quanto nas Vereações, medidas preventivas de conservação do saneamento. Isto segundo alguns autores tem base no aumento de epidemias, já que eram alastradas pelo ar e pelas águas.

"Em cidades e vilas encontravam-se algumas normas de limpeza pública e algumas providências no sentido de abastecimento de água. As edilidades faziam construir chafarizes e canalizar as águas de certas fontes."
(MARQUES A.H.O. e SERRÃO J. 1987, p. 479)

A crescente procura de água para alimentação, consumo e para a limpeza em geral certamente incitou a provisão de recursos desta para a população. Construir fontes públicas com melhores condições também facilitaria a difusão de novos costumes. O desenvolvimento implícito de novos preceitos comportamentais era evidente no dia-a-dia desta sociedade. Talvez de uma forma não generalizada, mas concretizada por algumas pessoas que começaram a preocupar-se com a saúde dos cidadãos.

O aumento do consumo a nível doméstico e artesanal foi acompanhado, consequentemente, por um crescimento na produção de resíduos urbanos: mesmo a cidade possuindo várias fontes, estas teriam na maioria das vezes água de péssima qualidade. Estatutos municipais abordavam incansavelmente este tipo de problema, como as Posturas e os Regimentos que encontramos.

A água, um dos elementos cujo aproveitamento dinamizou a sociedade urbana da Baixa Idade Média, englobava diversas esferas como a política, a económica e a cultural. Se não fosse sua necessidade geral, estes equipamentos certamente não existiriam. Mas engana-se quem se põe a pensar que esta era somente para matar a sede. A água proveniente de poços e de fontes naturais – as nascentes – eram por vezes demasiadamente insalubres para o consumo. Este andaria pelos 20 litros por habitante – "*a média da altura*" (GUILLERME A. 1985, p. 185).

Para além dos prós, as fontes tinham suas desvantagens. O fluxo de água era bem menor em paralelo com rios. As águas que saíam das bicas – mais salubres – eram restritas. Deste modo, transtornos com intensidade e a confiabilidade da água tornar-se-ia um problema muito mais frequente com o aumento demográfico. A utilização inicial de complexos sistemas hidráulicos em cidades medievais confronta-se com este período de crescimento supracitado. Problemas relacionados com a poluição da água retratam a questão de sua qualidade. Na tentativa de diminuir doenças que hoje conhecemos como cólera, febre tifoide, hepatite infecciosa, disenteria e doença diarreica, melhorar a qualidade da água e ter controle sobre ela era o principal argumento para a reparação de muitas fontes (MAGNUSSON R.J. 2001, pp.24-27). Apesar da sociedade medieval ainda não saber ao certo o que causava algumas enfermidades, existem muitos documentos que nos mostram uma grande preocupação em manter as águas limpas. O fornecimento para o uso doméstico era feito frequentemente por três meios: aquedutos, poços, cisternas (públicas ou privadas) e fontes simples em meio rural – onde a qualidade da água provavelmente era um pouco melhor, visto que estaria longe da poluição dos meios urbanos já contaminados nesta altura.

Poços e fontes eram instalados nos cruzamentos de ruas e nas praças das vilas; em algumas zonas, cisternas surgiam para complementar a distribuição. As cisternas e os poços eram mais voltados à fins particulares – no uso doméstico da água. É comum no século XIV que estes fossem erguidos juntamente com as casas, sob o próprio edifício. Possuir uma serventia de água privada era um elemento de conforto: as mulheres não precisariam mais caminhar até uma fonte ou até uma nascente, “(...) *o que era, decerto, uma distração, mas também uma obrigação aborrecida*” (OPITZ 1990, p. 394). Era

comum estas estruturas serem instaladas próximas a hospitais e a albergarias, a exemplos de existentes em Caen e Provins (França); afinal, era preciso uma grande quantidade de água para manter a limpeza dos locais de hospedagem, tornando-os mais confortáveis (CONTAMINE P. 1990, p. 460; LA RONCIÈRE C. 1990, pp. 203-204; OLIVEIRA 2015, pp. 102-103; PIPONNIER 1990, pp. 448-449; SQUATRITI P. 1998, p. 32).

Havia uma diferenciação de funções de uso de algumas fontes. A certa altura, ter somente um tanque à frente da Fonte tornou-se ineficaz. Era comum as pessoas utilizarem o mesmo espaço para inúmeras atividades: lavar roupas, dar de beber aos animais, lavar os vasilhames e retirar água para consumo. As autoridades cívicas tentavam implementar uma série de recursos para proteger suas fontes contra o uso indevido. Muitas estruturas passam a ter, por volta do século XV, tanques anexos; a premissa era clara: um para consumo, outro para dar de beber aos animais. Os tanques secundários aproveitavam, em sua maioria, a água excedente que era drenada da bacia principal. Algumas estruturas mais sumptuosas, como a Fonte Branda de Siena, na Itália, possuíam vários tanques – chamados piscinas – cada um deles destinado a uma função: lavar roupas tingidas ou não; para dar água aos animais; lavar objetos ou louças de madeira, etc..

Em Portugal encontramos alguns modelos de estruturas com tanques secundários e com mais de uma tipologia, como a Fonte de Ourém (Ourém); Mijavelhas (Porto) e mesmo alguns pequenos complexos como a Fonte do Largo (Vilar de Maçada, Alijó); a Fonte do Cabo (Ericeira) e a Fonte das Figueiras (Santarém) com um tanque de mergulho e um tanque principal à frente de um pano de muro (espaldar). A Fonte dos Canos (Torres Vedras) e o Chafariz de Dentro (Lisboa), também possuíam um segundo tanque, mas que não chegaram aos dias de hoje.

Propiciar água para beber e para serventia doméstica era utilidade prevalente da maioria das fontes medievais – mas em geral, outras bebidas, especialmente cerveja ou vinho misturadas à ela, eram preferidas (MAGNUSSON R.J. 2001, p. 134). Na verdade, estruturas utilizadas somente para este fim – consumo próprio – são escassas na documentação e nos estatutos – salvo as que eram aproveitadas para comodidade de viajantes. Este tipo de lacuna na documentação levanta questões errôneas – como a que

defendia a ideia de não se usar a água para beber na Idade Média como nos dias atuais (GONÇALVES I. 2011, p. 296).

O uso da água exclusivamente para beber – mas com cautela – é referido em textos medievais, nomeadamente num famoso poema encontrado em manuscritos atribuídos à Escola Médica Salernitana (acredita-se ter sido feito entre os séculos XII e XIII), o *Regimen sanitatis Salernitanum*. As páginas deste poema remetem para conselhos sobre o consumo comedido: “(...) *beber e comer ao mesmo tempo pode ser ruim a saúde, pois a água resfria o estômago, e a comida pode se fazer indigesta*”. Em contrapartida, a ingestão de vinho (tinto ou branco) era aconselhada, principalmente para acompanhar pratos de carne e alguns tipos de frutas (RIERA-MELIS A. 2001, p. 18).

Alguns historiadores acreditavam que na utilização corrente de uma mistura entre água e vinho, a fim de obter uma bebida que não fosse nociva ao homem; seria mais uma bebida lubrificante do que provavelmente para saborear, como nos dias de hoje. Hipócrates também aconselhava esta combinação, já na Grécia Antiga, sendo o vinho um agente de higienização que tornava a água mais segura para o consumo, pois matava as bactérias que faziam mal a saúde (CHARTERS S. 2006, pp. 49-50; p. 245). Em prescrições das ordenações da vila de Medina del Campo, na província de Valladolid, em Espanha, há uma passagem que aconselhava os vizinhos a recorrer aos vinhos das bodegas para matar a sede, devido a insalubridade da água (VAL VALDIVIESO M. 1987).

Oferecer fontes de água pública era inerente à administração, que começa a moldar uma legislação a respeito emitindo autorizações para condução de águas aos grandes centros a partir do século XII em algumas localidades da Europa. No norte da França alguns exemplos destes equipamentos podem ser citados: a Fonte de Halles (1183) e de Innocents (1274), em Paris e a Fonte de Notre-Dame, em Rouen (1278). Ainda em Paris, já cerca do século XIV, observamos uma consciência viva da necessidade em ter uma água de qualidade, existindo uma maior quantidade de documentos a respeito do tema.

A cidade de Guadalajara, beneficiava-se do Concelho quando era necessária a manutenção das fontes, mas não tinham nenhuma lei específica para tal feito: nem mesmo

um ofício designado para salvaguardar as estruturas, *"Esto provocaba que las reparaciones se llevaran a cabo solo cuando eran absolutamente imprescindibles (...)"* (PLAZA AGUSTÍN 2016, p. 264). Já na Andaluzia, mais precisamente na cidade de Almeria, encontramos um documento sobre limpeza de águas e seus equipamentos de abastecimento que diz: *"(...) El dito señor alcade dixo: que pues esto es bien público e cosa de mucho provecho como la çibdade e veçinos della, que reçebía la dicha postura e baxa, que ha jurado de mirar el bien público que lo reçibia en persona e en nombre del Rey e de la Reina Nuestros Señores"* (Ordenanzas del agua, AMA, leg. 906, núm. 42. p. 1013, in SEGURA GRAIÑO 1984, p. 1015).

No ano de 1502, este mesmo concelho recebia 14.000 maravedis para manter as fontes e outros aparelhos relativos ao abastecimento público em bom funcionamento: apesar de verificar-se que mesmo assim as águas da cidade continuavam sujas. Tentavam também utilizar outras possibilidades para a manutenção dos equipamentos, como por exemplo a de ofertas públicas. Colocavam preços por limpeza e esperavam para receber ofertas dos vizinhos (SEGURA GRAIÑO 1984, p. 1009).

Ainda em Almería, subsistiam duas fontes: a Redonda, que existia desde os tempos dos Árabes e a Fonte Larga que ganha mais importância devido à consistência de seu fluxo – ambas recebiam águas do mesmo canal. A propriedades e o cuidado das águas pelos Árabes ficava a cargo dos Alfaquíes; *"porque en caso que los dichos alfaquíes cadiz tuviesen entonces la administración de la dicha agua, aquello hera porque tenían la jurisdicción seglar y en consecuencia de ella la administración"*. Os Alfaquíes eram um grupo distinto das comunidades mudéjares, de competências "socio-profissionais" de prescrição das leis pertencentes a jurisprudência local (*el fiqh*) ou seja, eram peritos na ciência religiosa e de tudo que dela provinha. Assim, assenhoravam-se da parte administrativa das Mesquitas – além da espiritual: *"de sus bienes y rentas (de la que tomaban su salario)"*. Era uma ocupação passada hereditariamente e que se constituía como *"una pequeña oligarquía"* (FLORENCIA MENDIZÁBAL 2011, p. 70).

Logo após a Reconquista nessa região, em 1492, o encargo das fontes passa a ser diligência do Cabido Catedral e viriam juntamente com a doação régia da Mesquita

"Mayor". Alguns acordos eram feitos pelos comissários dos Cabidos Eclesiásticos entre eles obviamente a manutenção e limpeza constante das estruturas. Esta mudança, nos finais do século XV, trouxe problemas de adaptação aos novos governantes. Principalmente para as Câmaras das cidades, que tentavam a todo custo retirar das mãos da Igreja o cuidado com a questão de fontes e canos para abastecimento da população (ANDRÉS LÓPES e MARTÍN-CARO SAURA 1989, pp. 1020-25).

Portugal começa, em meados do século XIV, a moldar e readaptar uma legislação referente aos cuidados com estas estruturas e da limpeza da cidade – como vamos abordar mais adiante neste estudo. Outras localidades apresentam estas preocupações em tempos mais remotos. Na cidade de Siena, em Itália, a comuna encorajava seus cidadãos, já no século XIII, a prestar queixas dos que faziam nelas sujidades. Aos infratores era aplicada uma multa e, aos delatores, uma bonificação. Casos mais sérios como tentativas de envenenar a água eram julgadas em vara criminal. Existia na cidade um Comitê chamado "*Podestà*"; era deles a função de contratar pedreiros e mestres para obras e reparações – tanto nas fontes, como nas estradas que levariam até elas (KUCHER M. 2005, pp. 511-524).

Os Estatutos Municipais proibiam os cidadãos de sacudir as peles de animais, de lavar lãs ou tecidos de linho, de tingir os estofos, de fazer correr águas encharcadas de sangue ou de sujeira dentro de uma determinada distância das nascentes de água potável: três braças em Bordeaux, seis braças a vinte pés em Lucca e Bolonha, por exemplo. Havia também a proibição de lavar as toalhas de linho e cânhamo nas valas de recintos comuns, lavar os lençóis manchados nos bebedouros e de deixar os cavalos beberem nos tanques das fontes. Em cidades do sudoeste francês, os estatutos insistiam firmemente sobre a necessidade de preservar a água limpa e castigar os culpados por negligência (HEERS J. 1990, p. 312).

Leis parecidas figuram nas Posturas Antigas de Lisboa (anexo 2, Doc. 27): numa ordenação sobre o Chafariz de Santa Maria de Oliveira, na Rua Nova, em Lisboa, os principais magistrados da cidade decretaram que nenhuma pessoa fosse tão ousada a ponto de lavar roupas e vasilhames no local referido. Existia um facto curioso sobre as

penas aplicadas a quem desobedecesse a estas ordens. Para uma primeira infração uma coima de cinquenta reais brancos era aplicada; a segunda, cem reais e na terceira vez cento e cinquenta reais. Para aumentar a fiscalização metade deste dinheiro era repartido a quem delatasse o cidadão infrator e a outra metade ficava para o Concelho, mais precisamente para obras que fossem necessárias; assim como os regulamentos em Itália e França.

Ainda nas *LPAnt.*, situações de prescrição circulavam, desta vez relativas ao Chafariz dos Cavalos e a Fonte da Flor. A premissa não era diferente: ordenava-se que não se fizessem lixo nestas nem em outras fontes; nem lançassem esterco, pedras ou barcas de cortiça a elas. Advertia-se que, se precisassem jogar sujidades sanitárias nas águas, o fizessem num local adequado – para que fosse levado corretamente (anexo 2, Doc.30 e 31).

Desta forma, medidas simples de saúde pública adotadas em várias cidades, permaneceram durante um longo tempo com pouco efeito, e não cessavam as repreensões de tempos a tempos. No Porto, a Câmara da cidade já demonstrava interesse em deixar limpa a cidade por volta do século XIV. No Regimento do lugar encontram-se deliberações sobre higiene e circulação urbana. Conhece-se nesta passagem, uma medida de 09 de Julho de 1392 para que não mais se fizessem «*grandes sujidades de muitos lixos que se em elas lançavam, e dos panos que em elas lavavam, por a qual razão se seguiam grandes danos às gentes e às bestas*» (*Vereações I*, nota XXII, p.425). Danos a saúde, certamente; já que se trata de pouquíssimo tempo após o advento da Peste Bubónica em Portugal. Povoações como Bragança, Porto, Lamego, Marialva, Pinhel, Santarém, Torres Vedras, Lisboa e Évora tiveram uma acentuada perda demográfica em decorrência da epidemia (JORGE R. 1888, p.91; MARQUES A.H.O. 1997b, p. 181).

Por isto, falar da limpeza das cidades e das vilas é inerente ao nosso estudo; reflete as questões abordadas de novos hábitos sociais que acabariam por “contaminar” as águas das fontes e dos chafarizes. Toda esta alteração do espaço e da sociabilidade complexificavam as coisas rotineiras.

A questão urbanística torna-se nesta altura outro fator importantíssimo. A busca por melhor qualidade da água obviamente interfere na construção de novas fontes ou na realocação de algumas já existentes. Quanto mais próximas da cidade ou, a medida em que a cidade cresce fazia-se necessário planejar locais adequados para estas estruturas, cada qual executando uma melhor função.

Capítulo 2. – Das Zonas Envolventes

Compreender as zonas que envolvem a localização das estruturas de nosso estudo é fundamental para a percepção das mesmas. O posicionamento de fontes e chafarizes acompanha, de certa forma, a evolução do urbanismo. Eram estruturas essenciais nos planeamentos de novas vilas e cidades; de novos conceitos e do pensamento do bem comum. Um equipamento coletivo que compõe o "mobiliário" da cidade e o conjunto de elementos assimilativos do lugar. A Baixa Idade Média assiste a uma série de modificações no que tange a "noção de conforto"; emprega o sentido de comodidade do espaço, dimensionamento adequado da estrutura, sua localização e a privacidade para seus usuários.

Ir até a fonte buscar água era uma tarefa que despendia imensa energia e tempo. O objetivo de melhorar o acesso à água também parece ter desempenhado um papel fundamental; algumas vias inclusivamente eram construídas ou reparadas para tornar jornada mais acessível. Muitas vilas portuguesas – principalmente as fronteiriças – localizavam-se em terrenos acidentados e de grande altitude. Sair e voltar à zona amuralhada transportando um jarro ou um cântaro de água ou mesmo cesto de lavanderia era certamente uma tarefa árdua. Existiam ainda inúmeros outros riscos como assaltos ou abusos contra as mulheres (MAGNUSSON R.J. 2001, p. 29).

As estruturas se localizavam principalmente fora da vila – extramuros – e num período mais avançado na cronologia, intramuros, próximas às portas. Este facto pode ser visto, por exemplo, em alguns dos desenhos de Duarte d'Armas e na própria localização atual das fontes. Algumas estão desde a época Moderna inseridas dentro da urbe, pois

foram incorporadas pelo crescimento da cidade. Com efeito, algumas cidades possuíam algumas dezenas destas infraestruturas na malha urbana, mas a água nem sempre era boa para beber (o cano poderia ser de chumbo, por exemplo); logo, uma água de qualidade se encontrava somente em meios externos à vila.

A eficácia da política de povoamento e de “implementação do estado” em Portugal transcorre em grande ritmo durante os reinados de D. Afonso III e de D. Dinis. Outras surgem através da premência em acompanhar alguns processos como centros de comércio, pontos de paragem pela costa e de passagens de peregrinos – a exemplo de Viana do Castelo, Chaves, Caminha, Monção e Valença (PAIO A.C.R. 1999, p. 33).

As que estavam instaladas em pontos estratégicos de caminhos e vias teriam uma certa desvantagem: os transeuntes e peregrinos certamente não saberiam se estas ofereceriam água de qualidade. Para peregrinos, o Livro V do *Codex Calixtinus*, intitulado “*Liber Sancti Jacobi*”, dedica o capítulo III às “*águas amargas y dulces de este camino*”, uma espécie de guia para os que faziam a peregrinação a Santiago de Compostela (MAGNUSSON R.J. 2001, p. 136). O Chafariz das Bravas, em Évora, se localizava na via principal que partia em direção a Lisboa. Em Lamego, o Chafariz da Calçada abasteceria quem estivesse a caminho das vinhas, por exemplo.

Évora, no Alentejo, possuía um clima seco e a escassez de água era recorrente, assim, a importância da água era enorme para o bem estar dos moradores. Para abastecer os chafarizes da cidade, os canos retiravam a água de alguns poços. Ângela Beirante (1980, p. 396) acredita que em Portugal, “poço” também se aplicaria a designação de cisternas. Estes seriam a base do abastecimento destas estruturas; «*a melhor servidom e mantimento que os homeens em esta cidade ham de agua pera beberem della asy som poços e fontes e chafarizes.*» (PEREIRA G. 1887, p. 189).

Enquanto os poços se encontravam em sua maioria nas portas da cerca velha de Évora, de origem romana, os chafarizes localizavam-se na saída das portas principais da cerca nova, erguida na Idade Média. Para os mais ricos existia outra opção, os “açacais” ou aguadeiros “*que acarretavam a água em cântaros a dorso de mula ou de burro pelas ruas da cidade*” (BEIRANTE A. 1980, p. 397). O preço da água variava de acordo com

a localização dos moradores: se estavam próximos da cerca velha ou da nova (PEREIRA G. 1887, p. 147).

Esta proximidade com a zona amuralhada é uma constante em nosso estudo; salvo pouco exemplares isolados, a maioria das estruturas se encontram próximas às portas principais: ou fora da vila ou em alguns casos em seu interior que denotam a sua importância para época em que fora erigida. A porta opera numa dialética entre exterior e interior onde acontecem atividades económicas e sociais mostram a atratividade da cidade (LE GOFF 1989, p. 13).

A difusão de fontes e chafarizes pelo território Português aparece também ligado a fronteiras sociais secundárias. Inovações apareciam quando se reconhecia a existência de necessidades a serem supridas e claro, pessoas com vontade de por em prática medidas para saná-las – sendo estas para benefício próprio ou não.

2.1. No Limiar da Modernidade: As Fontes e Chafarizes no traçado urbano

Contrária a ideia pré-concebida de que a estrutura morfológica da Idade Média era desnivelada, existiram vilas que obedeciam certos modelos: as chamadas Novas Vilas, um fenómeno que acontece na Europa durante dos séculos XIII e XIV e tem início nas proximidades da cidade Toscana de Florença (as *terra murata*) e também em Languedoc, em França (as *bastides*). Tudo isto ocorre num momento propício de alterações gerais em questões de aumento da população, novos pensamentos religiosos, novas técnicas na agricultura e claro, uma nova malha viária em decorrência destas novas localidades (PAIO A.C.R. 1999, pp. 27-29).

De facto, a maioria destas vilas acompanham uma evolução maior que os supracitados: o de consolidação dos países, de suas fronteiras. Onde seguem-se conquistas e onde a fundação destas localidades permitiriam um maior controle do território. Este é o caso de Espanha, onde o rei de Leão e Castela, Afonso X, cria uma compilação de leis (*Las Siete Partidas*) que, dentre outras questões, tratava da fundação

de novas vilas. Assim também acontece no País de Gales, na Alemanha e em Holanda (PAIO A.C.R. 1999, p. 30).

Em Portugal, a institucionalização destas novas vilas acontece dentro deste processo histórico. Os responsáveis pelas ações de melhoria na distribuição de água das cidades e municípios eram quase sempre nobres ou autoridades municipais, que tinham interesse em ampliar a sua autoridade – uma vez que eles provavelmente teriam vínculos estreitos com a elite governante urbana e para realizar os próprios escritórios municipais; estariam numa posição forte para influenciar a política de água da sua própria cidade. Para algumas ocasiões, nem sempre excepcionais, o desenvolvimento urbanístico era apresentado como essencial para o bem público, servindo apenas como um pretexto ou como uma "cortina de fumo" para encobrir a ação política propriamente dita, à criação ou reforço das autoridades locais (HEERS J. 1990, p. 299; MAGNUSSON R.J. 2001, p. 18).

Um entendimento vital à época abordada, é de que o provimento d'água, sobretudo em abundância para a população era um grande investimento "simbólico do poder", potenciador de uma imagem de magnificência e eficácia (ALMEIDA C.A.F. e BARROCA M.J. 2002, p. 142; TRINDADE L. 2014, p. 367).

Não parece-nos errado falar em uma espécie de política de instalação de fontes. e chafarizes em cidades de Itália e da França, que apesar de grandes dificuldades em alguns campos como o financeiro, continuaram a valer por tempos significativos. Estas iniciativas e “sacrifícios” surtiam obviamente de resultados: a construção de um novo Ponto de Distribuição era celebrada como um acontecimento notável e imediatamente introduzia outras relações interpessoais. Eram novos pontos de encontro dos vizinhos. Já em 1251, os estatutos da cidade italiana de Viterbo obrigavam, através de um edital, a construção de uma fonte na *Piazza delle Erbe*, especificando que deveria ser de boa aparência, digna da cidade. No ano de 1277, o Concelho de Perugia também lançava um edital endereçado a mestres de obras, para a construção de uma bela fonte na praça cívica. Em Siena a cidade reivindicava a participação de todos os seus cidadãos na arrecadação de dinheiro que necessitavam para o abastecimento de água (HEERS J. 1990, p. 316).

Localizavam-se em praças ou centro das vilas como um sinal de prosperidade e de um sucesso político. Do mesmo modo que outros elementos da paisagem urbana, como a porta da cidade ou o palácio comunal. Na Toscana, Umbria e em várias cidades da Itália central, a qualidade dos materiais trazia às estruturas harmonia e nobreza de formas; uma decoração rica e recursos cuidadosamente concebidos de iconografia. Em todos os casos, os bispos ou os cônsules esforçavam-se por situar o espetáculo, por fixar a festa antecipadamente perto das fontes por eles construídas, elementos essenciais desta política de urbanização e embelezamento não desprovidas certamente de intenções políticas (HEERS J. 1990, pp. 326-328).

Com base neste ponto de vista a comparação de algumas cidades italianas que abordamos – relativamente próximas umas das outras – parece-nos significativa, já que todas empenham uma grande atenção na construção de fontes e chafarizes. Assim, os vários governos vangloriavam-se de assegurar um abastecimento de água suficiente a todos os bairros, marcando, por todos os lugares, a presença e autoridade de uma administração eficaz e bem implantada. A construção de fontes era cada vez mais feita sobre espaços públicos: a área do mercado, a frente de uma catedral; num importante cruzamento de ruas. Seguramente, reforçavam os vínculos entre os habitantes e davam ao bairro um forte senso da sua identidade.

Os bairros, com suas ruas e praças, mesmo as divisões administrativas, por vezes levavam o nome da fonte pública ou do ribeiro que a levava aos pontos de distribuição. Além disso – e sobretudo por isso – testemunhavam a presença de uma autoridade superior e da pertença a uma grande comunidade urbana. Estes edifícios logo tomariam os principais centros e o aspeto de “monumentos de prestígio” que a cidade se esforçava por embelezar com belos mármore. Pelas ruas secundárias eram nada mais do que simples tanques de pedra escura e discreta, agarrados a uma faixa de muro num cruzamento de duas ruas, mas bem no meio da praça, grandes tanques decorados.

Em Portugal as fontes e chafarizes também são ordenadores urbanos, mas num processo um pouco mais tardio que de outros países da Europa: basicamente a partir dos finais do século XIV. É imensa a quantidade de topónimos que faz alusão a elas nas

cidades, vilas e aldeias. Nesta centúria, inclusivamente, as fontes aparecem em conjunto com outros elementos que denotam simbolicamente o poderio municipal, tais como as câmaras, as cadeias, os açougues, os pelourinhos e, mais tardiamente, as Misericórdias (BARROCA M.J. 2009, p. 90; TRINDADE L. 2014, p. 372).

Situavam-se sempre em lugares de destaque mas em dois momentos: num mais recuado no tempo (até inícios do século XIV) e outro mais próximo a era Moderna. No primeiro, por exemplo, estas estruturas que possuíam grande relevância à população encontravam-se próximas às portas principais, tal como constatamos, e nos caminhos onde uma grande quantidade de viajantes passava. Quando este “destaque” se altera para a questão de monumentalidade ou de incremento urbano, estas estruturas passam, num segundo momento, a figurar em praças, mercados, feiras e na fronteira de um bairro para outro. Não nos admira que a certa altura as feiras aconteciam nas proximidades de uma fonte, ou ainda, que se construísse uma num local de feira.

Eram locais de trocas culturais: uma feira, diferentemente do mercado – mais restrito a uma zona – possuía maior visibilidade e uma organização superior, atraindo pessoas de fora das localidades (RAU V. 1983, p.57). Construir estruturas para o fornecimento de água pública também aumentava ou criava certo reconhecimento das localidades ou dos bairros como já citado. Obviamente a fiscalização sobre elas intensifica-se; não era de bom tom, por exemplo, “lavar roupas no meio da praça” (ALMEIDA C.A.F. e BARROCA M.J. 2002, p. 142; CARDOSO I.F.B. 2002, pp. 164-165).

Um exemplo de infraestrutura que acompanha todo este processo é o chafariz de Mijavelhas, na cidade do Porto. A estrutura que hoje repousa sob a estação do Campo 24 de Agosto é uma reconstituição do chafariz em algumas épocas feita pelo Arquiteto Souto de Moura, sob a supervisão da Arqueóloga dra. Iva Botelho. A lateral voltada a norte, onde se encontra o brasão de armas da coroa portuguesa, foi reerguido das suas peças originais e seria da altura do século XVI. Foi posto a descoberto durante os trabalhos de sondagem para obras da Metro do Porto, em escavação que ocorreu entre 1999-2004. Estava numa cota muito mais abaixo do terreno, visto que toda aquela zona fora aterrada

por volta de 1850, durante a grande urbanização da cidade do Porto. As escavações permitiram traçar um panorama histórico daquela fonte que de início era, provavelmente, de mergulho. De algumas intervenções que sofrera até o século XIX, temos, segundo os arqueólogos envolvidos no projeto de salvaguarda, duas grandes obras na idade média. Sua primeira alteração teria ocorrido em meados do século XIV, onde receberia uma arca e um tanque; a segunda, já no século XVI fora uma ampliação e melhoria do espaço para seus usuários.

A área envolvente recebeu calçamento e um segundo tanque construído – o que já existia foi realocado em outra direção. Bem sabemos que grandes obras deste género possuíam dois tanques: um para as bestas, outro para abastecer os usuários. A primeira referência a fonte de Mijavelhas aparece-nos com Fernão Lopes em sua crónica de D. João I: “(...) *Elles todos prestes com gramde esforço e voontade, sahirom todos fora, e foromsse apousemtar ao chafariz de Mijavelhas que he pequeno espaço da çidade (...)*”. Estudiosos contemporâneos como Pedro Vitorino fala-nos do Palácio do Cirne onde em frente havia “*uma ponte (...) por baixo dos quaes passavam as aguas, que, encanadas (...) desaguavam nos campos do fidalgo*”... o fidalgo Francisco Diogo de Sousa Cirne de Madureira. O Palácio teria sido edificado no extremo norte da grande quinta “*que um seu antecessor adquiriu em 1513*” local exato onde situava-se a arca. Encontramos um documento de empraçamento - por três vidas - de um campo “*situado junto à água de Mijavelhas*”, feito pela Câmara do Porto a Pero Annes de Santa Cruz e sua esposa Branca Pires. Este documento é datado do ano de 1428. Pero Annes de Sta. Cruz era escudeiro de D. Afonso V, Escrivão da Alfândega do Porto e Procurador das Rendas. Um de seus filhos, Gonçalves Reimão, foi também escudeiro de Afonso V e de D. João II. Ora, o terreno (a quinta do reimão) ficou por sucessão em posse de Diogo de Azevedo e D. Catarina Reimoa (filha de Gonçalves Reimão), e estes venderam as terras, em 1548, a António de Madureira e D. Maria Fernandes... assim, a Câmara «renova» o fateusim com o tal foro de 180\$ anuais - e total direito sobre a água de mijavelhas.

Se o empraçamento foi feito em 1428, a câmara obviamente detinha os direitos do terreno e da água, já que o “*O espaço intra-muros ainda tinha vários setores não urbanizados, mas que pertenciam a câmara. Estes terrenos eram chamados de Rossios*

ou Chãos. E muitas vezes eram aforados, assim, o enfiteuta garantiria uma futura construção no local". Podemos pensar então no Rossio de Mijavelhas, referido por A.H. Oliveira Marques (MARQUES A.H. 1997(a), nota nº2, p.83), em data mais anterior – supostamente. O que se sobressai neste chafariz é o brasão de armas reais. De escudo peninsular.

A definição estrutural da praça medieval está ligada inerentemente ao núcleo urbano, sua constituição é marcada por elementos ordenadores e desordenadores, como muralhas, ruas, casario e edifícios públicos. Sua relação com a vila pode assumir um carácter central na malha urbana ou nas principais portas intra ou extramuros (PAIO A.C.R. 1999, p.36). Retratava o espaço vital da vida na cidade, "(...) com seus diversos significados – funcionais ou morfológicos". Eram locais de referência, atuando como marcos visuais e como “pontos focais na organização da cidade” (CALDEIRA J.M. 2007, pp. 12-13). Para Walter Rossa e Amélia Andrade existiam nas cidades do século XV dois sortes de praça, a resultante da urgência em dignificar edifícios públicos, tais como as fontes; e as localizadas em periferias, que nascem como ordenadores urbanos e locais de encontro (ROSSA W. e ANDRADE A. 1998 p.103).

Na Península Ibérica este espaço só assume a configuração de outras localidades europeias tardiamente. Nos primórdios ela é, simplesmente, um “clarão” aberto na malha urbana. A maior periodicidade das trocas comerciais, o mercado diário que se sobrepõe ao quinzenal ou ao mensal faz com que a sociedade medieval busque por um melhor espaço para realização de algumas tarefas.

Fontes civis nas principais praças e ruas significaria então que estas teriam o máximo de exposição. Não era necessário compreender princípios hidráulicos para apreciar a beleza e a utilidade de uma fonte ou para descobrir como utilizá-la. Uma “sensibilização geral” aos moradores (MAGNUSSON R.J. 2001, p. 9).

Uma grande quantidade de feiras e mercados estava a decorrer semanalmente, mensalmente ou anualmente nos grandes centros do Reino de Portugal durante o século XIV. Poderíamos dizer que se pareciam em muito com as praças atuais. Por certo, o termo "mercado" se referia a um acontecimento num dia certo. Guarneciam a população local,

num sentido mais limitado (MARQUES e SERRÃO 1987, p. 143). As "feiras" já denotariam, dentre outras coisas, uma praça com suas atividades mercantis. Algumas localidades de nosso estudo eram muito conhecidas na Idade Média por suas feiras, como: Valença, Porto, Bragança, Pinhel, Marialva, Ourém, Aguiar da Beira e Évora; e as famosas anuais de Lamego, Castelo Mendo, Torres Vedras e Santarém (MARQUES e SERRÃO 1987, pp. 145-146).

Das estruturas de nosso estudo, algumas tornaram-se elementos primordiais deste locais, servindo certamente de ponto de encontros dos comerciantes e dos clientes. Os pontos da feira eram até finais do século XIV intramuros, passando a se realizar depois desta centúria extramuros, nomeadamente nos arrabaldes. Para Virgínia Rau (1982) as feiras teriam ajudado às melhorias infraestruturais como obras de reparações em vias "danificadas ou destruídas", alterando o aspeto das vilas. Em Vouzela, o rei D. João I pede que seja construído um chafariz no local da feira, para esta ser "mais honrada" (Doc. 29). Entre elas estão a Fonte de Ourém; o Chafariz das Bravas, em Évora; a Fonte dos Canos, em Torres Vedras e o Chafariz de Mijavelhas, no Porto.

Em meados do século XIV a praça pode surgir como um espaço de mercado. Alguns se localizavam nos arrabaldes ou a frente das principais portas da vila (PAIO A.C.R. 1999, p. 37). Tendo como exemplo a capa do Foral de Évora (anexo 3.4), observamos alguns passageiros a transitar pelo espaço extramuros. Ali está representado um dos nossos objetos de estudo, o já referido Chafariz das Bravas. De acordo com as pesquisas, este local seria ponto de encontro de comerciantes – um mercado. Em verdade, este Chafariz se localizava em frente a Porta do Alconchel, que viria a ser a conhecida Praça do Alconchel (atual Largo da Porta de Moura) Frequentemente vamos encontrar noutros pontos uma fonte ou um chafariz como pólo agregador, necessária para questões óbvias como suprir as necessidades dos moradores, viajantes e de seus animais. Aparecem-nos também em cruzamentos de vias, nas proximidades de igrejas ou em espaços de maior interação social.

Fontes e chafarizes aparecem "isoladas" no centro das praças e, como um elemento "moderno", surgindo possivelmente a partir do século XV, incrementada

“segundo princípios estéticos” (ALMEIDA C.A.F. e BARROCA M.J. 2002, p. 142; PAIO A.C.R. 1999, p. 37).

Capítulo 3. – Da Administração

Com relação a administração é importante ressaltarmos algumas questões da época abordada no nosso estudo. Portugal vivia o que muitos autores chamam de “Consolidação do Reino” resultante da estabilização territorial que se assiste com o findar da Reconquista. O desfecho das contendas com os muçulmanos proporciona uma maior tranquilidade no Reino – há uma melhoria gradativa na organização do território e uma intensificação das diligências com o povoamento, a exemplo da conquista do Algarve em 1249. Portugal dividia-se em territórios senhoriais (nobres ou eclesiásticos), em municípios e concelhos “quando não diretamente ligados ao Rei” e em territórios reguengos – isto é, dependentes da Coroa (CAETANO M. 1981, pp. 270-271).

Em verdade, alguns outros pontos precisam ser abordados nesta mudança. Um deles, como aponta Marcello Caetano (1981), é uma crescente complexidade urbana e social que demandava, em contrapartida, uma maior quantidade de magistrados municipais para acompanhar a dinâmica que se formava. Precisamos ter em atenção que, ao mesmo tempo que um “poder” concelhio e municipal se estabilizava, aumentava também o controle e a “intervenção efetiva do Governo do Reino” (CAETANO M. 1981, p. 320).

Maria Isabel Val Valdivieso (2012) manifesta a sua opinião sobre isso, afirmando que à medida que avança a Idade Média e se fixa com o crescimento dos núcleos urbanos como uma estrutura social em desenvolvimento, a preocupação da gestão com os recursos hídricos se torna “*meticulosa e especializada até o ponto que começa a integrar-se como elemento valioso numa nova definição governamental que reflita as necessidades da população*” (BONACHÍA HERNANDO J.A. e VAL VALDIVIESO M.I. 2012, p. 145).

Antes de prosseguirmos é necessário elucidar ao leitor um revés: os cargos administrativos que falaremos a seguir são exemplos destas cidades que já começam a se complexificar, no qual a Coroa tinha maior poder de intervenção e onde a vida da Corte se exprimia mais satisfatoriamente. Luís Miguel Duarte (2004) coloca alguns tipos de situações da vida administrativa no Portugal da Baixa Idade Média que suscitava grandes diferenças na realidade do cotidiano. Eram lugares e lugares. Numa primeira, Lisboa, claramente um “mundo à parte” em palavras do autor (DUARTE L.M. 2004, p. 94), por ter na maior parte do tempo a presença da Coroa. Santarém, Évora e importantes cidades de “médio porte” como Porto, Braga, Guimarães, Coimbra, Viseu, Guarda, Beja, Portalegre, Setúbal, Lagos, Silves, Faro e Tavira, se inserem num outro contexto mas de modo semelhante ao da Corte – nestes locais, a máquina burocrática aparentemente funcionava, na prática, como em teoria. As “Vilas Médias”, relevantes em alguns aspetos e seguidas das aldeias e dos lugares, já possuiriam uma maior autonomia quanto aos cargos. O que é certo é que o regime municipal em Portugal desenvolve-se em finais do século XIV, já estando nesta altura “perfeitamente instituído” (ALMEIDA C.A.F. e BARROCA M. J. 2002, p. 143).

Para traçar um panorama da administração no campo das fontes e chafarizes, utilizamos como ponto de partida os cinco principais textos de direito medieval em território Português: o *Livro de Leis e Posturas*, que contém textos dos séculos XIII e XIV reunidos provavelmente durante o reinado de Pedro I. Se faziam lei a nível local entre os séculos XIV e XV juntamente com os Costumes e os Forais (MARQUES A.H.O. e SERRÃO J. 1987, p. 281; p. 283). As *Ordenações de D. Duarte*, as *Ordenações Afonsinas*, que começam a vigorar entre 1446 e 1454. Reúne legislações e outros textos com assuntos diversos tais como: leis, costumes, concordatas, jurisprudências dos tribunais superiores e opinião de doutores do reinado de D. João I e de D. Duarte (MARQUES A.H.O. e SERRÃO J. 1987, p. 281). As *Ordenações Manuelinas* e o *Livro de Posturas Antigas de Lisboa*. Relativamente ao nosso tema de estudo, é interessante observarmos alguns verbos utilizados na legislação. Fazia-se necessário «requerer» feitos nas fontes e «zelar» pelo património público. Maior importância era dada a «mandar» fazer e «mandar» que as *limpassem/guardassem/adubassem*. «Prezar» pela manutenção

das fontes e chafarizes também figura nas ordenações, assim como «saber» como se faziam o trabalho de gerenciamento das estruturas. Mas quem exercia estas funções? É aqui que a reorganização do aparato administrativo se faz presente, na alternância das funções dos magistrados e numa espécie de amadurecimento legal. Percebemos uma crescente vigência sobre estas infraestruturas de abastecimento da água pública no que toca a uma gestão *sui generis*. O concelho e o rei eram os responsáveis máximos das obras de reparação destes equipamentos (CARDOSO I.F.B. 2002, pp. 160-61). A atuação dos comuns nas feitorias das cidades e vilas era feita por homens-bons, os quais muitos autores designam, com fundamento, de oligarquia municipal. Exerciam diversos cargos por vezes nomeados pelo Rei ou em votações dentro do próprio concelho. Inicialmente alguns magistrados (como os Almotacés) eram apontados pelo Rei mas passam gradativamente a jurisdição da Câmara incorporando e incrementando a estrutura municipal (CAETANO M. 1981, pp. 270-271; FERREIRA P.C. 2014, pp. 58-59).

Os Pelouros envolvidos na parte de cuidado com as fontes eram: os Almotacés (Mor e Menor), o Vedor da Fazenda, os Vereadores, o Corregedor da Comarca e os Juízes Ordinários. Na altura do reinado de D. Dinis (c. 1299), o cargo de Almotacé aparece nos cuidados com a fiscalização de abastecimento da vila – relativamente a preços, pesos e medidas, além de cuidar da parte de saneamento (LLP, p. 259). Esta instituição seria antiga na Península Ibérica e remeteria ao "*al muthasib*" de época muçulmana, com funções semelhantes relacionadas a limpeza da cidade e a gerência do abastecimento de água. Possuía duas subdivisões: o Mor e o Menor. As suas funções parecem ser as mesmas no LLP (p.259), LPAnt (anexo 2, Doc. 18 e 19), nas Ordenações de D. Duarte (Ordenações Del-Rei Dom Duarte, p.351), Afonsinas (LIVRO I, TÍTULO XXVIII, item 14) e Manuelinas (anexo 2, Doc.62), mostrando-nos que suas competências principais se mantiveram incólumes desde o período muçulmano (FERREIRA P.C. 2014, p. 58).

As *Posturas Antigas de Lisboa* mostram o regimento deste pelouro tendo como uma de suas incumbências mandar fazer, limpar, cuidar e reparar as fontes (LPAnt. pp. 99-100; p. 110). No *Livro das Leis e Posturas* não há distinção de funções para o Almotacé-mor e Menor das vilas. Também suprime-se qualquer menção da incumbência deste a benfeitorias públicas ou serventias d'água – como deverá adiante ter em suas

funções. É realçado pelas posturas que estavam mal vereados e que no seu trabalho deveriam fazer exclusivamente à vontade "d'El Rei". Para ajudar na melhoria deste magistrado o Rei instituiu que fossem eleitos no início de cada ano, geralmente em Janeiro, e fossem em doze pares, sempre um fidalgo e um comum a cada mês. Tinham que ser homens honrados, sem cobiça e jurados aos Evangelhos (*LLP*, p. 275). Este encargo improdutivo perdura nas *Ordenações de D. Duarte* (doc. 212, p. 366) que nada mais fala sobre os Almotacés e questões relacionadas a fontes ou serventias de Água. A distinção de “mor” e “menor” desaparece nas *Ordenações Afonsinas*, que contém as mais antigas coleções de posturas e portarias sobre este cargo, provavelmente redigidas entre os séculos XIII-XIV (FERREIRA P.C. 2014, p. 58).

O cuidado com a limpeza da cidade, das serventias de água e canos (sem especificar as fontes) era tarefa destes senhores. A palavra utilizada é «prezar», ou seja, ter em respeito. Já não se usa nestas *Ordenações de D. Afonso* o verbo «mandar» - a isto estava designado nesta altura o Vereador. Na época de D. Manuel I, o Almotacé-Mor e Menor voltam a figurar nas leis em títulos separados. A função de prezar pela limpeza das águas e canos da cidade ou vila fica para o Almotacé-Menor que também tinha o poder para embargar qualquer obra pública; a eles competia mandar limpar as sujidades e refazer algumas obras públicas num raio de até 24 km (5 lg), enviando os respetivos magistrados para cuidar do assunto; por vezes eram chamados de Almotacés da Limpeza (*Ord. Manuelinas*, Livro. I, Item 67; FERREIRA P.C. 2014, p. 60).

Nesta altura que vigoravam com grande impacto as Posturas da Cidade de Lisboa, por exemplo, o Almotacé-mor tinha única e exclusiva função de «mandar cumpri-las» e ordenar que limpassem as fontes e chafarizes (*anexo 2, Doc. 18 e 19*). Também controlavam seus magistrados menores. Isto denota uma certa autonomia do cargo que aparentemente ganha mais notoriedade na administração local; este pelouro deveria ser respeitado pelos outros magistrados sob pena de condenação caso não o fizessem (*Ord. Manuelinas*, item 68, Título XV, p.133). Ademais, Clérigos, Frades, Fregueses e todos os vizinhos da vila, se solicitados pela Almotaçaria, não poderiam se isentar “(...) de nenhuma maneira que não responder aos almotacés-mores das vilas” (*anexo 2, Doc. 18*).

É interessante analisarmos o caso do Porto, onde as posturas e outras leis específicas para a cidade medieval se fazia através de um Regimento redigido pelo Corregedor da Comarca do Entre Douro e Minho, Gonçalo Vasques Beirão, vassalo d’El Rei. Não existe uma data exata, mas acredita-se que tenha estado em vigor a partir do ano de 1412. Constan neste livro obrigações de alguns magistrados, nomeadamente os Almotacés, que por vezes eram chamados Coimeiros. Existe, inclusive, um regulamento específico a este pelouro, que pode elucidar o que teria sido uma «*ordinhaçom dalmotaçaria*», já que este em particular não chegou até nossos dias. Logo no primeiro item fala-se dos cuidados que o Coimeiro deveria ter em “vigiar com cautela as fontes e Chafarizes, para que estejam sempre limpos”. Há uma especificidade nesta postura, como uma pena de 200 reis para quem lavasse sujidades com restos de peixe, carne “e outras coisas” nos tanques das estruturas (*Vereações I*, p. 362).

Com o visível crescimento demográfico a administração começa a enfrentar uma sobrecarga de juízes e alvazis. Havia também uma grande dificuldade em convocar a assembleia municipal: assim, o Rei pauta uma nova versão do Regimento dos Corregedores (1340) incluindo a “ordenação dos Vereadores dos concelhos”, a qual Marcello Caetano diz ter sido elaborada em 1338 para melhor avaliar e “verear” as terras (CAETANO M. 1981, p. 498). Este pelouro começa a aparecer efetivamente cerca de 1342, sempre com número de dois ou três indivíduos, que tinham por este regimento a incumbência de andar pelos concelhos a observar e reportar tudo que fosse preciso ao seu superior, o Corregedor da Comarca. Tinham que «requerer» melhorias, obras ou qualquer feito às fontes, estruturas em “prol do bem comum”; caso o concelho não tivesse renda para tais fins, também era necessário repassar a informação (*Ord. D. Duarte*, doc. 325v, p. 516).

Nas Ordenações del Rei D. Afonso V, «requerer» dá lugar a «saber como» reparam as fontes, mostrando assim grande ênfase em que os vereadores devem mandar que se façam nelas as reparações e obras necessárias eles próprios, e não transmitir “recado” a seus superiores, claramente um sinal de mais liberdade no magistrado (*Ord. Afonsinas*, I, 27, §19). Continuavam os vereadores a ter que verificar sobre a situação das estruturas, ver se havia estruturas instaladas em locais errados, mas nesta altura tinham

sua jurisdição com abrangência concelhia, não somente na vila (*Ord. Manuelinas*, I, p. 323).

Os vereadores compunham juntamente com os juízes (ordinários ou de fora) as Câmaras dos Municípios, fazendo deliberações semanais sobre as questões da cidade. Querelas quanto ao cuidado de fontes e chafarizes eram questões frequentes.

Ao mesmo tempo que o poder do município se organiza e ganha força, aumenta também na mesma escala a intervenção da coroa nos assuntos das cidades. Quando havia uma fortificação nas proximidades a pessoa do rei era assistida pelo Alcaide (dentro de um castelo o Concelho não possuía jurisdição). Em outras situações, a pessoa do Rei faz-se representar neste magistrado, o Corregedor, cargo criado por D. Dinis, verdadeiros legistas da Corte que andavam pelo território a “corregger” contendas e agitações nas comarcas. O poder de mediação dos corregedores aumenta com D. Afonso IV, uma espécie de estímulo com o estabelecimento de um regimento a eles específico (1332). Passa este pelouro a ter uma atuação mais intensa e direta na administração municipal, vigiando os assuntos de cuidado “no vereamento da terra”; verificavam se estas estavam lavradas, fiscalizavam sobre a repartição de mão-de-obra, recebiam queixas dos cidadãos e, com consentimento do monarca, poderiam também lançar fintas e talhas sobre as terras para reparações de fontes «e muros, e pontes» (ALMEIDA C.A.F. e BARROCA M.J. 2002, p. 143; CAETANO M. 1981, pp. 322-323; pp. 492-493).

Nas Ordenações de D. Duarte, era deles a função de prezar pelas coisas do concelho – que são para uso do bem comum. A palavra utilizada para denotar este fim fora a «requerer» qualquer feito em fontes «e muros, e pontes» aos Corregedores, ou seja, os homens-bons com esta nova ordem andavam a anotar tudo que estaria por corrigir na localidade; tinham sempre que cuidar da limpeza da cidade ou da vila (*Ord. Manuelinas*, I, tit. XXIII). Como não dispunham de tempo suficiente para cobrir toda a zona colocavam de 5 a 6 homens-bons a andar pelos lugares.

3.1. Das questões financeiras

Como temos observado, o cuidado com a manutenção das fontes e chafarizes evidencia a tentativa deste aparato burocrático em diligenciar seu bom funcionamento. Existiam funções específicas a cada magistrado, como já atestamos, mas também uma forma de “incentivo” para realização de uma boa governança. Para aumentar a vigilância sobre a conservação e condições de higiene da água e dos elementos que a distribuem, os responsáveis do governo urbano começariam a arrendar as tarefas de velar pela utilização da água e de denunciar a uma comissão específica as infrações, através da aplicação de coimas. Este sistema de arrendamento permitia ao concelho receber parte da multa que seriam então repassadas às obras públicas (CARDOSO I.F.B. 2002, pp. 160-161). Coimas e penas eram efetuadas, sempre aplicadas hierarquicamente, a quem deixasse de fazer seu trabalho e os cidadãos que desrespeitassem as leis estabelecida.

Os Almotacés ficavam encarregados do pagamento de pedreiros e obreiros que por ventura realizassem as intervenções (*LPAnt.* pp. 99-100; p. 110). Durante o reinado de D. Manuel I deveriam verificar, a mando dos Vereadores, o trabalho dos Almotacés-Menores que, se mal feito, seriam multados em 300 reais (*Ord. Manuelinas*, I, fl. lxxix, título xxxvij. Item 13-14; Item 25). A aplicação desta coima figura nas Vereações de Loulé do ano de 1492 num regimento designado pelo corregedor Vasco Pereira, ordenando que as fontes e chafarizes do termo fossem reparadas anualmente sob pena de "(...) *IIIc reaes pagar cada official.*" (anexo 2, Doc.38). Uma obra na cidade do Porto, do Cais da Fonte Taurina, deveria ser custeada pelas coimas das almotaçarias – Item acordado em sessão de 18 de Julho de 1449 pelos vereadores da cidade (*Vereações II*, doc. CLXXXI, p. 469). No título dos Juízes Ordinários aparece-nos uma multa de 500 reais (para além dos referidos 300, supostamente) mandada aplicar quando o Corregedor delatasse a falta de cuidado com as limpezas da cidade deste pelouro; da mesma forma, interpelavam a cada trinta dias a Almotaçaria: se as fontes não estivessem limpas, recebiam uma coima de 500 *reaes* para o Concelho (*Ord. Manuelinas*, I, XV, Item 14). Inquiriam o pelouro dos Vereadores mensalmente e caso não estivesse tudo reparado,

determinavam que estes pagassem a obra de seu próprio bolso (*Ord. Manuelinas*, I, p. 323).

Relativamente ao dinheiro para edificação deste tipo de infraestruturas, o Concelho por vezes não possuía rendas suficientes, deparando-se geralmente com recriminações e reivindicações de diferentes classes sociais ou de homens de negócios particulares que exigiam os seus direitos à isenção de impostos e requisições: nobres de todos os tipos (HEERS J. 1990, p. 308). Cabia ao Corregedor mandar fazer as benfeitorias públicas e solicitar à Coroa uma quantia para reparações ou construções de fontes, chafarizes e outros bens públicos caso confirmassem que não dispunham de dinheiro para tal. A Coroa conferiria então, a provisão que achasse necessária – a qual não ultrapassaria o valor máximo era de quatro mil reais (*Ord. Manuelinas*, I, tít. XXXI, item 15, p. 256; p. 323; Título XXXIX). Muitas vezes, os municípios ainda desfrutavam de um tipo de independência, não podiam reunir nem dinheiro nem a mão de obra para obras públicas e deviam, então, pedir assistência financeira ou pelo menos o apoio dos seus soberanos (HEERS J. 1990, p. 308). Os conselheiros tentaram forçar os residentes rurais para prestar assistência, pelo menos financeira: em Óbidos, Porto e até Lisboa. O rei intervinha e fazia proclamar que qualquer apoio ao trabalho deste tipo seria considerado como uma obra piedosa.

Ordens para início das obras em si eram de responsabilidade dos vedores da fazenda. Enviavam cartas à Coroa a pedir financiamento para as construções ou reparações quando se fazia necessário (*Ord. Afonsinas*, Item 10) pois seu ofício deveria ser zelar pelo património público. A maioria destas infraestruturas eram feitas em pedra, como por exemplo grande parte das infraestruturas de nosso estudo. Dada sua abundância tornava os custos mais baixos (MARQUES A.H.O. e SERRÃO J. 1987, pp. 436-437).

O Rei – ainda senhor sobre todas as cousas – era expoente máximo dos interesses gerais dos povos e da lei: uma personificação de sua vontade. Apesar de muitas mudanças no cenário de Portugal na Baixa Idade Média, a justiça, legislação, julgamentos e manifestações da ordem são ligados restritamente à Coroa. No património fiscal, estas estruturas supostamente figurariam como propriedade do Rei, se as colocarmos

juntamente com os bens das ruas públicas; o monarca era senhor pleno de paços, concelhos, ruas, estradas, etc. (CAETANO M. 1981, pp. 463-464; p. 466; MARQUES A.H.O. e SERRÃO J. 1987, p. 287). Quando a construção era ordenada pela cidade, o Vedor, junto a seu escrivão, participava de todo o processo. Desde a redação dos documentos – parte burocrática – a andar continuamente pelos canteiros de obras “*para ver e mandar o que precisar, para o bem da cidade*” (LPAnt. pp. 163-164). Isabel Cardoso (2002) atribui esta supervisão a uma tentativa do município em assegurar a organização do plano urbano da cidade. Segundo os registros de rendas e tenças da cidade de Lisboa o Vedor recebia da municipalidade 2 medidas de trigo, 1 de cevada e 4.000 reais; seu escrivão embolsava 1 medida de trigo e 500 reais (anexo2, Doc.57). Os grandes financiamentos para obras laicas no Reino de Portugal foram sempre, segundo Oliveira Marques e Joel Serrão (1987), outorgados pelo Rei e por uma hierarquia eclesiástica. A parte senhorial também dava sua contribuição, mas “*de forma reduzida*”.

Além disso, as famílias nobres voltariam a ter uma grande importância na Baixa Idade Média com o estabelecimento dos condados, senhorios de ampla honraria outorgados a relativos do Rei. Um dos grandes exemplos no território Português é a criação do Condado de Barcelos por D. Afonso IV. D. Fernando também confere terras aos seus e assim aparecem os condados de Viana, Neiva e Faria; de Ourém, Seia e de Arraiolos. Dantes, o título de conde correspondia a um exercício nas magistraturas públicas, mas volta com um “pormenor”: a propriedade de terras (DÁVILA M.B. 2009, p. 2). Das fontes e chafarizes por nós inventariados alguns são obras encomendadas por D. Afonso, Conde de Ourém e por D. Fernando, Conde de Arraiolos e 2º Duque de Bragança (CAETANO M. 1981, p. 329). Mas estas afirmações suscitam alguns questionamentos.

D. Fernando herda uma grande quantidade de terras e o condado de Arraiolos de seu avô, o Condestável D. Nuno Álvares Pereira, em 1422; a primeira fonte que nos aparece como sendo feita pelo conde de Arraiolos está localizada em Évora Monte: o Chafariz de Santo Estevão, que seria supostamente umas das primeiras obras de seu governo; na inscrição que se encontra na estrutura – juntamente com o Brasão do Conde – consta que «esta obra mandou fazer Fernando Rodrigues, 'ouvidor' de Dom Fernando,

neto d'el Rei e filho do Conde de Barcelos». Salvo alguns pormenores estes dizeres se repetem nos Chafarizes do Telheiro (Reguengos de Monsaraz, 1425) e da Barreira (Alter-do-Chão, 1432).

Há um documento de privilégio a D. Fernando, D. Afonso e D. Isabel, filhos do Conde de Barcelos, datado de 1424 (*Provas*, T. III, P. 2, pp. 98-99) a dizer que "seu pai possa fazer contratos em seu nome". Autores como Dávila (2009) afirmam que D. Afonso supostamente teria atuado como tutor dos filhos por algum tempo e D. Fernando "só assumiria grande protagonismo político no reinado de D. Duarte, seu tio". Dávila propõe ainda que até a data do casamento do novo conde com D. Joana de Castro, em 1429, este deve ter sido auxiliado nos assuntos governamentais pelo pai (DÁVILA M.B. 2009 pp. 22-23).

Poderíamos então pensar nestas três obras como forma do novo senhor daquelas terras se promover; benfeitorias à população fariam certamente uma boa figura de seus governantes. Quanto a seu ouvidor, coloco em pauta a função deste cargo quando eram subordinados – para além da coroa – aos senhores com jurisdição. Eram extremamente leais e atuavam nas terras como uma espécie de corregedores da “justiça dos seus”, mas, na verdade, poderiam ser “meros homens de mão” dos senhores, como questiona o autor Luis Miguel Duarte (2004, pp. 90-91).

3.2. Dos Problemas, Queixas e Querelas

Alguns problemas com fontes e com a distribuição da água eram colocados nas Cortes: um meio da Coroa vigiar e comedir as vicissitudes dos concelhos. As Cortes, a partir de 1331, permitiram uma “grande revisão do estado do Reino e de sua administração”. A partir desta data, assistimos a um grande “impulso” para melhorias e reformas, já que decisões acatadas nas Cortes tinham grande relevância na parte legislativa (MARQUES A.H.O. e SERRÃO J. 1987, p. 285). Os municípios faziam-se presentes nas sessões pela pessoa do vereador (CAETANO M. 1981, p. 304). Numa destas reuniões extraordinárias da Cúria Régia, que teve lugar no ano de 1361,

encontramos num *Capítulo Especial de Coimbra* um pleito para que donos de herdades, cavaleiros e clérigos daquela zona também pagassem talha para construção ou reparação de fontes (e outras estruturas como pontes, muros e calçadas).

Esta não era uma queixa incomum. Nos artigos feitos em Elvas deste mesmo ano, o relato repete-se: lavradores e moradores das herdades da Igreja recusavam-se a ajudar financeiramente nas obras do lugar sendo constantemente coagidos pelos Corregedores e pelos Juizes Ordinários para que o fizessem. Em 1371, uma querela nos *Capítulos Gerais dos Povos* fala das várias cobranças exacerbadas de sisas, talhas e fintas para conserto de algumas fontes que já não deitavam água; a coleta teria que ser feita pelo facto de muitos do senhorio não cumprirem com as obrigações e se recusarem a contribuir – alegando privilégios.

Constatamos mediante as Cortes uma grande preocupação em salvaguardar o dinheiro do Concelho para preservação das fontes. Em carta régia à vila de Santarém (1436) nas Cortes de D. Duarte, há uma preocupação com as estruturas que estavam danificadas “*e que a cada dia que passa se danificam mais pois não serem consertadas*”. Esta carta mostra o pedido de uma mercê da Coroa ao Concelho: que este pudesse retirar quinze mil reais das rendas anuais. Este dinheiro supostamente ficaria a cargo de um homem-bom da vila e seria de uso exclusivo para reparações das fontes, calçadas e pontes. Outra solução encontrada pelos senhores da vila de Santarém é de, na falta de dinheiro para as obras, todos os moradores – sem exceção – fizessem “*hua bolssa*” para tal fim. Nos capítulos de Vila Real, também das Cortes de D. Duarte de 1436, voltam a aparecer queixas aos “privilegiados” do concelho - reguengueiros, vassallos, besteiros do conto, donos de honras e coutos - que se recusavam a contribuir para as benfeitorias. Em resposta, o rei chama-os à atenção, reiterando que nenhum deixe de contribuir: “*Ca nom ham razam nemhua de se escusarem em aquellas cousas que assy pegarem os dictos uasallos que teem mayores priuilegios que nemhuus E esto se entenda em aquelas cousas que a todos for em proueito geeralmente*” (anexo 2, Doc.34).

Essas respostas emitidas pelo Rei aos povos nas ordenações eram uma constante. O capítulo 25 das *Ordenações Gerais das Cortes de D. Manuel I* (1498, doc. p. 315) deixa mais uma vez claro que “*todos paguem no «fazimento» das pontes e o outras coisas do*

bem comum", e que ninguém recusasse a servir nas pontes, fontes, chafarizes e outras estruturas voltadas a servir o público. Mas a realidade mostrou que essas ordenações não eram assim tão simples de se pôr em prática como seria de esperar; direitos e regalias antigas de algumas instituições ainda vigoravam – claro, ao bel-prazer de seus interessados.

Uma situação que Magalhães Bastos (AMP) coloca até como sendo "curiosa" reconta uma desavença entre a Cidade do Porto e a Comenda de Leça: o outrora Mosteiro de Leça do Balio, no concelho de Matosinhos, que desde o ano 1454 atentava de todas as maneiras assegurar que se isentassem de algumas coisas, dentre elas, de pagar renda para fazer fontes «e calçadas, e pontes». Uma sentença final deste caso só aparece alguns anos depois, mais precisamente no ano de 1501 em despacho feito por André Pinto, escrivão da Correção Civil e tabelião público de Notas do Rei D. Manuel I. Nesta sentença está descrita toda a ação, movida pelo Comendador de Leça, Frei João Coelho, que incessantemente invoca os direitos da Comenda. Segundo Frei João Coelho, estes tinham sido legitimados por Bulas Papais e por Reis antepassados «principalmente Afonso Henriques». No processo, estava anexado uma confirmação da época de D. João I que validava e confirmava estes “privilégios” de escusa dos pagamentos. A queixa mor era sobre os oficiais da Cidade do Porto que por vezes constrangiam os moradores de Leça, penhorando bens e obrigando-os a efetuar o provento para reparação das fontes «e pontes, caminhos e calçadas». A resposta da Coroa a estes acontecimentos é surpreendente porquanto os moradores do lugar queixoso deveriam sim pagar a renda, afinal, todos usufruíam e «das semelhantes obras publicas todos Recebem proveito». Não obstante, o Rei deixa mais evidente a sua posição e reafirma que ninguém estaria isento de contribuir para as benfeitorias públicas que eles se faziam valer. A cidade do Porto foi absolvida das acusações e ainda recebeu permissão para continuar a constranger os que não cumprissem com seus deveres (AMP, *Livro Antigo...*, vol. 5, doc. XV, pp. 211-217).

A alçada jurisdicional de cada espaço urbano se mostra inconstante na medida em que cidades e vilas portuguesas da Baixa Idade Média carecem de certa particularidade. Isto por que cada localidade possui “elementos estruturantes” próprios, de acordo com a vivência diária e das carências do lugar. Isto se personificava numa autonomia

governamental que, ainda assim, estaria impreterivelmente associada a um organismo superior. O chamado “bem comum” também era compreendido como parte fundamental da questão espiritual, e muitas vezes estruturas como as fontes, chafarizes e a concessão de água estavam nas mãos dos senhorios eclesiásticos, bem como outras benfeitorias da zona (COSTA A.P.M. 2006, p. 77).

Proporcionar água à população seria também da alçada das instituições religiosas, para além da monarquia e dos concelhos. Em verdade, coisas relacionadas com as condutas e reservatórios eram em sua maioria para utilização dos próprios religiosos, e, “não tanto para abastecimento da população”. O resultado disto se dá em inúmeras queixas de cunho eclesiástico. Luísa Trindade (2014) e outros autores falam da água como “símbolo de vida e abundância”, que desde tempos remotos é conexo a um “falso-altruísmo” por parte dos poderosos. Sendo assim, eram comuns as hostilidades (TRINDADE L. 2014, pp. 368-369).

Algumas localidades em território português demonstravam este tipo de adversidade. Em Lisboa, a cisterna do Mosteiro de S. Vicente de Fora; no Porto, o convento de S. Domingos e sua extrema importância a partir do século XVI – com seu “cano dalcattruzes carrado e betumado e fechado” que trazia água diretamente de uma mina para o depósito do mosteiro (TRINDADE L. 2014, p. 369). O Mosteiro de Alcobaça também “acautelava” seus direitos sobre elas (e sobre as outras cousas citadas) diante da Coroa, e “proclamava” que eram «suas próprias», sob guarda e defesa.

Um exemplo mais pormenorizado de uma discussão pode ser observado em Coimbra, no ano de 1415, quando o Duque de Coimbra, o Infante D. Pedro, põe em prática uma “dinâmica urbanística” que já estava a ser realizada na cidade. Com auxílio do Concelho Municipal, o duque propõe a construção de um chafariz na Praça da Cidade e outro na zona da Sé. O revés aconteceu porque a nascente que abasteceria estas duas fontes estava nas mãos do Mosteiro de Santa Cruz, que se opôs a cooperar e embargou o projeto. As obras aconteceriam somente no século XVII, quando o Bispo Conde D. Afonso de Castelo Branco as executou com rendas do próprio honorário (AUGUSTO O.C.G. 2012, p. 130).

Muitos concelhos aparentemente não dispunham de dinheiro suficiente para corrigir as fontes e outros bens de seus termos. Da renda que deviam enviar anualmente à Coroa frequentemente pediam mercê para reterem alguma quantia, com intenção de poder executar as obras necessárias. Em 1498, a vila de Óbidos pediu ao Rei que o Concelho pudesse reter a terça parte da renda anual pelo período de dez anos (cerca de três mil reais mensais), pois assim se escusavam de lançar novos impostos às terras (anexo 2, Doc.40). A vila de Lagos também reclama da falta de renda do Concelho para tratar do bem estar da população com benfeitorias, e mais uma vez, imputa a responsabilidade à parte privilegiada da população que não contribuía para as rendas, inclusivamente os Cristãos-Novos (anexo 2, Doc.41).

Em Espanha, no ano de 1491, em documentação da Província de Vizcaya, encontram-se notícias sobre um “desejo social” e necessidade em ornar a cidades e trazer mais conforto aos moradores. Ainda para este ano, Maria Isabel del Val Valdivieso cita alguns documentos que narram mais uma questão que envolvia casos de corrupção do dinheiro destinado a estas obras (cf. VAL VALDIVIESO M.I. 2006, pp. 86-87).

Voltando a Portugal, nas Cortes de D. Manuel I apuramos que a terça parte da renda dos Concelhos era, em outros tempos, para uso exclusivo nas obras de reparação de muros e onde houvesse caminhos para fontes, calçadas e pontes "(...) *antigamente as terças dos conçelhos fforam ordenadas (...) per todallas outras coussas do bem comum*" (anexo 2, Doc.43).

As instituições de governo local da cidade espanhola de Palencia também obtinham da coroa uma renda destinada aos cuidados que concerniam ao abastecimento de água através de uma série de impostos colocados à população, onde os Concelhos atuavam sobre a premissa do bem comum. A gestão sobre elementos que culminavam na coletividade, gradativamente aumentava; a intervenção sobre o uso da água dava às instituições locais uma legitimação da sua ação política. Palencia era uma cidade demograficamente ínfima com aproximadamente sete mil habitantes e alguns tantos mil vizinhos. Eram subalternos ao Senhorio Episcopal e como já vimos em outros exemplos, de outras cidades, aconteciam inúmeras disputas entre o Cabido e o Concelho. De facto, quem possuía os direitos de uso e controle dos recursos e estruturas hídricas da cidade era,

na altura do século XV, o Senhorio Episcopal, e durante toda esta centúria a cidade tentaria desprender-se do domínio sobre o sistema político desempenhado pelos clérigos.

O Concelho obviamente possuía seus interesses económicos sobre a água e para isto lançaram uma política em torno de sua utilização, no intento de se afirmar no poder. Para isto foram estabelecidas algumas normas onde podemos destacar dois pontos: um primeiro, era de garantir água para o consumo urbano; para isto o segundo ponto é implementado, uma ordenação urbanística que afetava todos os aspectos de abastecimento hídrico.

Quanto ao preço de uma obra ou reparação de fontes ou chafarizes, infelizmente não podemos traçar um quadro específico. Contudo, encontramos na Chancelaria de D. Manuel I um documento que relata os estornos recebidos por Heitor Velho, morador em Évora, que realizou obras no Chafariz da Prata e do Chafariz de Fora (além de obras nas cadeias, caminhos, calçadas, etc), recebendo 991.601 reais "*entre outras receitas*" (Chancelaria de D. Manuel I, liv. 7, fl. 6).

A partir de D. Manuel I há um desdobramento no zelo com fontes e chafarizes. Já verificamos que alguns magistrados tinham a incumbência de prezar pelo seu bom funcionamento; ocorre que nesta chancelaria alguns despachos mostram-nos o envolvimento de pessoas comuns na questão de cuidados com estas infraestruturas. Na verdade, para além de doações e mercês, este trabalho era arrendado a particulares por licitação (FERREIRA P.C. 2014, p. 60). Em troca, recebiam ordenados ou mesmo o aforamento do chão onde a água se encontrava. Num dos documentos, um morador e mercador de Beja recebia, em 1514, uma mercê da coroa para ficar encarregado do Chafariz da Praça, com obrigação de o ter sempre limpo e cheio de água. Supostamente este senhor recebia um pagamento para tal função "*assim como a tinha João Gomes, escudeiro da casa del-rei, que renunciara em câmara.*" (anexo 1, Doc.59). O Rei também fazia agrados a familiares, como por exemplo a seu sobrinho D. João de Vasconcelos e Meneses, o conde de Penela, que recebeu do tio, em caráter perpétuo, metade da água que saía do Chafariz da Alfama, em Lisboa (anexo 1, Doc.49). Francisco Aranha, fidalgo da casa d'el-Rei também é beneficiado ao receber um aforamento da água de um Chafariz em Vila de Tavira "*para fazer umas moendas com foro anual de 60 reais.*" (ia usar a água

do chafariz em Moinhos, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 21). Outro caso de trabalho no cuidado com os chafarizes – e recebendo para isto – é a mercê dada ao escudeiro da casa real e criado do rei, João Gomes, para manter um chafariz – não sendo especificado qual (*Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 109v).

Vale ressaltar que regulamentos sobre as fontes e chafarizes estavam nas mãos dos que as possuíam; poderiam ser do município, de particulares, de senhores, do rei ou de propriedade eclesiástica. Isto gerava problemas quando as cidades começavam a crescer; o aumento demográfico demandava o alargamento dos condutores de água (canos). Se eram de propriedade da cidade ficava fácil iniciar os trabalhos. Mas existiam muitos canos de privados. Segundo Isabel Cardoso (2002, p.163) por vezes um mesmo manancial era propriedade de mais de uma pessoa e nos dá o exemplo de uma fonte na cidade de Guimarães que era utilizada pela cidade e também pelo conde de Barcelos (*anexo 1, Doc.35*; CARDOSO I. F. B. 2002, p. 158). Assim, verificamos algumas disputas com a posse da água, como por exemplo esta supracitada, expressas nestes «textos documentos»; um "*Estomento de Convença*" de 1436 assinado pelo Tabelião da vila de Guimarães, João Anes; dizia sobre D. Afonso I, duque de Bragança e conde de Barcelos, e dos homens-bons, procuradores e vereadores da vila; estes teriam feito "avença" por causa dos gastos em trazer a água do chafariz que ficava na praça; gastos porque, segundo o Conde, a água lhe pertenceria. A querela teve fim quando ficou designado que metade da água iria parar ao Concelho e a outra metade para D. Afonso. O conde deveria bancar todos os custos e despesas que fizessem e pagar aos pedreiros a obra de captar a sua parte da água. A outra, ficava a cargo do Concelho. O contrato que ambos firmaram tinha algumas especificidades interessantes: era necessário que a quantidade de água que saísse do Chafariz fosse igual para o Conde e para a Serventia do povo. Assim, recomendou a coroa que se fizessem duas bicas de tamanhos iguais (*anexo 1, Doc.35*).

Em Viana do Castelo, no ano de 1511, um tipo diferente de querela estava a decorrer: os homens bons do concelho juntamente com o Juiz da vila, Procuradores e Vereadores buscavam um acordo na Câmara para repartir a água que estava em demasiado tempo na posse de Pedro Pinto, um cavaleiro da Casa Real. Aparentemente,

houve um acordo entre as partes já que há uma confirmação deste nos despachos de D. Manuel (*Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 82).

Outra doação que encontramos em textos medievais que se refere às infraestruturas de nosso estudo diz respeito ao infante D. Henrique, que envia uma súplica ao Papa Eugénio IV a rogar que anexassem perpetuamente o ermo de Santa Maria de Belém à Ordem de Cristo. Esta paróquia foi mandada erigir pelo Infante, “(...) *com chafariz e fontes públicas no Resteo, então termo da cidade de Lisboa e hoje zona de Belém, por haver ali grande movimento marítimo e demora de gentes (...)*”, estando este facto documentado em seu testamento de 18 de Setembro de 1460 (*Mon. Henr.*, vol. IV, doc. 140, pp. 357-358).

A nobreza e as grandes casas religiosas demonstravam a mesma preocupação dos municípios em relação ao espaço envolvente e o desenvolvimento deste. Promoviam benfeitorias em benefício da comunidade – obviamente também em prol de sua “imagem” e prestígio (TRINDADE L. 2014, p. 373). Talvez este seja o motivo de tantas discussões em relação a este tema. O abastecimento de água era inerente a “*defesa do interesse público*”: os que mais cedo chamavam atenção do poder municipal (BARROCA M.J. 2009, p. 89).

Capítulo 4. – Do Género, Do Imaginário e Dos Espaços de Sociabilidade

4.1 – Género Feminino. Pluralidade de Contextos.

É comum encontrarmos na iconografia e na literatura profana e eclesiástica (como na Bíblia, por exemplo) o género feminino ligado às fontes, poços e chafarizes. Alguns autores, como Ana Rodrigues Oliveira (2015), falam-nos que o trabalho da mulher nesta altura era uma extensão de seus afazeres domésticos. Desde o feudalismo, uma mulher

casada era estritamente “do lar” (BEAUVOIR S. 1975, p. 144) e só saía de casa se fosse às proximidades para concluir alguma tarefa: ir a fonte era uma dessas ocasiões, sendo comum observarmos a imagem de mulheres a retirar a água em seus cântaros; elas geralmente caminhavam até as fontes levando seus vasilhames. A viagem se repetiria por várias vezes ao dia devido a demanda de água e a impossibilidade de carregar a quantidade suficiente. Este ato, de ir até a fonte, desempenhou certamente uma função comunitária, social e utilitária (MAGNUSSON R.J. 2001, p. 134).

Ainda que a sociedade medieval discriminasse as mulheres pelo gênero, existia a oportunidade de, por exemplo, elas se socializarem: seja próximo às portas, em mercados ou nas praças. Era o ponto de encontro para colocar as conversas em dia – vide as fontes de chafurdo (mergulho). As “lavandarias públicas”, como as fontes, desempenharam também esta função social, proporcionando uma cômoda situação para que mulheres respeitáveis passassem um tempo juntas fora do lar (MAGNUSSON R.J. 2001, p. 146; TRINDADE L. 2012, p. 369).

Comparando com rios e poços, as fontes eram seguras: a água que forneciam era geralmente saudável e os usuários não se colocavam em risco suas vidas. Os acidentes fatais associados a sistemas de água complexos geralmente envolvem trabalhadores, não usuários, e eles não parecem ter sido comuns. Nas inquirições de Northamptonshire (Inglaterra), em um censo sobre causas de mortes, aparece a percentagem de 5.9% de mulheres que morreram ao cair e se afogar no poço público (BITELE 2002, p. 212).

Se olharmos para a literatura também é maioria absoluta as alusões do gênero feminino nesta atividade, afinal, o provimento de água era tarefa exclusiva destas senhoras que, para Cláudia Opitz (1990), ficavam a cargo de gerir o abastecimento da casa e prover a alimentação dos seus. Vale ressaltar que a água era mais utilizada para fins de preparação da comida e na limpeza das roupas e nem tanto para beber. A confecção do vestuário da família – bem como sua manutenção – também era trabalho destas senhoras que por vezes iam às fontes para lavar as vestimentas: isto era supostamente proibido; lavar a roupa na Baixa Idade Média causava certamente uma grande sujidade na água.

Processos de branqueamento, por exemplo, denotavam o uso de cinzas; nas Posturas de Lisboa (XV) há um regulamento que proíbe esta atividade num Chafariz da Rua Nova, com coimas especificadas para tal infração, como já vimos no capítulo anterior (anexo 1, Doc.27). Todo aparato das fontes públicas trazia estes problemas no âmbito da higiene. Práticas tradicionais como ir até um ribeiro lavar as roupas da casa transferem-se para a urbe. Pelas proibições e multas encontradas no *LPAnt.* presumimos que teria se tornado comum esta prática de lavar roupas pelas fontes da cidade.

Algumas localidades solucionaram o problema após construir uma calha de lavagem específica, que levava a água a um tanque secundário destinado somente a este propósito. Muitos lavatórios públicos eram providos de fontes e chafarizes. Em Vilar de Maçada há um grande tanque alimentado pela água da fonte ameaçada que ali se encontra: ainda hoje é possível ver moradores a lavar roupas. Não devemos esquecer que este é um espaço de mulheres e poderia ser perigoso por estar eventualmente fora das vilas (MARTÍN CEA J.C. e VILLANUEVA ZUBIZARRETA O. 2012, p. 145; SEGURA GRAIÑO C. 2006, p. 13).

A elas não era permitida a entrada nos locais dos mosteiros ou conventos para retirar água. As Monjas da Abadia de Godstow (Oxfordshire, Inglaterra) proibiram, por exemplo, mulheres “leigas” de ter acesso às instalações do Convento – entretanto, pediram a seus superiores que procurassem um local fora de suas dependências para este fim. Em Lichfield (Inglaterra) o decano da Catedral queixava-se ao Bispo Geoffrey Blythe das mulheres que buscavam água no local: estas estariam causando um grande escândalo a população. Em contrapartida, em alguns lugares da Europa, os “aguadeiros” ou transportadores de água eram do sexo feminino. Cadernos de contas de Siena, do ano de 1285, traziam os impostos sobre dez destes ofícios, todas mulheres; eram a classe mais baixa dos contribuintes. Transportadoras de Água da cidade de Paris só poderiam extrair água das fontes e chafarizes públicos durante a noite; mesmo assim, fariam somente se o tanque estivesse completamente cheio. Eram obrigadas a esperar escurecer para que, no momento certo, coletassem a água necessária em seus baldes (MAGNUSSON R.J. 2001, p. 19; p. 139; p. 142).

4.2 – O Imaginário. A Fonte como pretexto.

As fontes fazem parte de um universo idílico, sendo por vezes elementos de um cenário figurativo (de sentido figurativo), onde ir até ela se torna uma desculpa para outros atos além do óbvio. Aparecem como detentoras do sobrenatural: fazendo fluir a vida, numa alusão sacra - "*Quem beber desta água terá sede outra vez, mas quem beber da água que eu lhe der nunca mais terá sede. Ao contrário, a água que eu lhe der se tornará nele uma fonte de água a jorrar para a vida eterna*" (João 4:13-14) - ou sendo utilizada em fins profanos.

O imaginário traz lendas de mouras encantadas e de donzelas em busca do amor – que por vezes iam puras a “buscar água” e outras para derramar lamúrias e desilusões. Em verdade, ela intercorre em poesias de outros autores e em outras tipologias literárias. Um tema em particular é recorrente durante a Idade Média: a “Entrevista na Fonte”. Para Méndez Ferrín (1966) este é o local onde os amores se encontram; não sendo esta, entretanto, a única forma apresentada de ‘entrevista’. O autor cita em primeiro lugar a analogia argumental do tema em algumas cantigas.

Sendo um espaço de sociabilidade tanto em meios urbanos quanto em meios rurais e a água uma necessidade básica do ser humano, sendo assim, as pessoas certamente sempre se encontravam perto dela. Por isto, podemos supor que tanto em Pero Meogo quanto em outros textos, a fonte é, na verdade, um cenário de pretexto.

A menina vai a fonte para lavar os cabelos (para ver o amigo, para esperar o amor); todas as ações têm como resultante o encontro. Isto a literatura francesa já mostra nas “Fontaines Songs” que têm como única diferença das galego-portuguesas o facto de que a menina passa muito tempo perto das águas – evidenciado em quase todos os desfechos. Méndez Ferrín fala-nos do poema mais característico deste movimento: o *Mauberjon*. “*Mauberjon s’est main levée / diorée buer i ving / A la fontaine est alée: / Or en ai dol. / Diex, Diex! or demuere Mauberjon a l’eve trop (...) Par vos sarai batue, j’ai trop demorée*”. Na poesia francesa, o tema do encontro não é evidenciado; isto somente acontece a partir do século XVI. Alguns autores afirmam que este pormenor elucida que

o movimento literário desta altura ocorreu da Península Ibérica para a França, deslocação contrária ao que autores como o francês Alfred Jeanroy atestam.

Na sua obra *Les Origines de la Poésie Lyrique en France au Moyen Age* (1969), Jeanroy afirma que as cantigas portuguesas eram imitações das francesas. “(...) *le chansonnier du Vatican ont passé de France en Portugal, et que la poésie portugaise n'a fait qu'en modifier quelques détails. Sur la façon dont ils ont été traités, on peut être plus affirmatif et dire que l'imitation française y est évidente.*” (JEANROY 1969, p. 334). Tratar de ir à fonte fazer o que quer que fosse traz um “lirismo elusivo” nas cantigas Galego-portuguesas (XIII), já em França, mesmo que tardiamente, este facto se torna explícito: “(...) *con realismo limpo e crú, ao acto sexual realizado na fonte e mesmo á immediata preñez da moza, do cal ela se queixa amargamente*” (MÉNDEZ FERRÍN, 1966, p. 102). A menina medieval galego-portuguesa vai à fonte para lavar e pentear os cabelos, a francesa, para lavar roupa. E quanto à “constância” deste tema? Qual a importância da Fonte para além deste imaginário?

Para melhor esclarecer estes questionamentos o autor de “O cancionero de Pero Meogo” faz-nos voltar algumas centúrias, mais precisamente no século VI com São Martinho de Dume e suas pregações contra o paganismo ainda “sobrevivente” na Galiza. Em seu sermão “Da correcção dos rústicos” (*De correctione rusticorum*), São Martinho fala do oculto envolto nas águas; diz dos muitos demônios que, expulsos do céu, presidem os rios e as fontes; os homens, ignorantes de Deus, os adoram como deuses e oferecem-lhes sacrifícios. Este é um dos tópicos abordados pelo santo, o culto das águas e o culto à natureza, que se manifestava principalmente na crença do poder de elementos ligados a água.

Em outro momento, repreende os homens que renunciaram ao diabo – seu culto e más ações – mas que retornavam aos antigos hábitos pagãos de acender velas nas fontes, bem como jogar comida e vinho a elas, num claro sinal de culto. “(...) *Lumes acesos junto de, lançar pão e porventura flores, etc. nas fontes, como oferendas (...)*” (CHAVES L. 1957, p. 257).

Esta “adoração” é permanente na mitologia popular (folclore) e na poesia dos séculos XIII, XIV e XV como culto da fecundidade e de renovação – a exemplo das fontes da juventude (ASENSIO 1970, pp. 239-240). “*Me inclino a creer que se trata de un tema internacional, pero la literatura francesa lo recoge por vez primera y desparrama a todos los vientos*” (ASENSIO 1970, p. 240). Encontramos em vários exemplos literários o termo «fonte», por exemplo, em cancioneiros populares, cantigas de amigo (e de escárnio) e em várias obras de trovadores medievais, pois superstições ou antigas crenças tendem a influir grandemente na esfera cultural e folclórica de um povo (CHAVES L. 1957, p. 265).

Diferente dessa abordagem está a Bíblia, onde a fonte significa consolo e vida eterna. Em seu primeiro livro, Génesis, novamente temos a figura feminina a retirar água da fonte com o cântaro: “*Eis que estou junto à fonte de água; seja, pois, que a donzela que sair para tirar água e à qual eu disser: Peço-te, dá-me um pouco de água do teu cântaro*” (Gn 24:4). Para a questão simbólica, diferente da propriedade mágica do ocultismo, na Bíblia a fonte é claramente sinônimo de vida eterna. De conforto para os que dela bebem.

E quem vai a fonte além da donzela? Pero Meogo utiliza da imagem do cervo em todas as cantigas que referem-se ao nosso tema. O cervo, durante a Idade Média, carregava uma “existência ideal”, simbologia subjetiva de vários atos dos homens mas totalmente interligada a sua parte física – atributos físicos, força, velocidade, etc. Para além destas cantigas de Pero Meogo, o cervo aparece, segundo Méndez Ferrín, em mais dois trovadores medievais: Vidal e Joan Meendiz de Beesteyros ou Briteiros (MÉNDEZ FERRÍN 1966, p. 56).

A alusão ao cervo sempre nos aparece sob a forma de comparação que se pode comprovar com o uso intensivo de palavras de ligação das quais se destaca a conjunção “como”, (como um cervo). Quando aparece “ferido” pode significar os males do amor sofrido. Nas cantigas de Meogo, ainda podemos observar que o cervo sempre surge conexo com a figura da água, “*(...) com esceición da cántiga IV*”. Figura como género masculino nos versos, a idealização simbólica do namorado. O autor comenta como

exemplo a Cantiga de número VIII, na primeira estrofe, o “*namorado í vem / nesta fonte seguídea bem.*” E, já na segunda, é o animal que o substitui: “*Poilo cervo í vem, / esta fonte seguídea bem.*”. É claro que não somente de subjetividade inocente sobrevivem as nossas indagações. Alguns autores galegos propõem que a imagem deste animal desponte nas cantigas para esconder comportamentos, alguns de índole sexual numa clara herança do paganismo hispânico; outros citam um antigo costume das Calendas de Janeiro, festas que acontecem geralmente no início do ano, em honra a deuses gentílicos, em que alguns homens se vestiriam de cervos para cometer atos libertinosos (CHAVES L. 1957, p.2677; MÉNDEZ FERRÍN 1966, pp. 61-64).

Giovanni Boccaccio (1313-1375) também nos mostra esta questão do "encontro na fonte". Diferente da subjetividade dos trovadores galego-portugueses, as cenas demonstradas em seu «Decameron» (escrito logo após a grande Peste de 1348 e finalizado provavelmente em 1353) são "reais fantasias" fictícias de uma galera na cidade de Florença, sempre a passar bons tempos próximos a belas fontes – para beber, cantar e recitar poemas: “*Depois ergueram-se, a fim de se dedicarem a diferentes prazeres (...) Reunidos em redor da bela fonte, comeram com alegre entusiasmo.*”. O tema é recorrente em todas as dez jornadas do poema, exceto na de número IX (BOCCACCIO G. 1353, vol. 2, p.735; PIRAS A. 2012, p.11).

Durante os feriados, nas procissões religiosas ou «entradas» de reis e príncipes, as fontes ganhavam novos adornos para atrair ainda mais os que passavam: com distribuição de vinhos; as cidades ou distritos/bairros competiam em “generosidade”, faziam delas derramar vinho branco ou tinto; hidromel, e até mesmo leite, “*E à frente dos Filles-Dieu, tinha uma fonte de que um de tubos/canos jorrava leite ; um vinho tinto e um vinho branco e uma de água; e pessoas tenans taças de prata para fornecer bebida que ele voudroient*” (Charles VII em Paris, 1437).

É também perto delas que se ofereciam espetáculo, cavalgadas e cenas alegóricas. Para a entrada do jovem rei Henrique VI em Paris, em Dezembro de 1431, «no bueiro em Saint-Denis, tinha em cima e ao redor da fonte uma tenda de seis faixas (...) e na bacia/ fonte tinha três sereias muito belas». Em Viena, na Dauphine, em 1490, no caminho do

cortejo do Rei Charles VIII, uma grande fonte fora batizada «do Bem e do Mal» porque as duas bocas jorravam naquele dia vinho tinto e vinho branco; da terceira corria uma bebida doce, mas da outra uma bebida amarga; uma rapariga vestida personificava a *Virtude* e uma outra o *Prazer* (HEERS J. 1990, p. 327).

Nas Cantigas de Santa Maria nossas estruturas aparecem somente como objeto simbólico que é. A cantiga de número 103 (*Quen a Virgen ben servirá*, 3ª estrofe) um monge encontra uma "*mui crara e mui fremosa*" fonte num jardim, onde lava as suas mãos. Já na cantiga número 344 (*Os que a Santa Maria sabem fazer reverença*) mostra uma trégua entre mouros e cristãos, quando ambos acampam em Sevilha. Estavam os inimigos em lados opostos de uma igreja, mas utilizavam da mesma fonte para se refrescar e dar de beber aos animais: "*E tan cerca essa noite / ñus d' outros albergaron, / que mais cerca non podían; / e na font' abeveraron / séus cavalos a beveren, / e tanto non braadaron / que s' oíssen nen se vissen / soubéssen connocença*" (Stanza V, CSM n°344).

As fontes têm, na maioria das vezes, a festa, o convívio e um "cenário" visível ao seu redor. Um espaço cultural, "estimulado de sentidos e emoções" onde as pessoas dançam, amam, conversam, lêem e pecam. Em cenas passadas em jardins, por exemplo, quando se é representado casais apaixonados, sempre temos uma fonte evidenciada (FREITAS I.V. 2015, p. 91).

Em Siena, em 1343, os nobres e companheiros, artesãos, mulheres, meninos, clérigos e camponeses se divertiram, bebiam, dançavam e cantavam juntos "sem uma pitada de escândalo" na praça principal da cidade, o *Campo*. A ocasião para essas festividades, tão magnífico que o cronista Agnolo di Tura del Grasso achou "incrível escrever ou contar" sobre eles, foi o primeiro jorro de água em uma nova fonte cívica. Embora os sistemas hidráulicos complexos já fossem construídos por toda a Europa Ocidental, a capacidade de aproveitar e direcionar o fluxo de água ainda não era tão comum para ser considerado como corriqueiro. Os celebrantes de Siena eram mais "hidraulicamente sofisticados" – a cidade contava com fontes públicas há um século e meio, mas a criação de uma nova estrutura ainda era motivo para festas e comemorações inesquecíveis (MAGNUSSON R.J. 2001, p. 2).

4.3 – O Livro das Fortalezas de Duarte D’Armas

O *Livro das Fortalezas* é como uma janela para o cotidiano de algumas vilas medievais. Duarte d’Armas, sob encomenda de D. Manuel I, percorreu e inventariou, por volta de 1509-1510, toda a linha fronteira luso-castelhana juntamente com seu criado; desenhou a vista panorâmica de vilas, arrabaldes e de seus personagens, com pormenores fidedignos para relatar ao monarca as condições em que se encontravam as fortificações do Reino. Representa as redes hidrográficas dos lugares, bem como a topografia e as condições do ambiente; se inserem na “(...) representação do entorno das vilas, com plantações, terrenos, cursos de água e chafarizes que o caracterizam” (MOREIRA R. 2012, p. 43).

Os debuxos por nós utilizados provém do fac-simile Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (1990). Voltando ao nosso objeto de estudo, o escudeiro do Rei dá-nos informações importantíssimas, entre elas: localização da fonte, tipologia, quem se utilizaria e inclusive sobre a qualidade da água. Das cidades que possuem a representação destas estruturas temos toda a fronteira do norte: Caminha, fl.114vº; Valença, fl.111; Castro Laboreiro fl.104; Vinhais, l.90vº; Bragança, fl. 89 e Miranda do Douro, fl.83; e duas localidades a leste, na divisa com a Estremadura, Ouguela, fl.30 e Alandroal, fl.19. Todas as fontes se localizam fora das vilas representadas, sendo fácil perceber que ficam em caminhos estreitos saídos de uma das portas, e que passa-nos a noção de uma grande dificuldade em chegar até ela.

A primeira fonte dos debuxos de Duarte d'Armas é a da vista este de Alandroal (anexo 3.1 a); a estrutura de tipologia monumental e espaldar se encontra fora da zona amuralhada, não estando sequer perto do arrabalde. Vê-se no detalhe que é coroada por ameias e, acima do tanque, possui um brasão real. O facto de estar em meio rural remete-nos a questão da salubridade da água, que estaria longe das lixarias da vila. Em Miranda do Douro, vista Este (anexo 3.1 d), é o único fólio com a designação "chafariz"; uma estrutura monumental com grande tanque à frente do espaldar, que conta com as armas da coroa e ameias. Os detalhes são tão surpreendentes que nos é possível dizer da

disposição dos blocos de granito da construção, em aparelho isódomo. Fontes de Mergulho aparecem na vista à norte de Ougela (anexo 3.2 b), mas o destaque fica a cargo da representação de seus usuários, à exemplo de três senhoras a retirar água com seus cântaros, tornando-se possível admirar "cenas de género". Na vista sul de Montalvão, outro grupo de mulheres retiravam água de um poço (anexo 3.3 d); que fortalece ainda mais a ideia de que eram elas que frequentavam, em sua maioria, estes locais.

Algumas estruturas não aparecem nas vistas, mas tem a indicação de onde se localizam, bem como a qualidade da água - numa espécie de guião. Em Castro de Laboreiro, tirada da banda do sul (anexo 3.2 a), o armeiro-mor compartilha as vivências no dia-a-dia de sua empreitada; e deve ter usufruído da água da fonte, pois deixa-nos uma nota de que era muito boa. Outras estruturas parecidas e fora da zona amuralhada, de planta quadrada, cantaria aparente e ameadas aparecem na banda este de Caminha (anexo 3.1 c) e na banda do noroeste em Vinhais (anexo 3.1 e), que figura, inclusivamente, na parte das plantas das fortificações.

Das fontes de nosso estudo, duas fazem parte do Livro das Fortalezas. No fólio 89, de Bragança Oeste, há uma nota a dizer que por trás de uma torre existe uma fonte. Utilizando a priori ferramentas como Google Earth, traçamos possíveis locais em que a estrutura poderia estar nos dias de hoje. Numa visita de campo, deparamo-nos com a Fonte do Jorge, exatamente no local apontado por Duarte d'Armas, atrás de uma das torres do castelo e ao lado do rio Fervença. Outro caso interessante é a de Valença do Minho, banda do norte (anexo 3.2 c) onde, ao lado de um cruzeiro encontra-se uma fonte de mergulho. Faz-se necessário ater-se aos detalhes da vista: a fonte fica em frente a uma das portas e à sua frente o Rio Minho. Utilizando também das tecnologias geográficas, foi possível comparar o desenho do século XVI com uma imagem atual da fortificação de Valença do Minho; para nossa surpresa, a fonte - atual - estava exatamente no mesmo local, que atualmente é incrementado com 3 grandes tanques e um chafariz de espaldar.

Apesar de não aparecer no *Livro...*, a visita de Évora Monte levou-nos a este universo idílico de Duarte d'Armas; do alto do castelo era possível ver longe, no

horizonte, o Chafariz de Santo Estêvão (Anexo 2.3.2) escondido entre algumas encostas. O caminho nos dias de hoje, íngreme e tortuoso, não deve ter sofrido grandes alterações.

São pormenores que acabam por aduzir-nos – intencionalmente ou não – à vivência daqueles lugares e que nos permitem ver através de seus olhos como eram as coisas naquela altura.

Capítulo 5. – Das Tipologias

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades” nem sempre é uma premissa fundamentada. A transição de atos sociais requer sempre um tempo de adaptação. Apesar de novas estruturas de abastecimento público e de novos sistemas de captação de água, a sociedade medieval levaria tempo para assimilar comportamentos que deveriam ser adotados. Toda a questão abordada anteriormente sobre a poluição das fontes, por exemplo, fazem parte desta premissa. Fazia-se necessário compreender o uso correto destes Pontos de Distribuição e, pouco a pouco, adquirir novos hábitos. Muitas possuíam *design* e dimensionamento que ajudariam nesta questão.

É preciso perceber as tipologias juntamente com outros movimentos: o de urbanismo e o de consolidação do poder, os quais já nos referimos algumas vezes. Ao nosso ver, os modelos existentes mostram uma certa evolução no quesito “finalidade”. Mário Jorge Barroca fala-nos destas infraestruturas em dois estudos: num artigo de 2009 e no livro em parceria com o Professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida (2002). Pauta três tipologias: fontes de chafurdo, monumentais e de espaldar (ou aparato). As de chafurdo (mergulho), estruturas simples e encontradas por vários locais, eram claramente uma preocupação particular dos vizinhos em proteger suas nascentes e garantir água para seus afazeres. Consistiam-se em poços e nascentes vedadas por um telhado. Raramente ostentavam brasões ou decorações.

Quanto às fontes de tipologia espaldar, apesar da também simplicidade em sua maioria, manifestam o interesse das autoridades em tentar mostrar que se preocupavam

com seus populares. Apesar de tanques simplórios adossados a muros, algumas também ostentam armas e inscrições a dizer quem as mandou erigir (ALMEIDA C.A.F; BARROCA M.J. 2002, p. 153). As monumentais trazem com maior clareza a vontade de enaltecer o lugar, de acompanhar as novidades urbanísticas e claro, sem perder a oportunidade de promover-se através delas, afinal “(...) a construção de uma fonte era um dos melhores empreendimentos que uma autarquia poderia abraçar.”, que denota a imagem de “eficiência, empenho e abnegação.” (BARROCA M.J. 2009, p. 89).

Todos os modelos encontrados partilham de algumas particularidades; as fontes de nosso estudo, em sua maioria, possuem depressões de forma circular, com diâmetros variados, que mostram-nos este ato de depositar os jarros e cântaros para aguardar o momento de coletar água (anexo 2.3.6 – *Fotos*, um dos exemplos). Certamente tornava o trabalho mais fácil a quem ia buscar água. Pousavam os vasilhames num bloco de pedra situado usualmente a frente da fonte. Algumas estruturas provavelmente utilizavam a própria quina do tanque. O aprovisionamento de água carecia de vasilhames específicos para o transporte e armazenamento do líquido sem que este fosse contaminado (ANGÉL ESPARZA et al. 2006, p. 13). Na conservação da água para consumo da família os recipientes cerâmicos variavam de acordo com a distância entre a casa e a fonte. Podem ser ânforas de vários tamanhos, bilhas e cântaros de água, com aro de ferro e uma colher para beber.

A construção de uma fonte pode exigir os serviços de vários artesãos especializados. Num documento da época Moderna é possível lermos uma Carta de Privilégio aos operários que trabalhassem nas fontes da cidade de Tomar. Para a construção destes pontos de distribuição figuram mestres pedreiros, carpinteiros, carreiros, barqueiros e servidores, “(...) *que lhe forem necessarios para a obra das fontes*”. Uma lista de materiais é expedida para utilização nas obras; que se fornecessem a eles toda cal, tijolo, pedra, telha, madeira e qualquer outra coisa que se tenha necessidade (Torre do Tombo – Chancelaria de D. Filipe II, Privilégios, liv.1, fol.47 in VITERBO S. 1988, pp. 356-357).

Torna-se relevante compreender que as tipologias podem coexistir numa espécie de forma híbrida: a fonte de Ourém (anexo 2.2.7.) e das Figueiras (anexo 2.2.8.) englobam as fontes de Espalдар, Mergulho e Monumental. Na verdade, elas acompanham o desenrolar dos tempos e se reestruturam num movimento gradativo; alteram-se: a Fonte do Poço em Valença do Minho, por exemplo, figura no Livro das Fortalezas de Duarte d'Armas como um pequeno poço à frente do castelo (anexo 3.2. c). Em inícios do século XVI ela foi reformada e construiu-se mais tanques e um espalдар. Outros casos de pequenos tanques que ao avançar das centúrias recebem melhorias infraestruturais são uma constante.

5.1 – Mergulho (ou Chafurdo)

As fontes de mergulho são uma tipologia encontrada por toda a Península Ibérica, algumas estão erigidas em pontos estratégicos, fora das muralhas das vilas, geralmente em caminhos e locais de acesso, que denotam a preocupação em também fazer chegar água aos viajantes e aos que pastoreavam o gado nas proximidades. Ángel Esparza (2006) enfatiza o importante papel que estas estruturas tiveram na vida daquelas pessoas, convertendo-se em lugar frequente de encontros dos vizinhos. Muitas estruturas que ao longo do tempo se tornaram até mesmo pequenos complexos de distribuição de água, com vários tanques e diferentes possibilidades de uso, eram em seus primórdios fontes de mergulho.

Quanto a cronologia não existe nenhuma certeza. Sabemos que o tempo de utilização é alargado e, inclusivamente, muitas são utilizadas até os dias de hoje, como ficou nítido em nossas visitas de estudo. Arquitetonicamente são sempre retangulares na parte exterior, com um dos lados possuindo uma abertura para o tanque de mergulho em arco quebrado; a maioria das estruturas tem o interior abobadado, mas encontramos exemplos de algumas que não o são. Eventualmente eram construídas escadarias para se chegar até o poço, como por exemplo uma fonte em Marialva (anexo 2.2.2). Outras, de menores dimensões, somente se fazia lançar o balde para retirada de água.

Durante a composição das fichas de nosso estudo, optamos por excluir do anexo as fontes de Mergulho ou Chafurdo; são inúmeros exemplares em todo território português e fazia-se impossível durante o 2º ciclo catalogar todas. Assim, temos alguns modelos que exaltam, de alguma forma, particularidades que coube a nós registrar.

Dentro de cada tipologia atentamos para algumas especificidades nas construções que dividem-se em quatro subcategorias as fontes de mergulho. As simples, a exemplo da Fonte Branca, do Crato (anexo 2.3.8.); as abobadadas, como em Marialva (anexo 2.2.2.) e N. S. da Conceição (anexo 2.2.10.); as fontes com "fórum" na parte superior, em Linhares (anexo 2.2.5.) e Aguiar da Beira (anexo 2.2.3.) – esta última também sendo categorizada como monumental. Este supradito “fórum” nada mais é do que a parte superior da estrutura, que seriam utilizadas como local de reunião dos homens-bons da vila. Possuíam bancos feitos em granito e, no caso da Fonte de Linhares, num dos lados que se encontra adossado ao muro é possível vislumbrar as armas da vila: duas torres e um crescente ao meio.

Estas fontes são de uma maneira geral despreziosas; não havia preocupações em ornamentá-las e quiçá nem houvesse rendas para isto. Importava, seguramente, resguardar a qualidade de água potável e sua construção representa exemplos magníficos de costumes que durante séculos moldaram a vida social de algumas zonas.

5.2 – Espaldar

Tipologia mais difundida nos finais da Idade Média (BARROCA M.J. 2009, p. 91), as fontes do tipo espaldar são estruturas simples; a água era descarregada através de uma ou mais saídas em um tanque adossado a uma parede, com vários bocais e calhas (ALMEIDA C.A.F. e BARROCA M. J. 2002, p. 142). A maioria das estruturas cívicas tem esta tipologia, que facilitava a utilização das mesmas pelos moradores. Na sua forma usual, um cano de alimentação vertical aumenta o centro de uma coluna ou eixo que vertia sua água em uma bacia; a água chegava por meio de um cano, em sistema de um sifão invertido. O próprio nome remete a “recostar”, ou seja, “apoiar-se” a algo.

São por vezes estruturas simples como a Fonte do Jorge (anexo 2.1.2.), de Pinhel (anexo 2.2.4.), Vilar de Maçada (anexo 2.1.3.), Chafariz dos Leões (anexo 2.3.5.), do Andaluz (anexo 2.2.13.), de Santo Estêvão (anexo 2.3.2.), d'El Rey (Évora, anexo 2.3.4.) e o da Calçada (2.2.1.); ou de grandes dimensões a fonte do Rossio das Hortas (anexo 2.3.7.) e o chafariz das Bravas (anexo 2.3.3). Tinham certa relevância nas vilas e lugares: sempre próximas a portas, intra ou extramuros.

O número de bicas que vertia água dos canos para o tanque era variado; mesmo em grandes estruturas como o das Bravas, em Évora, este era reduzido. Somente em Época Moderna observamos uma maior quantidade de bicas: usualmente eram instaladas e divididas para uso restrito de usuários: mulheres, escravos, mercadores, etc. Poderiam ser simples canos ou mais ornamentadas a exemplo do Chafariz da Calçada, em Lamego, com as duas bicas representadas por motivos zoomórficos (anexo 2.2.1. – *Fotos*).

A difusão desta tipologia vem da sua funcionalidade, pois eram instaladas em pontos e seu tanque assistia inúmeros fins: era fácil retirar água corrente direto das bicas; mais prático para dar de beber aos animais e para lavar roupas – ainda que estas duas últimas atividades fossem proibidas.

Muitas fontes do tipo espaldar ostentavam armas – brasões reais, condaís ou municipais – ao centro do remate superior do espaldar, que evidenciavam sua importância. O material de construção utilizado tem diferença nítida entre o Sul, com calcário e o Norte de Portugal, com o granito – há ainda uma fonte construída em xisto, na cidade de Bragança. Algumas estruturas começaram a se “monumentalizar”; ameias que coroam certas fontes sugerem que a presença destas poderia ser um indicativo de patrocínio régio ou mesmo uma colaboração com a Câmara Municipal (TRINDADE L. 2014, p. 371). Este movimento de renovação faz aparecer uma outra tipologia a qual dissertaremos a seguir.

5.3 – Monumentais

Enobrecer a estrutura não se trata somente de suas dimensões, mas de elementos que a nobilitem, tais como Armas (reais, condaís ou municipais), Ameias, Ornamentação, e fatores externos relacionados à localização privilegiada em partes centrais de cidades: áreas limítrofes de bairros ou em Praças. Não existe um estilo particular de construção, podem ser de mergulho ou de espaldar.

A forma monumentalizada acompanha o movimento que inicia no século XIV, ou seja, corresponde a consolidação do poder municipal já em total funcionamento e colaborador nas questões de distribuição de água. O “protagonismo da construção foi muitas vezes assinalado por meio de inscrições ou pela inclusão de brasões municipais”, pois as Câmaras passam a exercer maior controle na gestão destes equipamentos (ALMEIDA C.A.F. e BARROCA M.J. 2002, pp. 142-143). A presença de brasões em algumas fontes pode ser compreendida então como expressão de uma "ordem social e política". Colocavam em pauta a importância da autarquia e de certas famílias. Os Bragança aparecem como fatores em três estruturas: na fonte de Ourém, obra patrocinada pelo conde D. Afonso; no *Chafariz de Sto. Estêvão, Telheiro e da Barreira*, obras de D. Fernando, Conde de Arraiolos; e na Fonte do Jorge, onde encontra-se o brasão da família em questão (anexo 2.1.2).

Os municípios se utilizavam destas insígnias desde os primórdios do século XIII em seus edifícios públicos como paços, chafarizes, pontes, celeiros, muralhas, etc., "sem qualquer tipo de sancionamento por parte de uma autoridade superior, quer régia, quer senhorial" numa forma de simbologia do poderio regional. Caíram em subordinação quando as armas régias voltaram a figurar, "concedendo sempre o lugar honroso aos emblemas do rei" (SEIXAS M.M.S. 2010, pp. 155-179). O uso de armas reais e municipais ocorre em algumas fontes estudadas como a das Figueiras (Santarém); Fonte dos Canos (Torres Vedras); Chafariz do Andaluz (Lisboa) e a Fonte de S. Leonardo (Atouguia da Baleia).

Muitas chegaram a dispor de ameias em tempos mais remotos, como a Fonte de Ourém e provavelmente a de N. S. da Conceição, em Atouguia da Baleia. Deveras, as ameias começam a ser utilizadas livremente a partir do século XVI com a liberação por D. Manuel I, quando o monarca reconhece que seu intento militar já teria caído em desuso. Antes, deveriam ter autorização prévia para uso na arquitetura civil (*Ius Crenelandi*). A apropriação municipal deste componente arquitetónico “*ocorre em paralelo com a arquitetura senhorial*” (ALMEIDA C.A.F. e BARROCA M. J. 2002, p. 149).

Possuem em sua estruturação elementos decorativos esculpidos na pedra que simbolizam o poder económico e social – reprodutora do espaço que se encontram (BARROCA M.J. 2009, p. 91; FREITAS I.V. 2015, p. 93). Quanto à localização destas sumptuosidades, existia claramente uma preferência concedida ao centro cívico da cidade para a construção, com gastos exacerbados que testemunham as preocupações das políticas reais: não se importavam em retirar uma grande parcela das finanças públicas para este fim (HEERS J. 1990, pp. 316-317).

Esta tipologia nada mais é do que a materialização de todo um pensamento que se molda das vivências na Baixa Idade Média e de tudo que já fora referido, como a consolidação de um certo grupo de pessoas, a consolidação das cidades, o movimento social que se intensifica com novas tecnologias aplicadas no dia-a-dia e a evolução gradativa de todas estas esferas: a complexificação. Seu enobrecimento vai além de elementos materiais e exprimem o desejo do superior em se impor. A sociedade readapta-se; havendo novos caminhos a percorrer, novos afazeres, outros encontros, outros lugares. Os modelos alteram-se e alternam-se no passo em que floresce a modernidade. É o fim elementar de todas as cousas: adequar-se.

Considerações finais

Durante a realização desta dissertação pudemos conhecer algumas fontes e chafarizes medievais ainda existentes no território Português da Baixa Idade Média, e, com isto, explorar a história da distribuição de água – de seus patrocinadores e seus usuários. Os tempos destas últimas centúrias evidenciaram um processo de afirmação e de novos hábitos que culminaram na chamada modernidade; novas tecnologias em infraestrutura e em urbanização são colocadas em prática, preocupações de uma administração em zelar pelo bem dos seus cidadãos. Assim, o uso da água ganhava novas valências, materializando-se em ordenadoras de espaços físicos e sociais.

Através das visitas realizadas e do registro das estruturas atentamos para as tipologias e na predominância das fontes de mergulho (chafurdo) por serem imediatistas: construções arquitetonicamente despretensiosas que tiveram maior difusão. São poucas as estruturas de outras tipologias que chegaram até nós, mas estas permitiram-nos delinear particularidades tais como: o uso deliberado dessas estruturas tendo em vista um meio de autopromoção, seja do senhor que manda construir a fonte, seja da câmara municipal ou da parte da coroa. Há sempre um lembrete estampado de quem proporcionava água àquele local. Esteticamente alguns elementos demonstram este intuito: ameias, ornamentação, lápides com inscrições e a quantidade de tanques.

Exercemos o desafio de buscar perceber as esferas que envolviam as fontes utilizando da Arqueologia, que permitiu-nos explorar outras áreas a fim de compreender um artefacto ou uma estrutura; isto foi perceptível ao investigarmos os pontos de distribuição de água pública, pois contam-nos a história de uma localidade, de seus personagens e da maneira como eles se conectavam, fator importante para preencher as lacunas de um estudo que carecia de maiores estudos. Em virtude do que foi mencionado recorremos a bibliografia estrangeira, nomeadamente de países pioneiros nesta questão, como Espanha, França e Itália, para delinear um panorama geral sobre o nosso tema de estudo. Isto propiciou-nos compreender melhor as utilizações das fontes e chafarizes pela população e como administradores zelavam por este bem público na medida em que a

crescente sofisticação urbana e social demandava uma maior quantidade de magistrados para acompanhar a dinâmica que se formava. Podendo em muitos casos fazer uma comparação ou um estudo de caso.

A pesquisa documental realizada se mostrou de suma importância pois fora de encontro ao texto, complementando-o e tornando-se primordial para elucidar fatos e criar percepções de outros tempos. Da parte iconográfica, o *Livro das Fortalezas* de Duarte D'Armas fez-se uma janela para o quotidiano de algumas vilas do século XVI, com informações importantíssimas, entre elas: localização, tipologia e inclusivamente sobre a qualidade da água. Faziam parte de um universo idílico, sendo por vezes elementos de um cenário figurativo, em que o facto de “ir até ela” se torna um cenário de pretexto para outros atos além do óbvio. Esta temática intercorre em poesias e em outras tipologias literárias. É um espaço de sociabilidade tanto em meios urbanos quanto em meios rurais, pois a água é uma necessidade básica do ser humano.

Futuramente, seria interessante percorrer novamente as localidades e realizar pesquisas em bibliotecas e arquivos municipais ao pormenor, para encontrar maiores informações acerca das fontes de cada zona. Como já referido, eram “lugares e lugares” e informações mais pontuais seriam de suma importância para entendermos o todo. Traçar com minúcia os caminhos e vias que, de nosso objeto de estudo se associavam, reafirmaria seu ponto no espaço. Infelizmente o tempo fazia-se escasso e coube a nós uma abordagem geral sobre o tema, que se mostra inesgotável e com uma gama de possibilidades de abordagem.

Referências bibliográficas

1. Fontes Impressas

Actas Ver. Loulé = *Actas das vereações de Loulé*, vol.1, edição preparada e prefaciada por Humberto Baquero Moreno; leitura paleográfica, transcrição e notas de Luís Miguel Duarte e João Alberto Machado, Porto, 1984

AMP, Livro Antigo... – Arquivo Municipal do Porto, *Livro Antigo de Cartas e Provisões dos Senhores Reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I*, col. Documentos e Memórias para a História do Porto, 5, Publicações da Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, Porto, 1940.

= *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, ed. António Cruz, Porto, 1968

CCLP = *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium – Diplomata, Chartae et Inquisitiones*, vol. I, Fasciculus I

Chanc. D. João I = *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, org. João José Alves Dias, vol. I, tomo 1 (1433-1435), e 2 (1435-1438), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998

Chanc. D. Duarte = *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, org. João José Alves Dias, vol. I, tomo 1 (1433-1435), e 2 (1435-1438), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998

CJ = *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, org. João José Alves Dias, vol. II, tomo 2 (1387-1402) e 3 (1391-1407), vol. III, tomo 3 (1402-1428), e vol. IV, tomo 2 (1393-1433), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005-2006

Crón. 1419 = *Crónica de Portugal de 1419*, Edição Crítica com Introdução e Notas de Adelino de Almeida Calado, Universidade de Aveiro, Aveiro, 1998, pp.42-43.

- Crón. D. Fernando** = LOPES, Fernão – *Crónica do Senhor Rei Dom Fernando...*, Biblioteca Histórica, Série Régia, Livraria Civilização, Porto, 1979.
- Crón. D. João I** = LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I, segundo o código nº 352 do arquivo nacional da Torre do Tombo*, vol. I, Livraria Civilização, Porto, 1945.
- Crón. D. João II** = PINA, Rui de – *Crónica de El-Rei D. João II*, Nova Edição com prefácio e notas de Alberto Martins de Carvalho, Atlântida, Coimbra, 1950.
- Cortes D. Pedro I** = *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1986.
- Cortes D. Fernando I** = *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, vol. I (1367-1380), Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1990.
- Cortes D. Duarte** = *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Duarte (1436 e 1438)*, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2004.
- Cortes D. Manuel I** = *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002.
- DHCL 1947** = *Documentos para a História da Cidade de Lisboa. Livro I de Místicos de Reis. Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I*, Ed. da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1947.
- LLP** = *Livro das Leis e Posturas*, ed. Nuno Espinosa Gomes da Silva e Maria Teresa Campos Rodrigues, Universidade de Lisboa, Faculdade de Direito, Lisboa, 1971
- LPAnt.** = *Livro das Posturas Antigas*, ed. de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, 1974.
- Mon. Henr.** = *Monumenta Henricina*, Org. de Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado e António Joaquim Dias Dinis, 15 volumes, Coimbra, 1960-1974
- Ordenações D. Duarte** = *Ordenações Del-Rei Dom Duarte*, ed. Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1988

Ordenações Afonsinas = *Ordenações Afonsinas*, ed. de Mário Júlio de Almeida e Costa e Eduardo Borges Nunes, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984

Ordenações Manuelinas = *Ordenações Manuelinas*, Livro I, nota de apresentação Mário Júlio de Almeida Costa, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1984

PMH, Leges = *Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines*, Volumen I, Fasciculus V, a saeculo octavo post christum usque ad quintumdecimum, Iussu Academiae Scientiarum Olisiponenis, Typis Academics, MDCCCLXVI, Olisipone.

Vereações I = *Vereações - Anos de 1390-1395. O mais antigo dos «Livros de Vereações» do Município do Porto existentes no seu Arquivo*, ed. de Artur de Magalhães Basto, Porto, Câmara Municipal do Porto (Col. «Documentos e Memórias para a História do Porto», 2), 1937

Vereações II = *Vereações - Anos de 1401-1449. O segundo Livro de Vereações do Município do Porto existente no seu Arquivo*, ed. de J. A. Pinto Ferreira, Porto, Câmara Municipal do Porto (Col. «Documentos e Memórias para a História do Porto», 40), 1940

2. Estudos Gerais

ALARCÃO J.1988 = ALARCÃO, Jorge de – *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1988

ALBERTI L.B. 1452 = ALBERTI, Leon Battista – *De re aedificatoria*. On the art of building in ten books, traduzido por Joseph Rykwert, Neil Leach, and Robert Tavernor, MIT Press, Cambridge, 1988

ALBERTI L.B. 2011 = ALBERTI, Leon Battista – *Da Arte Edifcatória*, trad. do Latim de Arnaldo Monteiro do Espírito Santo; introdução, notas e revisão disciplinar de Mário Júlio Teixeira Krüger, Fundação Calouste Gulbenkian, n.205, Lisboa, 2011

- ALMEIDA C.A.F. 1968 = ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Vias Medievais Entre-Douro-e-Minho*, vol. I, Porto, 1968
- ALMEIDA M. J. M. H. 2000 = ALMEIDA, Maria José de Melo Henriques – *Ocupação Rural Romana no Actual concelho de Elvas*, tese de mestrado apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000
- ALMEIDA C.A.F. e BARROCA M.J. 2002 = ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal: O Gótico*, Editora Presença, Lisboa, 2002
- ALVAREZ ALVAREZ 1992 = ALVAREZ ALVAREZ, Cesar – *La Ciudad de Leon en la Baja Edad Media. El Espacio Urbano*, Sociedad Anonima Hullera Vasco-Leonesa, Leon, 1992
- AMARAL L.C. 1988 = AMARAL, Luís Carlos – “Subsídios Documentais para o Estudo da Propriedade Imobiliária no Concelho do Porto Medieval.”, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª Série, Vol. 5/6, Porto, 1987/1988, pp.55-132
- ANDRADE J. S. V. 1851 = ANDRADE, J.S. Veloso de – *Memória sobre chafarizes, bicas, fontes e poços públicos de Lisboa, Belém de muitos outros logares do termo*, Imprensa Silviana, Lisboa, 1851
- ANDRÉS LÓPEZ e MARTÍN-CARO SAURA 1989 = ANDRÉS LÓPEZ, José; MARTÍN-CARO SAURA, Faustino – “Organizacion, Distribuicion y Problemas derivados de la Administracion del Agua en Almeria y su vega en los años anteriores a la Reconquista" in I Coloquio de Historia y Medio Fisico, *El Agua en zonas áridas: Arqueología e Historia*, Instituto de Estudios Almeirenses, Departamento de Historia, Almeria, pp.1019-1032. Disponível em: < <https://goo.gl/J79idE> >. Acesso em: 27 jul. 2016
- ANGÉL ESPARZA 2006 = ESPARZA, Ángel et al. – “Fuentes abovedadas "romanas" de la provincia de Zamora”, *Monografías*, Arqueología en Castilla y Leon, nº6, Junta de Castilla y León, 2006

- ARAÚJO J. F. P. 2001 = ARAÚJO, Jorge Filipe Pereira de – *A administração municipal do Porto (1508-1511)*, Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2001
- ASENSIO E. 1970 = ASENSIO, Eugenio – *Poética y Realidad en el Cancionero Peninsular de la Edad Media*, Biblioteca Románica Hispánica, Editorial Gredos S.A., Madrid, 1970
- AUGUSTO O.C.G. 2012 = AUGUSTO, Octávio Cunha Gonçalves Simões – *A Praça de Coimbra e a Afirmação da Baixa, Origens, Evolução Urbanística e Caracterização Social*, Dissertação de mestrado em História da Idade Média, apresentada à Universidade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012, Disponível em: <<https://goo.gl/U2Wdlo>>, Acesso em: 05 abr., 2017
- AZEVEDO C.; FERRÃO J. e GUSMÃO A. 1963 = AZEVEDO, Carlos de, FERRÃO, Julieta e GUSMÃO, Adriano de – *Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa, vol. IV. Lisboa: Junta Distrital de Lisboa, 1963*
- BARROCA M. J. 2003 = BARROCA, Mário Jorge (2003) – “Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521)”, in *Portvgalia*, Nova Série, vol.XXIV, Porto, 2003, pp. 95-112
- BARROCA M.J. 2009 = BARROCA, Mário Jorge – “A construção de fontes na epigrafia medieval Portuguesa, séc. XIV e XV”, in *Olhares sobre a História: Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Publicação: Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009, pp.89-96
- BEAUVOIR S. 1975 = BEAUVOIR, Simone de – *O Sexto Sexo*, Os Fatos e os Mitos, volume 1, Livraria Bertrand, Lisboa, 1975
- BEIRANTE M.A. 1980 = BEIRANTE, Maria Ângela – *Santarém Medieval*, 1ª Edição, Gráficas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1980

- BEIRANTE M.A. 1988 = BEIRANTE, Maria Ângela – *Évora na Idade Média*, Dissertação de Doutoramento em História apresentado a F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1988
- BENEVOLO L. 1982 = BENEVOLO, Leonardo – *Diseño de la Ciudad, El arte y la ciudad medieval*, vol. 3, Editorial Gustavo Gili S.A., Barcelona, 1982
- BENOIT P. = BENOIT, Paul – "L'alimentation et les usages de l'eau à Paris du XIIe au XVIe siècle", Artigo científico, Laboratoire de Médiévistique Occidentale de Paris, Université Paris 1, (pre-print), Disponível em: < <https://goo.gl/96Uj9c> >. Acesso em: 08 set. 2016
- BITEL L. M. 2002 = BITEL, Lisa M. – *Women in Early Medieval Europe, 400-1100*, Cambridge Medieval TextBooks, University Press, Cambridge, 2002
- BOCCACCIO G. 1353 = BOCCACCIO, Giovanni – *Decameron*, volumes 1 e 2, trad. e prefácio Urbano Tavares Rodrigues, Relógio D'Água Editores, Lisboa, 2006
- BONACHÍA HERNANDO J.A. e VAL VALDIVIESO M.I. 2012 = BONACHÍA HERNANDO, Juan Antonio e VAL VALDIVIESO, María Isabel del – "La Cultura del Agua en la Castilla Medieval: Aspectos Materiales", in *Caminhos da Água, Paisagens e Usos na Longa Duração*, coord. Manuela Martins, Isabel Vaz de Freitas e Maria Isabel del Val Valdivieso, CITCEM, Braga, 2012, pp.143-162
- BORGES ABEL A. 1995 = BORGES ABEL, António – *Vilas de Fundação Medieval no Alentejo*, Tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada a Universidade de Évora, Évora, 1995
- BRUM FERREIRA A. 1978 = BRUM FERREIRA, A. – "Planaltos e montanhas do Norte da Beira: estudo de geomorfologia", in *Memórias Centro Estudos Geográficos*, Lisboa, 1978
- CAETANO M. 1981 = CAETANO, Marcello - História do Direito Português [1140-1495], Vol. 1, Editorial Verbo, Lisboa, 1981

- CALDEIRA J.M. 2007 = CALDEIRA, Júnia Marques – *A Praça Brasileira, Trajetória de um Espaço Urbano: Origem e Modernidade*, tese de Doutorado em História apresentada à Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007
- CAMARGO C.O. *et al.* 1995 = CAMARGO, Cacilda de Oliveira *et al.* – *Textos Medievais Portugueses, Cantigas de Nuno Fernandes Torneol*, Faculdade de Ciências e Letras, Dep. de Literatura, UNESP, Araraquara, 1995, pp.35-38
- CARDOSO I.F.B. 2002 = CARDOSO, Isabel Freitas Botelho – "El Agua en las Ciudades Portuguesas Medievales", in *Usos Sociales del Agua en las Ciudades Hispánicas de la Edad Media*, coord. Maria Isabel del Val Valdivieso, Série: Estudios de Historia Medieval, nº6, Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, Valladolid, 2002, pp.156-168
- CARVALHO A. 1996 = CARVALHO, António – "Breve caracterização das obras hidráulicas e da utilização da água em Portugal anteriormente ao século XVIII", in MASCARENHAS, José Manuel P.B.; ABECASSES, Maria Helena; JORGE, Virgolino Ferreira, *Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*, Simpósio, Fundação Oriente, Lisboa, 1996
- CARVALHO J.M. *et al.* 2005 = CARVALHO, J.M., *et al.* – "Prospecção hidrogeológica da área do sistema hidromineral das Caldas da Cavaca (Aguilar da Beira, Portugal Central): implicações na gestão dos recursos hídricos subterrâneos", In: Fernández Rubio R. (ed.), *Proceedings del I Foro Ibérico sobre Aguas Envasadas y Balnearios*, Madrid, 2005
- CASTRO A. P. 2006 = CASTRO, Alberto Pereira – *A praça-forte de Valença do Minho*, 3ª edição, Gráfica Casa dos Rapazes, Valença do Minho, 2006
- CESAR ALVAREZ A. 1992 = CESAR ALVAREZ, Alvarez – *La Ciudad de Leon en la Baja Edad Media: El Espacio Urbano*, Ed.: Sociedad Anonima Hullera Vasco-Leonesa, 1992
- CHAVES L. 1957 = CHAVES, Luís – "Costumes e tradições vigentes no século VI e na actualidade, S. Martinho de Dume: «De Correctione Rusticorum»", in *Bracara*

- Augusta*, Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga, Vol. VIII, N° 3-4 (37-38), Julho-Dezembro, Braga, 1957, pp. 243-278
- CHARTERS S. 2006 = CHARTERS, Steve – *Wine and Society, the Social and Cultural Context of a Drink*, Elsevier, Burlington (MA, USA), Disponível em: <<https://goo.gl/rfHnXf>>, Acesso em: 14 set., 2016
- CONTAMINE P. 1990 = CONTAMINE, Philippe – "Os arranjos do espaço privado, Séculos XIV-XV", in *História da Vida Privada*, Dir. de Philippe Ariès e de Georges Duby, vol. 2 (Da Europa Feudal ao Renascimento), trad. e rev. cient. Armando Luis Carvalho Homem, Edições Afrontamento, 1990, pp.421-501
- CORREIA F.S. 1944 = CORREIA, Fernando da Silva – *Estudos Sobre a História da Assistência, Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*, Instituto para a alta Cultura, Lisboa, 1944
- CORREIA F.S. 1999 = CORREIA, Fernando da Silva – *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*, Livros Horizonte, Lisboa, 1999
- COSTA A.C. 1706-12 = COSTA, Pe. António Carvalho da – *Corografia Portuguesa ou Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal...*, 3 vols., 2.a ed., Braga, 1868-69 (1.a ed., Lisboa, 1706-1708-1712)
- COSTA A.P.M. 2006 = COSTA, Adelaide Pereira Millán da – "Comunidades Urbanas de Senhorio Eclesiástico: a divergente experiência das cidades do Porto e de Braga", in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol.1, Org. DCTP e DH, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2006, pp.77-85
- CUNHA M.S. 1990 = CUNHA, Mafalda Soares da – *Linhagem, Parentesco e Poder, a Casa de Bragança (1384-1483)*, Fundação da Casa de Bragança, 1990
- CUNHA M.S. 2011 = CUNHA, Mafalda Soares da – "Bragança e a casa ducal, Comunicação política e gestão senhorial, séculos XV-XVII", in *Monumentos*, n°32, Dossiê Bragança, Disponível em: <<https://goo.gl/qVUzgx>>, Acesso em: 26 out., 2016

- D'ALMEIDA E. 1923 = D'ALMEIDA, Eduardo – *Romagem dos Séculos, I, O pão nosso de cada dia...*, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1923
- DÁVILA M.B. 2009 = DÁVILA, Maria Barreto – *D. Fernando I, 2º Duque de Bragança: Vida e Acção Política*, Dissertação de Mestrado em História Medieval, Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Univ. Nova de Lisboa, Lisboa, 2009
- DEL VAL VALDIVIESO 2006 = DEL VAL VALDIVIESO, Maria Isabel – "Apuntes sobre el protagonismo del agua en el desarrollo de una villa Vizcaína al final de la Edad Media (Portugalete)", in *Vivir del Agua en Las Ciudades Medievales*, coord. M^a Isabel del Val Valdivieso, Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, Serie: Historia, Estudios de Historia Medieval, nº7, 2006, pp.73-98
- DOMINGUES M. 2007 = DOMINGUES, Mário – *D. João II, o Homem e o Monarca*, Prefácio - Edição de Livros e Revistas, Lisboa, 2007
- DUARTE L.M. 2004 = DUARTE, Luis Miguel – "A Justiça Medieval Portuguesa (Inventário de Dúvidas)", in *Cuadernos de Historia del Derecho*, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, Disponível em: <<https://goo.gl/PcKOD2>>, Acesso em: 26 out., 2004
- ESPANCA T. 1957 = ESPANCA, Túlio – *Património Artístico do Concelho de Évora*, Arrolamento das Freguesias Rurais, Câmara Municipal de Évora, Évora, 1957
- ESPANCA T. 1966 = ESPANCA, Túlio – *Inventário Artístico de Portugal*, vol. VII, *Concelho de Évora*, tomos 1 e 2, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1966
- ESPANCA T. 1975 = ESPANCA, Túlio – *Inventário Artístico de Portugal*, vol. VIII, *Distrito de Évora - Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*, tomos 1 e 2, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1975
- ESPANCA T. 1978 = ESPANCA, Túlio – *Inventário Artístico de Portugal*, vol. IX, *Distrito de Évora - Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo*,

- Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*, tomos 1 e 2, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1978
- ESPANCA T. 1992 = ESPANCA, Túlio – *Inventário Artístico de Portugal*, vol. XII, *Distrito de Beja - Concelhos de Alvito, Beja, Cuba, Ferreira do Alentejo e Vidigueira*, tomos 1 e 2, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1992
- FARELO M. S. S. 2009 = FARELO, Mário Sérgio da Silva – *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-433)*, Dissertação apresentada a Universidade de Lisboa, 2009
- FERREIRA P. C. 2014 = FERREIRA, Paulo Costa – "Do Ofício de Almotacé na cidade de Lisboa (século XVIII)", in *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª Série, nº 1, Lisboa, janeiro-junho 2014, pp.55-82
- FIGUEIREDO M. A. S. 1996 = FIGUEIREDO, Maria Amélia da Silva Alves do Santos – *A Administração Municipal do Porto entre 1488 e 1498 segundo o Livro 6 de Vereações*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1996
- FLORENCIA MENDIZÁBAL 2011 = FLORENCIA MENDIZÁBAL, María – "La Aljama Mudéjar de Segovia y el caso de su ilustre Alfaquí (ss. XIV-XV)", in *Actas de las Septimas Jornadas Internacionales de Historia de España, Tomo X*, dir. María Concepción Rodríguez, Fundacion para la Historia de España, Buenos Aires, 2011, pp.69-76
- FONSECA F. 1728 = FONSECA, Pe. Francisco da – *Evora gloriosa: epilogo dos quatro tomos da «Evora illustrada» que compoz o R. P. Manuel Fialho, da Companhia de Jesus, accrescentada e amplificada (...)*, Roma, na Officina Komarekiana, 1728
- FREITAS I.V. 2012 = FREITAS, Isabel Vaz de – "A Água no «Livro das Fortalezas» de Duarte D'Armas", in *Caminhos da Água, Paisagens e Usos na Longa Duração*, coord. Manuela Martins, Isabel Vaz de Freitas e Maria Isabel del Val Valdivieso, CITCEM, Braga, 2012, pp. 163-178

- FREITAS I.V. 2015 = FREITAS, Isabel Vaz de – "Água e Emoções entre a Paisagem real e a imaginada: fontes decorativas no Jardim dos Amores e nos Jardins do Paraíso", in *La Percepción del Agua en la Edad Media*, coord. Maria Isabel del Val Valdivieso, Alicante: Universitat d'Alacant, Alicante, 2015, pp. 85-99
- GONÇALVES I. 1987 = GONÇALVES, Iria – *As Finanças Municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Arquivo Histórico, Câmara Municipal, Porto, 1987
- GONÇALVES I. 1989 = GONÇALVES, Iria – *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV*, Universidade Nova de Lisboa, FCSH, Lisboa, 1989
- GONÇALVES I. 2011 = GONÇALVES, Iria – "A mesa itinerante dos nossos primeiros reis", in *A mesa dos Reis de Portugal*, Ofícios, Consumos, Cerimónias e Representações (séculos XIII-XVIII), coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Circulo de Leitores, pp.286-303
- GRILO M. L. 1994-95 = GRILO, Maria Ludovina B. – *O Concelho de Évora nas Memórias Paroquiais de 1758* (Conclusão), A Cidade de Évora, Câmara Municipal, 2ª Serie, nº 1, Évora, 1994-95, pp. 89-156
- GUILLERME A. 1985 = GUILLERME, André – "Puits, Aqueoducs et Fontaines: L'alimentation en eau dans le Villes du Nord de la France, Xe-XIIIe Siecles", in *L'Eau au Moyen Age*, SENEFIANCE, nº15, Publications du Cier Ma, Université de Provence, Editions Jeanne Laffitte, Marseille, 1985, pp.185-200
- HEERS J. 1990 = HEERS, Jacques – *La Ville au Moyen Âge en Occident*, Paysages, Pouvoirs et Conflits, Librairie Arthème Fayard, Paris, 1990
- JEANROY A. 1969 = JEANROY, Alfred – *Les Origines de la Poésie Lyrique en France au Moyen Age*, Librairie Honoré Champion, Éditeur 7, Paris, 1969, pp.308-338
- JORGE R. 1888 = JORGE, Ricardo – *Saneamento do Porto*, Relatório apresentado á Comissão Municipal de Saneamento, Typographya de António José da Silva Teixeira, Porto, 1888.

- JORGE V. F 1996 = JORGE, Virgolino Ferreira – “Sistema Hidráulico do Convento Dominicano de Santa Maria da Vitória (Batalha)”, in MASCARENHAS, José Manuel P.B.; ABECASSES, Maria Helena; JORGE, Virgolino Ferreira, *Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*, Simpósio, Fundação Oriente, Lisboa, 1996, pp.105-127
- KUCHER M. 2005 = KUCHER, Michael – "The use of water and its regulation in Medieval Siena", in *Journal of Urban History*, Vol. 31, No. 4, Sage Publications, Tacoma (Washington), May 2005, pp.504-536
- LA RONCIÈRE C. 1990 = LA RONCIÈRE, Charles de – "A vida privada dos notáveis toscanos no limiar do Renascimento", in *História da Vida Privada*, Dir. de Philippe Ariès e de Georges Duby, vol. 2 (Da Europa Feudal ao Renascimento), trad. e rev. cient. Armando Luis Carvalho Homem, Edições Afrontamento, 1990, pp.163-309
- LACERDA J. L. P. P 1804 = LACERDA, João Limpo Pimentel Pereira de – *Mappa historico, politico, militar e moral da cidade de Évora...*, 2 Vol., Lisboa, 1804
- LARANJO F. J. C. 1993 = LARANJO, F. J. Cordeiro – *Vultos e Ruas de Lamego*, Câmara Municipal de Lamego, 1993
- LARANJO F. J. C. 1995 = LARANJO, F. J. Cordeiro – *No Compasso do Concelho de Lamego (24 Freguesias)*, Câmara Municipal de Lamego, 1995
- LE GOFF J. 1989 = LE GOFF, Jacques – "Construcción y Destrucción de la Ciudad Amurallada. Una aproximación a la reflexión y a la investigación", in *La Ciudad y las Murallas*, Cesare De Seta e Jacques Le Goff (eds.), Catedra, Arte. Grandes Temas, Madrid, 1989, pp. 11-20
- LEITE J. E. 1836 = LEITE, João Evangelista Gomes, CMPRT – *Descrição histórica das arcas, fontes e aquedutos da cidade do Porto...*, Arquivo da Câmara Municipal do Porto, cota A-PUB/6325, 1836
- LUNA I. e CARDOSO G. 2009 = LUNA, Isabel; CARDOSO, Guilherme – *Porta da Corredoura, Torres Vedras: Relatório dos Trabalhos Arqueológicos*, Camara

- Municipal de Torres Vedras, Museu Municipal Leonel Trindade, Torres Vedras, 2009
- MAGNUSSON R.J. 2001 = MAGNUSSON, Roberta J. – *Water Technology in the Middle Ages: cities, monasteries, and waterworks after the Roman Empire*, The Johns Hopkins University Press, University of Oklahoma, Oklahoma, 2001
- MANTAS V. G. 1993 = MANTAS, Vasco Gil - "A rede viária no actual território português", in J. Medina (ed.), *História de Portugal: O mundo luso-romano*, vol.III, Ediclube, Amadora, 1993, pp. 213-230
- MARQUES A.H. e SERRÃO J. 1987 = MARQUES, A.H. de Oliveira e SERRÃO, Joel – *Nova História de Portugal*, Vol. IV, "Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV", Editorial Presença, Lisboa, 1987
- MARQUES A.H. et alii 1990 = MARQUES, A.H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (Séculos XII-XV)*, vol. I, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1990
- MARQUES A.H. 1997(a) = MARQUES, A.H. de Oliveira – “Le Rossio de Lisbonne: son rôle social au cours des siècles”, in *La Rue, lieu de sociabilité?*, textes réunis par Alain Leménorel, Publ. de l’Université de Rouen, Rouen, 1997, pp. 83-86
- MARQUES A.H.O. 1997(b) = MARQUES, A.H. de Oliveira – *História de Portugal*, Vol. I, "Das Origens ao Renascimento", 13ª Edição, Editorial Presença, Lisboa, 1997
- MARQUES J. 1980 = MARQUES, José – “D. Fernando da Guerra e o abastecimento de água à cidade de Braga no segundo quartel do século XV” in *Minia*, 2a série, 3(4), pp.127-138, 1980
- MARQUES J. 1985 = MARQUES, José – "D. Afonso IV e a Construção do Alcácer do Castelo em Olivença", *História*, Revista da Faculdade de Letras, II Série, vol. II, Universidade do Porto, Porto, 1985

- MARQUES J. 2002 = MARQUES, José – “Práticas paleográficas em Portugal no século XV”, in Revista da Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, I série, vol. I, Porto, 2002, pp.73-96
- MARTÍN CEA J.C. e VILLANUEVA ZUBIZARRETA O. 2012 = MARTÍN CEA, Juan Carlos e VILLANUEVA ZUBIZARRETA, Olatz – "La Cultura del Agua en la Castilla Medieval: Aspectos Inmateriales", in *Caminhos da Água, Paisagens e Usos na Longa Duração*, coord. Manuela Martins, Isabel Vaz de Freitas e Maria Isabel del Val Valdivieso, CITCEM, Braga, 2012, pp.125-142
- MARTÍNEZ TORREJÓN 2016 = MARTÍNEZ TORREJÓN, José Miguel – “That is History, or the Story of Évora’s Roman Arch”, in *Românica*, números 22-23, Faculdade de Letras de Lisboa, Departamento de Literaturas Românicas, Lisboa, 2016, pp.57-78
- MASCARENHAS J.M. e FERNANDES T.S. 1996 = MASCARENHAS José Manuel e FERNANDES Teresa Matos – "Os Sistemas Hidráulicos do Mosteiro da Flor da Rosa (Crato), in *Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*, Fundação Oriente, Lisboa, 1996, pp.299-320
- MÉNDEZ FERRÍN 1966 = MÉNDEZ FERRÍN, X. L. – *O Cancioneiro de Pero Meogo*, Centro de Estudos Fingoy, Editorial Galaxia, Vigo, 1966
- MOREIRA R. 2012 = MOREIRA, Rafael – "Idear a Arquitetura", in *A Arquitetura Imaginária: Pintura, Escultura, Artes Decorativas*, Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa, 2012, pp.33-62
- N. N. 1868 = *Das alte und das neue Nürnberg, historisch-topographisch beschrieben...*, C. H. Zeh'sche Buchhandlung, Nürnberg, 1868, p.42, Disponível em: <https://archive.org/details/bub_gb_szpCAAAAcAAJ>. Acesso em: 27 fev. 2017
- NOGUEIRA V. 2001 = NOGUEIRA, Vítor – *Águas Públicas de Vila Real: do Século XIII ao Século XX*, 1ª edição, SMAS (Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Real, Minerva, Vila Real, 2001

- OLIVA HERRER, R.H. 2006 = OLIVA HERRER, Rafael Hipólito – "Concejo, Cabildo y Políticas del agua en Palencia a fines de la Edad Media", in *Vivir del Agua en Las Ciudades Medievales*, coord. M^a Isabel del Val Valdivieso, Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, Serie: Historia, Estudios de Historia Medieval, n^o7, 2006, pp.51-72
- OLIVEIRA A. R. 2015 = OLIVEIRA, Ana Rodrigues – *O dia-a-dia em Portugal da Idade Média*, 1^a edição, Esfera dos Livros, Lisboa, 2015
- OPITZ C. 1990 = OPITZ, Claudia – "O quotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500)"; in DUBY, Georges; PERROT, Michelle – *História das Mulheres no Ocidente*, A Idade Média, Vol. 2, Edições Afrontamento, Porto, 1990, pp.353-453
- PAIO A.C.R. 1999 = PAIO, Alexandra Cláudia Rebelo – "Praça nas Novas Vilas Medievais, Séculos XIII-XIV. Estudo Comparativo", in *A Praça na Cidade Portuguesa*, Manuel C. Teixeira (coord.), Colóquio Portugal-Brasil, Livros Horizonte, Lisboa, 1999, pp.27-41
- PASSOS C. 1955 = PASSOS, Carlos – "O campo de Mijavelhas e a Quinta do Reimão", in *Boletim Cultural da Camara Municipal do Porto*, vol. XVIII, Março-Junho, fasc.1-2, pp.85-123, Porto, 1955
- PEREIRA G. 1887 = PEREIRA, Gabriel – *Documentos Historicos da Cidade de Evora*, primeira parte, Typographia Economica de José d'Oliveira, Évora, 1887
- PIPONNIER F. 1990 = PIPONNIER, Françoise – "O Universo Feminino: Espaços e Objetos"; in DUBY, Georges; PERROT, Michelle – *História das Mulheres no Ocidente*, A Idade Média, Vol. 2, Edições Afrontamento, Porto, 1990, pp.441-459
- PIRAS A. 2012 = PIRAS, Antonella – *La rappresentazione del paesaggio toscano nel Trecento*, Firenze University Press, Firenze, Disponível em: <<http://digital.casalini.it/9788866552840>>, Acesso em: 26 set., 2012
- PLAZA DE AGUSTÍN 2016 = PLAZA DE AGUSTÍN, Javier – "Agua y desarrollo urbano en la Castilla medieval: aportaciones a su estudio en la ciudad de

- Guadalajara", *En la España Medieval*, vol.39, Disponível em: <goo.gl/jQQ29b>, Acesso em: 06 set., 2016, pp.249-273
- RAU V. 1983 = RAU, Virgínia – *Feiras medievais portuguesas: subsídios para o seu estudo*, Editorial Presença, Lisboa, 1983
- REDENTOR A. 2006 = REDENTOR, Armando – “A vila de Vinhais: da sua fundação e amuralhamento”, Acta 2, in *II Congresso de Arqueologia, Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior: Da Idade Média à Contemporaneidade*, ambientes e musealização, 15 de Maio de 2006, pp.22-30
- RIERA-MELIS A. 2001 = RIERA-MELIS, Antoni – "Sociedade Feudal e Alimentação (séculos XII-XIII)", in *História da Alimentação, Da Idade Média aos Dias Actuais*, vol.2, dir. Jean-Louise Flandrin e Massimo Montanari, Terramar, Lisboa, 2001, pp.11-29
- RODRIGUES F.C.P. C. 2007 = RODRIGUES, Fátima Cristina Pinto Coelho – *O Urbanismo, a Arquitectura e a Construção no Porto Medieval*, dissertação de Mestrado apresentado a FLUP, Porto, 2007
- RODRIGUES A. M. S. A. 1995 = RODRIGUES, Ana Maria Seabra de Almeida – *Torres Vedras, a vila e o termo nos finais da Idade Média*, Fundação Calouste Gulbenkian, Braga, 1995
- ROSEIRA M. J. Q. 1981 = ROSEIRA, Maria João Queiroz – *Lamego, um passado presente*, Chorografia, Lisboa, 1981
- ROSSA W. e ANDRADE A. 1998 = ROSSA, Walter; ANDRADE, Amélia – “La plaza portuguesa: acerca de una continuidad de estructuras y funciones”. In TUDA RODRIGUEZ, Isabel; CORRALES GÓMEZ, Eva – *La plaza en Espana e Iberoamérica : el escenario de la ciudad*, Museo Municipal de Madrid, Madrid, 1998, pp. 99-109
- SILVA A. V. 1939 = SILVA, A. Vieira da – *A Cerca Moura de Lisboa, Estudo histórico descritivo*, 2ª edição, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1939.

- SILVA C. G. 2008 = SILVA, Carlos Guardado da – *Torres Vedras Antiga e Medieval*, Camara Municipal de Lisboa, Lisbo, 2008
- SIMPLICIO M. D. V. M. 2003 = SIMPLICIO, Maria Domingas V.M. – "Évora: Origem e Evolução de uma Cidade Medieval", *Revista da Faculdade de Letras*, Geografia 1 série, vol. XIX, Porto, 2003, pp.365-372
- SEGURA GRAIÑO C. 1984 = SEGURA GRAIÑO, Cristina – "El abastecimiento de agua en Almería a fines de la Edad Media", *En la España Medieval*, n.5, Universidad Complutense de Madrid, Departamento de Historia Medieval, Madrid, 1984, pp.1005-10
- SEGURA GRAIÑO C. 2006 = SEGURA GRAIÑO, Cristina – "Los Oficios del agua", in *Vivir del Agua en Las Ciudades Medievales*, coord. M^a Isabel del Val Valdivieso, Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, Serie: Historia, Estudios de Historia Medieval, nº7, 2006, pp.11-24
- SEIXAS M.M.S. 2010 = SEIXAS, Miguel Metelo de – "As insígnias municipais e os primeiros armoriais portugueses: razões de uma ausência", *Ler História*, nº58, Lisboa, 2010
- SEQUEIRA G. M. 1949 = SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Santarém*, III, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1949
- SOUSA A.C. 1674-1759 = SOUSA, António Caetano de – *História genealógica da casa real portuguesa...*, Livro VII, Tomo VIII, Lisboa Occidental: Na Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1735-1749
- SOUSA F. e GONÇALVES S. 1987 = SOUSA, Fernando de; GONÇALVES, Silva – *Memórias de Vila Real*, 2º Volume, Arquivo Distrital de Vila Real, Câmara Municipal de Vila Real, 1987
- SQUATRITI P. 1998 = SQUATRITI, Paolo – *Water and Society in Early Medieval Italy, AD 400–1000*, Cambridge University Press, New York, 1998

- SOWINA U. 2006 = SOWINA, Urszula – "L'eau comme propriété. Contribution aux études sur le contrôle des eaux dans les villes Polonaises aux XVème-XVIème siècles", in *Vivir del Agua en Las Ciudades Medievales*, coord. M^a Isabel del Val Valdivieso, Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, Serie: Historia, Estudios de Historia Medieval, n^o7, 2006, pp.37-50
- TAVARES M. A. S. 2007 = TAVARES, Maria Alice da Silveira – *Vivências quotidianas da população urbana medieval: o testemunho dos Costumes e Foros da Guarda, Santarém, Évora e Beja*, Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007
- TEIXEIRA F. M. A. C. 1994 = TEIXEIRA, Francisco Manuel de Almeida Correia – "A Fonte das Figueiras em Santarém: Siglas dos Pedreiros e Arquitectura" in I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, *Actas*, Câmara Municipal de Santarém, 6-8 de Novembro (1992), Santarém, 1994, pp.181-185
- TEIXEIRA M.C. e VALLA M. 1999 = TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida – *O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII*, Portugal-Brasil, Livros Horizontes, Lisboa, 1999
- TORRES M.A.M. 1861 = TORRES, Manuel Agostinho Madeira – *Descrição historica e economica da villa e termo de Torres-Vedras: parte historica*. 2.^a ed, acrescentada com algumas notas dos editores, Imprensa Univesitária, Coimbra, 1861
- TRINDADE L. 2014 = TRINDADE, Luisa – "A água nas cidades portuguesas entre os séculos XIV e XVI: a mudança de paradigma", in M. M. Lozano Bartolozzi & V. Méndez Hernán, (coord. y ed.), *Patrimonio cultural vinculado con el agua. Paisaje, urbanismo, arte, ingeniería y turismo*, Editora Regional de Extremadura, Mérida, pp. 363-376
- VASCONCELOS I.P. 1740 = VASCONCELOS, Inácio da Piedade – *História de Santarém edificada: que dá noticia da sua fundação...*, Tipografia Ocidental, Lisboa, 1740
- VASCONCELOS J. L. 1917 = VASCONCELOS, J. Leite de – *O Archeologo Portugues*, Colecção Ilustrada de Materiais e Notícias, Vol. XXII, publicada pelo Museu Etnológico Português Imprensa Nacional, Lisboa, 1917

- VIEIRA J. 1926 = VIEIRA, Júlio – *Torres Vedras antiga e moderna*, Tip. da Sociedade Progresso Industrial, Torres Vedras, 1926
- VITERBO S. 1988 = VITERBO, Sousa – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, vol.3, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa, 1988
- VITORINO P. 1941 = VITORINO, Pedro – “A Ponte do Poço das Patas”, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol.IV, fasc.1, Porto, 1941, pp.63-71
- WISPELWEY B. 2010 = WISPELWEY, Berend – *Biographical Index of the Middle Ages: Biographischer Index des Mittelalters. Index Biographique du Moyen-Âge*, De Gruyter Saur, Berlin, 2010, p. 137

Anexos

Anexo 1. – Documentos Gerais Sobre Fontes, Chafarizes e uso da Água

Doc. 1

[1188-1230] – *Foros e Costumes de Castelo Bom outorgados por Afonso IX de Leão.*

Publ.: *PMH, Leges*, p. 763.

Fonte que nace inter quadrielas

Tota fonte que nace inter quadrielas et fuerit fonte de regar, quomodo parten la hereditate partan el aqua: et in quali hereditate nascierit, ipse accipiat primero, et sic per ordinem, et duos dies andet foras et el quarto die tornet a la hereditate ubi nasce. Et illos qui non uenerint al calze cauar uel fonte mondar non habeat ibi partem. Et qui la furtare aud disturbare in die alieno sua aqua pectet ei ii morabitanos et duplet illi sua aqua, si firmare potuerit, sin autem iuret alius cum uno uicino et alter non det manquadra. Et si non iurauerit aut de plazo cadiderit, pectet ei ii morabitanos.

Tota fonte perenal que

Tota fonte perenal que arroio iactaret, in qualicunque hereditate sit, det iii brazadas por carrera in anplo a todo redor de la fonte et serret suo labor, si alia aqua non habuerint habundanter, et hoc sit ad illos qui in ipsa aldea morauerint, et non ad alios de altera aldea. Et qui pozo cauare in sua hereditate non det aqua ulli per foro.

✧

Doc. 2

[1188-1230] – *Foros e Costumes de Castelo Bom outorgados por Afonso IX de Leão.*

Publ.: *PMH, Leges*, p.769.

Las aguas de las goteras

Totas las aguas de las goteras et de los corrales et de calles pro ut mandauerint
alcaldes et boni homines per ibi uadant directe.

✧

Doc. 3

[1118-1230] – *Foros e Costumes de Alfaiates outorgados por Afonso IX de Leão. De los
menestrales e de rios e de fontes e de barco, de pescadores, de azenias, de moinos.*

Liver VI.us

Publ.: *PMH, Leges*, pp. 808-809.

Tota Fonte

Tota fonte que nase inter quadrielas et fuerit fonte de regare, quomodo partent la
hereditatem partant el agua, et in quale hereditate nascierit ipse ae primero et sic per
ordinem, et II dies andet foras, et al quarto die tornet a la hereditate ubi nasce : et illi qui
non uenerit al calze cauare uel fonte mundar non habeat ibi partem, et qui la furtauerit aut
desturbauerit in die alieno sua aqua pectet II morabitos et dupplet illi sua aqua sit (sic)
firmare potuerit, sin autem iuret alius cum I uicino sine manquadra, et si non iurauerit aut
de plazo ceciderit pectet II morabitos.

Tota fonte perenal que arruio iactaret in qualicumque hereditate sit de tres
brazadas per carrera in amplo de toto redor de la fonte det tres braçadas in amplo et serret

suo labor si alia aqua non habuerint habundanter, et hoc sit ad qui in ipsa aldea (sic) : et qui pozo cauare in suo hereditate non det aqua ulli per foro. Et ad palomar similiter det tres passadas ad toto redor qui habuerit ad facere casa in aldea iuxta illam.

✥

Doc. 4

[1209] – *Foros e Costumes de Castelo Rodrigo outorgados por Afonso IX de Leão. De los menestrales e de rios e de fontes e de barco, de pescadores, de azenias, de moinos. Liver VI.us*

Publ.: *PMH, Leges*, p. 881.

XXII - Capitulo de las fontes

Toda fonte pereal que arroyo geytare en qualquer hereditat seia de m braçadas por carreya en ancho a todo redor de la fonte, e cerre su lauor si outra agua non ouer a bondo : e esto seia aquellos que sua hereditat non de agua a ninguno per foro (sic). Toda fonte que nasce entre quadrelas, e fore fonte de regar, como parten la hereditat partan la agua. E en qual hereditat nascire esse tome primeyro : E assi per orden, e n dia ande fóra e el quarto dia torne la hereditat hu nasce. E aquellos que non ueeren al coliz cauar ó fonte mondar non aia hy parte. E qui la furtare ou destoruare en dia alleno sua agua peyte n morabitanos e doble lle sua agua si firmar poder, sinon iure el outro con r uizino, e el outro non dê manquadra. E si non iurare ó de plazo cayre peyte n morabitanos.

✥

Doc. 5

[1209] – *Foros e Costumes de Castello-Melhor outorgados por Afonso IX de Leão. De los menestrales, e de rrios, e de fontes, e de barco, e de pescadores, e de azenhas, e de molinos. Libro Sexto.*

Publ.: *PMH, Leges*, p.926.

Tota fuente perenal que aroyo echare en qualquier hereditat seya de III braçadas por carera en ancho a todo redor de la fonte, e cerre seu lauor sin (*sic*) otra agua non ouier abondo : e esto seja aquellos que su hereditat non den agua a ninguno per foro. Toda fonte que nasce entre cuadrelas, e fore fonte de regar, como parten la hereditat partan la agua : e en qual hereditat nasciere esse tome primero : e ansi per horden, e II dias ande fóra e el quarto dia torne a la hereditat onde nasciere : e aquellos que non ouieren (*sic*) al coliz cauar que (*sic*) fonte mondar non aya y parte : e qui la furtare ó destoruaree en dia alleno sua agua peyte II morabitanos e doble lle su agua si firmar podier, sinon iure el otro con I uizino, e el otro non dê mancuadra : e si no iurare e de plaso cayere peyte II morabitanos.

✦

Doc. 6

1361, Maio, 28, Elvas – *Artigos feitos em Elvas diante do rei D. Pedro I e do Clero.*

Publ.: *Cortes D. Pedro I*, Capítulos do Clero, Cortes de 1361, Elvas, [Art. 1.º] fl.19, p.14

Primeiramente dizem os os [*sic*] dictos arçebispo e bispos e outros perllados e clerjguos da dicta nossa terra que os nossos corregedores e Justiças costramgiam hos clerjguos e pessoas // das Jgrejas, e os llauradores, das erdades das dictas Jgrejas que paguasem Com hos leyguos em talhas em fomtes pera Refazimemto dos muros e pera

outras cousas o que era contra a liberdade da Jgreja e contra a ley del rrey dom affomssso
nosso vysauoo e contra ho arrtigo Jurado que amtre nos e a Jgreja,

A este arrtigo Respomdemos que sempre nosa vomtade ffoy que os djreitos e
liberdades da Jgreja sseJam guardados como deuem e sobre aquella cousas que sam
Comtehudas no dicto arrtigo mamdamos que se guarde e vsse ssobre ello pella guyssa
que se sempre vsaram ate morte del rrey nosso padre a que deus perdoe e depois ate
guora,,

✚

Doc. 7

1361, Maio, 30, Elvas – *Capítulos Especiais de Coimbra.*

Publ.: Cortes D. Pedro I, Capítulos Especiais de Coimbra, 2º documento, [Art. 2.º], p.93

Item ao que dizem que quando Aconteçe que AJam de ffazer ou Refazer pontes e
fontes e muro da dicta Çidade todos aquelles que hj am Erdades e beens am de pagar em
eses labores dos sobredictos cada huu como lhj Aconteçe segundo A valya dos beens que
ouuer E que Pero alguus Rjcos homeens Caualeiros hordeens e Jgreias e crerigos e alguas
outras Pessoas poderossas AJam na dicta Çidade ou em sseu termho Erdades e beens de
Rajz nom querem hy pagar nemhua Couse como quer que sse AJudem deses labores e de
direito seiam theudos de pagar em ello Polla qual Razom som moytos Agrauados E que
fose mha merçee que mandase que os ssobredictos e outros quaesquer que na dicta Çidade
ou em seu termho ouuerem beens de Raiz AJudem A pagar nas Cousas sobredictar
segundo lhij Aconteçer na tauçassom dos beens que ouuer.

E eu Veendo o que me pedyom Tenho por bem e mando que os ssobredictor
paguem todos no que dicto he como o direito manda e que os aluazys da dicta Çidade os
costrangom que paguem em ello pellos beens que ouuerem cada huu como Aconteçer de
pagar.

Doc. 8

1371, Agosto, 8, Lisboa – *Reparações nos canos, pois as fontes e chafarizes não têm água.*

Publ.: Cortes D. Fernando I, Capítulos Gerais dos Povos, [Art. 62.º], pp.44-45

Ao que dizem aos lx e ii artigos que em alguns logares do noso Senhorio sse fazem e rrefazem muijas pontes e fontes e calçadas E que os conçelhos lançam pera elo antre sij talhas e fintas e sysas mays açrecentadas do que ssoem E que ha hj clerigos E jgreias [sic] e figaldos que am muijtos beens e rendas grandes e nom querem delas pagas nenhuã cousa pelos beens que am que todos fforom de pessoas leijgas de que os cobrarom E sse os querem penhorar O bispo escomunda porem os que fazem (...)

✠

Doc. 9

1371, Setembro, 18, Lisboa – *Capítulos Gerais dos Povos.*

Publ.: Cortes D. Fernando I, [Art. 10.º], p.72

Item ao que dizedes que sodes agrauados porque alguns da dicta villa e termo se chamam da adiça E estes som vizinhos e moram conthinuadamente em a dicta villa e termo della e ham os seujceiros e as / outras proes como caha huu dos vizinhos que hi moradores som E quando acontece que som chamados e demandados por algumas cousas que seiam tehydros dar refazimentos do muro e barracaam e coua e fontes e calçadas e outras cousas dizem que nom som theudos responder perante os aluazijs da dicta villa nem serujr com os vizinhos nas dictas obras porque dizem que Som da jurdiçom da adiça. (...)

E Nos veendo o que nos pedir enujastes Teemos por bem e mandamos aos jujzes da dicta villa que veiam os dictos seus priujllegios e as cartas que depois de nos ouuerom presente o procurador desse concelho e façam o que for djreito. (...)

✦

Doc. 10

[1373] CAPITULO LXXIII – *Como elRei Dom Henrique chegou sobre Lixboa, e da maneira que os da çidade tenerom em se recolher.*

Publ.: *Crón. D. Fernando*, pp.193-195.

(...) Os de Lisboa, quando souberom como elRei Dom Hemrrique passara per Santarem, e que elRei Dom Fernando nom saira a elle, nem lhe mandara embargar sua vijmda, forom postos em mujto cuidado, por a gram perda que de receber emtemdiam, por que a çidade era toda devassa e sem nenhuum muro, hu avia mais gente; e nom tjinha outra guarda nem defenssom, salvo a çerca velha, que he des a porta do ferro ataa porta dalfama, e des o chafariz delRei ataa porta de Martim Moniz, e toda a outra çidade era devassa, na qual moravam mujtas gentes avomdadas de grandes riquezas e beens (...)

✦

Doc.11

[1384] CAPITULO LXXX – *Das razooens que elRei Dom Henrique ouve com Diego Lopez Pacheco, sobre o cerco de Lixboa.*

Publ.: *Crón. D. Fernando*, pp. 209-210.

(...) ca as gentes eram tantas demtro, assi da çidade come do termo, que parecia multidom de mujto gaado em pequeno curral, de guisa que secavom da augua o chafariz delRei, que he huuma muj grande e muj fremosa fomte, abastada de grande avondança dauga, que

continuamente corre; e ante sahiam fora, quando vjam tempo aazado, a buscar augua em outras fontes, posto que fosse com grande seu perijgo. (...)

✧

Doc. 12

[CAPITULO CXIX] – *COMO OS DO PORTO SAHIROM FORA DA ÇIDADE PERA PELLEJAR COM OS GALLEGOS.*

Publ.: *Crón. D. João I*, pp.232-233.

QUAMDO os da çidade souberom como os Castellaãos eram em aquell logar, e a voomtade com que viinham, ouverom todos seu acordo dizado huus aos outros: Estas getes que alli jazem som muitas e boas, e veem com emteemçom de çercar esta çidade, e a tomar se poderem; pois nos, çercados delles, ou nos leixaremos aqui jazer emçarrados, come gaado em currall, e nom sahiremos fora, ou lhe poeremos a praça; se nom sahiremos fora, esto sera a nos mui gramde mingua e prasmo, pois compre todavia de sahiremos; ca em outra guisa, que vergonha seria a nossa? Veermos nos a çidade çercada de nossos emmiigos, que querem aver de nos homrra, e provar pera quato ssomos, e nos nom curarmos dello e estarmollos oolhamdo do muro come molheres? Porem nom devemos acomssemrir que elles levem de nos tall louvor, e a vergonha fique com nosco, leixamdoos chegar aqui aa sua voomtade; mas sayamos a elles em toda guisa, e nehoo aja rreçeo, ca Deos sera em nossa ajuda.

(...)

Elles todos prestes com gramde esforço e voontade, sahirom todos fora, e foromsse apousemtar ao chafariz de Mijavelhas que he pequeno espaço da çidade; ca porque nom eram emcavallgados, e era ja sobre a tarde, nom ousarom dhir mais lomge, e atemderonos alli; e quando virom que nom pareciam, tornaromsse pera a çidade, e nom sse fez mais por emtom.

Doc. 13

1385, Março, 3, Loulé – *Reparações nos canos, pois as fontes e chafarizes não têm água.*

Publ.: *Actas Ver. Loulé*, vol.I, pp.64-65.

Derom a Joane Anes adubar os canos.

Primeiro dia de Março foi em em quarta fera.

Era de mil quatrocento e viinte e tres anos tres dias de Março em Loulé nos Paaços do Concelho seendo hi Steve Anes juiz Stevam Vaasquez Lourenço Anes vereadores Lourenço Afonso procurador do Concelho e outro homens bons da dicta vila per Concelho apregoado e pera o que se adeante sege chamados por Martin Afonso Pato pregoeiro do Concelho os dictos homens boons vendo que os bois que lavravam arredor da vila lazeravam porque os canos velhos e fonte do horminhado nom tinham água «porque» que beber e pella seca grande os bois lazeravam porem fizeram avença com Joham Anes pedreiro do dicto logo que siia presente que fizesse hir agua aos dictos chafarizes do canos e da fonte do orminhado e que estem chios d'agua e seguros deste dia ataa hum ano e as despesas suas delle Joham Anes e que se obrigavam a dar ao dicto Joham Ane polo dicto ano dez e seiis libras de dinheiros portugueses as quais lhi daria e pagariom per eta gisa logo dez libras e as seiis libras «acabado ho ano» a Sa'Miguel deste ano e a lhos dar e pagar obrigarom os beens e rendas do Concelho. E mandam ao dicto procurador que lhi faça logo a primeira paga e aa que depos elle veer a segunda paga e ao escrivao do Concelho que lhas ponha–

[folha 12]

(...) chafarizes e fazer os logo estar chios e asi os leixar ao acabamentoo delle. E desto o dicto Joham Anes pedio hum stormento feito. Testemunhas Diego Rodriguez e Paaí Gonçallvez e Vasco Fernandez tabeliaes e outros. Eu Domingos Gonçallvez tabeliom sto screvi.

(Assinaturas):

Steue Anes

Lourenço Anes

Steuam vasquez

✚

Doc. 14

[s.d.] – *Como os vereadores devem rrequerer os muros E as fontes*

Publ.: *Ordenações D. Duarte*, doc. 325v, p. 516

Outrossy devem Senpre Requerer os muros E as pontes E as calçadas E as fontes porque som proll do comuum E devem catar se o conçelho nom ha rrenda pera esto honde aJam o Mais sen dano da terra que se pode fazer

✚

Doc. 15

1392, Dezembro, 19 – *João Garcia, mestre-pedreiro, recebe a paga de um Chafariz*

Publ.: D'ALMEIDA 1923 = D'ALMEIDA, Eduardo – *Romagem dos Séculos*, I, O pão nosso de cada dia..., Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1923. Arquivo Municipal da Câm. de Guim., Pergaminho n.º38

Saibam todos que presente mim Alvaro Anes tabellião d'el-rei na villa de Guimarães e as testemunhas adeante scriptas em a dita villa na crasta de Santa Maria estando ahi João Garcia pedreiro mestre da obra da dita Igreja conheceu e confessou que recebera de Steuão Gonsalves morador da dita villa na rua da Ferraria que presente estava como procurador do concelho da dita villa que foy no anno da era de 1428 annos 800 libras d'esta moeda que ora corre de 10 soldos o raial que no dito tempo ainda avia d'aver

do dito concelho por razão do chafariz que no dito anno fez ao concelho por avença que esse concelho tinha feita sobre a dita razão das quaes libras se deu por bem pago e entregue e o dito logo 2^a feira 19 dias do mez de Dezembro era de 1430 annos testemunhas presentes Joane Anes Luiz Domingues e Affonso Steues pedreiros da dita obra e outros E eu tabelião sobredito que este instrumento escrevi e aqui meu signal fiz – Sinal Público.

✥

Doc. 16

1394, Setembro, 22, Porto – *Casas em lixboa*

Publ.: *Chanc. D. João I*, III(1), doc.216, p. 126.

Carta per que o dicto senhor deu de foro huas casas e banhos que elle ha em lixboa ao chafariz d el rrey que partem com o dicto chafariz e com casas de afonso martijnz aluernaz corregedor e com Ruas publicas e com o muro da cerca uelha da dicta cidade a fernam Rodriguez scpriuam dos conto do dicto senhor e a duas pessoas depos sua morte por C Lta llibras desta moeda que ora corre real por x. soldos ou trinta llibras da moeda antija em cada huu anno de foro etc

no porto xij dias de setembro de mjl iiij(c) xxxij annos.,,

✥

Doc. 17

1399, Março, 22, Évora – *doaçam de Joham gomez da silua d almoyinha que chamam d el rrey em montemoor o uelho*

Publ.: *Chanc. D. João I*, II(2), doc. 1464, pp.226-227

Dom Joham etc A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee a Joham gomez da silua nosso alferez moor Teemos por bem e de nossa liure uontade certa scientia poder absoluto lhe damos e doamos e lhe fazemos liure e pura

doaçam antre os viuos ualedoira deste dia pera todo sempre pera el e pera todos os seus herdeiros e sucesores que depos el vierem da almoynha que chamam d el rrey que nos auemos em montemoor ho uelho a par do chafariz d aribelas E mandamos que elle possa logo per ssy ou per outro quem lhe prouuer tomar a posse da docta almoynha E que elle e seus ehrdeiros aiam e logrem e possam uender e dar doar e fazer della e e em ella o que lhe prouuer e por bem teuer assy como de sua cousa propria (...)

vmde al nom façades

E em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta

dante na cidade d euora xxij dias de março el rrey o mandou aluaro gonçalluez a fez era de mjl iiij xxxvij annos.,

✠

Doc. 18

1406, Lisboa – «*das cousas que pertencem a almotacaria*»

Publ.: *LPAnt.*, pp.99-100.

Outrossy toda demanda que façam asy como de parede ou de portall que diz alguu a outro que ho nam deve aly de fazer E que lha faz no sseu ou sobre demanda que façam dazevell ou desterco ou ssobre agoa verter ou ssobre demandas de rruas e de frestas e dazinhagas e de pardieiros e de Janellas E de madeira poer em nas paredes ou sobre fazer ou alçar cassas / exurros E canos ou sobre balcões ou sobre tavadados fazer / ou ssobre feitos das rruas E das carreyras E das calçadas fazer E sobre os munturos Ou ssobre as fontes alimpar E guardar E adubar (...)

✠

Doc. 19

1406, Lisboa – «*pertence aos almotações fazer as calçadas e rruas e camjnhos e a limpar fontes*»

Publ.: *LPAnt.*, p.110

Item OS almotações devem a mandar fazer as calçadas todas da vjlla e das carreiras E as das saidas E as da entradas todas da vjlla E devem nas mandar fazer da renda dalmotaçaria E outrosy devem mandar a linpar as fontes e faze las E despoys devem a dar conto e rrequado ao... Ou a quem elles mandarem /

✧

Doc. 20

1422, Fevereiro, 20, Lisboa – *Mercê de banhos sob o chafariz d'El Rey*

Publ.: *Chanc. D. João I*, I(1), doc. 25, p.23.

Carta per que o dicto senhor deu em prestemo emquanto sua mercee fosse a pedr eannes seu uassallo os banhos da cidade de lixboa que stam sobre o chafariz d el rrey com todollos djreitos e rendas delles etc.

em lixboa xx dias de feuereyro de mjl iiij(C) xxij annos

✧

Doc.21

1423, Fevereiro, 02, Lisboa – *Carta régia de D. João I dando, a pedido dos vereadores, procuradores e homens bons da cidade de Lisboa, o traslado de escrituras do tombo, respeitantes a umas casas da Ferraria*

Publ.: *DHCL 1947*, pp.99.

"(...) mandamos ao dicto Fernam Lopez que buscasse as dictas escripturas e lhe desse o trellado dellas como dicto he. E o dicto Fernam Lopez visto o dicto alvara e o conprimento delle fez buscar as dictas escripturas antre as quaaes foy achado humm livro dos registros delrey Dom Denis que tem as cuberturas pretas, o quall se começa em a primeira carta em ell registrada hum proêmyo que tall he.

In Dey nomine amen sub era MCCCXVII, ferya V^a XVI die Februarij decesit. (...) Sabham todos quantos este estormento virem e leer ouvirem, que pregões foram dados e apregoados, per mandado o alcaide e dos alvaziis de Lisboa, pellos porteiros e pellos pregoeiros dessa villa, assy cavaleiros come çidadaãos e mercadores e petes e moradores da villa e de todos seos termhos (...)

"Paay Fernandez da Fonte dos Cavallos".

✥

Doc. 22

1423, Setembro, 28, Porto – *Privilegios confirmados aos gaffos de cima de villa de Mjjaueilhas na cidade do Porto*

Publ.: *CCLP*, I (3), pp.121-122.

Dom joham e cetera. A uós jujzes da nossa Cidade do porque que hora sodes e pellos tempos ao deante fordes, e atodallas outras nossas justiça que esta carta virdes: saude. sabede que os gaffos dessa Cidade de Çima de villa de mijaueilhas nos enuyarom dizer que elles avyam priuyllegios dos Rex que ante nós foram porque eram coutadas e defesos que nenhums fidalgos nem Cidadãos nem outros nenhums lhes nom fizessem força nem mal nem outro desagujado nenhuum nem lhes filhasses o seu contra suas uontades nem metessem hi gaffos nem huums de fora dessa Cidade sem prazjmento delles e de seu vigayro: os quaaes priujlegios dizem quelhes (i) ardeo com outras cousas mujtas duas na dita gaffarya. Edizem que por quanto elles nom mostrárom hora os ditos priujllegios, que uós lhes hides contra elles e seus husos e costumes e que rrecebem dalguumsm mal e força e mujtas sem rrazoões e que poreu se acorrem a uós que lhe alçedes delles força e lhes façades delles dereyto e correger e emendar o quelhes assy fazem, e que uós nom oqueredes fazer. Eenujaromnos pedir por merçee que lhes ouuessemos sobrello remedio. Enós veendo oque nos assy pedir enujarom por que nossa tençom he de elles seerem defesos e emparados e viuerem so nossa guarda e defendimento como viuyam e ho eram em outro tempo dos outros Rex que dante nós foram: poreu querendolhes fazer graça e merçee, Teemos por bem e mandámosuos que nom consentades anenhuums por poderosos que seiam de nenhuma condiçom que seia quelhes façam mal nem força nem outro desagujado, e se lho fizerem ou quiserem fazer uós nom lho consentades e fazedelho logo correger e emendar com dereyto como no feito couber, porque nosso tallante e merçea he de elles husarem de seus boons husos e costumes e delhes seerem aguardados pella gujsa que sempre husarom e costumarom, e que ujuam so nosso emparamento e defendimento como viuêrom em tempo dos outros rreis que ante nós foram. Em testemunho desto lhes mandamos dar esta nossa carta. Dante

em na dita Cidade, vijnte e oyto dias de setembro. Ellrrey omandou per joham afomssso, bacharel em degradedos, seu vassallo e do seu consselho. Vaasco affonssso afez. Era de Mill e quatrocentos e vijnte e tres anos.

✧

Doc. 23

1428, Junho, 12, Porto - *[Escritura de empraçamento de um campo situado junto à água de Mijavelhas que a Câmara do Porto fez a Pedro Anes de Santa Cruz]*

Publ.: AMP, Documento/Processo 1455/11/29 (consultado em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/>, acesso em 08 de Junho de 2016).

A Câmara do Porto empraça, por três vidas, a Pedro Anes de Santa Cruz, escrivão da Alfândega, e a Branca Pires, sua mulher, um campo junto à água de Mijavelhas, pela renda anual de 2 libras da moeda antiga na primeira vida e 4 na segunda e terceira. (fonte: AMP)

✧

Doc.24

[s.d.] – *Dos Juízes Hordenairos, e cousas, que a seus Officios perteencem.*

Publ.: *Ordenações Afonsinas*, Livro I, Título XXVI, pp. 164-172

10 – Item. Se ha hi fontes, ou chafarizes, ou caminhos, e calçadas do Concelho, que sejam mal apostadas.

✧

Doc.25

[s.d.] – *Dos Vereadores das Cidades, e Villas, e cousas que a seu Officio pertencem*

Publ.: *Ordenações Afonsinas*, Livro I, Título XXVII, pp. 173-179

6. ITEM. Saber como os caminhos, fontes, e chafarizes, pontes, e calçadas, e muros, e barreiras som repairados; e os que cumprir de se fazer, e adubar, e correger, mandallas fazer, e repairar; e abrir os caminhos, e testadas em tal guisa, que possam bem servir per elles, per que Nós tomamos encarrego das obras dos muros, e barreiras: e quando á despeza dos mesteeiraes honde virem, que compre adubio, ou repairamento, façã-no-lo saber pera mandarmos como se faça.

✧

Doc. 26

1430, Julho, 9, Porto – *Sessão de 9 de Julho*

Publ.: *Vereações I*, doc. LXXII, pp. 142-146.

Era de mil e quatro çentos e trynta annos voue dias de Julho / no ssobrado en que ffazem rrelaçom sseendo hj Joham affonso dagrella/Juiz e vasco fferrnandes ferraz e vasco fferrnandes dantreanbas aues Gonçalo lourenco ffernand/doniz uereadores e Andre doniz proc[ur]ador e gram peça doutros homens boons/da dita çidade que fforom chamados pera sto que sse ssegem primeiramente/

(...)

«acordo dos chafarizees»

It no dito dia os ditos Juiz vereadores homens boons/Acordarom que por quanto
nos Çafareges e ffontes da dita/Çidade sse ffaziam grandes Çugidoens de mujtos//

(Fol.45 v.º)

lixos que sse em ellas lançaua e dos pano que dentro em ellas / lauauom por a qual rrazom
sse ssegia grandes danos aas Jentes / e bestas que era de sse rrendarem em rramos cada
huma ssobre / ssy e que desto sse ssegiria prol ao Conçelho e as Jentes sse Re/ffreariom
de nom fazerem em ellas lixos E mandarom nas logo poer / a pregom cada huma ssobre
ssy e poserom de pena pera as learem os arren/dadores que as rrendar quisesse que
qualquer que acharem nas dita/fontes Çafareges lauar panos ou tripas ou outras
algumas/cousas que por cada vez que em elo achados forem paem pera o concelho / tres
libras assy nos caffa/reges fontes como da rredor deles duas bracadas./

(...)

-(aa) Joham-goncalo lourenco-ffernam donjs

Vasco fernandez

Vasco ferraz

✚

Doc. 27

1430, Julho, 23, Lisboa – *Ordenaçom do chafariz de santa maria doliuveira na Rua
Noua //*

Publ.: *LPAnt*, p.3

Ovvyde Mandado do Corregedor E vereadores E procurador e homeens boons da çidade
de lixboa nam seJa nenhuua pessoa tam oussada de quallquer estado e comdiçom que seJa
que lance rroupa nem escudellas nem outra coussa nenhua no chafaria da rrua noua nem
a rredor delle honde estam o poyaes da cantaria e quallquer que for achado que lauar a

sobredictas coussas Ou outras ssemelhantes que por a primeira vez pague L(ta) rreaes brancos e por a ssegunda Ç(to) e por a terceira Çento e çinquenta rreaes e quallquer que ho acussar e demandar aJa a metade E a outra metade seJa pera as obras da çidade fecto em a dicta çidade xxxj dias de Julho aluaro martjnz estpriuam da camara a fez anno de naçimento de nosso Senhor Jesu christo de mjll e iiij xxx annos.

✥

Doc. 28

1430, Setembro, 12, Porto – *Sessão de 12 de Setembro*

Publ.: *Vereações II*, doc. CLII, pp. 185-186.

LXXXII

E depois desto xij dias do mês de Setembro da Era de mill iiij © lij anos/no ssobrado da Rollaçom sendo no dicto llogo estes adeante scriptos.

Item (...)

O dicto corregedor mandou aos dictor ofiçiaes da dicta cidade que presentes;estauom que fezesem llogo corregger Eamanhar o chafariz/de miega uelhas como fosse llogo amanhado Ecorregudo/ataa postumeiro dia do mês doutubro suu pena de pagarem/mjll libras per cada huum para o Corregedor Eoutrosy o chafaria de sam domingos/suu apena susso dicta: Esse sse nom acabarem que paguem/apena dantes com esta.

✥

Doc.29

1431, Novembro, 8 – *de feira de vouzella e doutras cousas*//

Publ.: Chancelaria de D. Dinis, liv. III, fol.138, in RAU V. 1982, pp.184-185, Doc. XI.

Dom Joham etc A vos juzes e concelho e homens bõos do julgado dalafõoes saud.

(...) E pera a dicta feira seer mais honrrada e aquelles que a ella vierem teerem onde dar agoa aas suas bestas a reto de ssy mandamos vos que façades hi fazer o dicto chafriz e fazedes abrir cano e correger per tal guisa que venha a el agoa aavondo E se hi tantos bees e Remdas do concelho nom ouver per que se esto possa fazer mandamos vos e damos lugar que lancedes pera ello finta e talha per todos os moradores desse julgado pella guisa que vos per nos foe mandado que o façades pera o paaço do concelho que hi mandamos fazer vmde al nom façades dante nos paaços da serra da par datouguia viij dias de novembro el rrey o mandou per gil anes seu vasallo e corregedor por ele em sua corte a que esto mandou livrar diego gonçalvez a fez era de mjl iiij(c) xxxj annos.

✦

Doc. 30

1432, Maio, 30, Lisboa – *Ordenaçom do chafariz dos caualos* //.

Publ.: *LPAnt.*, pp.16-17.

Outrossy Nam seJa nenhuu tam ousado que na fomte dos cavalos faça luxurias nem em as outras fontes nem moços nam lançem barcas de cortiça nem pedras na dicta fonte e quallquer que for achado que o fezer que pague çinquoenta rreaes brancos as quaaes penas susodicta seJam para o rrendeiro e se ho rrendeiro o nam acusar que aquelle que o cussar aJa metade das dictas pena E outra metade pera a obras da çidade fecto a xxx dias de

mayo aluaro martjnz o fez anno do naçimento de noso Senhor Jesu christo de mjll e iiij xxxij annos.

✱

Doc. 31

1432, Novembro, 15, Lisboa – *do esterco des a fonte da froll atee a priuadas*

Publ.: *LPAnt.*, p.87.

Ouuyde Mandado do Corregedor E vereadores E procurador e homeens boons da çidade de lixboa nom seJa nenhuuma pessoa tam ousada de quallquer estado e comdiçom que seJa que lance nem mande lançar esterco nem azeuell nem outras lixarias quaaesquer que seJam des ha estacada que esta na rribeira em direito da fonte da froll aa ponte que esaa sobre o rrego das priuadas E quallquer que ho lançar no dicto logo pague çinquenta rreaes brancos e aJa a metade quallquer que o acussar e a outra metade pera as oras da çidade E sse o lançar quiserem que o lancem des a dicta estacada comtra o cays quando ho mar for cheyo per guia que a agua leue o dicto esterco estprito xb dias de novembro aluaro martjnz o fez anno do naçimento de nosso Senhor Jesu christo de mjll e iiij e trinta e dous annos.

Doc. 32

1436, Abril, 05, Estremoz – *Carta régia à vila de Santarém contendo vinte e sete capítulos, dos quais vinte e cinco provem dos que a vila se agravara em Cortes, com as respectivas respostas, e dois foram dados por entendimento do Rei.*

Publ.: Cortes D. Duarte, Capítulos Especiais de Santarém, [Cap. 14.º], fol.4v.º, pp. 97-109 (103)

Item ao que dizees que as calçadas E pontes e fontes da dicta ujlla ssam daneficadas E se daneficam en cada huu dia majs por nom seerem Repairadas pedindo

nos de merçee que das Rendas do Conçelho lhe mandasemos / apartar quinze mjl rreaes en cada huu anno E deiam postos em mão de huu homem boom e nom sse despendam em outras cousas Saluo em Repairamento das dictas calçadas e pontes e fontes E assy em pouco tempo sseram Repairadas e mandamos a huu omem boom que tenha cargo de fazer esto.

E quando hi nom ouuer djnheiros do Conçelho com que as dictas calçadas e fontes e pontes sse aJam de Repairar que façam hua bolssa e nemhuu seJa escusado de pagar e assy sera todo bem Repairado.

R= Aos catorze capitollos uos Respondemos que nos praz quanto he o apartamento dos djnheiros E os muros poreu nom deujam d esquecer por sse fazerem os camjnhos e pontes e fontes

E quanto he ao que dizees que todos paguem praz nos dello sse prouger aos mais dos nossos uasallos e se tanto nam constrangam, os outros que nom teuerem espiçiaaes priujlegios per que dello deuom sseer escusados

E lembre uos a rrenda da barca que se a de despender nas obras do muro o que ataa ora nom fizests [sic] por que se nons ujrmos que o nom querees fazer he forçado tomarmos nossa barca.

Doc. 33

1436, Abril, 05, Estremoz – *Carta régia à vila de Santarém contendo vinte e sete capítulos, dos quais vinte e cinco provem dos que a vila se agravara em Cortes, com as respectivas respostas, e dois foram dados por entendimento do Rei.*

Publ.: Cortes D. Duarte, Capítulos Especiais de Santarém, [Cap. 25.º], pp. 97-109 (108)

Item ao que nos pediees de merçee que os djnheiros das Reuelias das bestas quando ora desta uez partimos <da> dicta ujlla paguadas aquellas bestas que trouueram

nossas carregas uqe os majs djnheiros que ficarem dos Reuees mandemos aos Jujzes desa
ujlla que os façam entregar pera sse fazerem algu(~)as obras do dicto Conçelho Aquellas
que acordado for por nos outros.

A estes binte e cinco capitullos uos Respondemos que escolhaaes algu(~)a obra
de calcadas [sic], pontes ou fontes que seJam naçasaireas, E esto nos praz que sejam
despessos e mandamos que pera esto os aJaães.

✧

Doc. 34

1436, Abril, 11, Estremoz – *Carta régia à vila de Vila Real contendo a reformulação de dois dos capítulos a que obtivera deferimento, de entre os que a vila se agravara em Cortes, com as respectivas respostas.*

Publ.: *Cortes D. Duarte*, Capítulos Especiais de Vila Real, [Cap. 14.º], fol.4v.º, pp. 117-119 e *Chanc. D. Duarte*, I(2), doc. 1184, p.394.

Capitullos de villa real

Dom Eduarte etc A quantos esta carta virem fazemos saber que em as cortes que
ora fizemos em a nossa cidade d euora nos foram dados certos capitullos speciaães de
ujlla Real pollos procuradores que a ella a ellas [sic] vierom, os quaães com as respostas
a elles dadas som estes que se adiante seguem

[Cap. 14.º] Item ao que dizees que teendes grandes despesas porquanto os beesteyros
do conto e reguegueyros e uasallos e outros mujtos priujligiados E outros mujtos coutos
e honrras que som em essa terra de alguus fidalgos nom querem comnosco contribujr nem
pagar per elles

E as cortes assy he prol cumunal a huus como aos outros.

E que porem nos peedijs por mercee que uos desemos nossa carta per que os sobredictos paguem comusco nas cortes E que nemhuu nom seia dello escusado por carta nem por priuilegio que dello tenha e que em esto uos faremos mercee e djreito o que somos theudo fazer e se compra nosso mandado.

E outrossy em essa ujlla se faz hua casa pera rolaçom e pera fazerem em ella os Jujzes audientia E outrossy pera repairar dous chafarizes e fontes pera fazer algumas calçadas e repairar pontes e fazer camjnhos que he prol cumunal de todos E porque sooes tam poucos nom podees soportar tanto (...)

¶ A esto uos respondemos e mandamos que se faça como se acostumeu [sic] de fazer em tempo d el rrey meu senhor e padre cuja alma deus aia por aquellas cousas que os nossos uasallos quiserem por suas proprias uontades contribujr mandamos que os dictos beesteyros e reguengueyros e coutos e honrras e priuilegiados contribuam como elles Ca nom ham razam nemhua de se escusarem em aquellas cousas que assy pegarem os dictos uasallos que teem mayores priuilegios que nemhuus E esto se entenda em aquelas cousas que a todos for em proueito geeralmente.,,

✥

Doc. 35

1436, Outubro, 18, Torres Vedras – *Aa uila de gimaraães [sic] Confirmaçam e aprouaçam de huu contrauto que fezeram com dom afonso comde de barceelos sobre o gasto d agoa que avija de vijr ao chafariz da dicta vila etc*

Publ.: *Chanc. D. Duarte*, I(2), doc. 1147, pp.358-359.

Dom Eduarte etc A quantos esta carta virem fazemos saber que perante nos foy apresentado huu stormento de conuença que parecia seer fecto e asignado per Johan eannes tabaliam em a ujlla de guimaraães xxx dias de setenbro da presente era em a qual

era contheudo que dom afonso conde de barcellos meu Irmão E os Juyzes e procurados e uereadores e homens boons da dicta uylla de guimaraães contractarom antre ssy e fizeram aueença per razam do gasto que se auja de fazer na agoa que auja de vijr ao chafariz que esta na praça da dicta uylla de que / a nos prazia fazer se os quaães firmarom antre ssy a dicta aueença e contracto em esta guisa s. o dicto conde aia a metade de toda agoa que ouuer de vijr aa dicta fonte E a outra metade aia o dicto concelho pera a dicta fonte

E que o dicto conde pague a metade de todollos custos e despesas que se fizerem em trazer a dicta agoa assy de pedreiros e carpinteiros e ferramentas como doutras quaãsquers despesas que pera ello fizerem E que o dicto concelho pague a outra metade

E mai que o dicto concelho desse a serujntia dos homens e adua se pera ello fizerem mester E que acontecendo de quebrar cano porque aia de vijr a agoa em alguma parte e lhe fosse necesario corrigimento ou se fosse compridoiro de se trager e meter em elle mais agoa aalem daquella que ora he hordenada de se trager que o dicto conde seia sempre theudo de pagar a metade de todos os custos e despesas que se em ello fizeram

E ho concelho a outra metade afora a seruentia dos homens que o dicto concelho dara como dicto he

E que pera a dicta agoa seer Jgualmente e de permeo de partida que se fizese hua grande arca e tenha dous furacos Jguaães fectos per altalha tam grande huu como ho outros per que saya fora da dicta arca a dicta aguoa s. a metade della pera o dicto conde hordenar E a outra metade pera o dicto concelho E dhi en diante cada huu se aproueitase da sua parte da dicta aguoa em aquello que lhe aprouuese como em ua cousa propria pera ssy e seus herdeiros e sucesores

E acontecendo de nos fazermos daquj en diante algumas graças e mercees pera ajudar de trazer a dicta agoa ou pera refazimento do cano della ou d algumas outras cousas que pera ello seiam compridouras que taães graças e mercees façam sempre assy por parte do dicto conde como por parte do dicto concelho E que se despenda todo em huu ygualmente E que assy o dicto concelho como o dicto conde tenha cargo de correger e de

rreparar a sua custa cada huu cano porque leuar sua metade da dicta agoa depois que sair pollos furados da dicta arca

E pormeterom de esto teer e manteer e comprir e guardar e de nom hir contra ello em parte nem em todo sob pena de pagar a parte que contra esto for aa que o manteuer mjl coroa de boo ouro e Justo peso E todauja o dicto contracto seer // firme pera sempre segundo todo esto e outras cousas em o dicto contracto mjllhor e mais compridamente som contheudas

E enujou nos pedir o dicto conde E esso meesmo o dicto concelho por mercee que lhe aprouasemos e confirmasemos o dicto contracto ho ouuesemos por firme e ualioso como em ellal era contheudo

E Nos veendo o que nos assy diziam e pediam querendo lhe fazer graça e mercee Teemos por bem e confirmamos e outorgamos e aprouamos e retificamos o dicto stormento de contracto pella guisa que fecto he E o auemos por boom

E de nosso poder absoluto suprimos qualquer defecto que se em elle contenha ou per qualquer guisa entender e dizer. nom embargando quaeesquer djreitos tam bem canonjco como ciuees d emperadores ou doutros quaaesquer reis nossos antecesores glosas openjões de doutores ou outros quaaesquer costumes façanhas ou hordenações geeraões ou particulares ajnda que os dictos djreitos e costumes ou hordenações taães seiam de que deua seer fecta expresa mençam em esta nossa carta de confirmaçam as quaaes auemos por expresas e expresamente nomeadas que a esto forem contraira os quaaes

djreitos e openjões hordenações costumes façanhas casamos anulamos irritamos E queremos que nom ualham em quanto poderiam anullar ou em alguma guisa embargar em todo ou em parte esta nossa confirmaçam,

a qual mandamos a todollos Jujzes e Justiças dos nossos regnos que a compam e guardem e façam comprir e guardar assy e pela guisa que em ella he contheudo

vmde al nom façades

dante em torres uedras xviiij dias d outubro el rrey o mandou per afomso giraldes e lujs martjnz do seu desembargo Rodrigo annes a fez era de mjl iiij xxxvj

✥

Doc. 36

1437, Janeiro, 26, Santarém – *Carta régia com a transcrição de três capítulos das cortes de 1433 e outros três capítulos das cortes de 1436, com as respectivas respostas, remetida a Lisboa.*

Publ.: Cortes D. Duarte, Capítulos Gerais, 3.º Documento, [Cap.º 23.º], pp. 19-22 (22)

Item Senhor bos sabees bem que assy per djreito cumuum como per arrtigos detrimnados antre uos e os prellados [...] e todollos clerigos paguem em calçadas E chafarizes e fontes e pontes e outras quaeesquer obras [boñas liçitas] e honestas de que elles aJam logramento assy como os leigos.

Peden uos que pois o djreito assy o manda e esso meesmo E o Ja detrimjnado per os arrtigos que mandees que paguem Segundo pagarem os leigos

Item Responde E manda o dicto Senhor que sse guarde ho arrtigo antre elle e a clerizia

dos quaees capitollos ho conçelho e homeens boons da nossa muy Nobre leal cidade de lixboa Nos pedio por merçee que lhe mandassemos delles dar o trellado porquanto sse entende delles d aJudar

E Nos visto sseu pedir mandamos de os dar em esta nossa carta

dada em ssantarem xxbj dias do mes de Janeiro El Rey o mandou per gomez borges que agora tem carrego de sseu chañçeler moor Rodrigo annes escpriuam em logo de felipe afomso a fez ano do nascimento do nosso Senhor Jesu christo de mjll E iiijc xxxbij annos

Doc. 37

1466, Évora – *Extractos das Posturas Antigas da Camara D'Evora*

Publ.: *LPost. Évora* = "Posturas Antigas da Camara D'Evora" ... cap. LXXIX, in PEREIRA 1887, p. 137.

67. Chafariz das Bravas... que nom lavem cousa cuja no chafariz das bravas nem nos poços dell, nem façam lixo nenhum... e o rendeiro alinpe o chafariz e o lave cada mez...

✧

Doc. 38

1492, Dezembro, 7, Loulé – *Regimento que [o corregedor] Vasco Pereira leixou na villa de Loulle a VII dias de Dezembro de mill IIII(C) LRLl anos*

Publ.: *Actas Ver. Loulé*, pp.74-75

(...)

As fontes e chafaarizes seram repairadas cada ano asy na villa como no termo [so] pena de III(c) reaes pagar cada official.

Nemhuum presso nom sera dado a fian[ça] que se for fecto de que se me[re]ce (?) pagara o que ho der a fiança V[c reaes pera] a chancelaria. E se for [fecto] que m[ereça] açoutees sendo privado pagara d[ous] mill reaes e se for homem que sendo priv[ado] mereça a morte pagara XX mill reaes.

✧

Doc. 39

1493, Setembro, 16, Lisboa – *Emprazamento que fez o mosteiro de santos-o-novo a Silvestre Afonso de um olival em Lisboa, além do chafariz de andalousos, por nove canadas de azeite*

Sumariado: Documentos diversos, Mosteiro de Santos-o-Novo de Lisboa 1207/1749

Cod. Ref. PT/TT/MSN/4/502

Cota: Mosteiro de Santos-o-Novo, n.º 502

Consultado em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4249352>

✚

Doc. 40

1498, Janeiro, Lisboa – *Carta enviada pela vila de Óbidos com os capítulos de que se agravava nas Cortes. Contém um apontamento, feito nas mesmas, para a redacção das respostas.*

Publ.: Cortes D. Manuel I, Capítulos especiais de Óbidos, [Cap.º 6.º], pp. 469-472 (p.471)

Outrossy ssabera uossa alteza que a dicta villa tem mujtas ponteas calçadas e fontes de coreguer que som de grande despesa e o Conçelho nom tem de sua rrenda tres mjll rreaes com as coymas e pagando stpriuomda camara e porteiro ficam per a terça mjll e mjll e b(c)

pedymos a uossa alteza que nos faça merçee da dicta terça pera este coregimento por dez anos pera nom lancarmos tantas vezes finta e talha pella terra,

<Nom>

Doc. 41

1498, Janeiro, Lagos – *Carta enviada pela vila de Lagos com os dezasseis capitulos de que se agravava nas Cortes. Contém um apontamento, feito nas mesmas, para a redacção das respostas.*

Publ.: Cortes D. Manuel I, "apontamentos da villa de laguos", [Cap.º 1.º], pp. 416-425 (p.416-417)

Senhor

As cousas que o comçelho da uossa villa de llagos pede a uossa alteza ssam as comtheudas em estes capitulos que se ao djemte sseguem.

(...)

E porque Senhor este comçelho nom tem Remdas quando lhe compre fazer alguuas obras e cousas do bem comum e nobreçimemto da villa sempre se costumou fazer se por taxa lamçada per todos assy fidalgos como caualeiros e outros priuilegiados, e aguora per bem deste priuilegio por seer por elle tanto numero de gente seçaram de se fazerem as cousas do bem comuum assy como ssam pomtes e fomtes calçadas caminhos e outras cousas porque a outra gente que mays ha na villa allem dos doctos mareantes poderam ser atee duzemtos que tanbem ssam priuilegiados huus por fidalgos e caualeiros e escudeiros vassalos besteiros da camera e da faldrilha e do comto e por outras muitas maneiras de priuilegios assy que poderam ficar sem priuilegios ate çjmcoemta pessoas os quaees ssam ofiçiaees de ofiços mujto neçesarios ha villa e aJmda proues,, (...)

✥

Doc. 42

1498, Janeiro, Sesimbra – *Carta enviada pela vila de Sesimbra com os capítulos de que se agravava nas Cortes. Contém um apontamento, feito nas mesmas, para a redacção das respostas.*

Publ.: Cortes D. Manuel I, Capítulos especiais de Sesimbra, [Cap.º 4.º], pp. 509-510.

Item que nenhuu nom seJa escuso de ser Juiz nem ofeçiall do conçelho de pontes nem fontes calçadas por priujleJos que tenham de uossa alteza ou doutros quaeesquer Senhores de uossos Reynos etc.

<Conferir [?]>

✧

Doc. 43

1498, Fevereiro, 25, Lisboa – *Apresentação da terceira parte dos capitulos gerais conforme o discurso original dos procuradores dos Concelhos.*

Publ.: Cortes D. Manuel I, Capítulos Gerais do Povo, Apresentação, [Cap.º 66º], pp. 95-141 (p.101)

Item Senhor antigamente as terças dos conçelhos fforam ordenadas pera os Muros e honde nam avia muros pera camjnhos calçadas pontes e fontes e todallas outras coussas do bem comum E os Reys mays por quererem que por ser rrezem [sic] apricarom assy a Jurdiçom e mando dellas do que se sigio grande perda aos Conçelhos porque tem sseus muros no chaão e os djnehrios se vão despender a outras partes por afeições

praza a vosa alteza mandar / que taães djnheiros de terças se despendam nos muros dos lugares donde sse tirom e nam avendo hy muros se despenda nas pontes e fontes e em outras obrras do bem comum nos dictos conçelhos, e seraa caussa de consequardes voso pouoo e os lugares nobreçidos,.

✧

Doc. 44

1498, Fevereiro, 25, Lisboa – *Apresentação da terceira parte dos capitulos gerais conforme o discurso original dos procuradores dos Concelhos.*

Publ.: Cortes D. Manuel I, Capítulos Gerais do Povo, Apresentação, [Cap.º 74º], pp. 95-141 (p.103)

Item outro agrauo Reçebe Senhor vosso pouoo nas coussas que pertencee ao bem Comum pontes fontes chafarizes e calçadas e outras coussas tocantes aa Reepuprica, nas quaaes todos aquelles que tem priujlegeos nam querem pagar <e serujr> dizendo que seus priujlegeos os escusa das dictas coussas E assy os nouos christaãos a que ora conçedestes nouos priujlegeos que se das dictas coussas de que se todos logrem querem escusar

aJa vosa alteza por bem e mande que nenhuu por priujlegeo que tenha nam seJam escusos nem Releuados das dictas coussas e fares merçee a vossos pouoos,.

✧

Doc. 45

1498, Março, Lisboa – *Primeira reformulação dos pedidos apresentados na reunião de Cortes, acompanhados do projecto de resposta.*

Publ.: Cortes D. Manuel I, Capítulos Gerais do Povo, Reformulação como a resposta régia, [Cap.º 36º], pp. 179-234 (p.211)

Jteem Quanto ao agrauo no que segundo apontões nosso pouoo Reçebe em sse
escussarem muitos de sseruir nas pontes e fontes chafarizes e caminhos e calçadas e outras
coussas tocantes a beem comuum dizendo que seues priujlegios os escusam

pedimdo nos que nenhuu nam seJa Releuado das semelhantes coussas por
priuillegios que tenham,

A esto Respondemos que da sseruentia das pomtes fontes chafarizes caminhos e
callçadas. e pagamento pera as ditas coussas / E bem asy pera fazimento e Repairamento
de muros Aveemos por bem que Nam seJa pessoa allguua escusso por priujllegio que
tenha Salluo sse expressamente nelle for

✧

Doc. 46

1498, Março, Lisboa – *Segunda reformulação dos pedidos apresentados na reunião de Cortes, acompanhados do projecto de resposta.*

Publ.: Cortes D. Manuel I, Capítulos Gerais do Povo, Reformulação com a resposta régia, [Cap.28º], pp. 235-278 (p.262)

Jteem quamto ao agrauo que segundo apomtaaes nosso pouo Reçebe em sse
escussarem muitos de pagar e serujr nas pomtes fontes chaffarizes Caminhos e calçadas
e outras Coussas toquantes a beem Comum dizendo que seus priujllegios os escussam,

pedimdo nos que neemhuu nam seJa Releuado das Semelhantes coussas por
priuilegios que tenham

A esto Respondeemos que da seruentia das pomtes ffontes chafarizes Caminhos e calçadas e pagamento pera as dictas Coussas E beem assy pera fazimento e Repairamento de muros aveemos por beem que Nam seJa pessoa algua escusso por priujletio que tenha, saluo sse expressamente nelle for decrarado, que dos taaes emcarreguos sseJa Releuado segundo que Ja esto he detrijminado per Nosas hordenações

✧

Doc. 47

1498, Março, 19, Lisboa – *Carta régia à cidade de Lisboa contendo a reformulação de mais quinze capítulos de que a cidade se agravara em Cortes e que foram respondidos negativamente.*

Publ.: Cortes D. Manuel I, [Cap.º 19.º], pp. 439-442 (p.441)

De el rey e princepe

Ao Corregedor vereadores pprocurador e pprocurador dos mesteres desta muy nobre e ssempre leall çidade de lixboa

<Resposta de sertos apomtamentos a cidade> (...)

Jteem nas Ruas da emtrada e sayda do chafariz del Rey e asy lauadoiros de Roupa mandamos a amrrique de figueiredo que emtenda E assy sse prouera

✧

Doc. 48

1498, Março, 24, Lisboa – *Versão definitiva dos capítulos gerais apresentados pelo Povo com as respectivas respostas.*

Publ.: Cortes D. Manuel I, Capítulos Gerais do Povo, Capítulos e Ordenações Gerais, Versão Definitiva, [Cap.25º], pp. 299-337 (p.315)

xxb Capitollo que todos pagen no fazimento das pontes [e] outras cousas [do] bem cumum

Jteem quanto ao agrauo que ssegundo apomtaaes nosso pouo Reçebe em sse escussareem muitos de pagar e servir nas pomtes ffontes chafarizes Caminhos calçadas e outras coussas tocantes a beem Comum, dizendo que seus priuilllegios os escussam,

Pedindo nos que neemhuu Nam sseJa escussado das semelhantes Coussas por priuilegios que tenham,

A esto Respomdeemos que da seruentia das pomtes fontes chaffarizes Caminhos Calçadas e paguamemto pera aas dictas Coussas e bem assy pera fazimento e Repairamento de muros Aveemos por beem que nam sseJa pessoa allguua escusso por priuilegio que tenha, salluo sse expresamente neelle ffor declarado que dos taaes Emcarreguos sseJa Releuado ssegundo que Ja esto he detrijminado per Nosas ordenações.

✧

Doc. 49

1502, Agosto, 12, Lisboa – *A d. João de Vasconcelos de Meneses, conde de penela e sobrinho d'el-Rei, doação com carácter perpétuo, de metade de um chão e água, sitos em*

alfama, fora do muro da ribeira, no lugar onde sai a água do chafariz de alfama e as mulheres lavam, para ali poder fazer alcaçarias, casas ou outras benfeitorias.

Sumariado: Chanc. D. Manuel I, arquivo digital A.N.T.T.

Cod. Ref. PT/TT/CHR/K/4/27-109

Cota: Chancelaria de D. Manuel I, liv. 4, fl. 27

Consultado em: <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=3860629>

✧

Doc. 50

1502, Agosto, 15, Lisboa – *Ao conde de penela, sobrinho do rei, carta de doação e mercê de juro e herdade para todo o sempre, pela qual lhe é aforado metade do chão e água que é na ribeira da cidade de lisboa, da parte de fora do muro por onde foi a dita água do chafariz de alfama.*

Sumariado: Chanc. D. Manuel I, arquivo digital A.N.T.T.

Cod. Ref. PT/TT/CHR/K/6/93-347V

Cota: Chancelaria de D. Manuel I, liv. 6, fl. 93v

Consultado em¹: <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=3861220>

✧

Doc. 51

1503, Novembro, 09, Lisboa – *A Pero Dias, morador em Lisboa, cirieiro, confirmação do emprazamento de umas casas na rua que vai do chafariz dos cavalos para a porta da cruz, por 125 reais de foro anual (8 reais e meio de prata desta moeda corrente de 117 em marco e de lei de 11 dinheiros), por dia de natal e de s. João, com as confrontações declaradas e condições acostumadas, aumentando- -se um terço ao antigo foro de 100*

¹ Na ficha do A.N.T.T. (arquivo digital) encontra referido que “esta concessão é feita com a obrigação de pagar 5.000 reais brancos desta moeda ora corrente de foro anual à fazenda régia, por 250 reais de prata de 117 em Março de lei de 11 dinheiro. Francisco de Matos a fez.”

reais brancos, depois das casas lhe terem sido inovadas por diogo delgado, que foi almoxarife do armazém, como se sabe por uma carta feita a 10 de novembro de 1497, por luís godinho, que foi escrivão do armazém - carta que mostrou ao corregedor bráz afonso -, em cumprimento do alvará dado a d. João para se aumentar a quarta parte do foro antigo em caso de inovação (feito em lisboa, a 16 de agosto de 1502, por gaspar rodrigues).

Sumariado: Chanc. D. Manuel I

Cod. Ref. PT/TT/CHR/K/22/13-64

Cota: Chancelaria de D. Manuel I, liv. 22, fl. 13

Consultado em²: <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=3867895>

✦

Doc. 52

1505, Fevereiro, 20 – *A d. Maria, filha de joão rodrigues pais, do conselho d'el-rei e contador-mor, confirmação da doação de todos os bens móveis e de raíz que lhe fez isabel afonso, mulher de fernando álvares, moradores em lisboa, junto com o chafariz d'el-rei, segundo a apresentação de dois instrumentos: um de doação que recontava ser tirado da nota de brás afonso, tabelião em lisboa, a 24 de outubro de 1504 (que declarava as condições da doação) e outro de declaração, tirado da nota desse tabelião, a 18 de fevereiro de 1505 (em que isabel afonso reserva para si, em sua vida, o usufruto dos bens).*

Sumariado: Chanc. D. Manuel I

Cod. Ref. PT/TT/CHR/K/22/116-463V

Cota: Chancelaria de D. Manuel I, liv. 22, fl. 116v

Consultado em³: <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=3868294>

² Na ficha do A.N.T.T. (arquivo digital) encontra referido que “o instrumento de emprazamento foi feito em Lisboa, na casa do Armazém do Reino, a 19 de Outubro de 1503, por Lourenço Feio, escrivão do Armazém, na presença de Diogo Machado, fidalgo da Casa d'el-Rei e almoxarife do Armazém e Tercenas, das testemunhas João Álvares, Pero de Coimbra e Estevão Rodrigues, homens do Armazém. El-rei o mandou pelo barão do Alvito, do seu conselho e vedor da Fazenda. Álvaro Dias a fez.”

³ Na ficha do A.N.T.T. (arquivo digital) encontra referido que “El-rei o mandou pelo bispo da Guarda e pelo doutor Gonçalo de Azevedo. Francisco Dias a fez.”

Doc. 53

1508, Maio, 30, Vinhais – *Inquirição a Lopo de Sousa, feita pelo Rei D. Manuel, sobre as confusões com o vedor Gil de Moraes nas obras do Castelo de Vinhais.*

Publ.: *Manuscritos Antigos IV*, fl.4, in Abade de Baçal, Francisco Manuel Alves – *Bragança, Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança no Arquivo de Simancas...* Tomo VIII, p.150-151

"Senhor hos moradores e povradore e omes boos dos concelhos de Binhaes e Lomba e Balde Paaçó fazemos saber a Vossa Alteza que nos recebemos mym grandes hopresoes e agravos por Lopo de Sousa halcayde mor da cidade de Bragança e bedor mor das hobras que Bosa Alteza manda fazer nas billas e fortalezas dos extremos da comarqua de Trallos Montes porque Senhor em ha bylla de Binhaes elle mandou fazer hobras S[cilicet] em levantou muros que estabam derribados e fazer cubellos e bareiras e outras horbas em que se montam em as maaos dos mestres mais de cento e cinquenta mill reais e asy nos faz fazer a call que para as ditas hobras he necessaria e que posto que por costume antigo e asy por regimento que bosa alteza que manda que das taes hobras se paguem has maaos dos mestres e asy has outras cousas ha custa de Bosa Alteza e a serventia a custa dos concelhos e posto que nos lhe requeresemos por muitas bezes que nos comprise nosos costumes antigos e asy hos mandados de Bosa Alteza e mandase pagar has maaos dos mestres e as outras cousas segundo em bosos Regimentos se contem e elle o não quer fazer mas antes nos faz pagar as maaos dos mestres e quebramento da pedra e feitura de quaall e todallas outras cousas pertenescentes has ditas hobras has nosas proprias custas e despesas e por os officiaes do concelho lhe requererem hos mandou prender e os tene presos hate que bosa altesa os mandou sultar em que o povo recebe grande hopresam por hos mantimentos em ha terra serem tam caros que non podem subportar tam grandes hopresoes e muitos se bam por isso fora da tera porque pedem a Vossa Altesa que aja em ho povou pyadade (...)

Senhor recebem mim grande hagravo pello dito Lopo de Sousa em lhe poor em ha dita bylla de Bynhaes por bedor das ditas hobras hum Gill de Moraes morador na dita billa

por fazer as ditas obras muito deshordenamente em estas cousas S. handam quatro hoficiaes em a obra e elle manda bir hua bintena que os sirva que son xx homes e as beze xxv e xxx honde habastariam hoito servidores (...)

Pedem a Vossa Alteza que los mande prover em justiça e mande pagar as sobreditas cousas ha custa do dito Guill de Moraes bedor das hobras que ho mall fez ou de quem sua alteza bir que he justiça e que mande que seam melhores os bedores que non dem tanta hopresom ao povou e nom mandem handar mais servidores do que forem ha cantidade dos mestres em todas estas cousas lhe fara bosa alteza muita justiça e merce. (...) feita em Bynhaes aos xxx dias de Maio de quinhentos e oito anos escripta por Joham de Moraes tabaliam e escripvam da Camara em ha dita billa por Bosa Alteza e por verdade o escrepvi de meu sinall raso que tal he."

✧

Doc. 54

1509, Maio, 09, Bragança – *Quinze testemunhas são ouvidas quanto ao caso de Vinhais*

Publ.: *Manuscritos Antigos IV*, fl.6, in Abade de Baçal, Francisco Manuel Alves - *Bragança, Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança no Arquivo de Simancas...* Tomo VIII, p.152-156

"(...) Ano do nasciento de Noso Senhor Jesus Cristo de mill e quinhentos e nve anos aos ix dias de Maio / na cidade de Bragança dentro no castello della / estando hy Lopo de Sousa do conselho dellRey Noso Senhor que por mandado especial de Sua Alteza tem carreguo / de mandar fazer as obras dalguas billas e fortalezas da comarca de Trallos Montes.

(...) e elle lhe pediam que a tirase por testemunhas antiguas que lhe apresentariam // e ele lhe mandou que as tomasem os quaes apresentaram as seguintes que foram ajuramentadas aos Santos Abangelhos e preguntadas na maneira que se segue //.

(..)

«Pero Gallego murador em Raball e preguntado pella paga das maaos dos mestres quem as pagava do muro e barreira da cidade dise que non se acordava / que a terra e cidade davam a serventia e carretos e que quanto aas maaos dos mestres // que non sabya se as pagava ell Rei se quem soamente que diziam que ell Rei // preguntado que obras se acordava fazer dise que na torre de menagem hum pedaço / e na Fonte del Rey outro pedaço com as ameas //.....».

(...)

«Alvara del Rey sobre estes autos que não page [sic] o concelho das obras somente a servintia toda / e as mãos dos mestres a custa das terças».

✧

Doc. 55

1511, Agosto, 26 – *A pero pinto, cavaleiro da casa real, confirmação de um acordo da câmara de viana feito por martim da rocha, seu escrivão, a 14 de julho de 1510, na presença do bacharel antónio correia, juiz com alçada nessa vila, dos vereadores francisco rodrigues, gaspar martins e álvaro anes vilas boas, do procurador do concelho, gomes afonso, de martim pais, martim vicente e joão lourenço e dos mesteres, diogo pires, afonso gil e gonçalo anes, sobre a água das povoanças, que estava em posse de pero pinto há muito tempo e que ia para o seu lugar de s. Domingos.*

Sumariado: *Chanc. D. Manuel I*

Cod. Ref. PT/TT/CHR/K/8/82-461

Cota: Chancelaria de D. Manuel I, liv. 8, fl. 82

*Consultado em*⁴: <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=3862440>

⁴ Na ficha do A.N.T.T. (arquivo digital) encontra referido que “pelo acordo ele dá três quartos da água para o mosteiro de Santa Ana e para qualquer outra obra que seja necessária, como um chafariz, ficando ele com um quarto para o referido lugar. André Pires a fez.”

Doc. 56

[1511?] – *título comprovando a posse da terceira parte de água pura e sobejos do chafariz de andaluz, actos subsidiários de propriedades, certidões de décimas e requerimentos de isenção de pagamentos de décimas*

Sumariado: MSJL = Mosteiro de Santa Joana de Lisboa 1318/1889

Cod. Ref. PT/TT/MSJL/MF.C114

Cota: ex-AHMF, Cartórios dos conventos, Convento de Santa Joana, cx. 114

Consultado em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1458370>

✧

Doc. 57

1512, [s.d.], Lisboa – *pagamentos a colectores de agua em alguns chafarizes de Lisboa*

Publ.: *LPAnt.*, pp.283-284

Dom Manuell per graça de deus Rey de portugall e dos algarves daquem e dalem
maar em africa prjnçepe de castella de liam daragam de cezilla e ect E senhor de guyne a
quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que avemdo asy por muyto nosso servjco
(sic) e por mays sse acreçemtarem as Remdas desta çidade de lixbooa as quaaes senpre
avemos de follgar que sse aproveitem como nosas proprias E porque tambem pera as
cousas da nobreza della sse ache dinheiro nos tenpos que comprryr sse fazerem teemos
por bem e determJnamos e mandamos que daquy em diamte nom pague a dita cidade
mais hordenarios mantimentos e temcas (sic) que as abaixo decraradas ¶

(...)

Item o que tem carreguo de tirar augoa no chafariz do rrosio / tres moyos de trigo e tres
quarteiros de cevada

(...)

Item o que tem carreguo de tirar agoa no chafariz de sam Jurdam avera huu moyo e meyo de trigo e huu moyo de cevada

✧

Doc. 58

1512, Fevereiro, 16 – *A Eitor Velho, morador que foi em Évora, quitação do que recebeu para as obras das cadeias, chafariz da prata e poço da selaria e canos deles até ao laranjal do rei e obras das calçadas e chafariz de fora e caminhos, a saber, novecentos e noventa e um mil e seiscentos e um reais, entre outras receitas.*

Sumariado: Chanc. D. Manuel I

Cod. Ref. PT/TT/CHR/K/7/6-92

Cota: Chancelaria de D. Manuel I, liv. 7, fl. 6

Consultado em⁵: <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=3861408>

✧

Doc. 59

1513, Outubro, 07 – *A João gomes, escudeiro da casa real e criado del-rei, confirmação de que manterá o chafariz tendo de mantimento, a partir de janeiro, 8.*

Sumariado: Chanc. D. Manuel I

Cod. Ref. PT/TT/CHR/K/42/109-466V

Cota: Chancelaria de D. Manuel I, liv. 42, fl. 109v

Consultado em⁶: <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=3879613>

⁵ Na ficha do A.N.T.T. (arquivo digital) encontra referido que “Álvaro Fragoso, cavaleiro e contador da Casa Real e fazenda do Rei, fez relação desta quitação. Gaspar Godinho a fez, escrivão dos Contos.”

⁶ Na ficha do A.N.T.T. (arquivo digital) encontra referido que “(...) Foi apresentada uma carta de arrendamento do poço dos banhos, sito junto do chafariz da praça, a Gomes Eanes Delgado, morador na vila de Beja, nas condições em que Pêro Soares o trouxe durante 7 anos. O seu rendimento era de 6.500 reais anuais -500 à custa das rendas do concelho e 6.000 reais à custa do rei. Contém ainda informações sobre o funcionamento do chafariz e o preço da água. Esta carta foi feita em Évora, a 28 de Março de 1509,

Doc. 60

1514, Setembro, 16 – *Notificação aos juizes e oficiais de beja, da mercê a João de mérida, mercador, e aí morador, da mercê do cargo do chafariz da praça, com obrigação de o ter sempre limpo e cheio de água, com o mantimento ordenado à pessoa que o tivesse, e tal como o tinha João Gomes, escudeiro da casa del-rei, que renunciara em câmara.*

Sumariado: Chanc. D. Manuel I

Cod. Ref. PT/TT/CHR/K/15/136-417

Cota: Chancelaria de D. Manuel I, liv. 15, fl. 136

Consultado em⁷: <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=3865781>

✦

Doc. 61

1517, Janeiro, 24 – *A Francisco Aranha, fidalgo da casa d'el-Rei, confirmação de um aforamento da água do chafariz da vila de Tavira para fazer umas moendas com foro anual de 60 reais, que nele trespassou o sogro, segundo um público instrumento feito por Fernão Gonçalves, público tabelião nessa vila, a 24 de Janeiro de 1517.*

Sumariado: Chanc. D. Manuel I

Cod. Ref. PT/TT/CHR/K/10/21-80

Cota: Chancelaria de D. Manuel I, liv. 10, fl. 21

Consultado em⁸: <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=3862713>

por Álvaro Dias. Apresenta inclusa outra carta feita em Lisboa, por Damião Dias, a 28 de Fevereiro de 1512, dando o chafariz a João Gomes com 8.000 reais de mantimento. André Rodrigues a fez.”

⁷ Na ficha do A.N.T.T. (arquivo digital) encontra referido que “António Pais a fez.”

⁸ Na ficha do A.N.T.T. (arquivo digital) encontra referido que “a carta de aforamento foi feita ao sogro, Diogo Dias, escudeiro, morador nessa vila, por Fernão d'Espanha, em Viana, a 9 de Maio de 1480, pela qual se sabe que não há prejuízo ou nojo algum, antes proveito, em fazer a referida moenda, desde que o engenho se faça onde demolhe a água salgada, pagando de foro anual 2 reais de prata ou 60 reais brancos. Esta carta foi confirmada por outra feita em Lagos, por Fernando Vieira, a 30 de Agosto de 1480, mandando-se a Diogo de Barros, do Conselho d'el-Rei, seu adail-mor e contador do reino do Algarve,

Doc. 62

[s.d.] – *Do Almotacee moor.*

Publ.: *Ordenações Manuelinas*, Livro I, Título XV, p.132

65 Ao Almotace Moor pertence mandar comprir as Posturas feitas sobre as esterqueiras, canos, fontes, chafarizes, e poços, e mandar penhorar os Almotaces (pequenos) que acharem negrigentes, cada huu por trezentos reaes por cada vez, a qual pena será ametade pera si, e a outra metade pera o meirinho. E nom achando sobre ello feitas Postturas, Mandamos que elle com os Officiaes desse Lugar em Camara façam Postura, e ponham aquellas penas que razoadamente lhes parecer, as quaes loguo fará apreguoar, e comprir, como dito he.

✱

Doc. 63

[s.d.] – *Dos Vereadores das Cidades, e Villas et c.*

Publ.: *Ordenações Manuelinas*, Livro I, Título XLVI

5 ITEM saberem como os caminhos, e fontes, e chafarizes, e pontes, e calçadas, e poços do Concelho, e casas, e assi quaesquer outras cousas do Concelho sam repairadas, e as que comprir de refazer, e adubar, e correger, manda-las-ham fazer, e repairar (...) em tal guisa, que se possam bem servir por elles, fazendoo em tal maneira, que aa sua minguaa as ditas cousas nom recebam danificaçam, porque danificando-se aa sua minguaa, por seus bens se corregeram os ditos danificamentos, que por suas negrigencias se fizeram, e os Corregedores quando vierem polos Lugares, Mandanmos que o executem, e façam correger por seus bens.

sucessor de Rui Tinoco, neste cargo, que a faça cumprir. El-rei o mandou por D. Pero de Castro, do seu Conselho e vedor da fazenda. António de N(e)iva a fez.”

Doc. 64

[s.d.] – *Dos corregedores das Comarcas i as cousas que a seu officio pertencem.*

Publ.: *Ordenações Manuelinas*, Livro I, Título XXXIX, p. 256

15 ITEM se trabalhe mandar em todos os Luguares da Correçam, que se façam as bemfeitorias pubricas, convem a saber, calçadas, pontes, fontes, chafarizes, poços, caminhos, e casas dos Concelhos, picotas, e outras quaesquer bemfeitorias, que forem necessarias, mandando loguo assi fazer aquellas que comprir de novo serem feitas, como reparar as que repairo ouverem mester, o que todo faram das rendas do Concelho; e quando hi non ouver dinheiro do Concelho, e ouver necessidade d'algua finta, assi pera o dito caso, como pera outros que lhe pareça necessario, No-lo faram saber, pera Nós lhe Darmos a Provisam que Nos bem parecer.

✧

Doc. 65

[s.d.] – *Dos corregedores das Comarcas i as cousas que a seu officio pertencem.*

Publ.: *Ordenações Manuelinas*, Livro I, Título XXXIX

(...) Item. Saberã como caminhos i fontes i chafarizes i pôtes i calçadas i poços do concelho. i casas i ass qesquer outras cousas do cõcelho som repairadas de refazer i adubar i correger.

✧

Doc. 66

1758, 21 de Junho, Sé – *Resposta aos interrogatorios que por ordem do Excelentissimo e Reverendissimo Senhor Arcebispo se me entregarão para responder a elles pelo que dis respeito a freguezia da Sé desta cidade da Paróquia de que sou parcho.*

Publ.: A.N.T.T., *Memórias Paroquiais*, vol. 14, nº 111, pp. 807-824 in GRILO 1994-95

23°. Interrogatorio

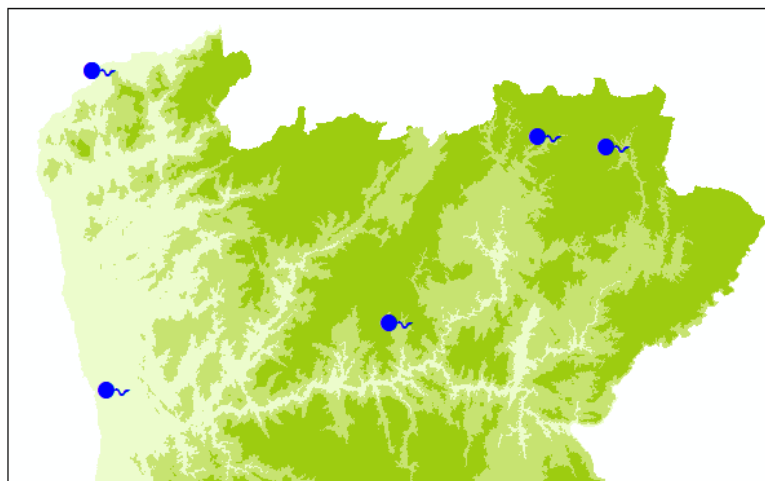
Se há na terra ou perto della alguma fonte ou lagoa celebre, e se as suas agoas tem alguma qualidade espiçal?

R. Ouve antigamente huma lagoa de agoa nativa que deu o nome a huma das portas porque se sahe da cidade; desta se aproveitarão os Padres Carmelitas descalços, fazendo-lhe hum aqueducto que a leva ao seu Convento; he muito boa para beber, e perzervativa da dor de pedra. As mesmas propriedades tem as dos Chafarizes das Brabas e o de El Rey, aquelle mais rico de cabedal, e este mais pobre, porem de mayor apreço para El Rey D. Manoel que o mandou trazer; fica o primeyro na estrada de Lixboa, e o outro na de Monsarás em pouca distancia da Cidade. Não mui longe deste último está o posso de entre as vinhas obra dos romanos, todo de pedra de cantaria de grande copia de agoa e de admiravel qualidade, tem servido nas maiores secas da mayor utilidade para todo o povo. Na estrada de Estremos os dois chafarizes dos Leoins de abundância de agoa mas salobra; e em circuito da Cidade outras muitas fontes que não merecem espiçal lembrança.

✥

Anexo 2. – Fichas de Sítio

2.1. A Norte do Douro



Fontes à norte do Douro, esc.1:1 500 000

2.1.1. Poço da Fonte da Vila

Enquadramento Administrativo

Distrito

Viana do Castelo

Concelho

Valença do Minho

Freguesia

União das freguesias de
Valença, Cristelo Covo e
Arão

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

42.030544

Longitude (x)

-8.645919

Carta Militar

nº2, esc.1:25.000

Proteção: Inexistente

Tipologia: Monumental/Espaldar

Materiais de Construção: Granito

Localização: Fortaleza de Valença do Minho.

Descrição: A Fonte da vila fora outrora um pequeno poço, o qual podemos observar no num desenho de Duarte d'Armas em seu Livro das Fortalezas. Através dos séculos, o poço deu lugar a uma grande ampliação. Ao descer uma grande escadaria encontramos uma arca d'água com abertura em arco de volta perfeita, sem impostas. É desta arca que sai uma canaleta que abastece o tanque da fonte e outros 3 isolados, percorrendo todo o perímetro deste pequeno complexo. A fonte, em alvenaria aparente, de aparelho pseudo-isódomo é, segundo os populares de Valença, dos finais do século XVI. A estrutura de tipologia espaldar construída em blocos de granito é arrematada por uma cornija e, acima desta, as armas reais – heráldica de domínio – certamente de época moderna, remetendo ao brasão da Rainha Dona Maria I. Neste espaldar está adossado um pequeno tanque de duas bicas. Ao lado esquerdo da fonte, recostando a um pedaço de muro está o segundo tanque de alvenaria grossa. A água excedente segue pela canaleta para um terceiro tanque, de maiores dimensões, também em alvenaria grossa; existem fotografias do século XIX em que aparecem algumas senhoras a lavar roupas.

Cronologia: **Construção:** XVI **Reformas:** século XVIII

Vias de Comunicações Assoc.: Vias que ligavam a fortaleza às áreas externas, para uso de viajantes e mercadores de embarcações do rio Minho.

Observações: Na altura das obras de ampliações e reparações feitas por ordem de D. Afonso III (1248-1279), este poço provavelmente foi mandado fazer do "*lado poente representado, aliás, no desenho de Duarte d'Armas tendo próximo um cruzeiro que hoje se encontra na entre muros da praça*" (CARDOSO 2006, p. 135). Em outros tempos a água teria sido encanada para servir a uma fonte roqueira que se encontrava em um dos fossos da fortificação "*compreendida entre os ângulos flanqueados do baluarte de S. João e da Lapa*". (CARDOSO 2006, p.136). O escudo real fora catalogado como sendo heráldica de domínio, já do século XVIII, sendo por bem colocar desta altura também a construção do chafariz de tipologia espaldar.

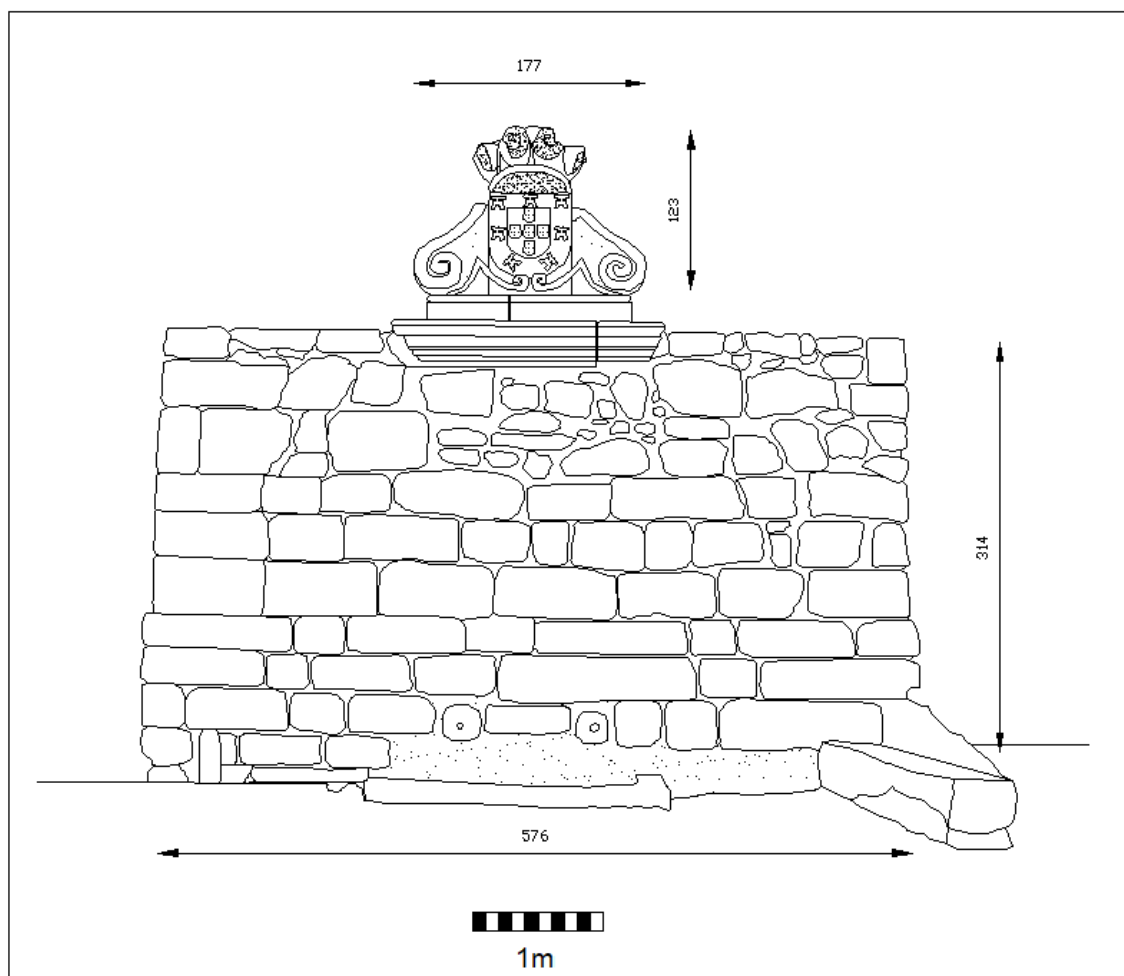
❖ **Anexos e Referências:**

Brasão de Armas: da Coroa Portuguesa, heráldica de domínio.

Iconografia: Anexo 3.2. b

Bibliografia: CARDOSO 2006, pp.135-136.

Desenho

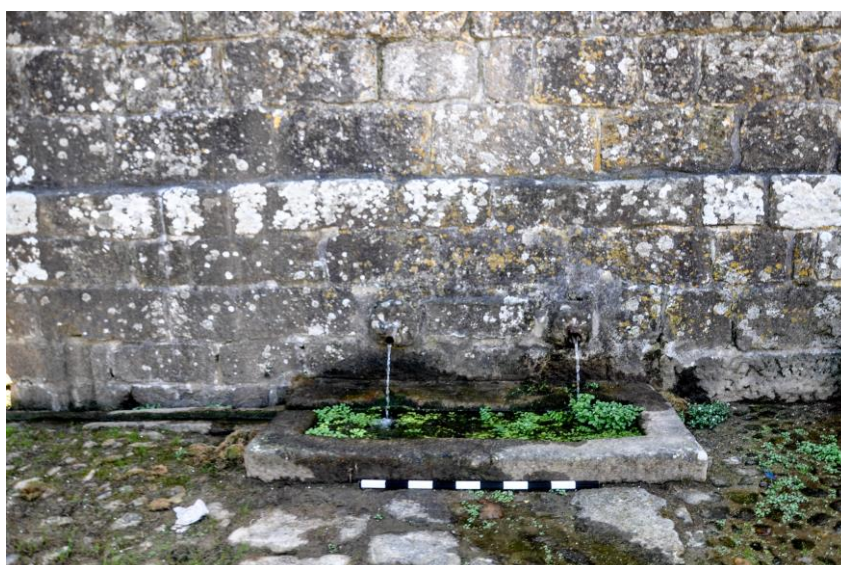


Espaldar, fonte da Vila. Heráldica de Dominio (moderna)

Fotos



Fonte de Espaldar ao fundo.



Pequeno tanque lateral.



Segundo tanque.



Terceiro tanque.



Arca D'água.



Canaleta

2.1.2. Fonte do Castelo de Vinhais

Outras Designações: *Fonte do Cano*

Enquadramento Administrativo

Distrito

Bragança

Concelho

Bragança

Freguesia

Vinhais

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

41°50'8.24"N

Longitude (x)

7° 0'4.45"W

Carta Militar

n°23, esc.1:25.000

Proteção: Inexistente.

Tipologia: Espaldar

Materiais de Construção: Granito

Localização: Estaria adossada ao muro do castelo, atrás de uma torre, segundo Duarte D'Armas. Hoje está, conforme alguns autores, no Largo Combatentes da Grande Guerra; estrutura remodelada.

Cronologia: **Construção:** provavelmente entre século XIV-XVI. **Reformas:** Obra de reparação: 1508.

Arquiteto/Vedor: Em obras: vedor-mor, o alcaide da comarca de Trás-os-Montes, Lopo Sousa. Vedor da obra: Gil Morais. Mestre-de-Obras: Pedro Galego.

Observações: Esta fonte é um dos exemplos que possuímos no território português de estruturas localizadas logo a saída da vila amuralhada. Situa-se próxima da porta principal da fortaleza, chamada *Senhora das Portas Abertas*, a noroeste. "*Em 18 de Maio de 1458, D. Afonso V dá a D. Martinho de Ataíde, Conde de Atouguia e Senhor da Vila, lugar e licença para edificar huum castelo em na dita villa que por requerimento deste deveria ser construído nas duas tores que som sobre o cano da porta da dita villa*" (IAN/TT, Chancelaria de D. Afonso V, livro 28, fl. 47v., in REDENTOR, 2006, p.24). Assim é como podemos observar este exemplar no desenho de Duarte D'Armas, na vista do Castelo de Vinhais (ver Iconografia). Existe ainda nos dias de hoje sob a alcunha de Fonte do Cano, mas foi feita Chafariz no século XVII.

❖ **Anexos e Referências:**

Iconografia: Livro das Fortalezas, anexo 3.6, e)

Bibliografia: REDENTOR 2006, p.24

2.1.3. Fonte do Jorge

Enquadramento Administrativo

Distrito

Bragança

Concelho

Bragança

Freguesia

União das freguesias de Sé,
Santa Maria e Meixedo

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

41.800888

Longitude (x)

-6.748409

Carta Militar

nº24, esc.1:25.000

Proteção: Inexistente

Tipologia: Espaldar

Materiais de Construção: Granito e Xisto.

Localização: Rua do Santo Condestável. Entorno do Castelo de Bragança, descendo pela porta da Vila ou Porta de Santo António. A Fonte do Jorge se encontra mesmo ao pé do Rio Fervença.

Descrição: Construída numa encosta, esta Fonte certamente sofreu algumas remodelações no decorrer do tempo. Nesta sobredita encosta, os muros das laterais, de contenção, foram feitos com blocos de xisto em cantaria aparente. A fonte é de aparelho isódomo e ornamentada com motivos clássicos, tais como colunas dóricas e volutas o que demonstra sua fase mais moderna. Tem aproximadamente 3 metros de altura. O tanque,

adossado ao espaltar é de pequena dimensão e possui somente uma bica. A cobertura é arrematada por uma cornija e, acima desta, encontra-se já bastante deteriorado as armas da família dos Bragança.

Cronologia: **Construção:** século XVI

Vias de Comunicações Assoc.: Pequeno caminho que levaria os moradores de dentro da vila amuralhada à fonte e às áreas de pastagem.

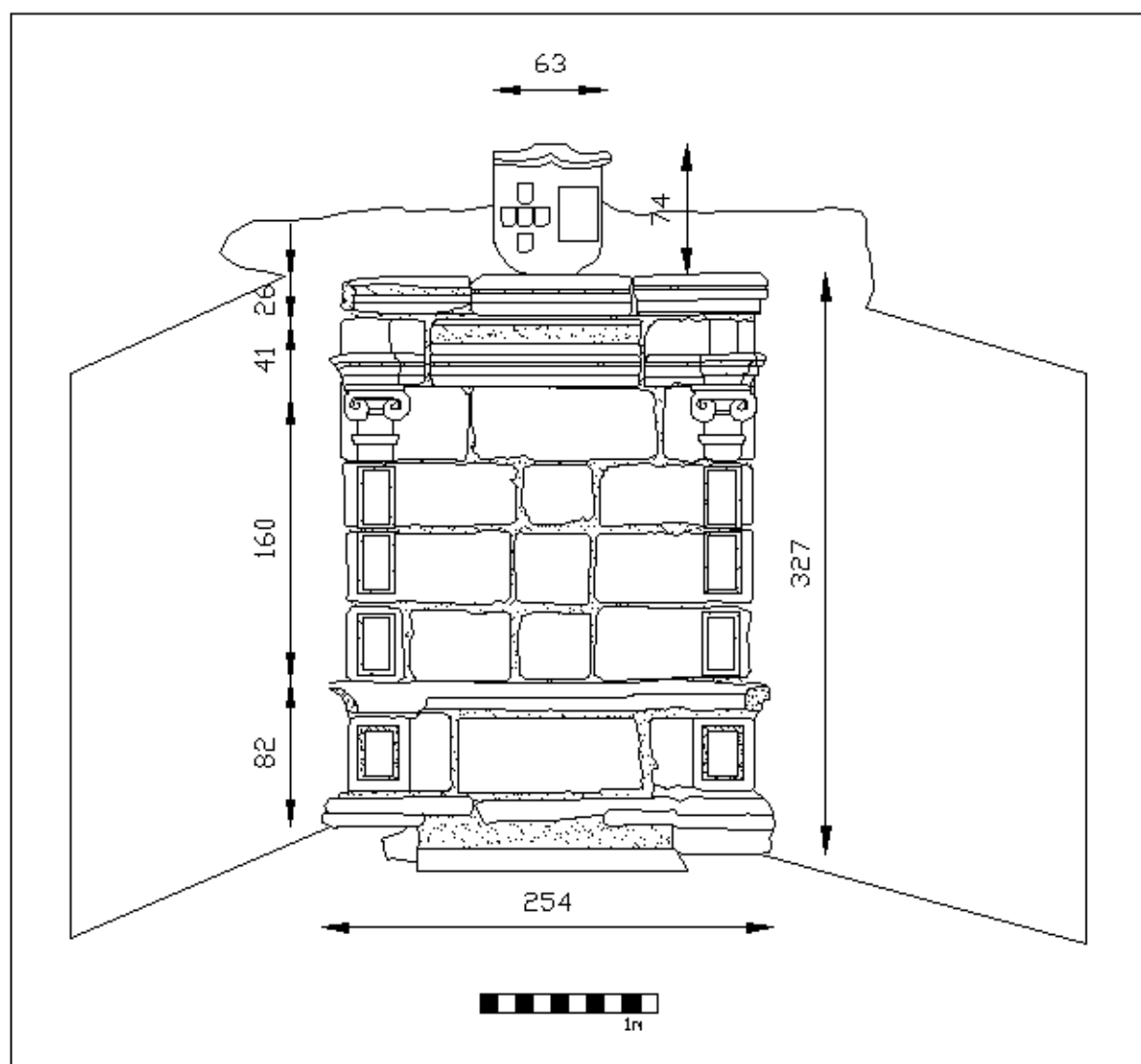
Observações:

❖ **Anexos e Referências:**

Brasão de Armas: da família de Bragança

Bibliografia: não encontrada.

Desenho



Fonte do Jorge, Frente.

Fotos



Espaldar.



Tanque e única bica.



Armas da família Bragança.

2.1.4. Fonte do Largo da Fonte

Enquadramento Administrativo

Distrito

Vila Real

Concelho

Alijó

Freguesia

Vilar de Maçada

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

41.176556

Longitude (x)

-7.561894

Carta Militar

nº102, esc.1:25.000

Proteção: Inexistente.

Tipologia: Espaldar.

Materiais de Construção: Granito.

Localização: Largo da Fonte.

Descrição: A fonte de Vilar de Maçada está inserida em um pequeno largo, e vamos chamar de um pequeno complexo. O espaldar de aproximadamente 4,5m foi construído em cantaria de granito aparente e aparelho pseudo-isódomo, encimado por uma cornija arrematada por quatro ameias manuelinas e uma taça ao centro. Na parte de trás desta referida taça existe uma quinta ameia, mas virada a 180° das demais. O tanque em alvenaria baixa possui duas bicas nas extremidades e uma abertura ao centro. A água excedente é escoada por uma pequena canaleta à esquerda que transporta a água para dois pequenos tanques a frente da fonte. Acima destes pequenos tanques, uma banqueta tem

alguns sulcos que demonstram a grande utilização destes por seus usuários. Esta supracitada canaletta ainda leva água para um quarto tanque de maiores dimensões, que seria destinado às lavadeiras. Mesmo nos dias de hoje é possível ver algumas senhoras a lavar suas roupas. A canaletta de água excedente continua e desagua num pequeno riacho, onde um arco de volta perfeita está construído.

Cronologia: **Construção:** século XVI

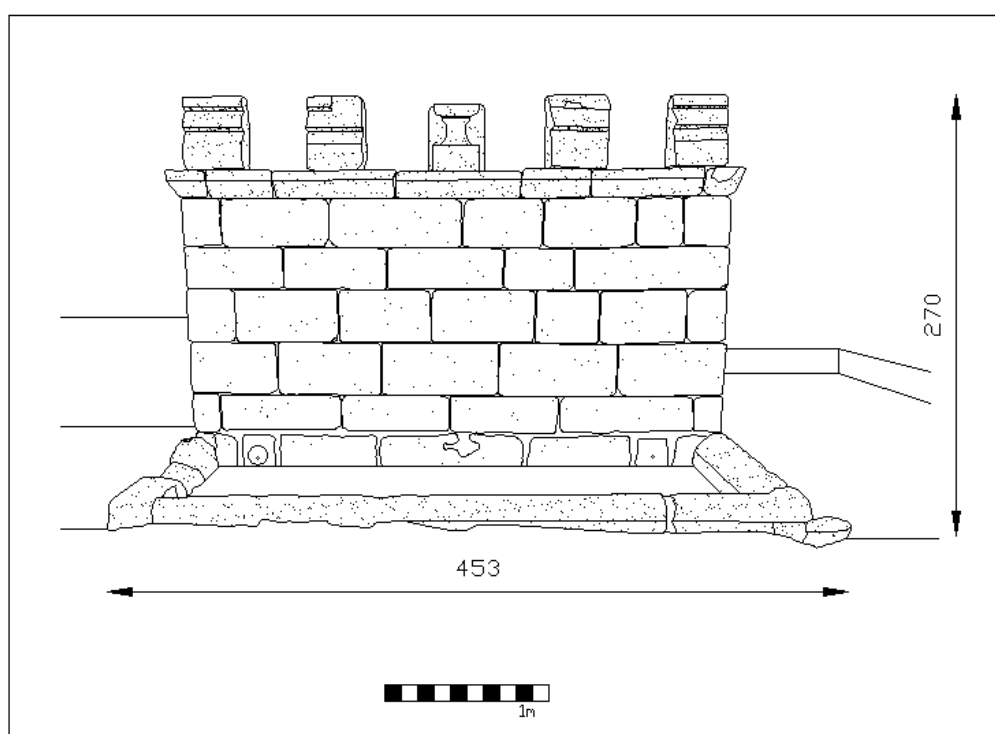
Vias de Comunicações Assoc.: Poderia estar na via medieval Vila Real-Murça - Mirandela

Observações: única fonte isolada deste trabalho. Não encontramos maiores informações sobre esta estrutura.

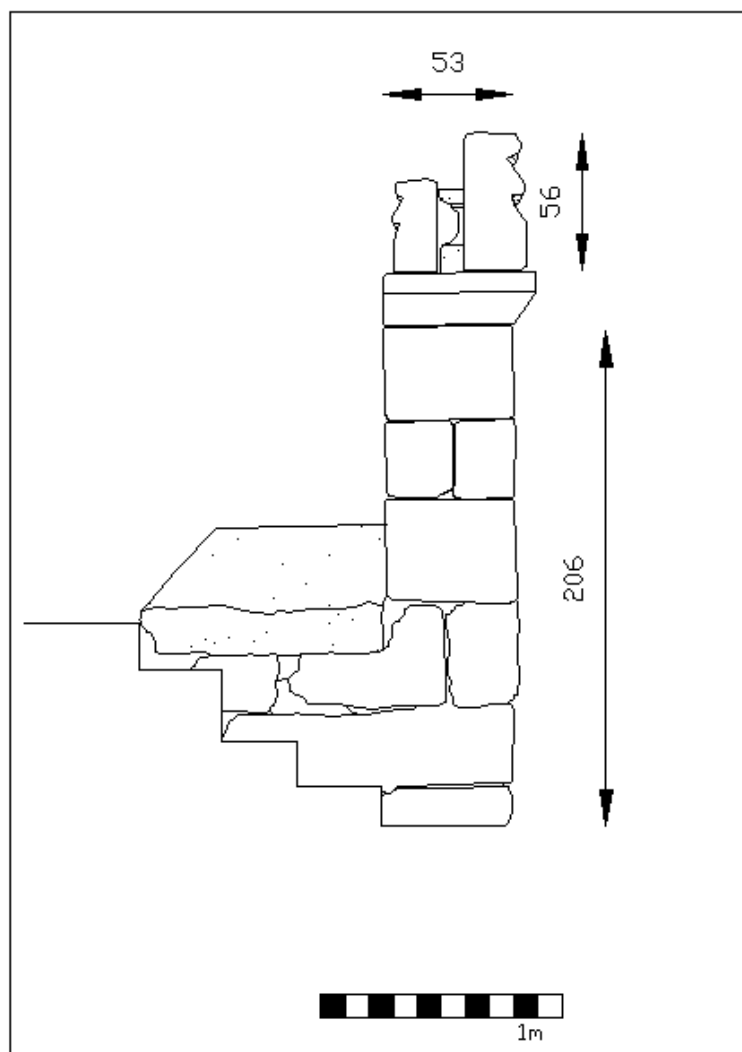
❖ **Anexos e Referências:**

Bibliografia: não encontrada.

Fonte do Largo da Fonte



Fonte do Largo da Fonte, Frente.



Lateral

Fonte do Largo da Fonte



Espaldar e ameias manuelinas.



Vista total da área da Fonte.



Sulcos na pedra. Ação do tempo e de utilização.



Sulcos na pedra. Ação do tempo e de utilização.



Dois pequenos tanques à frente da fonte.



Ribeiro.

2.1.5. Fonte de Mijavelhas

Outras Designações: Poço das Patas, Arca de Mijavelhas, Arca do Campo Grande, Mãe D'água (por ser "mãe d'água" de outros chafarizes no porto)

Enquadramento Administrativo

Distrito	Concelho	Freguesia
Porto	Porto	Bonfim

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)	Longitude (x)	Carta Militar
41°50'8.24"N	7° 0'4.45"W	nº122, esc.1:25.000

Proteção: Inexistente

Tipologia: Mergulho

Materiais de Construção: Granito

Localização: Campo 24 de Agosto, à entrada da rua de Montebello

Cronologia: **Construção:** séc. XIV

Vias de Comunicações Assoc.: via medieval Porto-Arrifana-Amarante. Em época moderna, a via para Valongo.

Observações: O chafariz de Mijavelhas foi posto a descoberto durante os trabalhos de sondagem para obras da Metro do Porto (trecho do Campo 24 de Agosto), em escavação que ocorreu entre 1999-2004. Estava numa cota muito mais abaixo do terreno, visto que toda aquela zona fora aterrada por volta de 1850, durante a grande urbanização da cidade do Porto. As escavações permitiram traçar um panorama histórico daquela fonte que de início era, provavelmente, de mergulho, pois abaixo do nível do mesmo, “*era copiosa a água de uma nascente*” (PASSOS C. 1955, p. 87).

De algumas intervenções que sofrera até o século XIX, temos, segundo os arqueólogos envolvidos no projeto de salvaguarda, duas grandes obras na idade média. Sua primeira alteração teria ocorrido em meados do século XIV, onde receberia uma arca e um tanque; a segunda, já no século XVI fora uma ampliação e melhoria do espaço para seus usuários.

Localizava-se no caminho que saía pela porta de Cimo de Vila, a Porto-Amarante que se encontrava no segmento da atual rua de Santo Ildefonso. Ali existira um hospital e uma albergaria. Sabe-se que o chafariz de Mijavelhas estava nesta via por sua descrição: “(...) passava no largo do Padrão onde havia um cruzeiro que lhe deisou o nome, seguia a Mijavelhas, onde estava a ponte das Patas e se estabeleceu um hospital de gafos” (ALMEIDA C.A.F. 1968, pp.173-174)

A área envolvente recebeu calçamento e um segundo tanque construído – o que já existia foi realocado em outra direção. Bem sabemos que grandes obras deste género possuíam dois tanques: um para as bestas, outro para abastecer os usuários. A primeira referência a fonte de Mijavelhas aparece-nos com Fernão Lopes em sua crónica de D. João I: “(...) *Elles todos prestes com grande esforço e voontade, sahirom todos fora, e foromsse apousemtar ao chafariz de Mijavelhas que he pequeno espaço da çidade (...)*” (PASSOS C. 1955, p.85). Plantas do século XVIII registram vários lavadouros, um a beira nascente e outros maiores a uns metros de distância; cerca de dois abaixo do terreno (PASSOS C. 1955, p.88). Estudiosos contemporâneos como Pedro Vitorino (1941) falamos do Palácio do Cirne onde em frente havia “*uma ponte (...) por baixo dos quaes passavam as aguas, que, encanadas (...) desaguavam nos campos do fidalgo*”... o fidalgo

Francisco Diogo de Sousa Cirne de Madureira. O Palácio teria sido edificado no extremo norte da grande quinta "que um seu antecessor adquiriu em 1513" local exato onde situava-se a arca. Encontramos um documento de emprazamento - por três vidas - de um campo "situado junto à água de Mijavelhas", feito pela Câmara do Porto a Pero Annes de Santa Cruz e sua esposa Branca Pires.

Este documento é datado do ano de 1428. Pero Annes de Sta. Cruz era escudeiro de D. Afonso V, Escrivão da Alfândega do Porto e Procurador das Rendas. Um de seus filhos, Gonçalves Reimão, foi também escudeiro de Afonso V e de D. João II. Ora, o terreno (a quinta do reimão) ficou por sucessão em posse de Diogo de Azevedo e D. Catarina Reimoa (filha de Gonçalves Reimão), e estes venderam as terras, em 1548, a António de Madureira e D. Maria Fernandes... assim, a Câmara «renova» o fatusim com o tal foro de 180\$ anuais - e total direito sobre a água de mijavelhas. Se o emprazamento foi feito em 1428, a câmara obviamente detinha os direitos do terreno e da água, já que o *"O espaço intra-muros ainda tinha vários setores não urbanizados, mas que pertenciam a câmara. Estes terrenos eram chamados de Rossios ou Chãos. E muitas vezes eram aforados, assim, o enfiteuta garantiria uma futura construção no local"* (PASSOS C. 1955, p.90-95).

A estrutura que hoje repousa sob a estação do Campo 24 de Agosto é uma reconstituição do chafariz em algumas épocas feita pelo arquiteto Souto de Moura, sob a supervisão da arqueóloga dra. Iva Botelho. A lateral voltada a norte, onde se encontra o brasão de armas da coroa portuguesa, foi reerguido das suas peças originais e seria da altura do século XVI. Do alçado à direita, intervenções do século XIX – como o recinto fechado. *"(...) dando a volta à arcaria pelo lado poente, vamos encontrar no alto da parede que a fecha por este lado, umas armas reais"*.

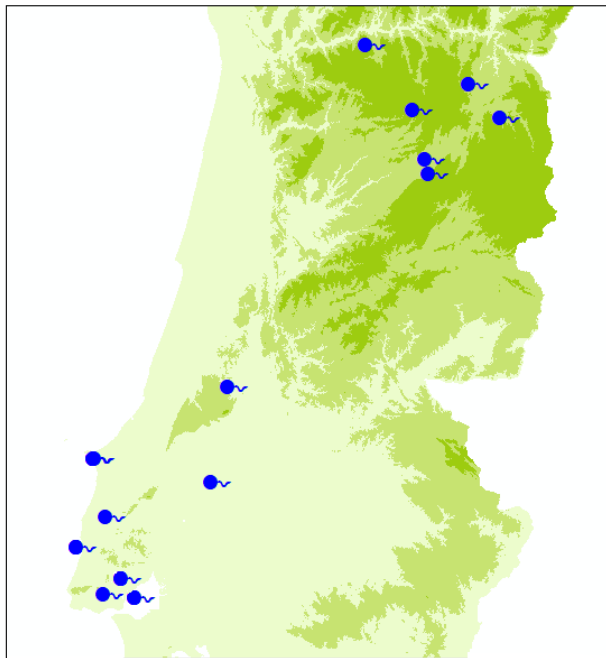
❖ **Anexos e Referências:**

Brasão de Armas: da Coroa Portuguesa. Escudo Peninsular, provavelmente de D. João III.

Marcas: Há numa pedra da cobertura da fonte, uma marca com a letra “P”.

Bibliografia: ALMEIDA C.A.F. 1968, pp.173-174; MARQUES A.H. 1997, nota nº2, p.83; PASSOS C. 1955, pp.85-96; VITORINO P. 1941, pp.63-71

2.2. Entre Douro-e-Tejo



Fontes Entre Douro-e-Tejo, esc. 1:2 000 000

2.2.1. Chafariz da Calçada

Outras Designações: Fontanário do Largo do Chafariz

Enquadramento Administrativo

Distrito

Viseu

Concelho

Lamego

Freguesia

União das Freguesias de
Almacave e Sé

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

41.091537

Longitude (x)

-7.804084

Carta Militar

nº126, esc.1:25.000

Proteção: Inexistente

Tipologia: Espaldar

Materiais de Construção: Granito.

Localização: Bairro da Ponte, no Largo do Chafariz, entre a Rua da Calçada e a Rua da Ponte

Descrição: Chafariz em alvenaria de granito aparente, em aparelho isódomo. O espaldar tem cerca de 5m de comprimento e 1.15m de altura. Sem maiores ornamentações na estrutura, é coroado por sete ameias manuelinas. Ao centro, um grande escudo das armas reais portuguesas. O tanque em alvenaria grossa possui duas bicas de motivos zoomórficos.

Cronologia: **Construção:** séc. XVI

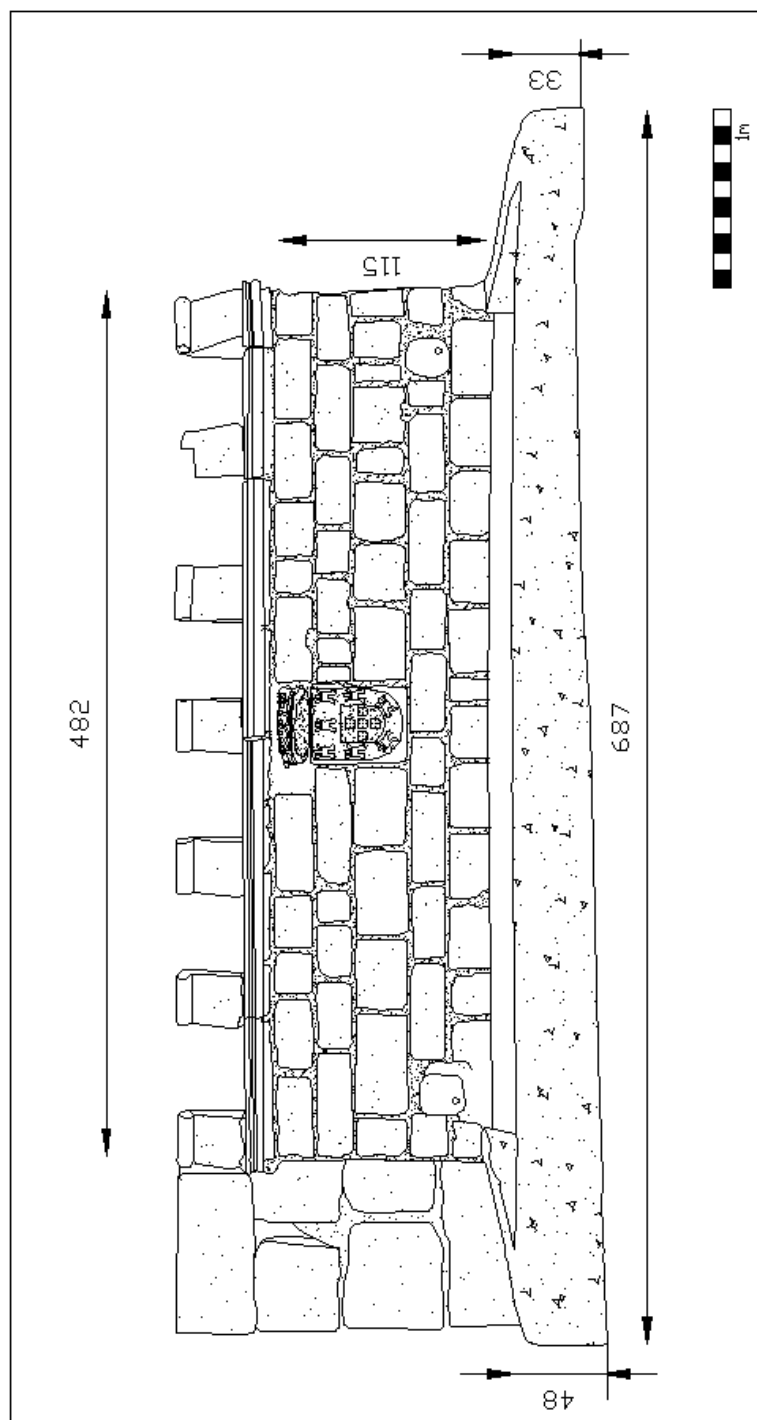
Vias de Comunicações Assoc.: Provavelmente o chafariz se localizava no velho caminho de Lamego a área vinhateira, uma via de trânsito “concorrida” que, durante o século XV, tinha uma grande ligação comercial (ROSEIRA M.J.Q. 1981, p.29). Fica a sul da Porta do Sol do Castelo de Lamego, a aproximadamente 1,1km. Em outros tempos também poderia se inserir na via que ligava a vila a Moimenta pela Ponte de Ucanha; esta “*partiria da zona da Sé de Lamego e descia ao rio Balsemão pela Rua da Ponte da Calçada, atravessava o rio e seguia junto de S. Lázaro e Sra. da Guia, passando na Portela, seguindo depois entre Britiande e Várzea de Abrunhais*”

Observações: Este chafariz se encontra na rua da Calçada da Senhora do Desterro, designação encontrada nos arquivos municipais. Posteriormente passa a ser chamada de Rua do Chafariz, mostrando a importância do mesmo na vida diária dos moradores da vila: *"por lhe ficar na frente hum largo, e comprido chafariz em cujo lanção copiosa agoa duas bicas, que ficão em hum paynel de pedra lavrada com as armas Reais no meyo. Esta agoa he especial para preservar do achaque da pedra, como testeficam os moradores daquelle Bayrro, que della bebem."* (MN. do A.N.T.T., vol. 19, p.299 in LARANJO F.J.C. 1993, p.15). O local deste chafariz, a freguesia da Sé, figura nas documentações medievais desde as Inquirições de Afonso III, nomeadamente a de 1258 que se refere a Vila de Balsemão. Em 30 de Junho de 1265 recebe foral (LARANJO F.J.C. 1995, p.87). Em seu espaldar vemos o brasão de armas da coroa portuguesa e sete ameias manuelinas a coroar. Devido a tipologia das armas, é possível que seja uma reforma posterior a D. Manuel I.

❖ **Anexos e Referências:**

Brasão de Armas: da Coroa Portuguesa.

Bibliografia: LARANJO F.J.C. 1993, p.15; LARANJO F.J.C. 1995, p.87; ROSEIRA M.J.Q. 1981, 29.



Chafariz da Calçada, Frente.

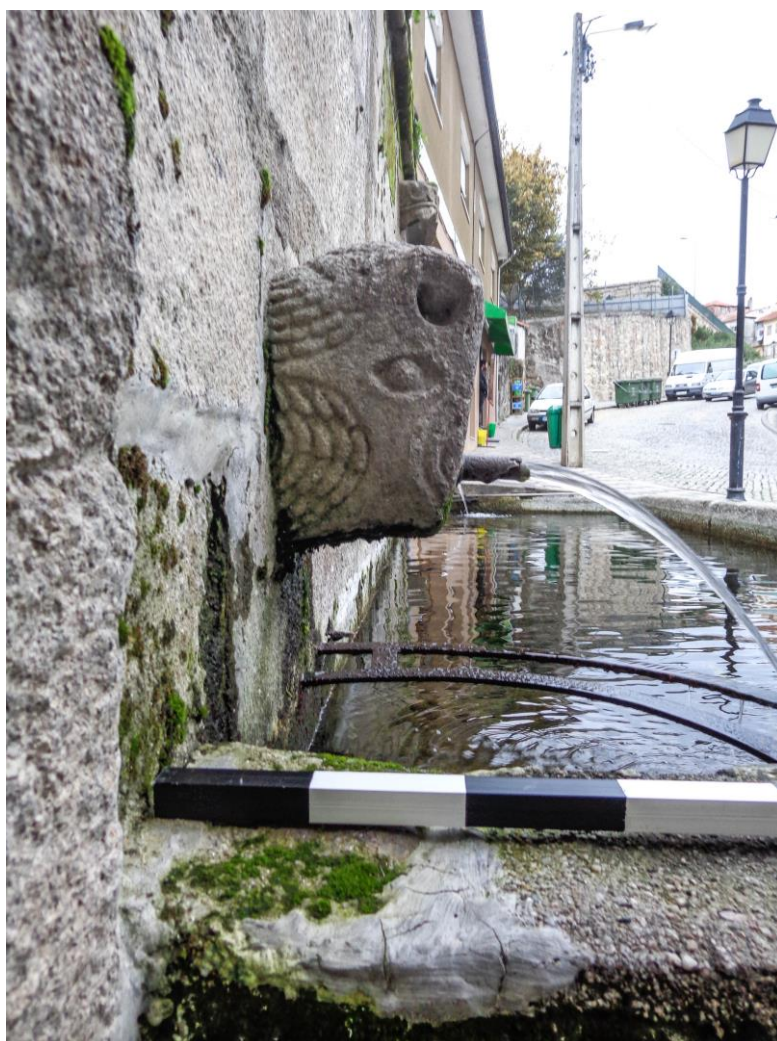
Fotos



Frente. Espaldar e ameias manuelinas.



Perfil.



Detalhe: bica com motivo zoomórfico.

2.2.2. Fonte da Corredoura

Enquadramento Administrativo

Distrito

Guarda

Concelho

Mêda

Freguesia

Marialva (Aldeia)

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

40.914594

Longitude (x)

-7.232494

Carta Militar

nº150, esc.1:25.000

Proteção:Inexistente

Tipologia: Fonte de Mergulho

Materiais de Construção: Granito

Localização: Nos arredores do Castelo de Marialva.

Descrição: Planta retangular com cobertura curva. A estrutura desta fonte é em cantaria de granito aparente e alguns cunhais a reforçar o aparelho isódomo. A abertura é em arco de volta perfeita, que dá acesso ao tanque através de uma grande escadaria. O interior é abobadado e, a frente da entrada da fontes, uma bomba de alavanca manual em ferro ajuda a retirar a água do tanque de mergulho. Tem uma particularidade: a cruz dos templários está esculpida no topo da estrutura; e existem inúmeras marcas de cruces no interior da fonte.

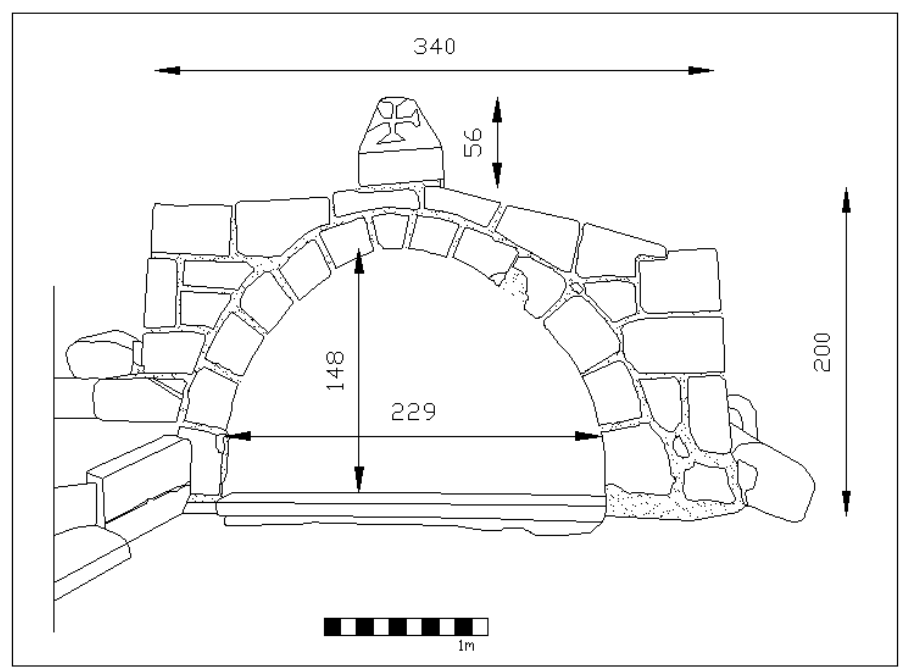
Cronologia: [Construção](#):séc. XVI

Vias de Comunicações Assoc.: Importante local de cruzamento de vias. A fonte se localiza na saída da aldeia.

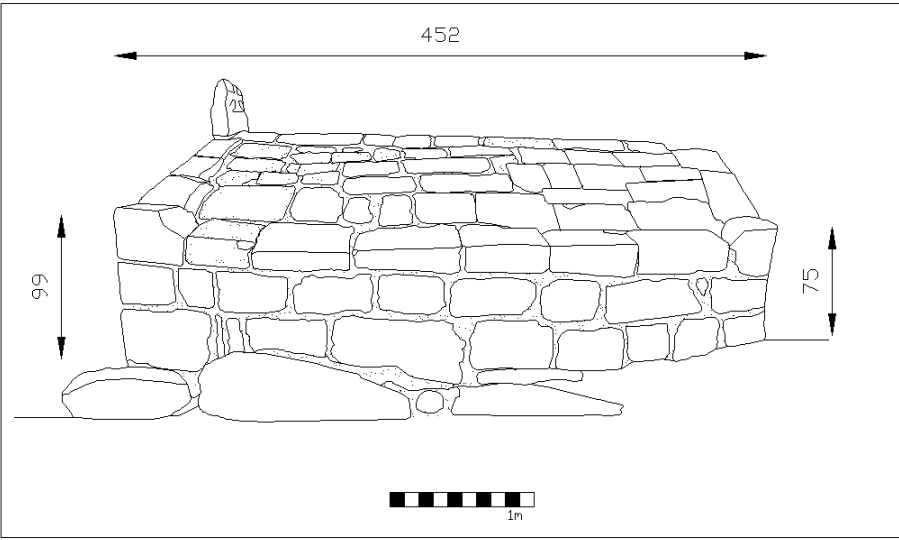
❖ **Anexos e Referências:**

Bibliografia: não encontrada

Desenho



Fonte de Mergulho, Frente.



Fonte de Mergulho, Lateral

Fotos



Abertura da fonte de mergulho.



Detalhe: cruz templária esculpida na pedra.



Escadaria para acesso ao tanque.

Detalhes das cruzes gravadas na parede.



Perfil.

2.2.3. Fonte da Vila de Aguiar da Beira

Outras Designações: Fonte Ameada

Enquadramento Administrativo

Distrito

Guarda

Concelho

Aguiar da Beira

Freguesia

União das freguesias de
Aguiar da Beira e Coruche

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

40.812467

Longitude (x)

-7.549169

Carta Militar

nº158, esc.1:25.000

Proteção: MN - Monumento Nacional, Decreto nº 8 330, DG, 1.ª série, n.º 167 de 17 agosto 1922. IPA.00023812; IPA Antigo: PT020901010129.

Tipologia: Monumental e Mergulho

Materiais de Construção: Granito

Localização: Largo dos Monumentos, centro antigo.

Descrição: Fonte de mergulho em planta quadrada, construída em cantaria aparente de granito em aparelho pseudo-isódomo. Na face voltada à SE temos a abertura em arco quebrado que dá acesso ao tanque – seu interior é abobadado. Existe ainda neste lado uma cruz e um candelabro gravados na pedra. É possível observar uma inscrição na fonte, que se localiza num grande bloco abaixo das ameias na face à SO. Outro detalhe importante

deste edifício é a parte superior da estrutura, onde se encontra um fórum. Medindo 4x4 e com banquetas de granito em toda sua extensão, tem acesso por meio de alguns lances de escadas na face NO. Do lado voltado a NE, em uma das ameias se encontra gravado um brasão típico de D. Manuel, com coroa alta e escudo peninsular picotado. As ameias também são manuelinas e coroam toda a estrutura, estando acima de grandes blocos de pedra assentados em uma cornija.

Cronologia: **Construção:** entre os séculos XV-XVI.

Arquiteto/Vedor: **Construção:** Rui Perez

Vias de Comunicações Assoc.: suposto caminho de peregrinos.

Observações: Esta fonte não tem cronologia absoluta mas o registro arquitetónico nos ajuda a delimitar um tempo com base também estilística. Estaríamos falando da altura do reinado de D. Manuel I, séculos XV-XVI. Começamos por alguns elementos cruciais que evidenciam esta proposta: Ameias Manuelinas, que podem datar de uma segunda fase do reinado de D. Manuel I (1495-1521). Segundo Barroca é nesta etapa que as ameias perdem sua função militar, passando a ser um elemento de adorno "*que acompanha a afirmação das ameias manuelinas, mais decorativas do que eficazes*" (BARROCA M.J. 2002, p.100). O Arco Quebrado ou Ogival, um elemento arquitetónico gótico – substitui o arco de volta perfeita utilizado no Românico. Aparelho de construção regular: A fonte de Aguiar da Beira pode ser inserida em um dos dois momentos distintos sobre a questão de distribuição de água à população: um investimento simbólico de grande sumptuosidade. Isto pode ser visto analisando as características arquitetónicas da estrutura. É designada como coberta ou arcada, as chamadas "de mergulho". Eram nada mais que tanques murados "*frequentemente ameados*" (TRINDADE L. 2014, p.370) com cobertura – neste caso abobadada – que protegia o poço das constantes poluições que se

sujeitavam fontes e poços abertos. Comumente vemos o brasão de armas dos reis portugueses e alguma epigrafia, na citada afirmação do poderio real. Se situa no Largo dos Monumentos, juntamente com a Torre do Relógio e um Pelourinho, típico das praças Portuguesas dos finais da Idade Média. Tem planta quadrangular de 4x4 metros aproximadamente. As paredes laterais são robustas e em aparelho regular de cantaria. Na parte traseira uma pequena escadaria com cinco degraus leva ao tablado onde provavelmente os homens bons da vila se encontravam, chamada de fórum. Na parte frontal existe uma abertura em arco quebrado (a única abertura) servindo de entrada e proteção para o poço. Há uma porta de ferro, contemporânea, a tapar a abertura. Nesta secção de entrada há um pavimento lajeado com cota mais baixa que a rua: "(...) o desnível vencido por três degraus ladeados por muretes baixos, que servem igualmente de bancos públicos" (SIPA). O interior é, segundo o SIPA, "*coberto por abóbada de secção ogival*" – infelizmente não tivemos acesso. É adossada por ameias manuelinas que dão o toque emblemático a esta estrutura. A região de Aguiar da Beira é rica em hidrotermais, fato que ocorre devido a zona de fissuras da rocha do maciço (e com inúmeras outras fontes e termas como as Caldas da Cavaca, nas proximidades)

❖ **Anexos e Referências:**

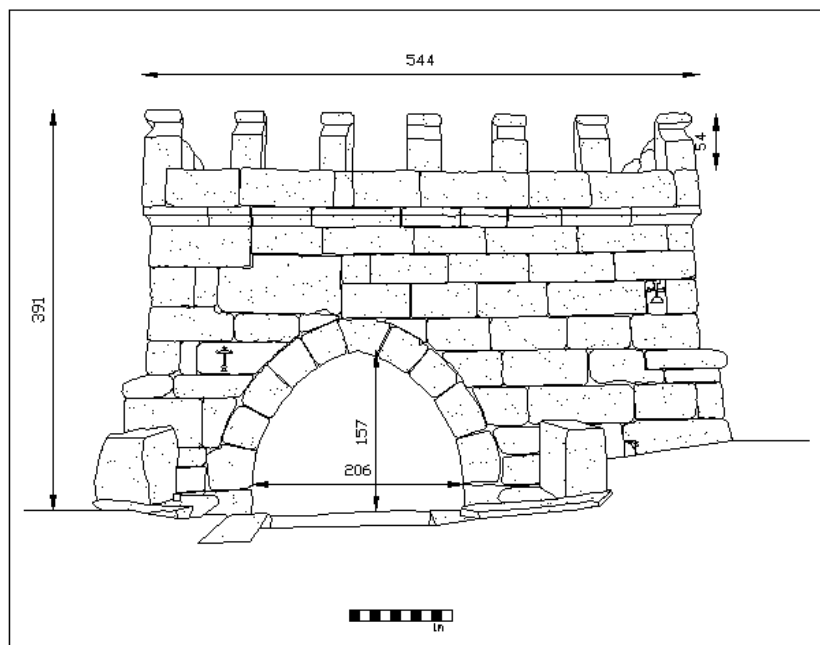
Epígrafe: RUI PI(re)Z / ME F(ez)

(seg. BARROCA 2009, p. 95)

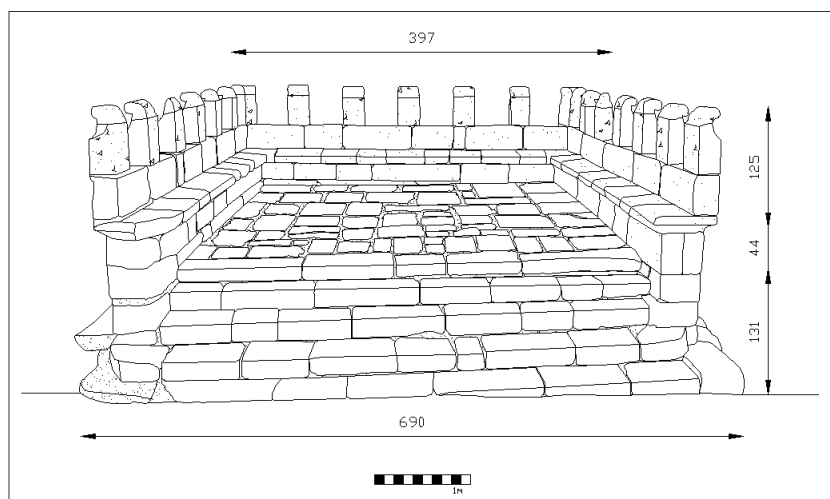
Brasão de Armas: Armas de D. Manuel I em uma das ameias da face voltada à NO

Bibliografia: BARROCA M.J. 2002, p.100; BARROCA M.J. 2009, p.95; TRINDADE L. 2014, p.370.

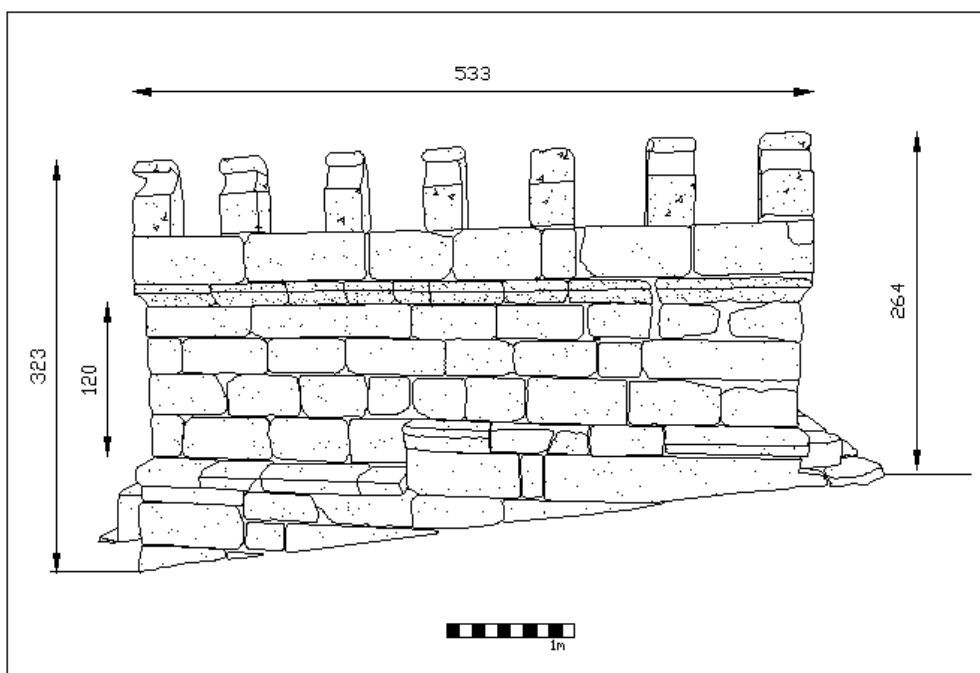
Desenho



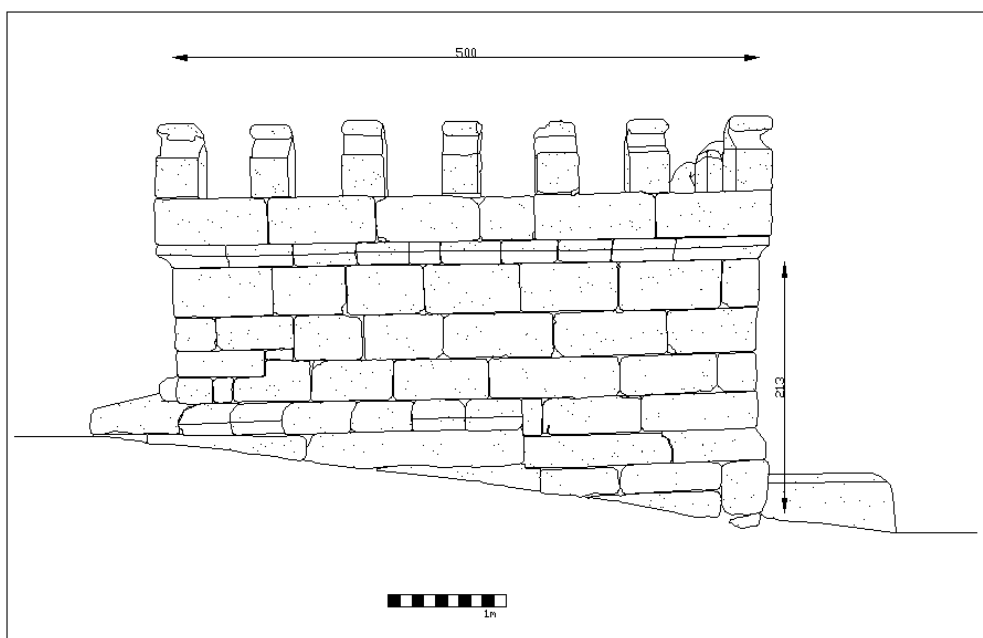
Fonte Ameada, frente à SE



Fonte Ameada, Fórum à NO



Fonte Ameada, lado à NE



Fonte Ameada, lado à SO

Fotos



Frente da fonte. Abertura de acesso ao tanque.



Face SO



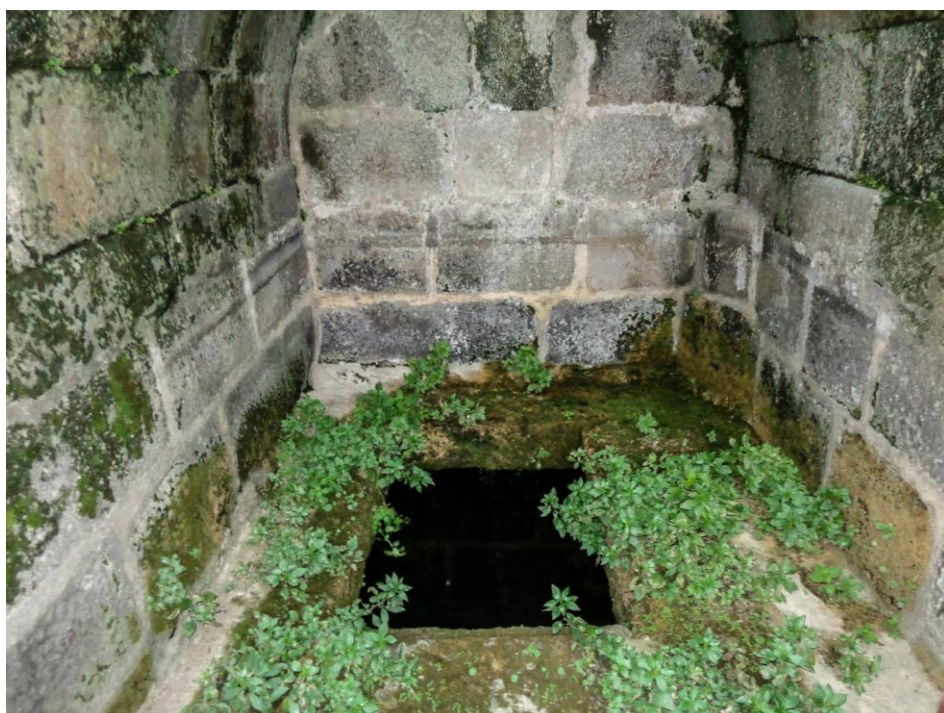
Face NE



Fórum.



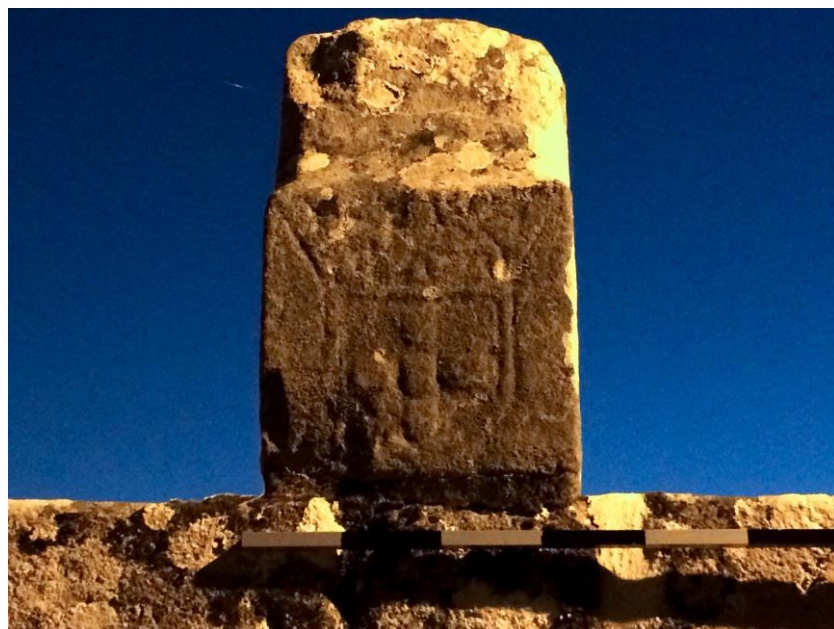
Interior do tanque, abobadado.



Detalhe do tanque.



Ameias Manuelinas, detalhe.



Brasão Manuelino, de coroa aberta «esculpido na Ameia»

2.2.4. Chafariz da Amoreira

Outras Designações: Chafariz do Passareiro

Enquadramento Administrativo

Distrito

Guarda

Concelho

Pinhel

Freguesia

Pinhel

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

40.774535

Longitude (x)

-7.061068

Carta Militar

nº171, esc.1:25.000

Proteção: Inexistente

Tipologia: Espaldar

Materiais de Construção: Granito

Localização: Rua do Chafariz da Amoreira.

Descrição: Chafariz de tipologia espaldar em alvenaria de granito aparente, orientado à sul e de aparelho pseudo-isódomo. Se encontra adossado num nível mais baixo que o terreno atual, e possui um muro de sustentação, também em blocos de granito. A frente, um tanque retangular de alvenaria que é seccionado interiormente e alimentado por uma bica. É arrematado por uma cruz. Ao centro do espaldar existem quatro motivos: à esquerda, uma esfera armilar, típica do reinado de D. Manuel; na parte central um escudo que infelizmente não conseguimos identificar e à direita um pinheiro, símbolo da cidade

de Pinhel. O fato curioso deste Chafariz fica a cargo da data que figura na parte de cima do muro: 1614. Acontece que muitos edifícios podem ter sido re-datados em época filipina, não correspondendo a altura de sua edificação. Isto também põe-nos a pensar na presença da esfera armilar.

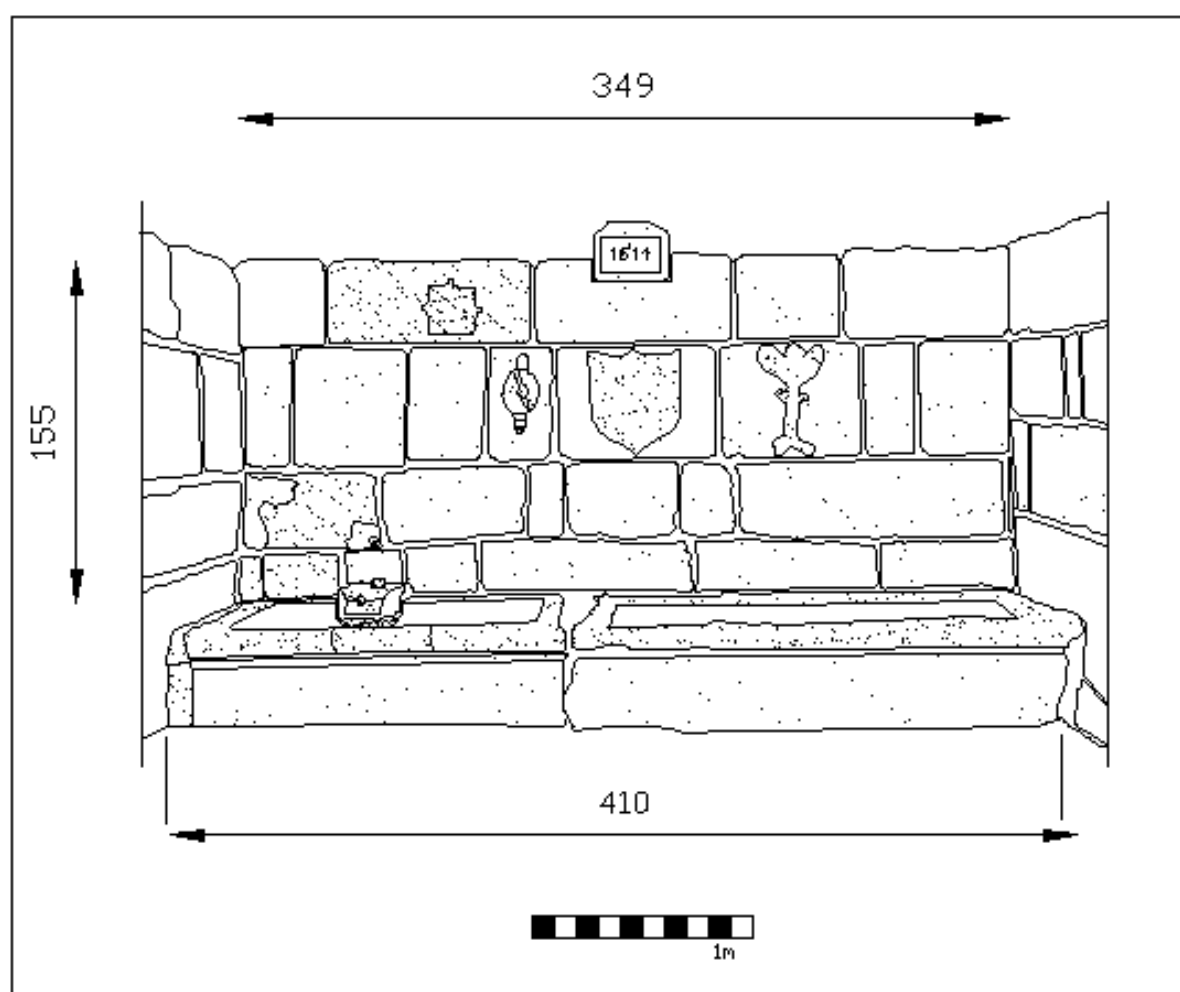
Cronologia: **Construção:**provavelmente século XVI

Observações:

❖ **Anexos e Referências:**

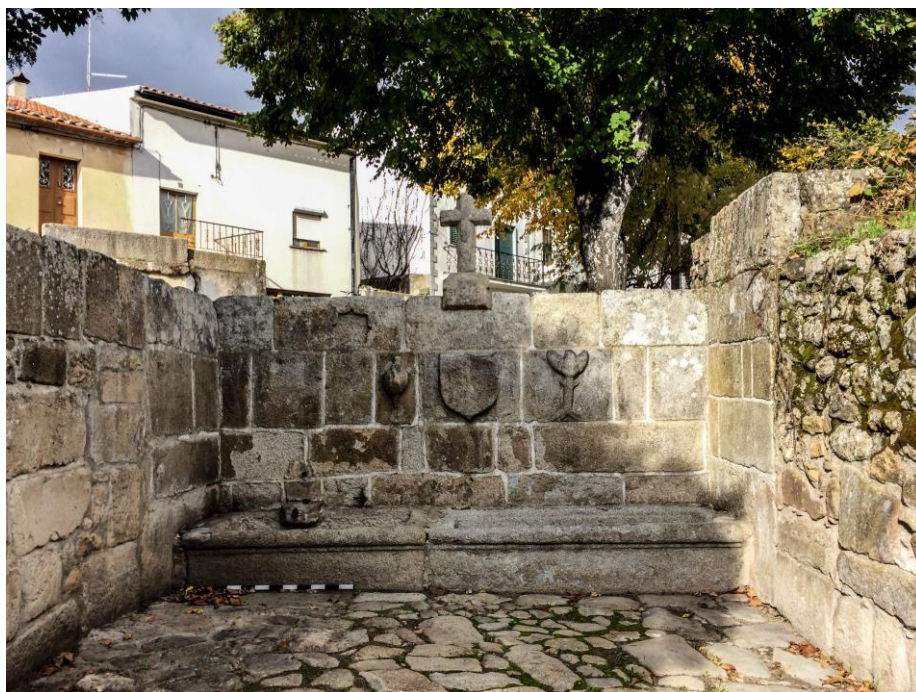
Bibliografia: não encontrada

Desenho



Chafariz da Amoreira, frente.

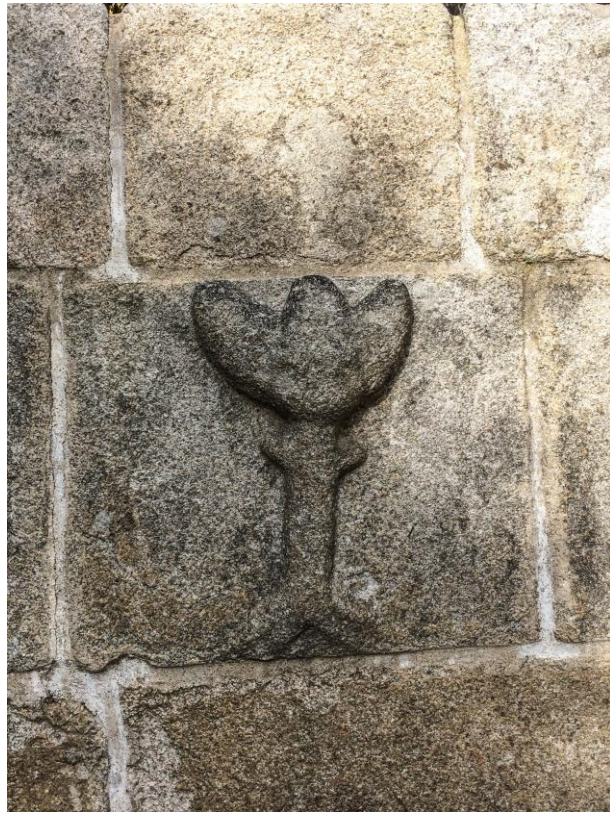
Fotos



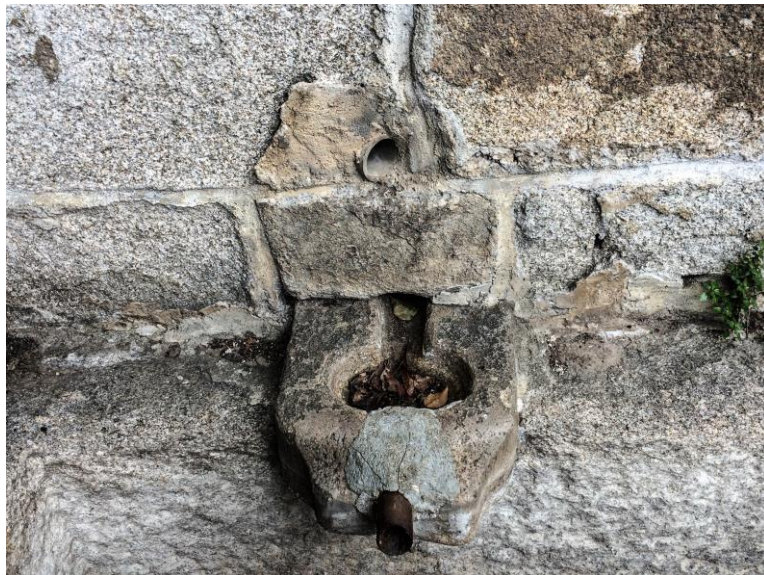
Frente.



Detalhe, Esfera Armilar.



Pinheiro, símbolo da cidade de Pinhel.



Detalhe, bica

2.2.5. Fonte de Linhares da Beira

Enquadramento Administrativo

Distrito

Guarda

Concelho

Celorico da Beira

Freguesia

Linhares da Beira (aldeia)

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

40.539997

Longitude (x)

-7.462456

Carta Militar

nº191, esc.1:25.000

Proteção: Inexistente.

Tipologia: Fonte de Mergulho

Materiais de Construção: Granito

Localização: Largo do Pelourinho

Descrição: Fonte de mergulho de planta quadrangular com aproximadamente 3,5m de comprimento cada lado. Construída em cantaria de granito aparente e aparelho pseudo-isódomo, esta fonte possui algumas particularidades. A mais evidente é a existência de um fórum na parte superior da estrutura, com bancos de granito na extensão das 3 laterais. Um quarto lado está adossado a uma parede, e vê-se talhado na pedra as armas da vila de Linhares, com as torres e um crescente ao meio. O acesso a este fórum se dá por uma pequena escadaria de três degraus. O acesso ao tanque se faz por meio de uma abertura

em arco quebrado; seu interior também é abobadado. Coroando a estrutura está uma cornija, e, acima dela grandes blocos de granito.

Cronologia: **Construção:**provavelmente no século XIV.

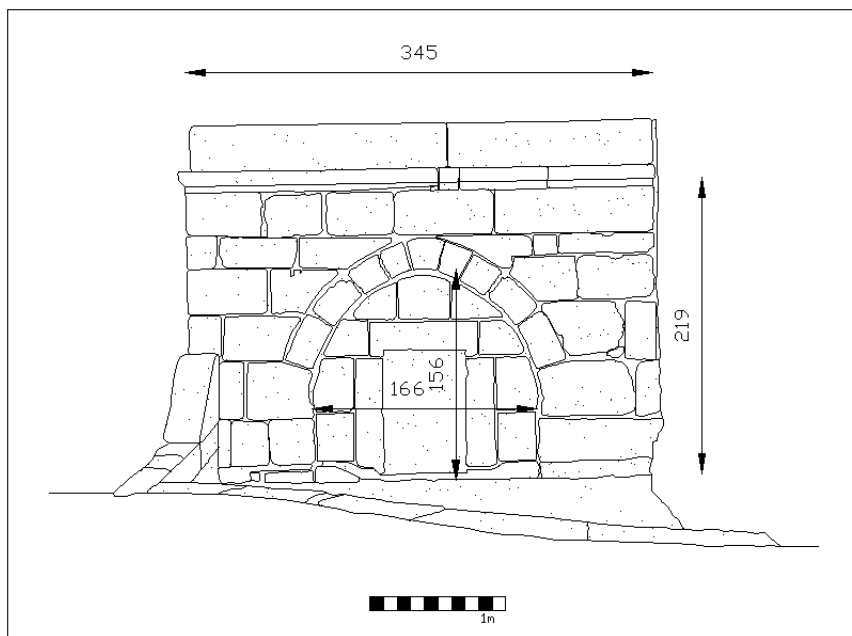
Vias de Comunicações Assoc.: Via de peregrinos

❖ **Anexos e Referências:**

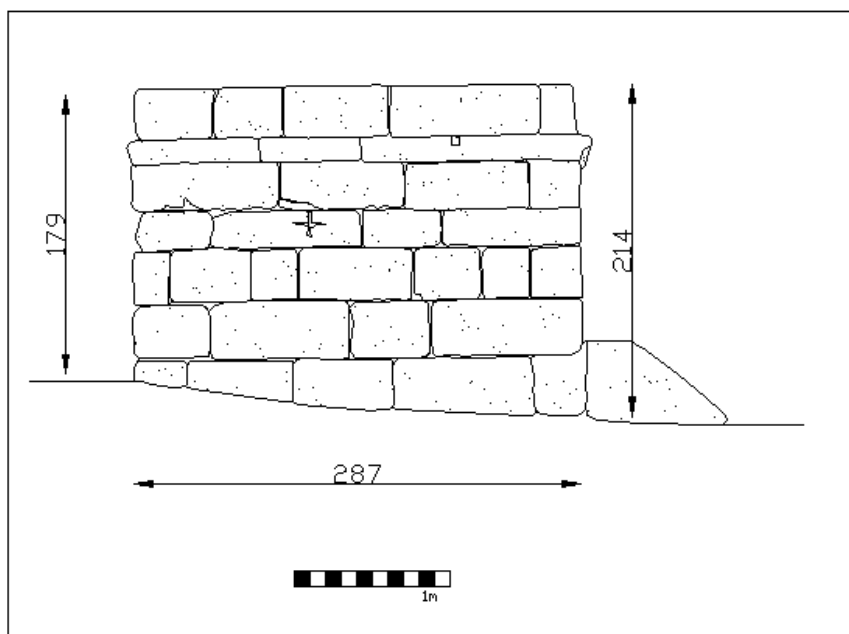
Brasão de Armas: da vila de Linhares

Bibliografia: não encontrada.

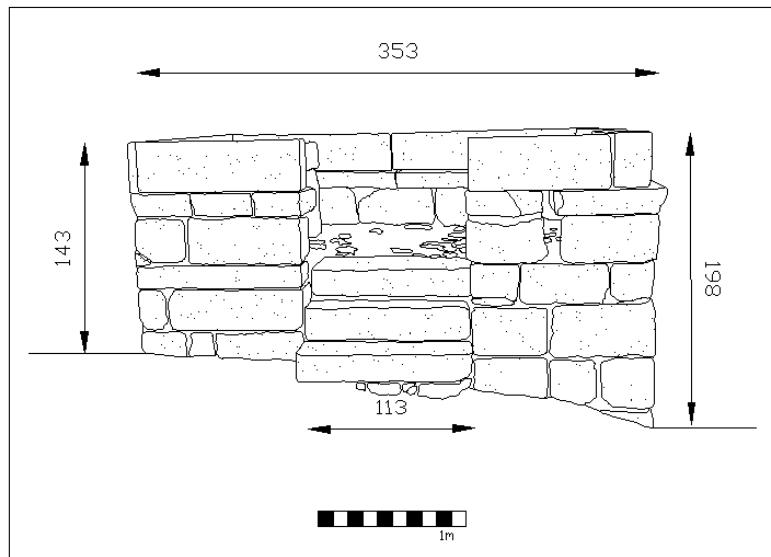
Desenho



Fonte "Romana", lado à SO



Fonte "Romana", lado à NO

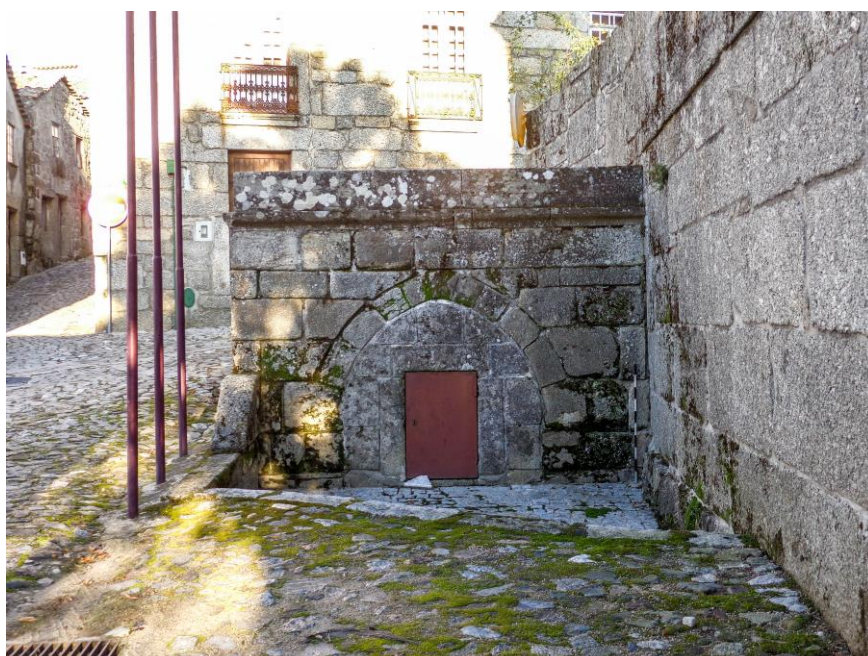


Fonte "Romana", Fórum à NE

Fotos



Lateral da Fonte.



Abertura do tanque em arco quebrado.



Interior do tanque, abobadado.



Escada de acesso ao fórum.



Fórum.



Armas da vila de Linhares. Castelo com 2 torres e um crescente ao meio.

2.2.6. Chafariz d'El Rei (Castelo Mendo)

Outras Designações: Chafariz da Devesa

Enquadramento Administrativo

Distrito

Guarda

Concelho

Almeida

Freguesia

União das freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitela

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

40.593089

Longitude (x)

-6.949522

Carta Militar

nº193, esc.1:25.000

Proteção: Zona de Protecção da Aldeia de Castelo Mendo (v. PT020902080007)

Tipologia: Espaldar

Materiais de Construção: Granito

Localização: Devesa, Campo da Feira

Descrição: De tipologia espaldar, este chafariz de pequenas dimensões é constituído por blocos de granito em aparelho isódomo de cantaria aparente; ao centro encontra-se um brasão de armas reais "picotado", que alguns autores dizem ser típico daquela região. A estrutura é coroada por uma cornija e encimada por um pequeno frontão com enrolamentos nas laterais. Acima, é arrematada por um pináculo arredondado. A frente

do espaldar encontra-se um taque retangular que é abastecido por uma única bica. A estrutura tem, em seus dois lados, pedras de granito de grande dimensões que poderiam servir como uma pequena murete de sustentação. Na parte de trás do chafariz podemos observar um pequeno caminho, com pedras a tamar. Ali se encontra o canal que leva água da nascente até a estrutura: seu ponto final de distribuição.

Cronologia: **Construção:** Séc. XIV **Reformas:** séc. XVI, obras na estrutura; séc. XVII, reforma durante a dinastia filipina.

Vias de Comunicações Assoc.: A estrutura encontrava-se no caminho da porta principal de Castelo Mendo, onde era realizada a feira da vila.

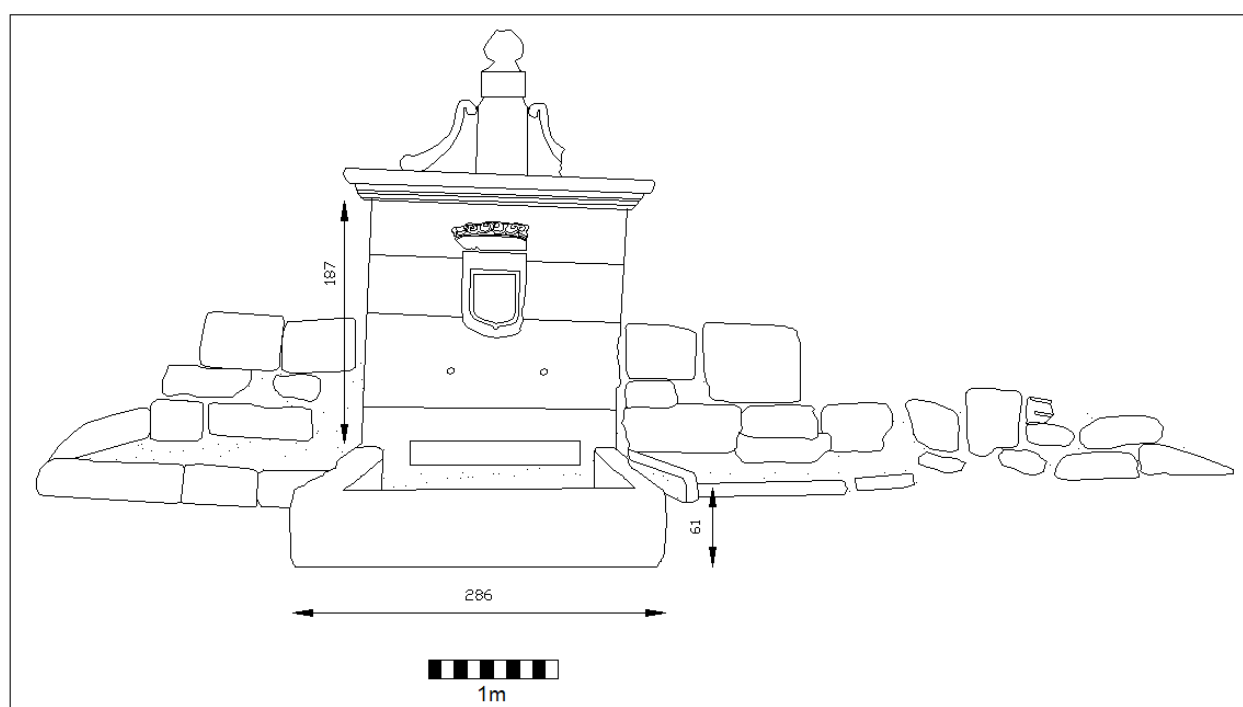
Observações: Este chafariz localiza-se na parte central das Devesas, uma grande área de pastagem fora das muralhas do castelo de Castelo Mendo. Era ali que, segundo estudiosos – como Virginia Rau, afirmam ter se instaurado a mais antiga feira da Idade Média. A estrutura é referido como tendo sido erigida na época do rei D. Dinis, no século XIV. O escudo que figura ao centro do espaldar remete a uma curiosidade daquela zona, o facto de ser “picotado”.

❖ **Anexos e Referências:**

Brasão de Armas: Real.

Bibliografia: não encontrada.

Desenho



Chafariz d'El Rei.

2.2.7. Fonte da Vila de Ourém

Outras Designações: Fonte Medieval de Ourém

Enquadramento Administrativo

Distrito

Santarém

Concelho

Ourém

Freguesia

Nossa Senhora das
Misericórdias

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

39.643435

Longitude (x)

-8.591415

Carta Militar

nº298, esc.1:25.000

Proteção: Incluída na Zona de Proteção da Antiga Vila de Ourém e na Zona de Proteção da Igreja Matriz de Ourém.

Tipologia: Monumental, Espaldar e Mergulho

Materiais de Construção: Calcário

Localização: Rua Luiz António Flores, na entrada da porta anterior a Igreja Matriz de Ourem.

Descrição: Uma das mais emblemáticas de nosso estudo, esta fonte de planta quadrada possui alvenaria aparente em blocos de calcário. Na face principal voltada à NE observamos a meio da estrutura uma grande moldura com as armas de D. Afonso, conde de Ourém - uma figura com elmo e um escudo peninsular "au ballon"; abaixo se encontra

inscrição de letras góticas que referencia ser o conde o mandante da obra e a data da feitura. Toda a estrutura do espaldar é suportada por dois pequenos muretes adossado a cada uma das extremidades. O tanque à frente de aproximadamente 4.80m é seccionado em duas partes, e aparentemente recebe água excedente do tanque de mergulho, num plano mais alto. É onde se encontra uma abertura vazada em arco quebrado, que dá acesso a este segundo tanque pela lateral à NO e pela lateral à SE, esta última tem acesso por três lances de escadas, que dá acesso a uma bomba manual para retirada de água. Ambas aberturas possuem um parapeito de calcário, certamente para apoiar os vasilhames de carregar água; neste espaço o teto é abobadado. A parte superior da fonte não possui, nos dias atuais, nenhum tipo de remate. Mas pode ter sido coroada por ameias em outros tempos. Esta fonte se assemelha muito à de Nossa Sra. da Conceição (Atouguia da Baleia) e a Fonte das Figueiras (Santarém).

Cronologia: **Construção:** 1434.

Vias de Comunicações Assoc.: Localiza-se bem na entrada de uma das portas do castelo de Ourém, o que subentende-se ser uma fonte não somete aos moradores da vila, mas a transeuntes e aos que participariam do mercado que outrora ali existiu. O tanque do espaldar, bifurcado, dá-nos a idéia de que seria também propícia ao uso dos animais.

Observações: A fonte medieval de Ourém, também chamada fonte da Vila foi mandada construir pelo irmão do conde de Arraiolos, D. Fernando: o conde de Ourém, D. Afonso. Mais uma empreitada destes senhores – já que seu irmão, conde de Arraiolos também fora benfeitor em outros quatro chafarizes, "*e um quinto, desaparecido, erguido em Portel*" – mostra-nos o comprometimento destes com suas terras e com aqueles que nela viviam. Se localizava na Praça Velha de Ourém. A epígrafe confirma/reafirma esta condição. "Esta fonte mandou fazer D. Afonso, neto do mui nobre Rei Dom João (I)". Esta inscrição se situa no segundo tanque, possivelmente o que ficava a cargo dos

animais, talvez o mais utilizado por viajantes e pelos que por ali passavam. Assim, um maior número de pessoas ficava a saber quem a havia mandado fazer: *<Dom Afonso, neto do mui nobre rei D. João, conde desta vila, a qual foi começada e acabada no ano da era de nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil quatrocentos e vinte e quatro anos>* (BARROCA 2009, p.95)

❖ **Anexos e Referências:**

Epígrafe: Na face principal do segundo tanque que, apesar de ser de serventia para os animais, era o mais visível, encontra-se a seguinte inscrição, que acompanha o brasão de D. Afonso:

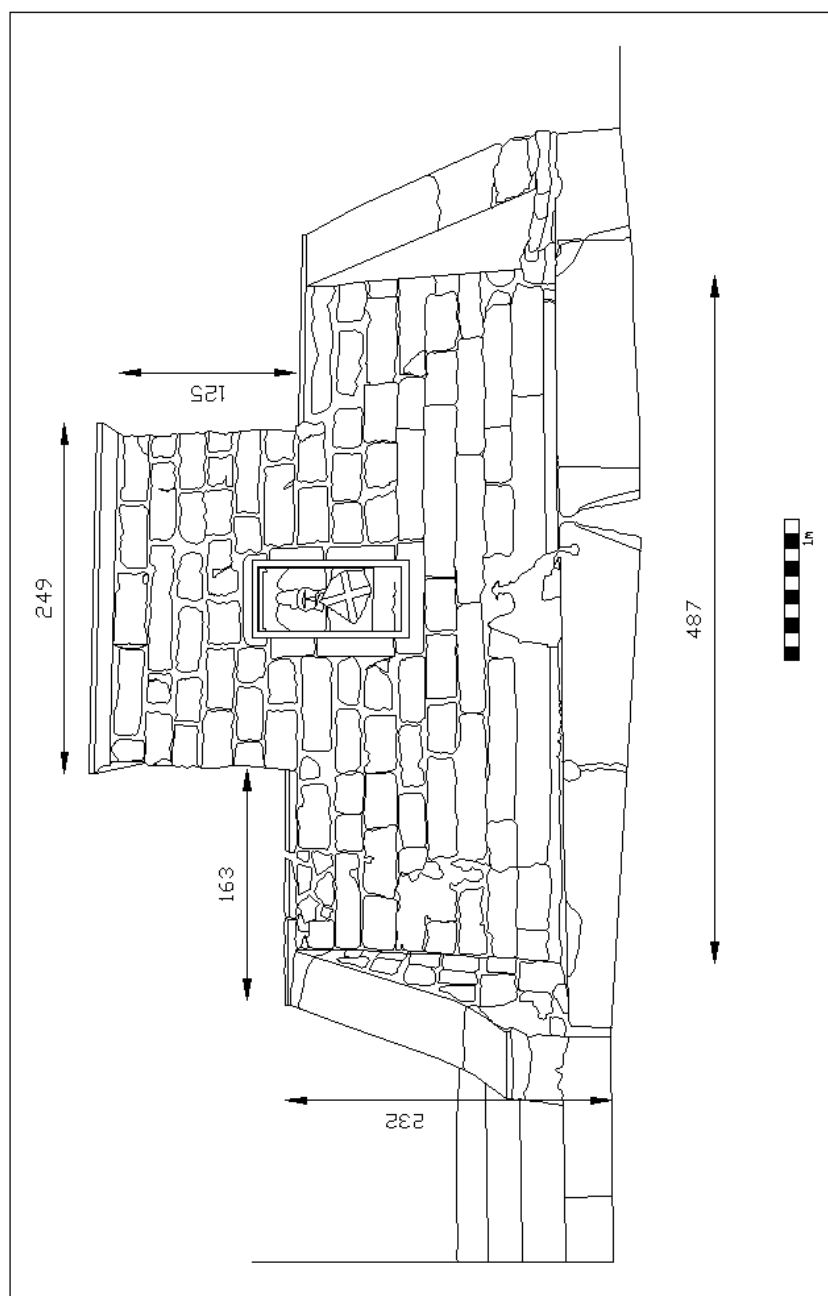
ESTA FONTE MAnDOU FAZER DOM. A(fons)o NETO DO MUJ NOBRE / REY
DOM JOHAM. CONDE DESTA VILA A Q(ua)L FOY COME/CADA E ACABADA
NO ANO DA ERA DO NA(s)CIMENTO / /DE NOS(s)OS(e)N(ho)R.J(e)H(su)S XPO
(cristo...) DE MJLIIIIcXXXIVAN(os)

(seg. BARROCA M.J. 2009, p.95)

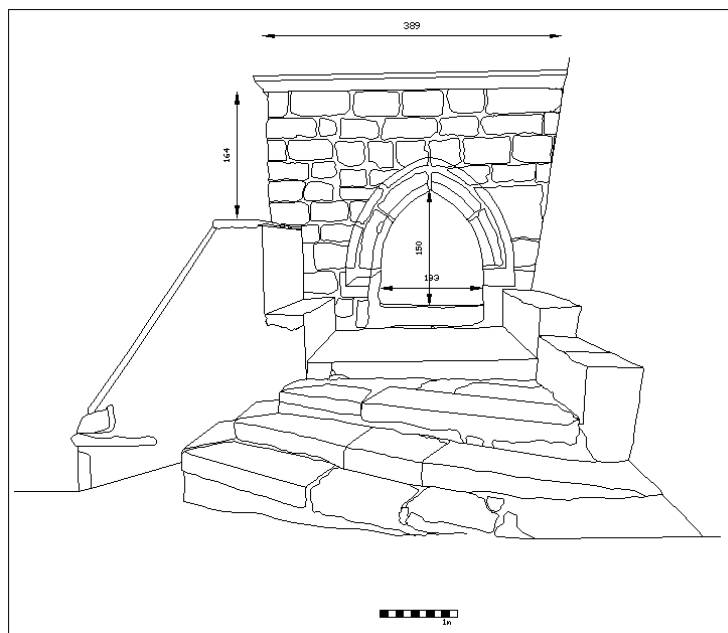
Brasão de Armas: armas de D. Afonso, conde de Ourém.

Bibliografia: BARROCA M.J. 2009, pp.89-96;

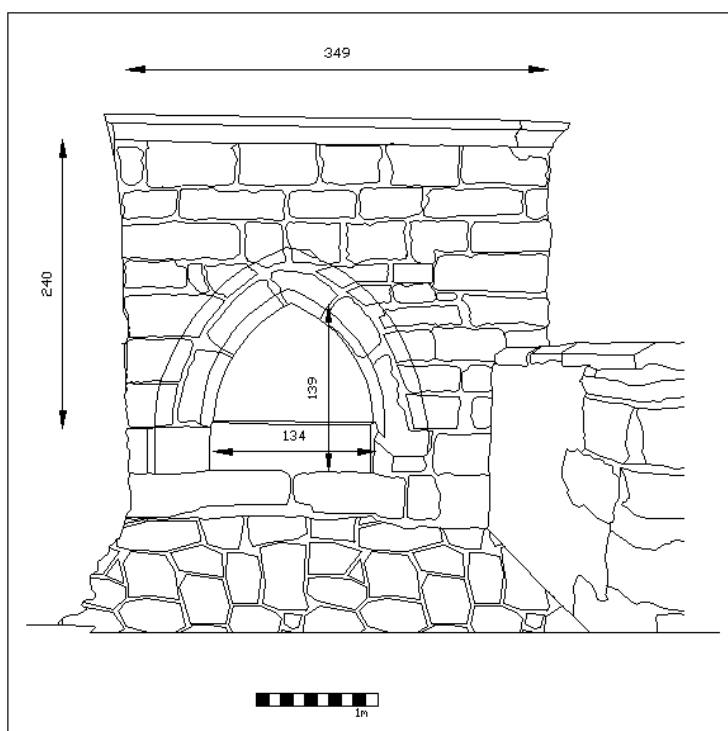
Desenho



Fonte de Ourém, frente.

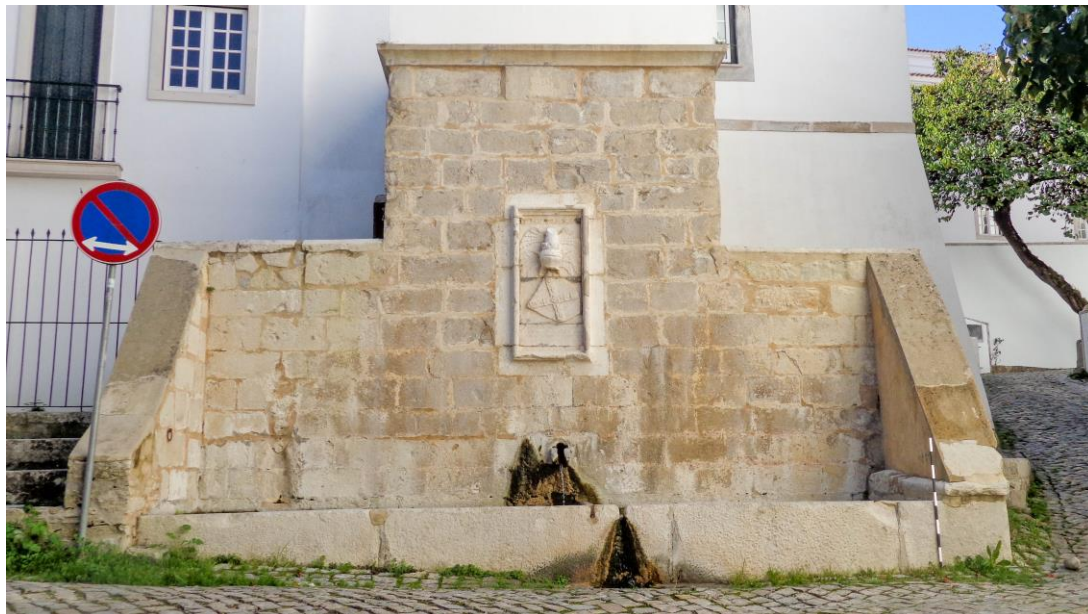


Fonte de Ourém, lateral.

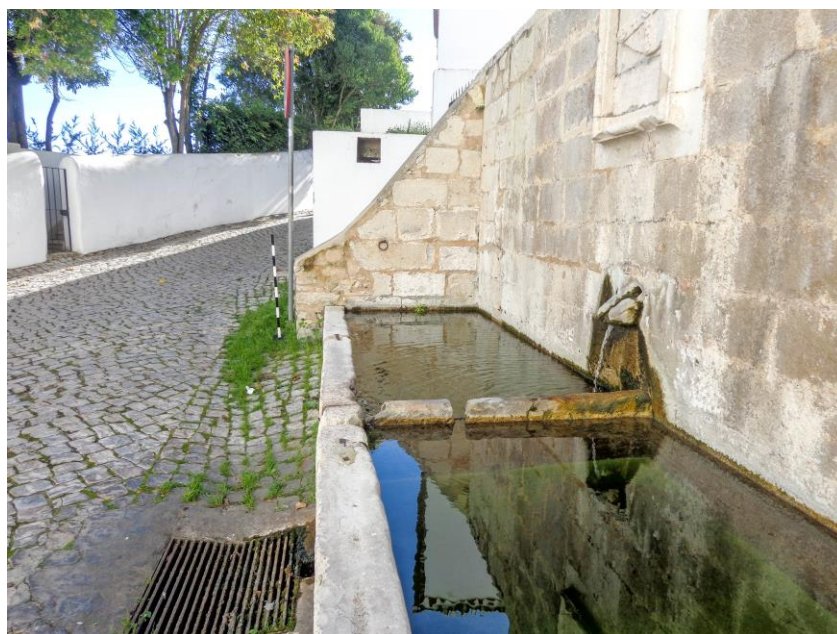


Fonte de Ourém, lateral.

Fotos



Frente, espaldar.



Perfil. Tanque seccionado em detalhe.



Lateral para tanque e bomba manual.



Bomba manual, detalhe.



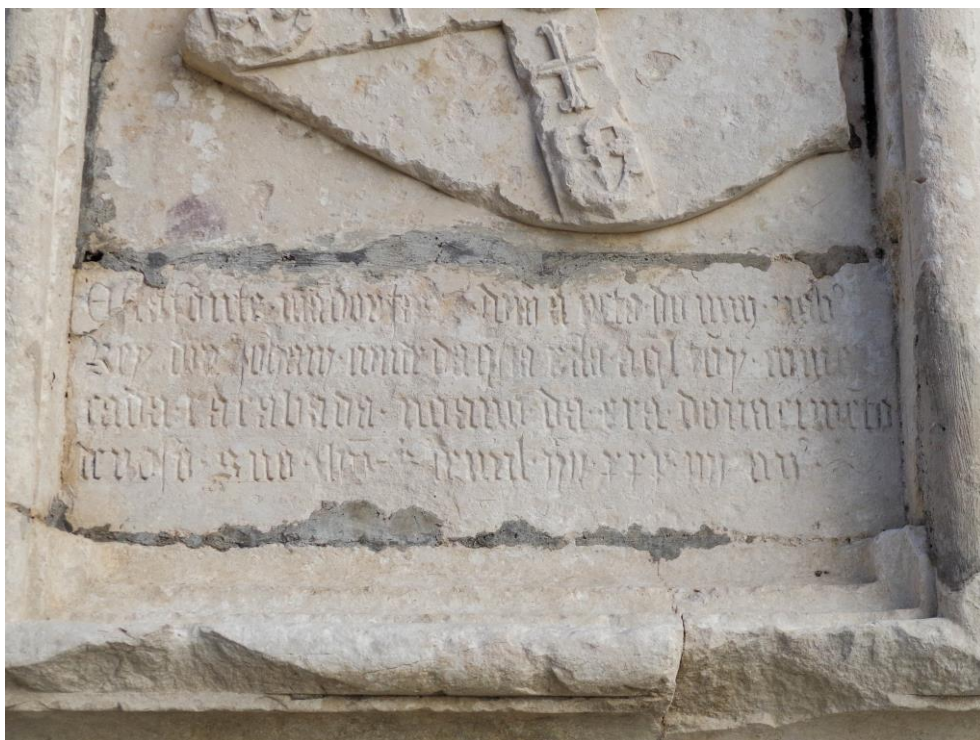
Lateral, acesso secundário ao tanque



Abertura em arco quebrado, vazado.



Armas do conde de Ourém, D Afonso.



Detalhe da inscrição.

2.2.8. Fonte das Figueiras

Outras Designações: Fonte Mourisca, Fonte da Atamarma.

Enquadramento Administrativo

Distrito

Santarém

Concelho

Santarém

Freguesia

União das freguesias de Marvila, Santa Iria da Ribeira de Santarém, São Salvador e São Nicolau

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

39.237951

Longitude (x)

-8.682675

Carta Militar

nº352, esc.1:25.000

Proteção: MN - Monumento Nacional, Decreto de 16-06-1910, DG, 1.ª série, n.º 136 de 23 junho 1910 / ZEP / Zona "non aedificandi", Portaria, DG, 2.ª série, n.º 111 de 15 maio 1946.

Tipologia: Monumental. Espaldar.

Materiais de Construção: Calcário

Localização: Descendo pela travessa das Figueiras, numa escadaria, chega-se a Calçada das Figueiras.

Descrição: A fonte das Figueiras é na verdade um pequeno complexo de distribuição de água pública. Sua magnitude demonstra que os usuários utilizar seus tanques para várias

finalidades. Após descer uma escadaria, chegamos a uma estrutura coberta de planta quadrada. Exceto a face adossada a antiga malha da muralha, as outras três são vazadas em arco quebrado – encimados em colunas jónicas com capitéis em motivos vegetalistas. O teto desta construção que abriga o primeiro tanque é de abobada de ogivas, com arestas reforçadas por duas “nervuras” que se cruzam na chave. Este tanque é quadrado e raso. Nas suas bordas encontramos 3 sulcos ovais, que demonstram a grande utilização deste – era ali que se pousaria os vasilhames para pegar água. Na continuação desta estrutura segue-se a muralha e, adossada a ela, do lado direito, existe um grande tanque. À frente dele, outros dois pequenos. Tivemos acesso a uma pequena abertura que dava acesso a parte lateral do complexo das Figueiras. Aparentemente existiria ali um “buraco” para escoamento da água e um quinto tanque. É curioso observar que existem cerca de 26 marcas de pedreiro nas colunas da fonte, que denotam o esforço de vários mestres e pedreiros em sua construção. Tem destaque na estrutura dois escudos: um com as armas da coroa portuguesa e o outro com as antigas armas da vila de Santarém. A fonte tem pouco mais de uma dezena de altura. Vide o tamanho de suas ameias: aproximadamente um metro. Possui dois tipos de aparelho de construção; em toda a estrutura de planta quadrada a disposição pseudo-isodoma é nítida. Na parte de cima, abaixo das ameias, com partes reboco danificadas, é possível ver as pedras dispostas ao acaso – mampostaria.

Cronologia: [Construção](#): séc. XIV, provavelmente durante as reformas executadas a mando de D.Fernando. [Reformas](#): 1949.

Vias de Comunicações Assoc.: Provavelmente estaria próxima a via que ligava Santarém a Leiria.

Observações: Existem alguns pontos que nos permitem ressaltar a impotência deste Fonte. Sua notoriedade se deve, segundo Manuel Teixeira (1994, p.181), por ser um dos poucos exemplares deste equipamento a chegar até nós em boas condições. (A abóbada

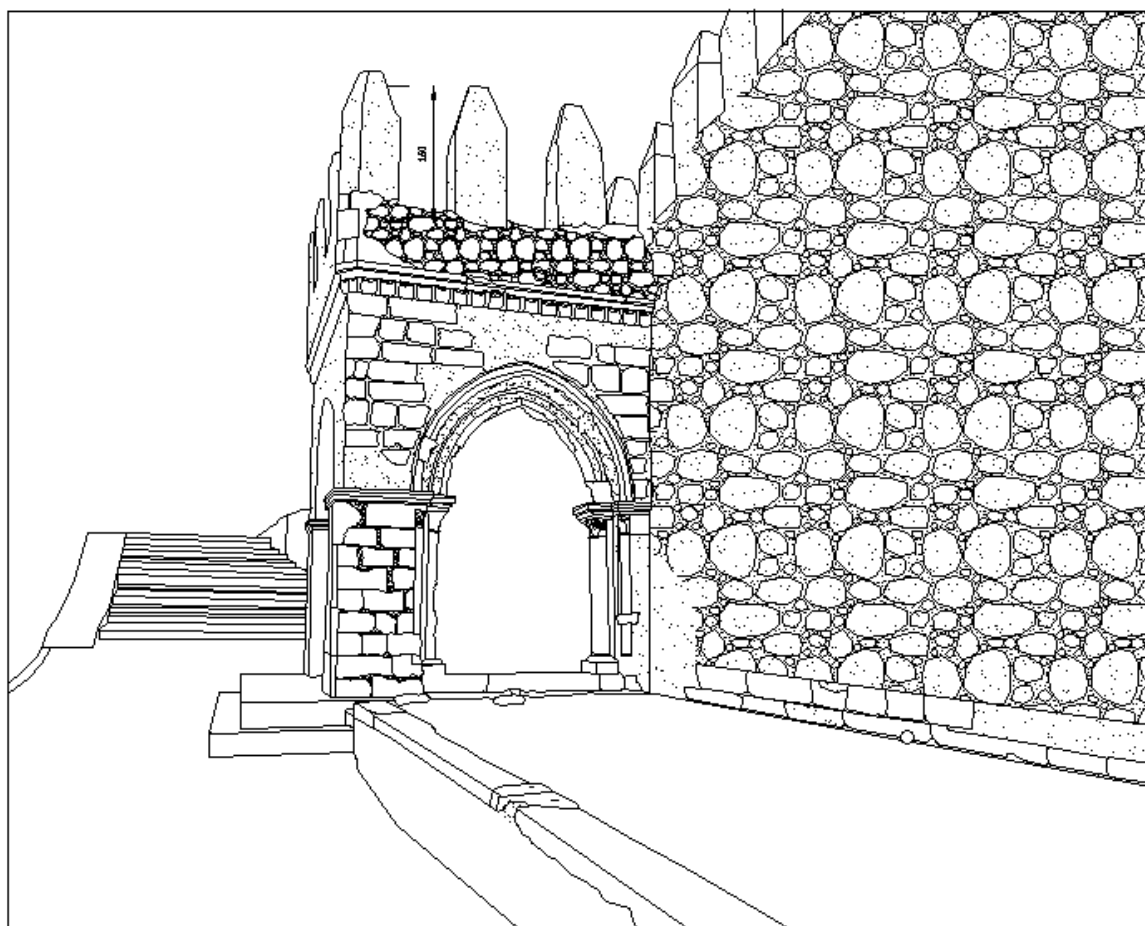
desta fonte está adossada ao muro de um troço da muralha medieval de Santarém). Teixeira fala-nos sobre a importância arquitetónica desta fonte também por se tratar de uma construção laica em uma altura onde a religiosidade tem grande protagonismo. Neste estudo, apresentado em um encontro sobre municípios históricos, o autor explora alguns elementos artísticos (como o capitéis e as colunas) que possuem marcas de pedreiros - uma forma de mostrar o talento pessoal do trabalho feito no silhar e da importância desta estrutura para a população da vila. Outro dado que atesta esta querência é o facto de também possuir dois brasões: um da coroa e um do concelho de Santarém. (BEIRANTE A. 1980, p.182). Outro ponto importante a ressaltar é a zona envolvente da Fonte. Estava já no século XIII inserida dentro da vila amuralhada "que vai da Alcáçova até Porta da Leiria, actual largo Sá da Bandeira, num ponto de ligação das mais importantes freguesias de Santarém" (BEIRANTE A. 1980, p.59). Ficava exatamente em São Salvador, onde o eixo principal (a rua da Direita) ligava a Porta de Leiria a rua da Figueira. (BEIRANTE A. 1980, p.73). A fonte também estava nos caminhos que ligavam - para sul - ao coração da urbe, Marvila e São Nicolau, é nestas duas freguesias que se encontrava-se a praça da vila (provavelmente a que Fernão Lopes cita em sua crónica de D. Fernando). A autora Angela Beirante diz-nos que na altura do século XV duas calçadas confluíam para o chafariz, tendo início, as duas, numa provável carreira pública que existiria próximo ao convento de S. Francisco (que fluía para a zona da Ribeira). E desciam sentido Norte-Sul até a zona principal da vila (As já citadas Marvila e S. Nicolau).

❖ **Anexos e Referências:**

Brasão de Armas: da antiga vila de Santarém e da coroa Portuguesa.

Bibliografia: BEIRANTE A., p.59; 73; 182; TEIXEIRA F.M.A.C. 1994, pp.181-185

Desenho



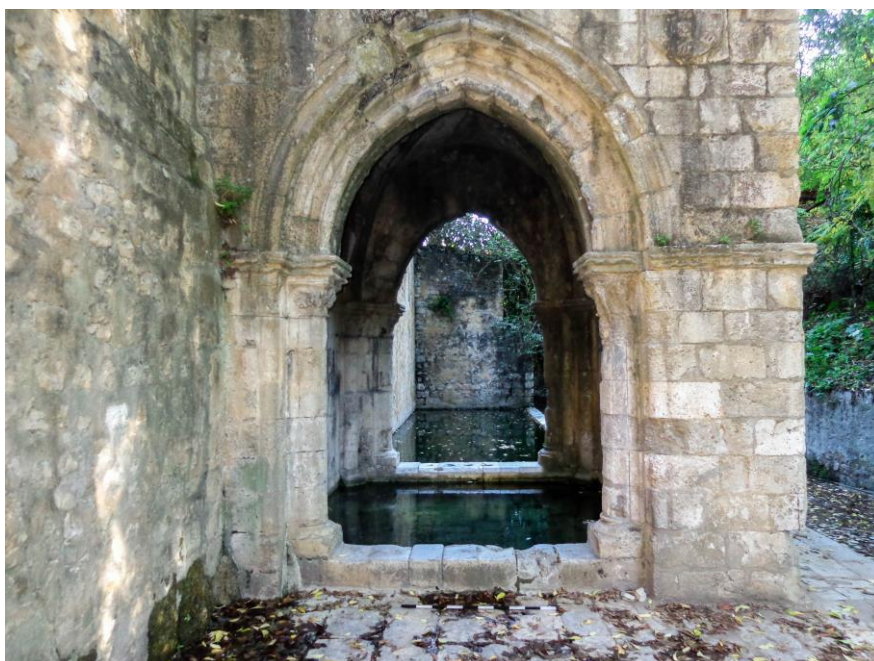
1m

Fonte das Figueiras, Perspectiva.

Fotos



Fonte das Figueiras, visão geral.



1 das faces da fonte.



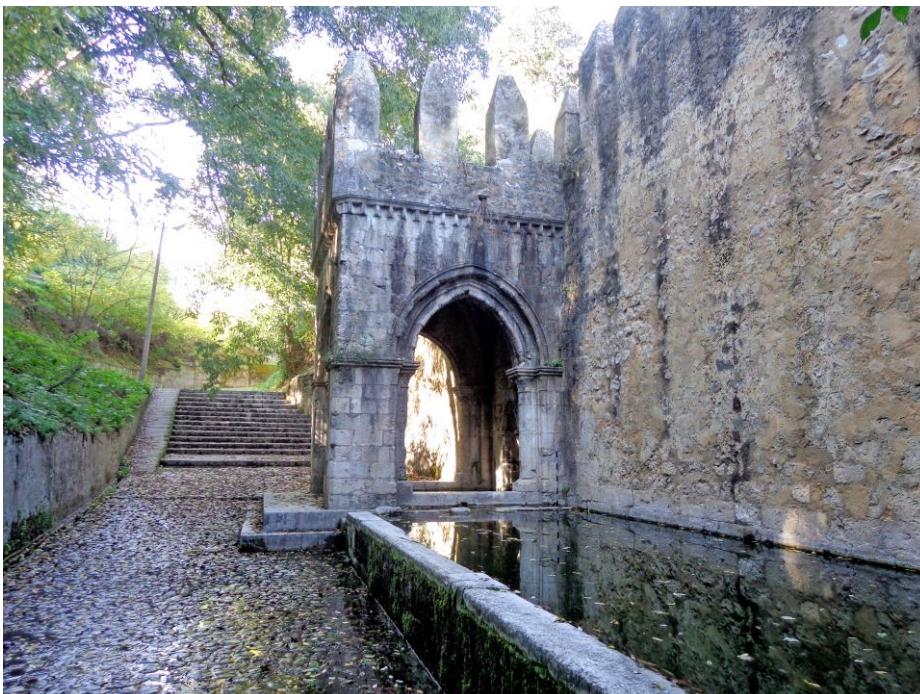
Tanque.



Teto em abóbada de cruzaria



Marcas de uso intenso de vasilhames.



Tanque adossado ao pano de muralha.



Outros dois tanques do complexo.



Possível local de escoamento da água.



Armas antigas da vila de Santarém.



Ameias.

2.2.9. Fonte de S. Leonardo

Enquadramento Administrativo

Distrito

Leiria

Concelho

Peniche

Freguesia

Atouguia da Baleia

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

39.339666

Longitude (x)

-9.324884

Carta Militar

nº337, esc.1:25.000

Proteção: Inexistente

Tipologia: Mergulho

Materiais de Construção: Calcário.

Localização: Em campo, terreno particular, à frente da Igreja de S. Leonardo (lateral voltada a Norte.)

Descrição: Fonte adossada em um pano de muro de cantaria caiada, com partes sem reboco pela ação do tempo, podendo ser visto os blocos de calcário talhados em aparelho pseudo-isódomo. A estrutura parece ter sofrido algumas remodelações mas, é possível vermos alguns elementos que remetem ao século XVI como o brasão de armas de D. Manuel I talhado juntamente com o símbolo de Atouguia da Baleia: os dois touros, e que se localiza a direita da abertura retangular da fonte. Esta abertura, única, dá acesso a o um

tanque de mergulho. Ao lado das armas reais encontramos uma pequena marca de pedreiro. De arquitetura simples e sem acabamento, a fonte possui a maio da estrutura uma banda horizontal, seccionada em duas partes. O telhado é coroado em cada extremidade por dos pináculos arrematados esfericamente.

Cronologia: **Construção:** século XV

Vias de Comunicações Assoc.: Provavelmente nas vias de peregrinação aos devotos de S. Leonardo.

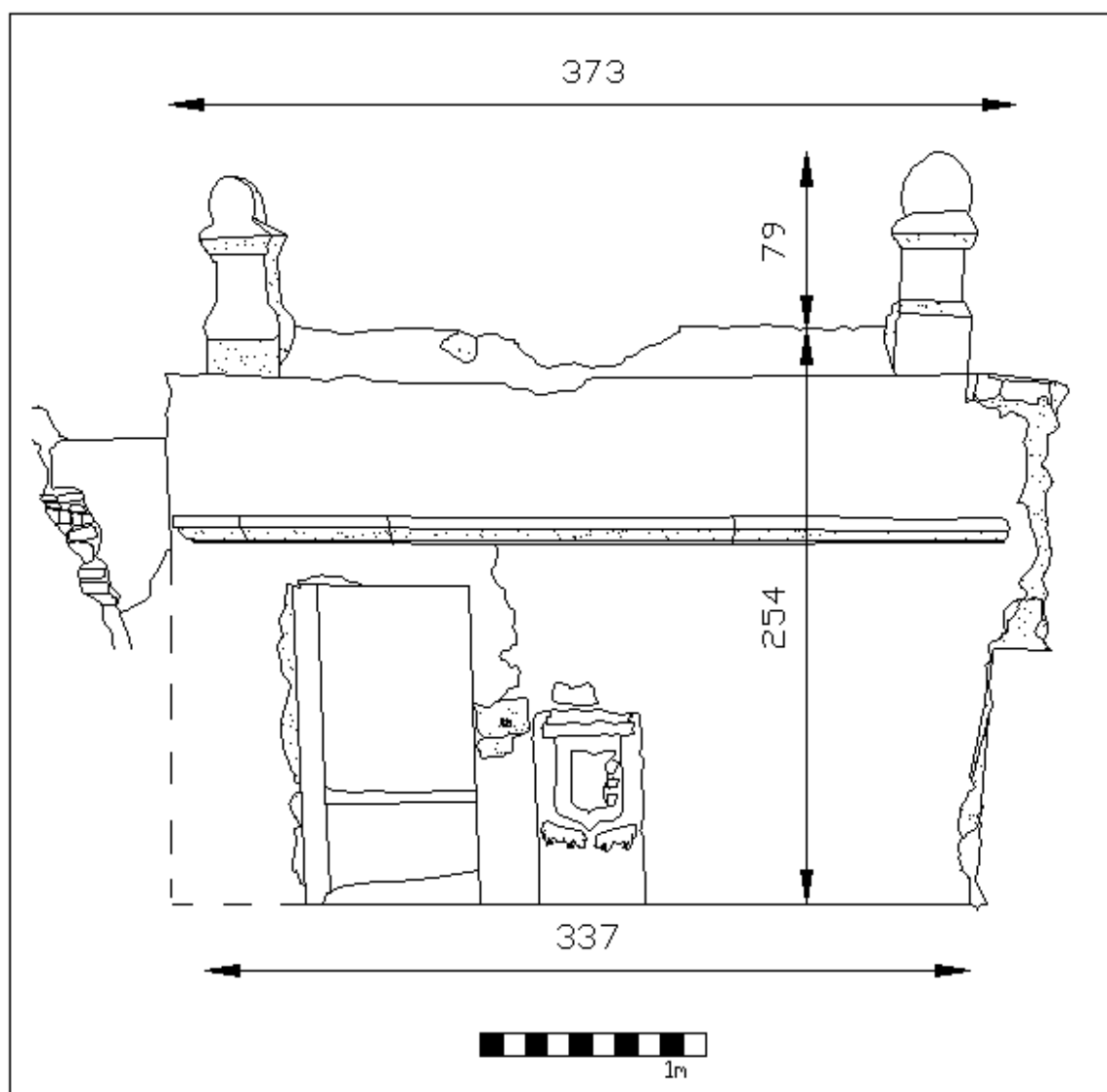
Observações: Fonte abandonada. Não está listada em sites de monumentos.

❖ **Anexos e Referências:**

Brasão de Armas: Armas de D. Manuel I, com dois curiosos bois na parte de baixo do escudo. Provavelmente alusão ao símbolo daquela terra.

Bibliografia: não há.

Desenho



Fonte de S. Leonardo, frente.

Fotos



Vista da fonte pela Igreja de S. Leonardo.



Frente.



Armas reais e os touros, símbolo de Atouguia.



Pequena marca de pedreiro encontrada ao lado do brasão.



Tanque.



Vista da Igreja de S. Leonardo.

2.2.10. Fonte de N. Sra. da Conceição

Outras Designações: Fonte Gótica; Fonte dos Gafos

Enquadramento Administrativo

Distrito

Leiria

Concelho

Peniche

Freguesia

Atouguia da Baleia

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

39.336868

Longitude (x)

-9.324254

Carta Militar

nº337, esc.1:25.000

Proteção: Inexistente.

Tipologia: Mergulho.

Materiais de Construção: Calcário.

Localização: Rua da Fonte com Rua Nossa Senhora da Conceição.

Descrição: Fonte Gótica de Mergulho em planta quadrada. Com alvenaria aparente e blocos de calcário dispostos em aparelho isódomo. Sua tipologia remete à Fonte Medieval de Ourém. Possui apenas uma abertura em arco quebrado, sendo o interior do tanque também abobadado. Não possui ornamentação, mas um grande escudo com as armas da cidade de Atouguia da Baleia chama-nos atenção. À direita da estrutura existe ainda um

tanque de pequenas dimensões e uma bomba manual para retirada de água. Pode ter sido coroada por ameias em tempos mais remotos, como se verifica em uma fotografia antiga.

Cronologia: **Construção:** século XV ou XVI

Vias de Comunicações Assoc.: Ficava na antiga estrada real de Alcáçova.

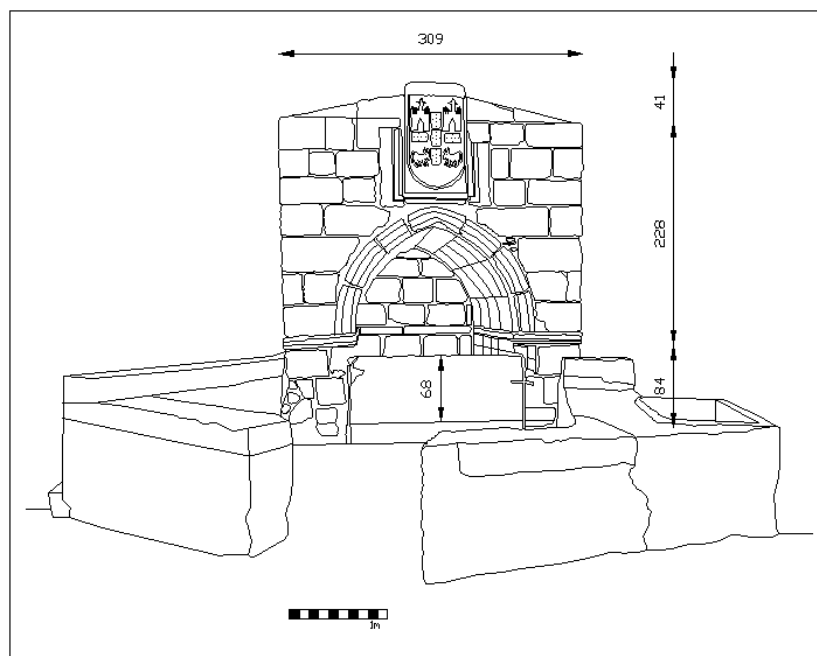
Observações: Esta fonte tem duas associações, feitas por alguns estudiosos. Seria de alguma forma nos mesmos moldes da fonte mandada erigir pelo conde D. Afonso, de Ourém. Suas ameias remeteriam às da fonte das Figueiras, em Santarém.

❖ **Anexos e Referências:**

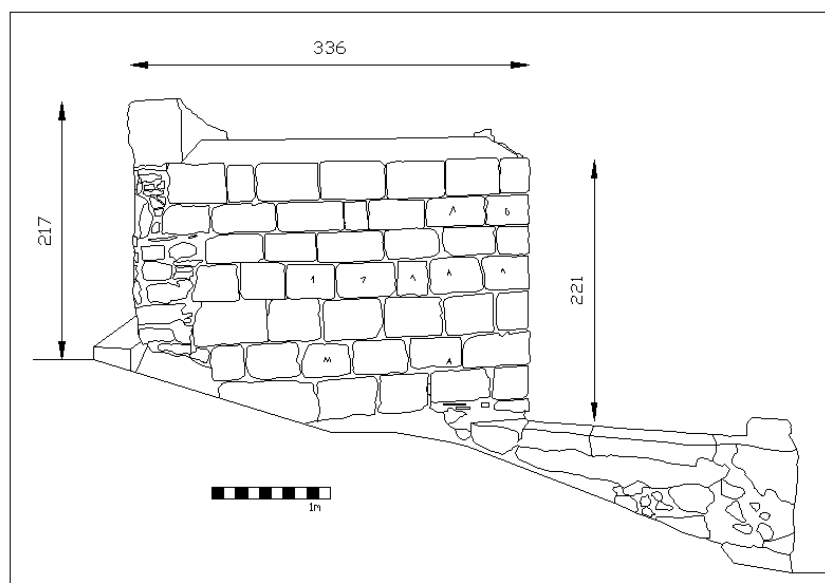
Brasão de Armas: de Atouguia da Baleia.

Bibliografia: não há.

Desenho



Fonte de N.S. da Conceição, frente.



Fonte de N.S. da Conceição, lateral.

Fotos



Frente da fonte de mergulho.



Lateral.



Lateral e segundo tanque.



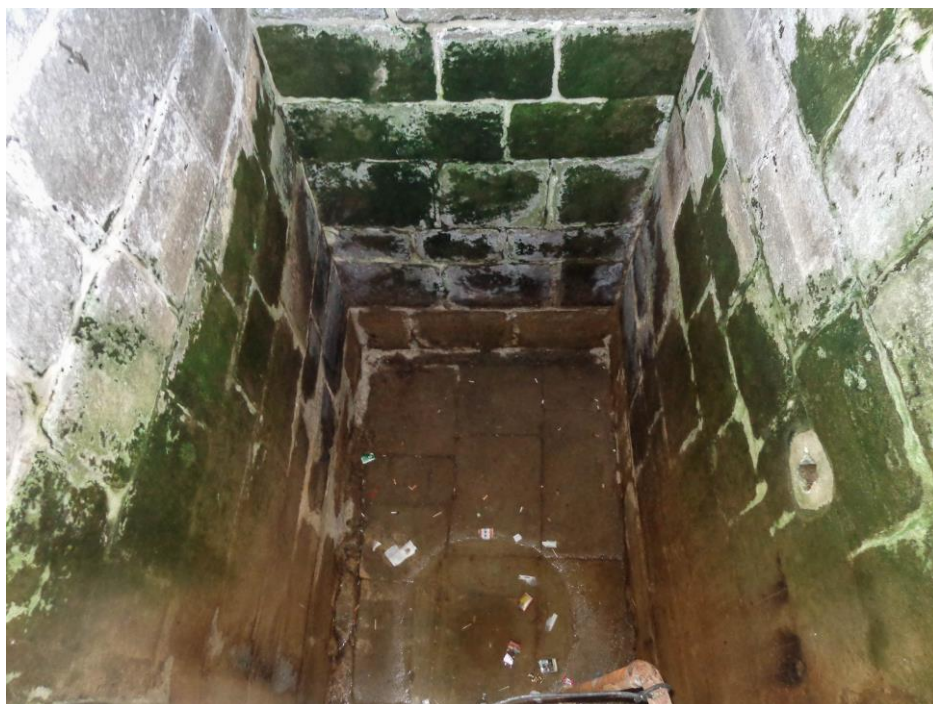
Tanque, detalhe.



Armas de Atouguia da Baleia.



Abertura em arco quebrado. Interior abobadado.



Tanque de mergulho.

2.2.11. Chafariz dos Canos

Enquadramento Administrativo

Distrito

Lisboa

Concelho

Torres Vedras

Freguesia

União das freguesias de
S. Pedro e S. Tiago

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

39.093532

Longitude (x)

-9.258524

Carta Militar

nº361, esc.1:25.000

Proteção: MN - Monumento Nacional, Decreto de 16-06-1910, DG, 1.ª série, n.º 136 de 23 junho 1910 *1.

Tipologia: Monumental/Espaldar

Materiais de Construção: Calcário

Localização: Largo Infante Dom Henrique

Descrição: Chafariz de de cantaria e alvenaria rebocada. Foi remodelado em 1561 mas manteve sua magnitude de outrora. Possui ao centro um pavilhão com 3 faces, todas em abertura de arco quebrado encimados por colunas em estilo clássico. A fonte é ornamentada por cachorros, gárgulas e motivos vegetalistas. O tanque não é de grandes dimensões, e fica dentro deste citado pavilhão com duas bicas a verter água. No século XIX existia a frente do chafariz um tanque maior, onde hoje se encontra um grande pátio

de vidro. A estrutura é terminada por uma cornija coroada por 16 ameias chanfradas e 6 merlões “retorcidos”. Também figuram quatro escudos na estrutura, todos de época recente, assim como as três inscrições em latim.

Cronologia: **Construção:** 1331 – Primeira referência a Fonte, num documento de emprazamento da Igreja de S. Pedro. Estudos recentes discordam desta data, alegando ser o Chafariz anterior a 1322. **Reformas:** 1561, a mando de D. Maria, filha de D. Manuel I.

Vias de Comunicações Assoc.: Situava-se na Rua dos Canos, à saída da Porta da Corredoura. Desta, partia o caminho de mesmo nome que seguia na direção norte. Esta era uma via que se dirigia a Lisboa, apesar de, no início do percurso, ir a um sentido oposto – passava junto a uma vinha do mosteiro de Odivelas e próximo a uma courela de pão das Donas de Santos. até a Ponte do Rei. Ao confluir para Sul o traçado passava por importantes aldeias do termo como Runa, Ribaldeira e Dois Portos. Ana Maria Seabra diz que não se sabe ao certo todo seu percurso mas acredita que perpassava “*como ainda hoje (...)*” o Vale do rio Sizando. (cf. RODRIGUES A.M.S.A. 1995, pp.335-336)

Observações: Na Idade Média a área envolvente a este chafariz era de extrema importância para vila de Torres Vedras: “*Tem huma fermofa fonte, que chamão dos Canos, obra regia, & antiga (...)*” (COSTA A.C. 1706-12, Tomo 3, Livro 2, Trat.1, Cap.1, p. 18). Algumas considerações mostram-nos relevantes até mesmo para uma cronologia mais aproximada de sua edificação. No século XIII documenta-se a existência de um paço real primitivo mandado construir por D. Beatriz, entre a Rua dos Mercadores – uma movimentada via medieval – e a “*rua que descia a colina correndo para os canos*”, obra continuada posteriormente por seu filho D. Dinis que compra uma “*casa ante os paaços del Rey*”. (SILVA C.G. 2008, p.143)

Falar do paço exalta a relevância do posicionamento do Chafariz: “*(...) a sua localização também o exigia, uma vez que a rua unia três importantes focos de poder da*

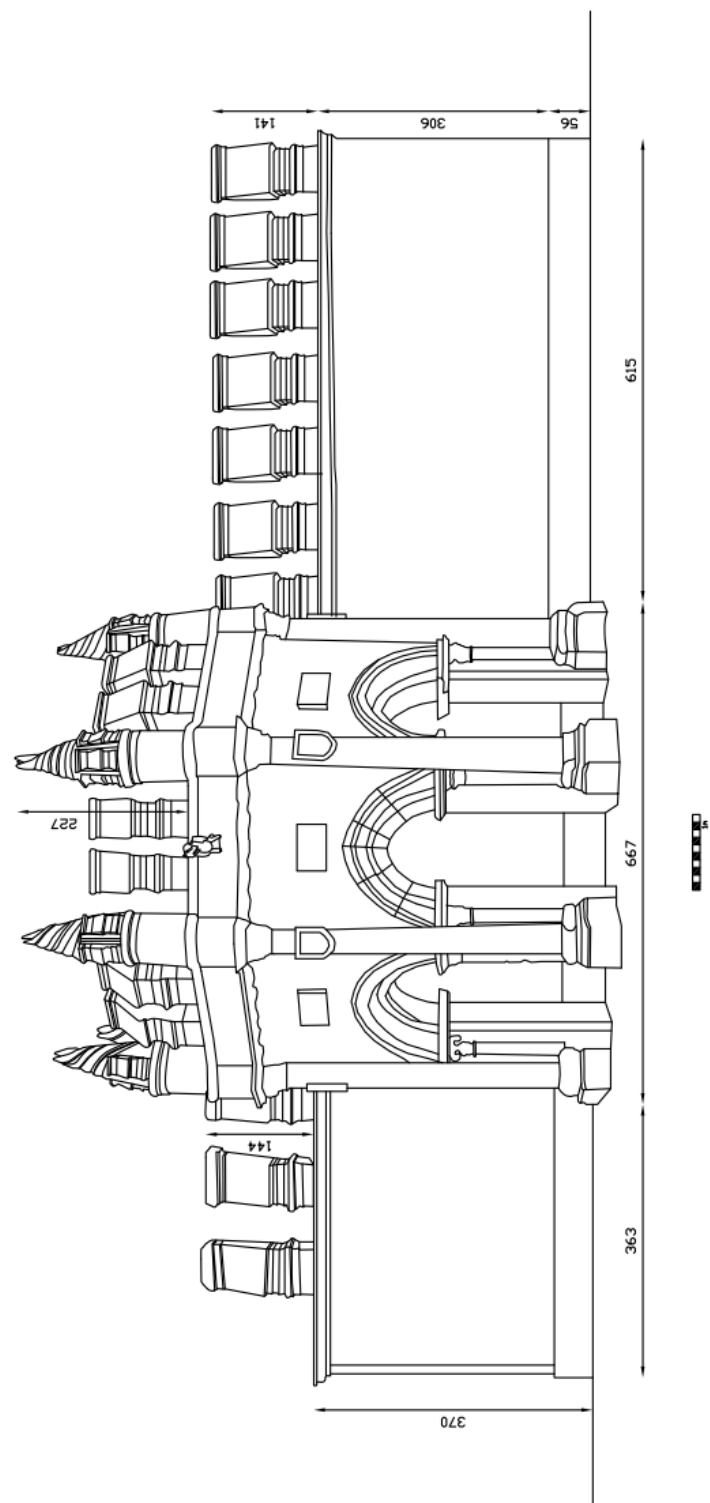
vila, tornando-a um dos itinerários mais solenes da urbe”. (*idem*, p.145) caso que volta a ser evidenciado em outros documentos, que citam uma praça junto a porta da Corredoira: “*próximo ao chafariz dos Canos e adiante do Paço que ali se vê, existiu a porta leste da vila, chamada da Corredoura*” (VIEIRA J. 1926, p.88). A palavra Corredoura – com as variantes *Corredoira* e *Corredor* – era utilizada no português antigo, com o significado de «*lugar ou caminho de passagem*», muitas vezes referente a antigas vias de origem romana (LUNA E CARDOSO 2009, p.32). Alguns autores sugerem ainda uma data mais recuada desta envolvente; falando-nos acerca desta praça citam um documento de posses do Mosteiro de Alcobaça, de 1225: “*(...) entre as confrontações das casas vendidas a esse mosteiro [de Alcobaça], a praça da Corredoira*” (LUNA E CARDOSO 2009, p.32 apud RODRIGUES 1995, p.121, nota 36).

A autora Ana Maria Rodrigues comenta sobre este facto e faz uma observação de que, após a construção do chafariz, não mais se encontrariam referências a esta praça; seria a fonte um novo ponto de referência, quiçá de maior interesse, na urbe; entretanto “*(...) é provável que tivesse continuado a haver uma área desimpedida diante da fonte, tal como hoje existe, para se poderem aproximar dela os homens que desejassem beber ou recolher água.*” (RODRIGUES A.M.S.A. 1995, p.147). Muitos autores colocam a cronologia deste chafariz – a mais recuada – em 1331 (ALMEIDA E BARROCA 2002, p.155), era de Cristo, a partir de um empraçamento a Igreja de S. Pedro de umas casas “*juncto á Fonte dos Canos, e que ao Norte d'ella existiam tambem umas casas d'almoinha de D. Orégo*” (TORRES M.A.M. 1861, p.64).

Estudos mais recentes como o de Ana Maria Rodrigues recua esta data a um tempo anterior: cita um documento de 1322 onde um homem recebia dinheiro para os “*canos de torres vedras*” e defende que provavelmente seria para a construção do chafariz (Cf. RODRIGUES A.M.S.A. 1995, p.175). Não obstante, durante o século XV ele continuaria a servir de referência na documentação: em empraçamento de um pardieiro que “*confrontava com o muro da vila, na Rua da Corredoura, próximo do Chafariz dos Canos*” (1442); e em uma relação de propriedades da Igreja de S. Pedro: “*casas sobradadas, junto com o chafariz*” (1488) (RODRIGUES A.M.S.A. 1995, pp.122-123)

❖ **Anexos e Referências:**

Bibliografia: ALMEIDA E BARROCA 2002, p.155; AZEVEDO C.; COSTA A.C. 1706-12; LUNA E CARDOSO 2009; RODRIGUES A.M.S.A. 1995, pp.122-12; SILVA C.G. 2008, p.143; TORRES M.A.M. 1861, p.64; VIEIRA J. 1926, p.88.



Chafariz dos Canos, reconstruído.

Fotos



Frente do Chafariz



Tanque em perfil, bicas ornamentadas.



Tanque com duas bicas.



Tanque com abóbada de cruzaria.



Lateral, detalhe.

2.2.12.Fonte do Cabo

Enquadramento Administrativo

Distrito

Lisboa

Concelho

Mafra

Freguesia

Ericeira

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

38.961808

Longitude (x)

-9.415362

Carta Militar

nº388, esc.1:25.000

Proteção: Inexistente

Tipologia: Espaldar

Materiais de Construção: Calcário

Localização: Largo entre a Rua do Arvoredo e Rua Eduardo Henriques Pereira.

Descrição: Fonte reconstruída. Sabe que a primitiva estava voltada à oeste, na atualidade, a frente está a noroeste. De tipologia espaldar, contém alguns elementos interessantes. O espaldar é constituído de alvenaria rebocada e caiada; a fonte tem um grande frontispício que parte um remate de banda horizontal simples e apoiado em duas colunas talhadas na própria estrutura. Neste frontispício há a inscrição medieval, mantida na nova estrutura em letras góticas. Também tem decoração com molduras pintadas em azul, com volutas e um motivo floral ao centro. À frente do muro de espaldar está o primeiro tanque, medindo 1,24m de comprimento com duas bicas; a água excedente é drenada para o 2º

tanque. Este tanque secundário com maiores dimensões (4,40m de comprimento) localiza-se numa cota mais baixa. É deste que sai a água para duas seções. Uma leva a água através de uma canaleta para um 3º tanque, pequeno, a nível do chão, que provavelmente serviria aos animais. A outra secção faz drenar a água excedente para uma canaleta central. Existem 6 marcos nas laterais da estrutura, para amarrar os animais dos viajantes que utilizavam da fonte.

Cronologia: **Construção:** 1468 **Reformas:** 1829, reconstrução total da fonte.

Observações: Existe uma discussão entre alguns estudiosos sobre a data que figura na inscrição, devido a seu deterioramento (BARROCA 2009, p.95).

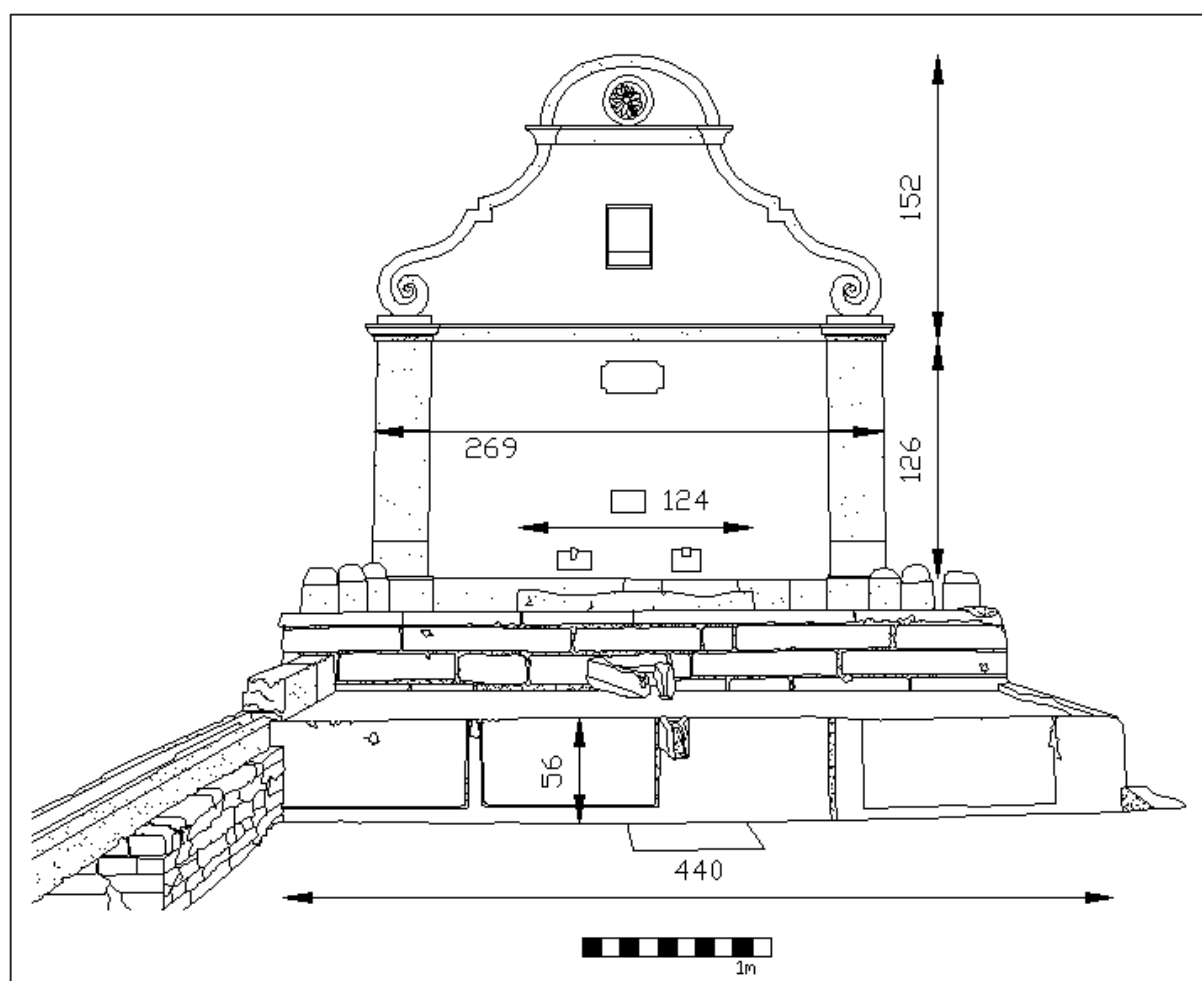
❖ **Anexos e Referências:**

Epígrafe: ERGUIDA NA ERA . DE . / MIL . E . IIIJC E LXVIJ ANos

(BARROCA M.J. 2009, p.95)

Bibliografia: BARROCA M.J. 2009, p.95

Desenho



Fonte do Cabo, frente.

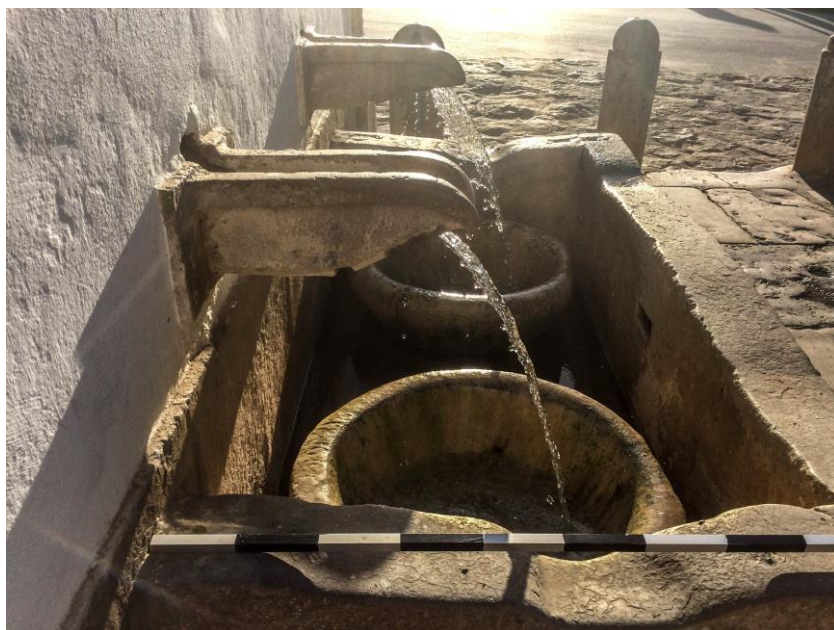
Fotos



Frente da fonte com seus dois tanques.



Primeiro tanque, detalhe.



Tanque, detalhe das taças.



Marcas de utilização de vasilhames.



Terceiro tanque.



Inscrição original.

2.2.13. Chafariz do Largo do Andaluz

Outras Designações: xxx

Enquadramento Administrativo

Distrito

Lisboa

Concelho

Lisboa

Freguesia

Sto. António

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

41,800562

Longitude (x)

-6,749076

Carta Militar

nº431, esc.1:25.000

Proteção: Inexistente.

Tipologia: Espaldar

Materiais de Construção: Calcário

Localização: Rua de Santa Marta; Largo do Andaluz

Descrição: Chafariz de tipologia espaldar simples, de alvenaria de calcário, rebocada e caiada. A estrutura é contemporânea e fora, inclusivamente, trazida de outra localidade dos arredores de Lisboa. É arrematada por uma cornija, o tanque de alvenaria grossa tem aproximadamente 6m, a mesma medida do espaldar, e conta com uma bica na lateral direita da estrutura. O que ainda existe do século XIV são as armas reais e municipais que demonstram um esforço das duas entidades (real e da cidade) em proporcionar água de qualidade aos cidadãos. Ao lado das armas de Lisboa, com a barca vicentina e os dois

corvos, há ainda uma bela inscrição que fornece a data de construção e os envolvidos na obra.

Cronologia: **Construção:** 1336

Arquiteto/Vedor: **Construção:** Câmara de Lisboa e Coroa.

Vias de Comunicações Assoc.: caminhos fora da cerca fernandina; servia de apoio a mercadores de sal que vinham de Sintra, Mafra e Torres Vedras.

Observações: O chafariz do Largo do Andaluz nos traz uma particularidade interessante, possui dois escudos de armas, um da câmara de Lisboa (medieval), "*(...) galé talhada no canon dos navios do século XII, ainda sem acastelados nas extremidades (...) apresentando, na proa e na popa, os dois Corvos tão intimamente ligados à Iconografia de S. Vicente*" (BARROCA 2000, p.1577); outro da coroa: "*Trata-se de escudo de tipo peninsular, com cinco escudetes dispostos em cruz e carregados de cinco besantes, com uma bordadura de treze castelos*" (id, ibidem); que mostra-nos um esforço mútuo ao realizar esta obra, "*erguidos para memorizar o empenho de uma Câmara na realização de obras de interesse público*". Encontra-se subsequente aos escudos o primeiro exemplo conhecido da Baixa Idade Média em Portugal de uma inscrição que diz sobre os protagonistas desta cooperação (BARROCA M.J. 2000, p.1577).

No texto epigráfico podemos observar o nome de dois oficiais: Gil Esteves, aparece como vereador/homem-bom na data de 1342 e como sacador de dividas entre 1337-1338 (FARELO 2009, p.741), das equipas governativas do concelho de Lisboa; também encontramos referências documentais de um "Gil Stevez", tabelião real de D. Afonso IV em oito documentos da chancelaria de Afonso IV, onde assina "*E eu Gil Stevez publico tabeliom del Rey*" entre 1334 e 1335 (MARQUES 1985, parte de anexos) e Afonso Soares, escrivão; segundo o Dr. Mario Jorge Barroca (2000, p. 1578) encontra-se em uma

carta do *Livro de Posturas Antigas da Cidade de Lisboa* (de 23 de Agosto de 1342) referido como “*estprivam [sic] do concelho*”. Há ainda um documento de D. Afonso IV, datado de 29 de Maio de 1338, onde Gil Esteves é tratado como "meu ssacador en Lixboa". O que sugere ligação real deste sacador com a chancelaria da coroa. Afonso Soares "*está documentado como escrivão do Concelho de Lisboa pelo menos em 23 de Agosto de 1342.*" Assim sugere os brasões em conjunto talhados na Fonte.

Nas *Memória sobre Chafarizes, Bicas, Fontes e Poços Públicos de Lisboa*, do século XIX, o arquivista da câmara de Lisboa, Velloso d'Andrade, fala-nos de um documento feito a 23 de Fevereiro de 1515, onde propunham levar as águas deste chafariz até a Praça de D. Pedro, sendo determinada a obra por carta régia. Esta água viria de um poço particular na Quinta de D. Maria Gertrudes, "*viúva do ex-Ministro do Bairro d'Andaluz João Antonio Mayer.*" (nota nº26, Bica de Andaluz, p.133) e foi alvo de inúmeras contendas de posse da água.

❖ Anexos e Referências:

Epígrafe: “*Parad.: Chafariz do Largo do Andaluz. Insc. gravada em lápide. Calcário. Comp.: 106,5 cm. Alt.: 47 cm. Campo epigráfico: Comp.: 53 cm. Alt.: 47 cm. Alt. média das letras: 1.1: 4 cm; 1.2: 3,8 cm; 1.3: 3,8 cm; 1.4: 3,8 cm; 1.5: 3,8 cm; 1.6: 3,5 cm; 1.7: 3,4 cm; 1.8: 3 cm.*”

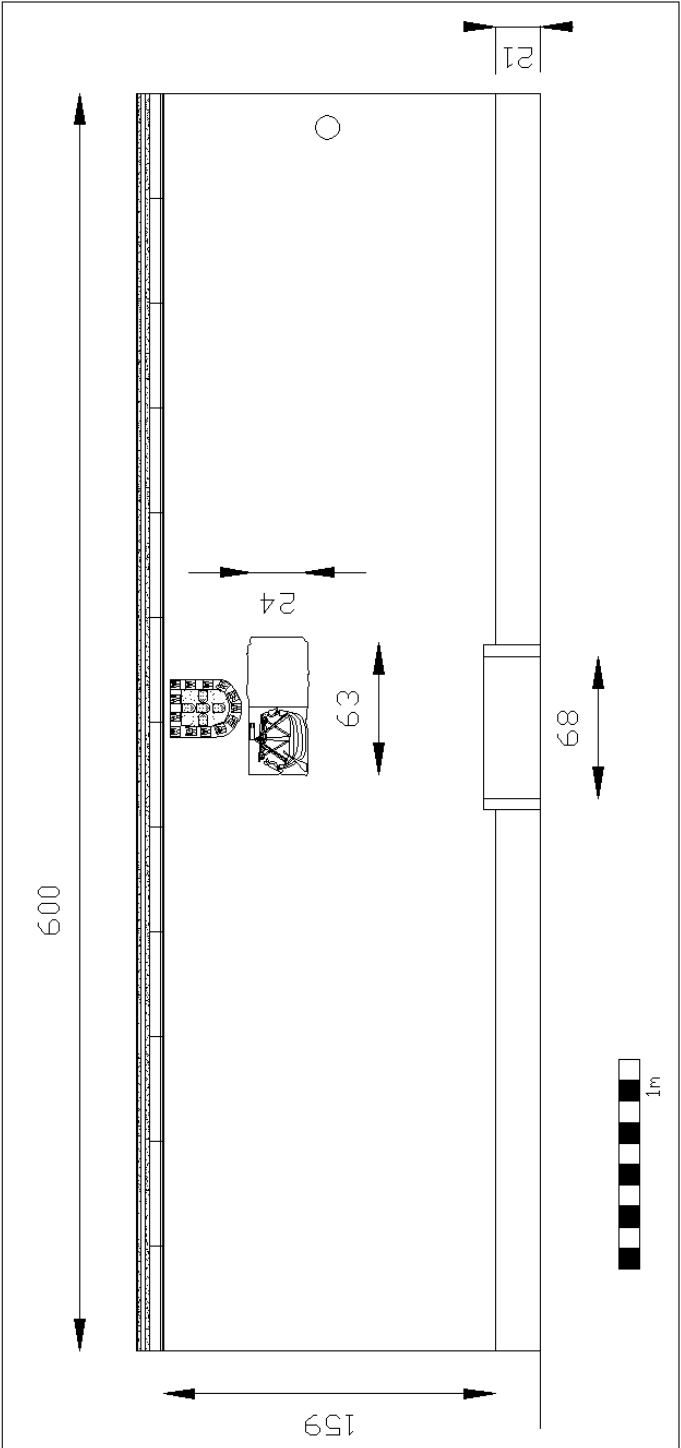
+ Era : M^a : CCC^a : LXX : IIII : O : COM / CELHO : DA CIDADE : DE / LISBOoA
: MAnDOU : FAZer : ES / TA : FOnTE : A SerVIÇO : De : DeuS : / E : De :
NOS(s)O : SENHor : REY : Dom : AfonsO : / Per : GIL : STEVEEnZ :
THESOURE / YRO : DA : DITA : CIDADe : E AfonsO : SOA / RIZ : ESCREVAM
: DeO : GRAtiaS

(seg. BARROCA M.J 2000, p. 1575)

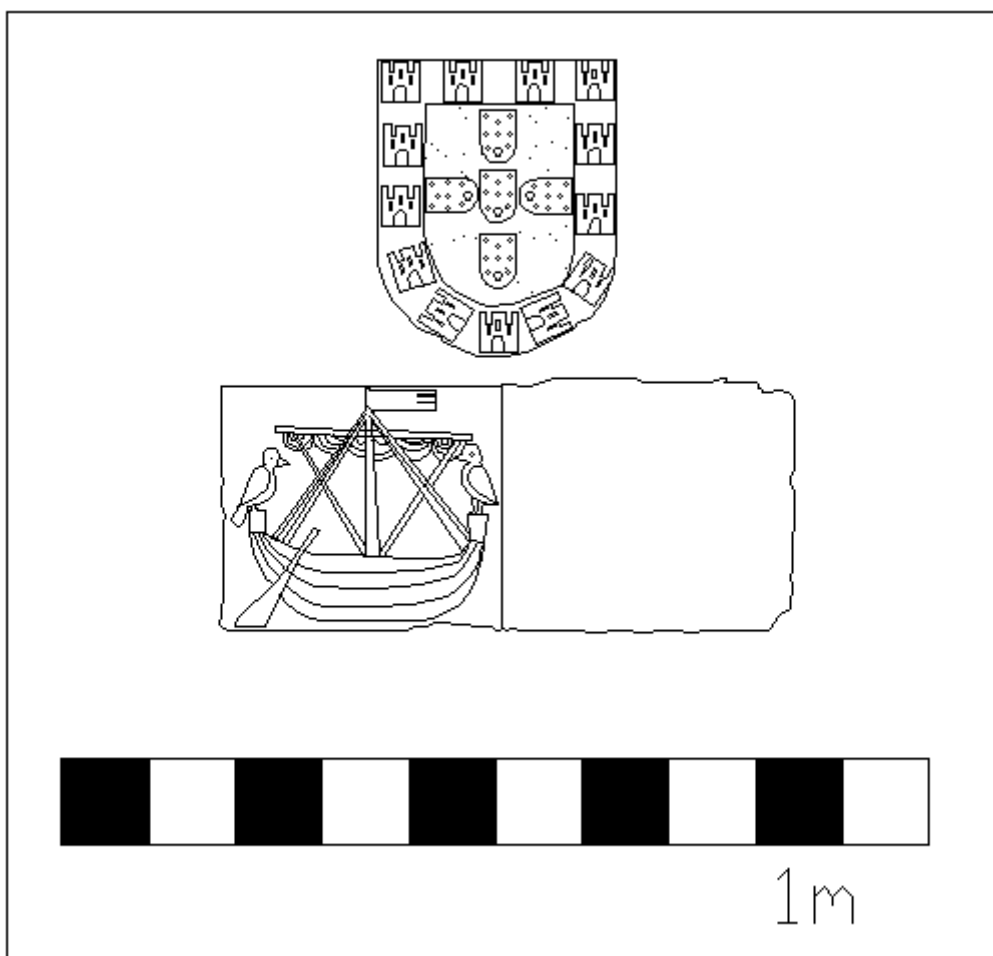
Brasão de Armas: da coroa portuguesa e da cidade de Lisboa.

Bibliografia: BARROCA M.J 2000, p. 1575; FARELO M.S.S. 2009, p.741

Desenho



Chafariz de Andaluz, frente.



Armas Reais e Municipais (cidade de Lisboa); inscrição medieva ao lado (em branco neste desenho).

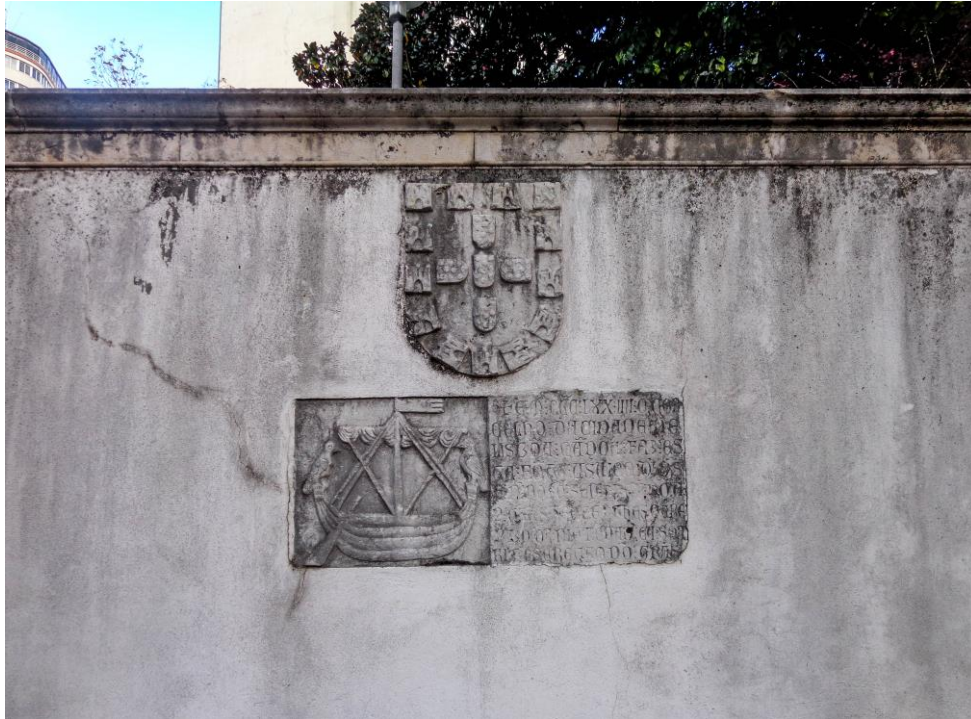
Fotos



Frente, reconstruída.



Lateral, detalhe tanque.



Brasão Real, armas de Lisboa e inscrição.



Inscrição em letra gótica, detalhe.

2.2.14. Chafariz de Dentro

Outras Designações: Chafariz dos Cavalos

Enquadramento Administrativo

Distrito

Lisboa

Concelho

Lisboa

Freguesia

Sta. Maria Maior

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

41,800562

Longitude (x)

-6,749076

Carta Militar

nº431, esc.1:25.000

Proteção: Incluído na Zona de Proteção do Castelo de São Jorge e restos das cercas de Lisboa na Zona de Proteção da Capela de Nossa Senhora dos Remédios.

Tipologia: Espaldar

Materiais de Construção: Calcário

Localização: Largo do Chafariz de Dentro

Cronologia: **Construção:** 1279, primeira referência a “*Fonte dos Cavallos*”

Observações: O chafariz de Dentro também se encontra em Alfama, Lisboa, mas ao contrário do outro exemplar (Chafariz d’El Rei), ficava próximo a muralha Fernandina, intra muros. A primeira referência vista é do ano de 1279; o documento se encontra no

DHCL 1947 (Doc.14), e na verdade é uma transcrição de Fernão Lopes a pedido de D. João I. O conteúdo descreve pregões e dá parte de suas testemunhas, em registros do rei D. Dinis. Uma destas testemunhas leva o nome de *Paay Fernandez da Fonte dos Cavallos*. Outro documento encontrado é uma postura de 1432 sob o título de *Ordenaçom do chafariz dos cavallos* (doc. 30). Como toda fonte de água limpa, esta também deve ter sido utilizada pela população para outros feitos além do consumo. Neste documento fica implícito uma multa aos que "*lançem barcas de cortiça nem pedras na dicta fonte*". O preço determinado era de cinquenta reais brancos numa primeira ocorrência: sendo metade ao rendeiro ou a quem delatasse o infrator e a outra metade para as obras da cidade. O Mosteiro de Alcobaça possuía uma das mais importantes alcaçarias em Lisboa, bem em frente a este chafariz; encostavam-se na muralha fernandina – a qual utilizariam certamente como passagem e como local de secagem para as peles (GONÇALVES I. 1989, pp.127-128).

❖ **Anexos e Referências:**

Brasão de Armas: da Coroa Portuguesa e armas da cidade de Lisboa.

Bibliografia: GONÇALVES I. 1989, pp.127-128

2.2.15.Chafariz d'El Rei (Lisboa)

Outras Designações: Chafariz da Alfama

Enquadramento Administrativo

Distrito

Lisboa

Concelho

Lisboa

Freguesia

Sta. Maria Maior

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

41,800562

Longitude (x)

-6,749076

Carta Militar

nº431, esc.1:25.000

Proteção: MIP - Monumento de Interesse Público/ZEP, Portaria n.º 740-H/2012, DR, 2.^a série, n.º 248 de 24 dezembro 2012 *1/Incluído na Zona de Proteção do Castelo de São Jorge e restos das cercas de Lisboa.

Tipologia: Espaldar

Materiais de Construção: Calcário e Mármore

Localização: Alfama, Palacete do Chafariz d'El Rei.

Cronologia: **Construção:** século XII

Observações: É um dos exemplares mais encontrados na documentação até agora pesquisada. Segundo estudiosos é a mais antiga da cidade de Lisboa, sendo citada desde

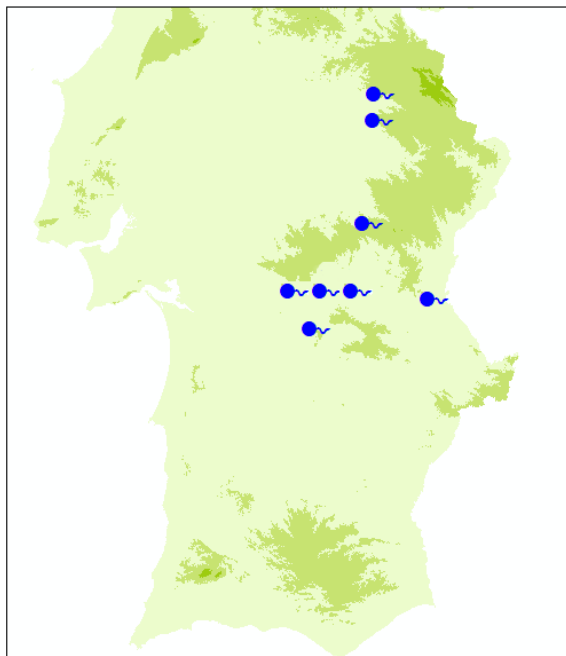
Afonso II ou III por *achafariz Sanctii Johansis*. Estaria provavelmente dentro do recinto da cerca moura – apesar de não existir nada que comprove este facto. Nas crónicas de Fernão Lopes sobre D. Fernando existe uma referência a ele, localizando-o próximo a porta da Alfama. Estaria entre duas torres que ainda hoje existem traços. O que se sabe é que deve ter sido transportado para fora da cerca, a fim de mais comodidade à população. (SILVA 1939, p.148). Desta vasta documentação que tivemos oportunidade de ver, como já citado, destacam-se outro trecho da Crónica de D. Fernando: diziam ser a fonte "muj fremosa" com água abundante (Doc. 8).

❖ **Anexos e Referências:**

Brasão de Armas: da Coroa Portuguesa.

Bibliografia: SILVA 1939, p.148

2.3. A Sul do Tejo



Fontes à sul do Tejo. 1:2 000 000

2.3.1. Chafariz da Barreira

Enquadramento Administrativo

Distrito

Portalegre

Concelho

Alter do Chão

Freguesia

Alter do Chão

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

39.198367

Longitude (x)

-7.658583

Carta Militar

nº357, esc.1:25.000

Proteção: Incluído na Zona Especial de Proteção do Castelo de Alter do Chão. IPA.00029364.

Tipologia: Espaldar

Materiais de Construção: Calcário

Localização: Jardim Doze Melhores de Alter do Chão, av. da Coudelaria de Alter.

Descrição: Chafariz totalmente reconstruído em obras de 1935 e 1968. De tipologia espaldar, é seccionado em 3 partes, todas em alvenaria caiada. A frente, um grande tanque de alvenaria baixa com aproximadamente 14m de comprimento e 48cm de altura. A estrutura é decorada com modinaturas lisas e de cores vivas – no caso deste chafariz, amarelas – tipicamente alentejanas. A frontaria do edifício é coroado por quatro pináculos cilíndricos e com molduras de motivos florais. Tudo isto assente em uma grande banda horizontal convexa de seção semicircular. Na moldura central do frontão figuram dois quadros, um com as armas da cidade, outro com as armas de Portugal. Ainda ao centro, existe uma inscrição recente – a medieval estaria nas dependências do Castelo de Alter do Chão, a poucos metros da praça onde se encontra este chafariz. Vertem água para o tanque três bicas: uma ao centro e uma em cada extremidade.

Cronologia: **Construção:** séc. XV **Reformas:** 1935

Observações: O chafariz da Barreira foi um dos três exemplares conhecidos mandados fazer por D. Fernando, Conde de Arraiolos, pois nele figurava o brasão de armas do mesmo: um "*escudo em posição invertida, com aspa carregada por escudetes com*

quinas" (ALMEIDA C.A.F. e BARROCA M.J. 2002, pp.155). Uma inscrição que hoje se encontra nas dependências do Castelo de Alter do Chão é provavelmente proveniente do chafariz, já que estudiosos como o professor dr. Mário Jorge Barroca interpretaram o que nela está escrito: "Esta obra mandou fazer Fernão Rodrigues, ouvidor de Dom Fernando, neto del Rey e Conde de Arraiolos". Foi inicialmente construído, entre o castelo e a igreja da Misericórdia com a frente para o largo/terreiro, vindo a ter um lavadouro público nas traseiras.

❖ **Anexos e Referências:**

Epígrafe:

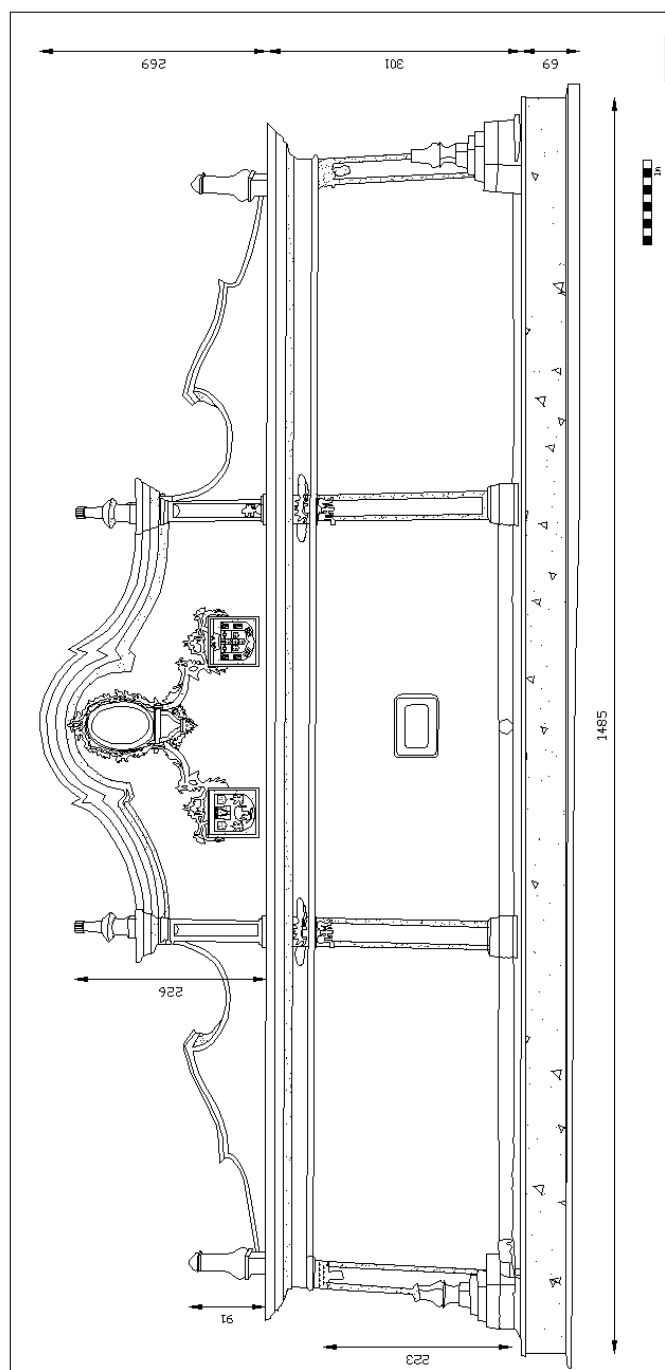
: ESTA : OBR / A : MAnDOV FAZE : R / R : FERNAm : RO(drigu)IZ : / O(u)VIDOR
: DE DO(m) / FERNAnDO : NETO / DEL REI E CO(n)DE / DAR(r)A(i)OLOS : ER(a)
/ DO NO(sci)M(en)TO D(e) : M : / IIIJ XXXII ANOS

(seg. BARROCA M.J 2009, pp.89-96)

Brasão de Armas: da coroa portuguesa e da cidade de Alter do Chão – recentes.

Bibliografia: BARROCA M.J 2009, pp.89-96; p.155

Desenho



Chafariz da Barreira, reconstruído.

Fotos



Frente do chafariz reconstruído.



Frontão, molduras e armas reais e da cidade de Alter do Chão.



Vista da fonte: o Castelo de Alter do Chão.

2.3.2. Chafariz de Santo Estêvão

Enquadramento Administrativo

Distrito

Évora

Concelho

Estremoz

Freguesia

Évora Monte

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

38.770770

Longitude (x)

-7.719151

Carta Militar

nº424, esc.1:25.000

Proteção: Inexistente

Tipologia: Espaldar

Materiais de Construção: Granito

Localização: Nos arredores do Castelo de Évora Monte, saindo pela porta do Freixo. Está em propriedade privada.

Descrição: Este chafariz, de tipologia espaldar, não possui nenhum tipo de ornamentação. Está localizado em uma encosta, com a face voltada a sudoeste. De frente ao chafariz é possível visualizar ao longe o caminho que leva até a porta do Freixo. A metade superior do espaldar está em cantaria de calcário aparente e aparelho pseudo-isódomo; a parte inferior em cantaria caiada, com algumas partes já sem reboco que mostram blocos de calcário e também de adobe. O tanque de alvenaria grossa já está inutilizado, mas ainda podemos observar as três bicas.. Na parte esquerda uma porta rasga a parede, e

aparentemente começa ali um caminho subterrâneo, com uma pequena fresta ao nível o solo; provavelmente de onde viria a água que abastecia o chafariz. Ao centro da construção está a lápide epigráfica de mármore, com as armas do conde de Arraiolos numa posição inusitada: de cabeça para baixo. Existe ainda na parte superior direita uma pequena ameia, deteriorada pelo tempo.

Cronologia: [Construção:](#)1423.

Arquiteto/Vedor: [Construção:](#) Fernão Rodrigues

Vias de Comunicações Assoc.: O chafariz de Sto. Estêvão se localiza à saída da Porta do Freixo do castelo de Évora Monte. Também era possível aceder ao chafariz pelo postigo. Nesta localidade encontrava-se a Praça da Vila de Évora Monte, local também do primitivo Paço do Concelho e demais aparelhos como hospital, torre de menagem e a Igreja Matriz (reconstruída; a anterior provavelmente foi destruída no terramoto de 1755). Évora Monte é uma das vilas alentejanas tidas como planeadas: a praça então fixada junto a esta porta teria uma posição relativamente topográfica. Segundo Borges Abel (1995) a área que contornava praça era mais plana que atualmente, "*facto que proporcionava (...) a constituição de um Rossio no exterior da cerca*" (BORGES ABEL A. 1995, pp.70-71)

Observações: O chafariz de Sto. Estêvão é provavelmente uma das primeiras obras de D. Fernando, Conde de Arraiolos. Sua data, inscrita em epígrafe, é de apenas um anos após seu título nobliárquico ter sido adquirido por doação de seu avô (o condestável D. Nuno). Esta inscrição, segundo Mário Jorge Barroca (2009, p.92) foi uma das três que "*assinalam o empenho de D. Fernando, conde de Arraiolos, na construção de fontes*". De facto esta apresenta o brasão do mesmo (em posição invertida) deixando bem claro juntamente com

o texto (vide abaixo), quem a havia mandado fazer. Aproveitava de lençóis freáticos mas, segundo Tulio Espanca, teve o caudal seco após o terramoto do século XVIII (1755).

❖ **Anexos e Referências:**

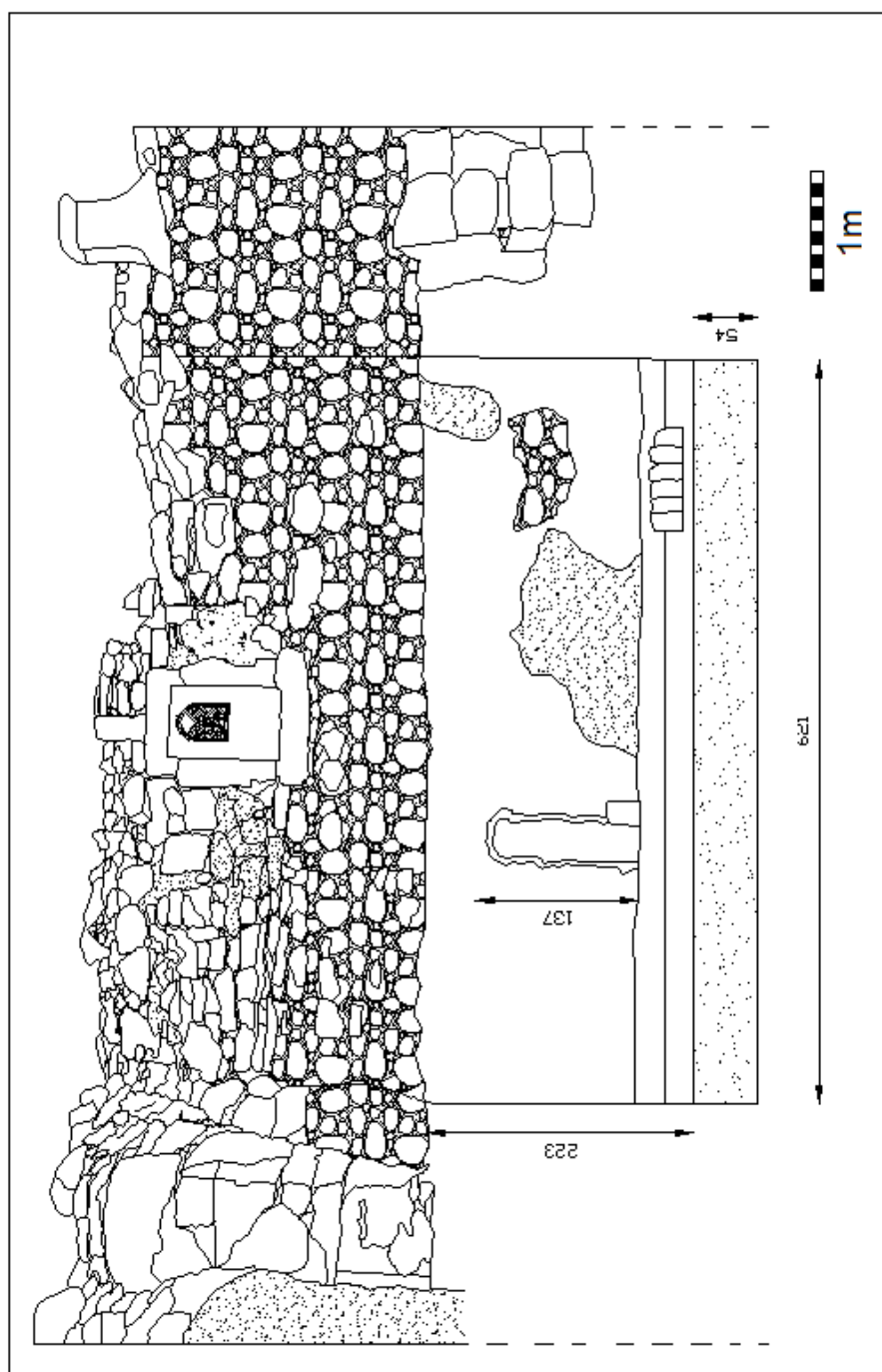
Epígrafe:

ESTA OBRA MAnDOV / FAZer FerNAM RO(drigu)IZ : O(u)VIDOR / D(e) . DO(m)
FERNANDO : NETO : DEL / REY : E : FILHO DO CONDE . D(e) . B / ARCELO(s) :
E(ra) . DO NA(s)CIMENTO / . D(e) . MIL.E.III(C) XX III ANOS +

(seg. BARROCA M.J. 2009, p.92)

Brasão de Armas: do conde de Arraiolos, D. Fernando. Em posição invertida. “(...) *apresenta em seu campo principal, dispostos em aspa, cinco escudos cada um carregado com cinco pontos (representando, esquematicamente, as cinco quinas).*” (BARROCA 2009, p.92).

Bibliografia: ALMEIDA C.A.F. e BARROCA M.J. 2002, p.155; BARROCA M.J. 2009, pp.89-96; BORGES ABEL A. 1995, pp.70-71



Chafariz de Sto. Estêvão, frente.

Fotos



Frente, encosta.



Tanque, detalhe.



Armas do conde de Arraiolos, D. Fernando, com escudo invertido. Abaixo, a inscrição.



"túnel" da abertura do espaldar.



Vista geral do chafariz, com o Castelo de Évora Monte ao fundo.

2.3.3. Chafariz das Bravas

Enquadramento Administrativo

Distrito

Évora

Concelho

Évora

Freguesia

União das freguesias de Malagueira e Horta das Figueiras.

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

38.567188

Longitude (x)

-7.921641

Carta Militar

nº448, esc.1:25.000

Proteção: MIP - Monumento de Interesse Público / ZEP, Portaria n.º 447/2012, DR, 2.^a série, n.º 181, de 18 setembro 2012.

Tipologia: Espaldar.

Materiais de Construção: Calcário

Localização: 1ª saída da rotunda da Av. de S. Sebastião para N114, sentido Montemor-o-Novo.

Descrição: Chafariz de grandes dimensões, seu espaldar em alvenaria caiada tem aproximadamente 18m de comprimento; sem nenhum tipo de ornamento ou brasões. É coroado por vinte ameias de remate triangular, que aumentam ainda mais sua imponência. O tanque é construído em alvenaria rebocada, e tem cerca de 20m. A água verte para o tanque por uma bica axial, sendo potável até os dias de hoje.

Cronologia: **Construção:** séc. XV **Reformas:** 1528, melhorias estruturais feitas pelos pedreiros Lourenço Luís e Domingos Rodrigues.

Vias de Comunicações Assoc.: O chafariz das Bravas situava-se fora da antiga cerca medieval da cidade, a cerca de 1,2 km da porta do Alconchel. A zona envolvente era de grande relevância e, como registrado em outras fichas, encontrava-se nas proximidades um rossio, onde existia uma feira anual desde 1275 (BEIRANTE A. 1988, p.626); certamente a localização era de grande concentração dos moradores das zonas extra-muros e intra-muros: "*Os espaços de circulação eram constituídos pelas ruas principais que são, sobretudo, as que irradiam das portas da Cerca Velha (ruas de Avis, Lagoa, Alconchel, Raimundo, Corredoura, Mesquita, Mendo Estevens e Machede) e por um conjunto de ruas principais*" (SIMPLICIO M.D.V.M. 2003, p. 369). Desde a porta do Alconchel saía a via que ligava Évora a Lisboa (trajeto atual: Av. dos Salesianos a Av. Túlio Espanca).

Observações: Este chafariz é mais um exemplo de equipamentos financiados pela administração local. É um dos mais emblemáticos desta tipologia e figura em vários momentos do cotidiano Eborense. Ainda em época medieval podemos observá-lo no Foral Novo da cidade, imponente, com brasão de armas e ameias. Alguns estudiosos de centúrias passadas contam-nos histórias de reis e rainhas que por ele passaram: "*(...) no dia 12 de Janeiro entrou em Évora. ElRey a efperou no largo do chafariz das Bravas, e anto, que fe aviftaraõ as Mageftades, paffou a Rainha para o coche delRey com a Princeza das Afturias, e o Infante D. Pedro.*" (SOUSA A.C. 1674-1759, p.282). Ainda no século XVIII o padre Francisco da Fonseca (1668-1738) o cita em sua célebre obra “Évora Gloriosa” como o “famoso chafariz” que ficava nas proximidades de uma colina e do regato da Torregela "*...junto da efrada de Lisboa*" (FONSECA F. 1728, p. 226). Esta colina será supostamente a Picada – hoje o bairro Cruz da Picada, em Évora – que

se localiza mesmo em Malagueira, onde está o chafariz: "(...) *se mandou buscar a Cidade a toda a pressa hum obuz, que devia ter-se collocado no alto da Picada, cabeça da estrada, e que por erro indesculpavel tinha esquecido; mas quando elle chegava ao chafariz das Bravas, cahio nas mãos do inimigo, cuja vanguarda já alli chegava.*" (LACERDA 1804, Capítulo III - 1808, 29 de Julho, Do Ataque e Defesa, §. 52, p. 49).

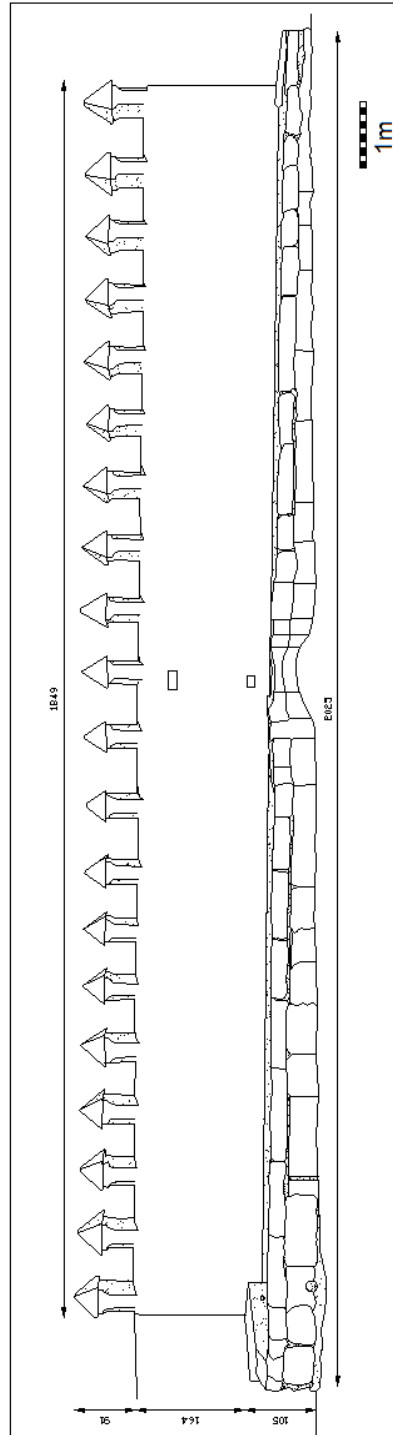
Já existia no ano de 1483, pois é citado em carta régia de D. João II (fl.81 do Livro II dos Originaes da Câmara, que se encontra no Arquivo Municipal, nº72, Biblioteca Pública de Évora). Possuía as armas reais ao centro, como podemos ver no desenho do foral e duas bicas em forma de carranca. Teve seu tamanho aumentado na altura de D. João III, em obra de 10.000 reais pagos aos pedreiros Lourenço Luís e Domingos Rodrigues numa arrematação a 11 de Março de 1528 (ESPANCA T. 1957, p.56).

❖ **Anexos e Referências:**

Iconografia: Foral Manuelino de Évora, atribuído, por alguns autores, a Duarte D'Armas (Anexo 3.4). Joaquim Palminha Silva, um grande autor Eborense descreve este pormenor do Foral em uma obra de ficção intitulada Cartas de Évora: "*Depois, noite dentro, João da Silva regressava à casa que lhe fora encontrada como aposentadoria, numa quinta fora da cidade, muito para lá do Chafariz das Bravas, depois de ultrapassada a igreja de S. Sebastião que a iluminura do Foral manuelino de 1501, muito bem mostra ao leitor (...)*", capítulo II – O Juiz e o Enforcado.

Bibliografia: ESPANCA T. 1957, pp.56-57; FONSECA F. 1728, p. 226; SOUSA A.C. 1674-1759, p.282

Desenho



Ch. das Bravas, frente.

Fotos



Fachada.



Perfil, tanque seccionado.



Lateral.



Parte central do tanque, detalhe.

2.3.4. Chafariz d'El Rei (Évora)

Enquadramento Administrativo

Distrito

Évora

Concelho

Évora

Freguesia

União das freguesias de Malagueira e Horta das Figueiras, Évora.

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

38.565133

Longitude (x)

-7.901694

Carta Militar

nº448, esc.1:25.000

Proteção: Inexistente.

Tipologia: Espaldar

Materiais de Construção: Calcário

Localização: Rua do Chafariz Del Rei

Descrição: Chafariz de tipologia espaldar simples, sem ornamentação, com alvenaria rebocada e caiada. Possui cerca de 12m de comprimento e 1.80m de altura. O tanque acompanha o tamanho do muro, tendo praticamente o mesmo tamanho; existem 2 bicas na estrutura, mas nos dias atuais somente uma verte água. Ao centro uma ameia de maiores dimensões coroa a estrutura; abaixo dela está uma cruz (aparentemente da Ordem de Cristo) , a inscrição com letra gótica maiúscula e um brasão das armas reais –

provavelmente de D. Manuel – todas em fundo de mármore. Além desta ameia ainda coroam o chafariz 22 – onze para cada lado.

Cronologia: **Construção:** 1497.

Arquiteto/Vedor: **Construção:** a mando de D. Manuel I.

Vias de Comunicações Assoc.: O Chafariz de El-Rei se situa onde outrora passava o entroncamento da via XII com a XIV, um dos três itinerários de Estremoz a Elvas, proposto por Jorge Alarcão (1988) e Mantas (1993), o tronco Eborá-Emerita, em local chamado de Atalaia dos Sapateiros (Junto do Monte da Atalaia Novo), um ponto dominante neste trajeto que está na divisa dos rios Tejo e Guadiana. Se situa, hoje, na estrada que leva a Reguengos e Beja. (ALMEIDA C.A.F. e BARROCA M.J 2002, p.156; ESPANCA T. 1966, p.96)

Observações: Este chafariz foi mandado construir por D. Manuel I nos finais do século XV. Segundo Tulio Espanca o rei teria tomado esta iniciativa em uma de suas inúmeras passagens por terras eborenses, mais precisamente em 1497, quando estava na cidade com a corte (ESPANCA 1966, p.30). Em um excerto de sua *Évora Gloriosa*, o padre Fonseca conta-nos deste episódio: "*Gosftava El Rey muyto da agoa de hum poço, que eftava junto da Piedade, por fer a mais delicada de quantas fe bebiaõ em Ervora, e por fazer participes da fua bondade a todos os Eborenfes, mandou nefte tempo romper o poço, e encanar a agoa ate o Chafariz, que por fer obra fua, ainda hoje fe chama Del Rey. He limitado o cabedal da fonte mas fupre a falta da quantidade a precioza qualidade da agoa, que comparada com a da Prata, bem fe pode chamar do Ouro.*" (FONSECA F. 1728, p. 99). O chafariz d'El Rei tem algumas particularidades importantes para além de sua imponência; sua epígrafe é o primeiro exemplar conhecido em terras portuguesas

gravado com o alfabeto gótico maiúsculo, que “*se afasta claramente do universo da letra gótica minúscula angulosa*” (BARROCA M.J. 2000, p.166). Alguns autores dizem ser esta estrutura a figurar no foral (manuelino) de Évora, mas atualmente sabe-se que é errôneo pois as ameias tem tipologia diferente daquelas representadas no desenho (o que lá está é o chafariz das Bravas, também em Évora, *vide* ficha 1.3.10). Localiza-se, na verdade, em frente a um torreão entre as portas do Rossio e da Mesquita.

❖ **Anexos e Referências:**

Epígrafe:

EMANVEL-I-R-P-ET-A-CITRA-E-IN-APHRICA-G-D-OMNINVS (libra) 1497-
ANVS

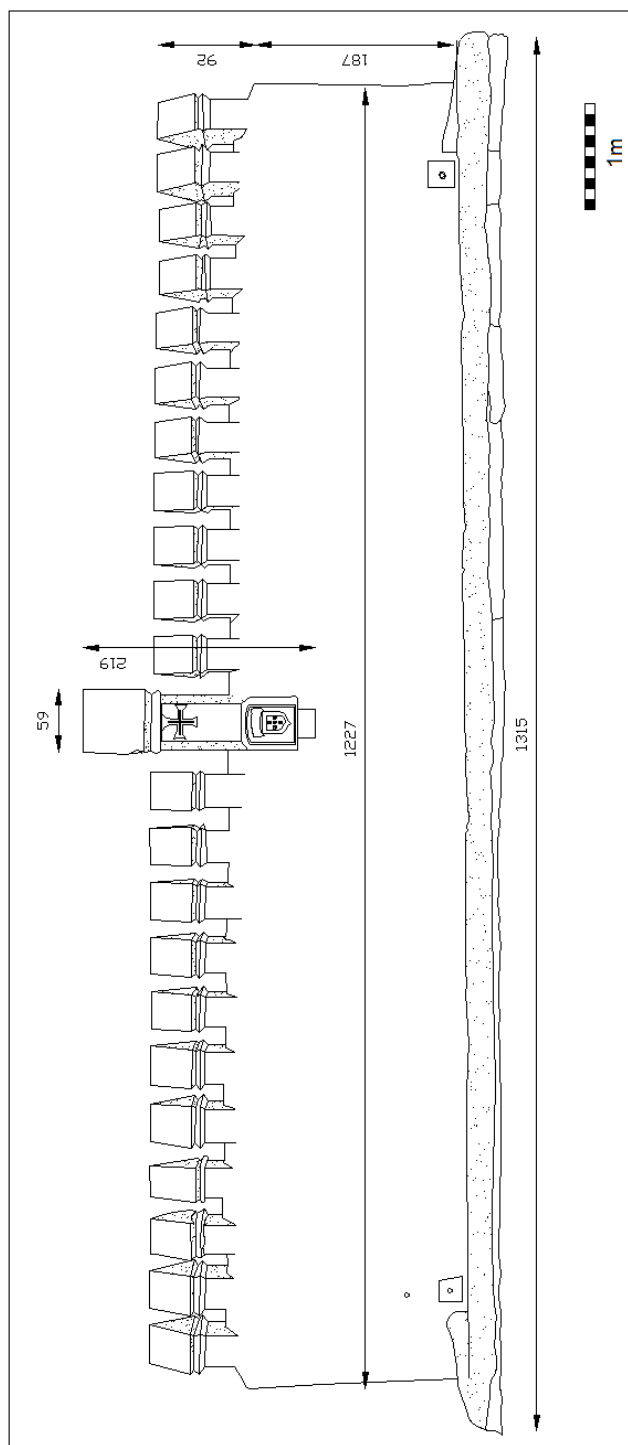
(seg. BARROCA M.J. 2009, pp.95-96)

“MANUEL, REI DE PORTUGAL, DAQUEM E DALEM MAR EM ÁFRICA E
SENHOR DA GUINÉ ANO 1497”

Brasão de Armas: Armas de Portugal, arcaica, compostas por cinco escudetes dispostos em cruz, com bordadura carregada de dez castelos.

Bibliografia: ALMEIDA C.A.F. e BARROCA M.J 2002, p.156; BARROCA M.J. 2009, pp. 95-96; ESPANCA T. 1966, p.96; MARQUES *et alli* 1990, p.84

Desenho



Ch. d'El Rei, frente.

Fotos



Frente. Espaldar.



Lateral.



Inscrição e armas reais, detalhe.

2.3.5. Chafariz dos Leões

Enquadramento Administrativo

Distrito

Évora

Concelho

Évora

Freguesia

União das freguesias de
Bacelo e Senhora da Saúde.

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

38.578603

Longitude (x)

-7.907126

Carta Militar

nº448, esc.1:25.000

Proteção: MIP - Monumento de Interesse Público / ZEP, Portaria n.º 244, DR, 2.ª série,
n.º 79 de 23 abril 2013.

Tipologia: Espaldar

Materiais de Construção: Calcário

Localização: Em frente a Antiga Fábrica dos Leões.

Descrição: Chafariz totalmente remodelado. De tipologia espaldar, possui somente uma parede de sustentação retangular em cantaria de calcário rebocado e caiado, com cerca de 13m de comprimento e 2m de altura; coroado por 4 merlões quadrangulares, não possui nenhum tipo de ornamentação. O tanque em alvenaria está seco, e somente uma bica faria verter água.

Cronologia: **Construção:** séc. XVI, provavelmente em 1521.

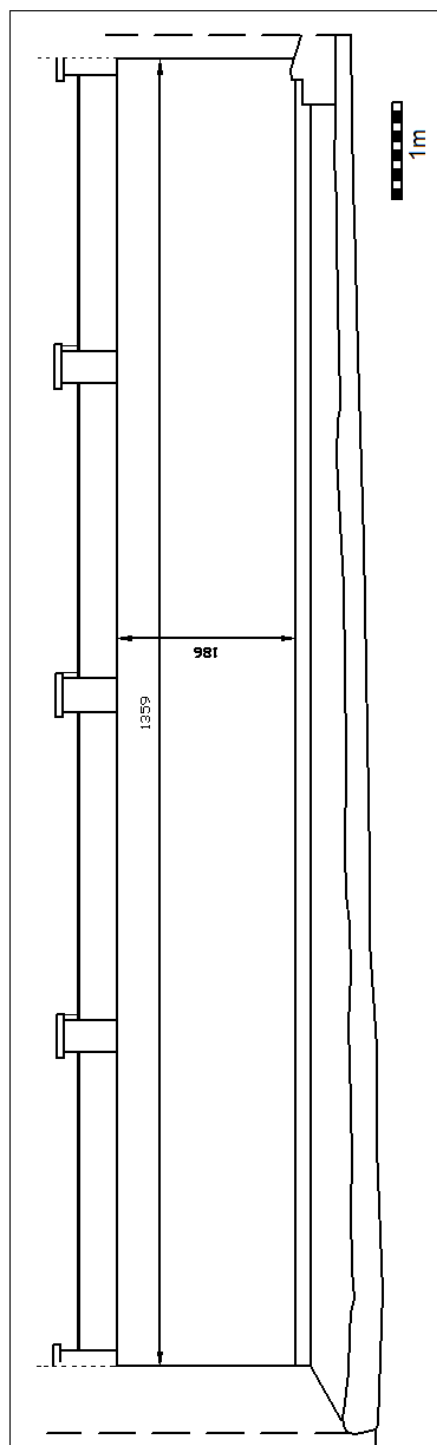
Vias de Comunicações Assoc.: Situa-se na antiga Mouraria (XIV), à saída Norte da vila (Porta de Avis, da cerca nova) de onde partia a via medieval com direção a Avis.

Observações: O Chafariz dos Leões localiza-se a norte da antiga vila medieval de Évora, extramuros, à saída da porta de Avis (Mouraria, no século XIV) e na zona intramuros de S. Mamede. Segundo Túlio Espanca situava-se próximo ao Baluarte de S. Bartolomeu, na estrada que partia para o Espinheiro. Nos mapas publicados por Beirante (1980, p.398) verificamos que ao lado do chafariz se encontra um poço, "(...) *e a nascente que o abastecia*." (ESPANCA T. 1966, p.331). O autor fala nos sobre a possível data de sua construção: certamente no reinado de D. João II ou de D. Manuel. O nome "dos Leões" teria sido atribuído posteriormente, mais precisamente após 1572. O que ocorre é que no século XVI o cardeal D. Henrique ordena a seu arquiteto, Afonso Alvares, a demolição e reestruturação da Praça (atual praça do Giraldo) num episódio considerado por muitos autores como o "assassinato da alta renascença eborense". Entre os equipamentos destruídos estaria um chafariz – adjacente a um Arco do Triunfo Romano. – este possuiria quatro leões de mármore que foram posteriormente realocados em outras estruturas. Um leão está hoje no Museu da cidade; o quarto tem paradeiro incerto (MARTÍNEZ TORREJÓN 2016, p.59). Dois deles estão hoje em nosso objeto de estudo, o Chafariz dos Leões, surgindo assim as "explicações" de seu nome. A zona envolvente deste chafariz, o arrabalde de S. Mamede, não parecia ser muito desenvolvido em finais da idade média. Beirante conta, em seu estudo sobre a Évora deste tempo, que encontra-se no século XVI inúmeros foros (40) nesta área que atesta a grande quantidade de "espaço disponível (...) e ao mesmo tempo, a convivência entre particulares e concelho na partilha dos direitos sobre o solo urbano" (BEIRANTE A. 1988, p.90).

❖ **Anexos e Referências:**

Bibliografia: BEIRANTE A. 1988, p.90; ESPANCA T. 1966, p.331; MARTÍNEZ TORREJÓN 2016, p.59

Desenho



Ch. dos Leões, frente.

Fotos



Frente. Estrutura reconstruída.



Lateral e tanque

2.3.6. Fonte do Telheiro

Enquadramento Administrativo

Distrito

Évora

Concelho

Reguengos de Monsaraz

Freguesia

Monsaraz

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

38.452511

Longitude (x)

-7.380440

Carta Militar

nº462, esc.1:25.000

Proteção: Inexistente.

Tipologia: Mergulho.

Materiais de Construção: Calcário

Localização: Rua da Fonte, Lugar de Telheiro.

Descrição: Fonte gótica reconstruída. A estrutura retangular de alvenaria possui quatro lados distintos; construída em uma espécie de adro calçado de mármore e xisto. Na parte da frente existe uma pequena abertura e uma bomba de pressão manual que faz sair a água da arca para encher os vasos e baldes. Ainda nesta parte frontal, dois degraus dão acesso a dois grandes blocos; colocados ali certamente com intuito dos usuários colocarem os seus jarros e cântaros; afinal, existem sulcos ovais na parte de cima destes blocos, causados por uso constante, peso e ação do tempo. Do lado esquerdo da estrutura existe um pequeno tanque, provavelmente construído para usufruto dos animais. A fonte é

decorada com molduras e enrolamentos pintados de azul; várias volutas e coroada por quatro merlões triangulares em cada quina. Encimando, a centro, uma curiosa cúpula arremata a fonte. Na face voltada a NE encontra-se uma porta de ferro (contemporânea) e acima desta, as armas da cidade, também recente.

Cronologia: **Construção:** 1425. **Reformas:** séc. XVIII e 1930

Arquiteto/Vedor: **Construção:** Fernão Ruiz

Vias de Comunicações Assoc.: Encontra-se no acostamento da estrada que ligava todas as aldeias do termo concelhio: “Outeiro, S. Pedro de Corval, Motrinos, Santo António de Reguengos e Caridade.”; próximo ao chafariz existia uma rampa calçada que dava acesso ao arrabalde (a norte), a S. Bento e a Porta de Évora (a oeste), justamente onde existiria um rossio.

Observações: Esta fonte foi mandada construir por D. Fernando conde de Arraiolos. A estrutura que encontramos é totalmente reconstruída, mas foi provavelmente um dos primeiros atos públicos do conde. A doação de Monsaraz a seus domínios tem lugar num documento de 1433. Da mesma altura são outras construções importantes da vila como o primitivo Paço do Concelho, o Hospital do Espírito Santo e o tribunal.

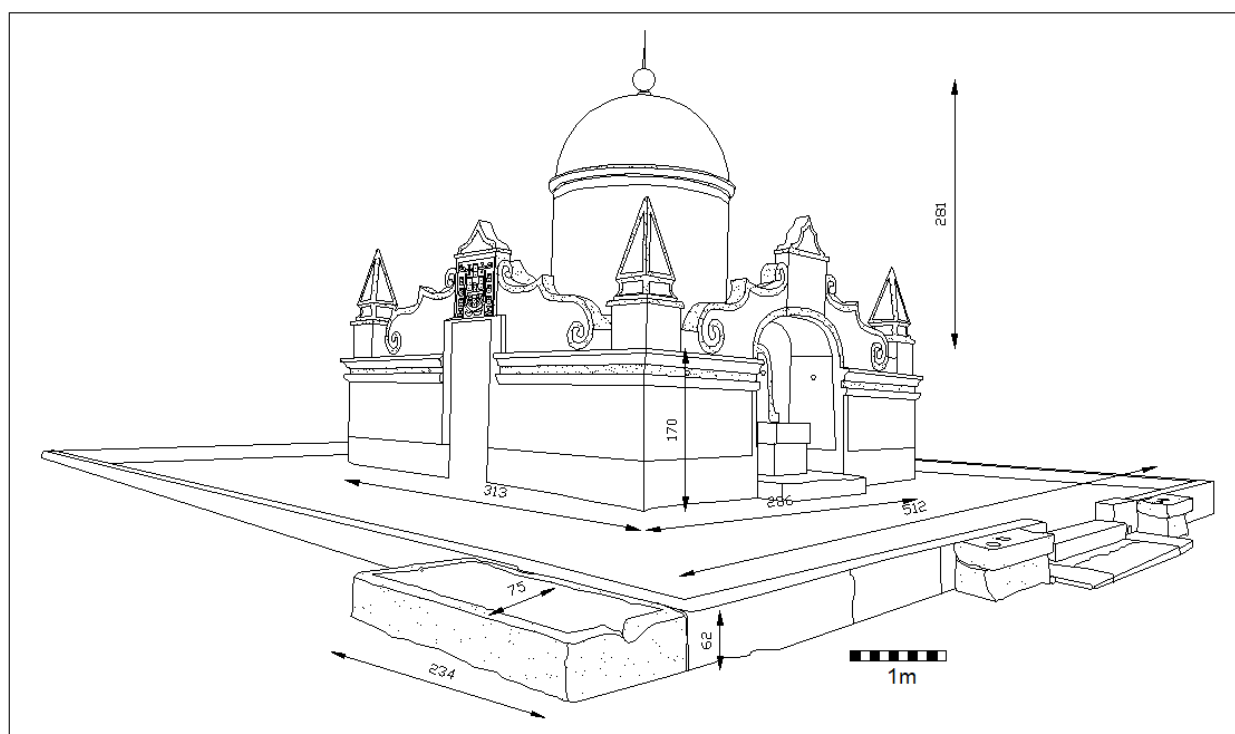
❖ **Anexos e Referências:**

Epígrafe: ESTA : OBRA : MANDOU : / FAZER : FERNAO ROIZ : OUVIDOR / DE
: DOM : FERNANDO : NETO : / DEL : REY : CONDE : DE : ARRAIOLOS : / ERA :
DO : NASCIMENTO : DE : MIL : E CCCC XXXXXII : ANOS

(seg. BARROCA M.J. 2009, p.93).

Bibliografia: BARROCA M.J. 2009, p.93

Desenho



Fonte do Telheiro, perspectiva.

Fotos



Face principal, pequeno tanque ao centro e bomba manual.



Face oposta a abertura com tanque.



Face com brasão gravado na estrutura. Recente.



Banqueta lateral dir., marcas.



Banqueta lateral esq., marcas.



Tanque, detalhe.



Tanque.

2.3.7. Chafariz do Rossio das Hortas

Outras Designações: Fonte das Freiras

Enquadramento Administrativo

Distrito

Évora

Concelho

Viana do Alentejo

Freguesia

Alcáçovas

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

38.335700

Longitude (x)

-8.005126

Carta Militar

nº469, esc.1:25.000

Proteção: Inexistente.

Tipologia: Espalдар

Materiais de Construção: Calcário

Localização: Rua 25 de Abril.

Descrição: Chafariz de grandes dimensões, com murete de sustentação da arca d'água de aproximadamente 13m de comprimento e quase 1 metro de altura; de cantaria de calcário, caiada e rebocada. Ao centro, o frontispício triangular arremata a estrutura ; comporta ao centro o brasão de armas reais que fora inserido na altura do reinado de D. Manuel I; abaixo, três bicas ornamentadas por figuras zoomórficas vertem água para o pequeno tanque central. Em toda a extensão da estrutura vemos 14 balizadores (marcos) para

amarrar os animais. O tanque deste chafariz, em alvenaria, é geminado, possuindo em sua totalidade cerca de 14m de comprimento.

Cronologia: **Construção:** 1319, primeiro registro documental que um chafariz que servia para dar suporte aos criadores de ovelhas. **Reformas:** Finais do séc. XV, reparações durante o reinado de D. Manuel e colocação das armas reais.

Vias de Comunicações Assoc.: Ficava na antiga estrada real de Alcáçova.

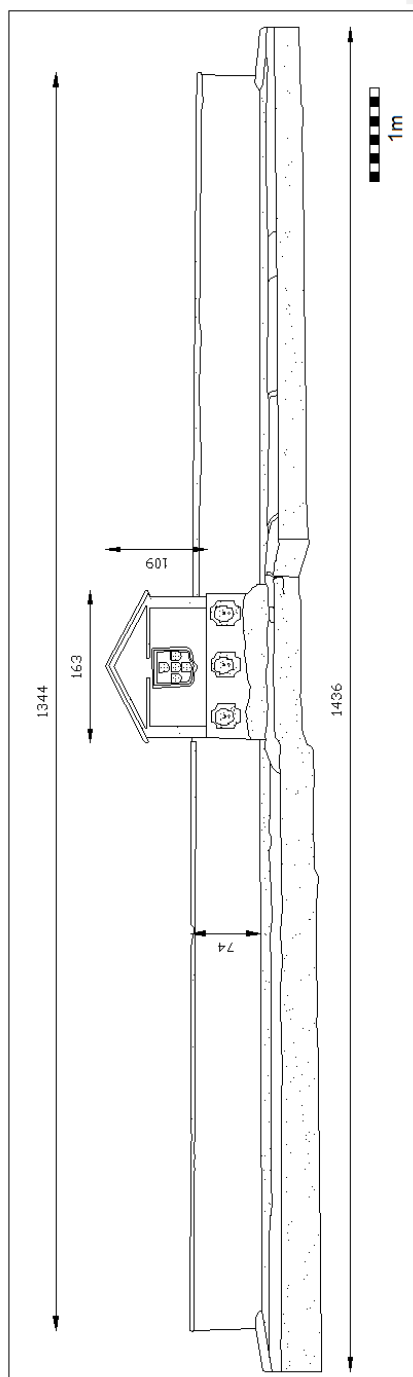
Observações: Segundo Túlio Espanca, este chafariz era «*destinado, essencialmente, ao serviço público, abastecia, outrossim, os gados da colónia dos ovelheiros, já conhecida na Idade Média*»; esta fonte passa a ser chamada “das Freiras” a partir do século XVI no Rossio das Hortas (hoje rua 25 de Abril). Tem primeira referência numa carta régia de D. Afonso V, datada de 18 de Agosto de 1473 (documento para Constança Beatriz, sobre a venda de uns casais). Durante o reinado de D. Manuel I sofre algumas reformas e “afixação” do escudo de armas com as quinas, de estilo gótico. Isto mostra-nos que antes destas reformas estaria – este brasão – entre pórticos ou por “sistema cupular corrente”. Abastecia para além dos transeuntes os gados da já conhecida Colónia do Ovelheiros. Segundo o autor, teria ameias decorativas por toda sua extensão cortadas somente a meio pelo frontispício triangular, sendo estas removidas cerca de 1965. Dos inícios de sua construção ainda se vê, nos dias de hoje, o tanque marmorado, baixo, com 15 marcos circulares espalhados ao redor do mesmo – para atacar os cavalos e o gado que ali fosse utilizar a fonte. As bicas são de obras mais recentes, zoomórficas. (ESPANCA T. 1978, pp.462-463)

❖ **Anexos e Referências:**

Brasão de Armas: da coroa portuguesa.

Bibliografia: ESPANCA T. 1978, pp.462-463.

Desenho



Rossio das Hortas, frente.

Fotos



Fachada.



Perfil. Tanque e marcos.



Perfil.



Frontão do espaldar. Detalhe com brasão.



Bicas antropomórficas.

2.3.8. Fonte Branca do Crato

Enquadramento Administrativo

Distrito

Portalegre

Concelho

Crato

Freguesia

União das Freguesias de
Crato e Mártires, Flor da
Rosa e Vale do Peso

Georreferência (WGS84)

Latitude (y)

39.305767

Longitude (x)

-7.648372

Carta Militar

nº346, esc.1:25.000

Proteção: Inexistente.

Tipologia: Mergulho

Materiais de Construção: Granito e Calcário

Localização: Rua de S. Bento.

Descrição: Construção em planta quadrada simples com tanque protegido por uma cobertura de alvenaria rebocada e caiada, em aparelho não isódomo. O coroamento do telhado é feito por 3 grandes blocos retangulares e arrematado por um piramidal. A abertura da fonte (onde se encontra o tanque) é bipartida, e uma viga de granito com motivos ornamentais simplórios. É na parte superior desta viga que se encontra uma inscrição "(...) em gótico cursivo alusiva à Ordem de Malta", mas que está com grande desgaste pela ação do tempo, sendo impossível – a priori – decifrar. Mas José Manuel

Mascarenhas e Teresa Matos Fernandes (1996, p.305) referem que a data de 1443 ainda é perceptível. O brasão que figura no telhado da estrutura é da família dos Almeidas, com dobre-cruz seguido de seis besantes; "(...) apostas provavelmente no tempo de D. Diogo de Almeida que foi Prior da Ordem entre 1492 e 1508" (MASCARENHAS J.M. e FERNANDES T.S. 1996, p.305). As pedras assentadas na parte da frente do tanque seriam de reformas mais recentes. Próxima ao local foram encontrados vestígios de uma estrutura de captação de água que pode ter abastecido a Fonte Branca, pois também levava o brasão dos Almeidas e uma inscrição em letra gótica, hoje nas dependências da Biblioteca Municipal do Crato. Há um segundo tanque que nos chamou a atenção por se tratar de uma sepultura do tipo "escavada da rocha" reutilizada pelos usuários da Fonte. Medindo aproximadamente 2 metros de comprimento, tem o interior claramente talhado, de tipologia antropomórfica (fenómeno de finais do séc. IX e meados do séc. XI).

Cronologia: [Construção:](#) 1443

Vias de Comunicações Assoc.: Ficava na antiga estrada real de Alcáçova.

Observações: A Fonte Branca do Crato localiza-se ao lado do Mosteiro de Santa Maria da Flor da Rosa, no Alto Alentejo, próxima a vila do Crato, Portalegre. Sua fundação teria lugar no ano de 1356 pelo prior da Ordem do Hospital, Frei Álvaro Gonçalves Pereira. Nas delimitações do convento existem uma grande quantidade de fontes, nascentes e uma dezena de poços. A fonte que figura em nosso estudo é a chamada Branca, localizada a SE do mosteiro (MASCARENHAS J.M. e FERNANDES T.S. 1996, p.300).

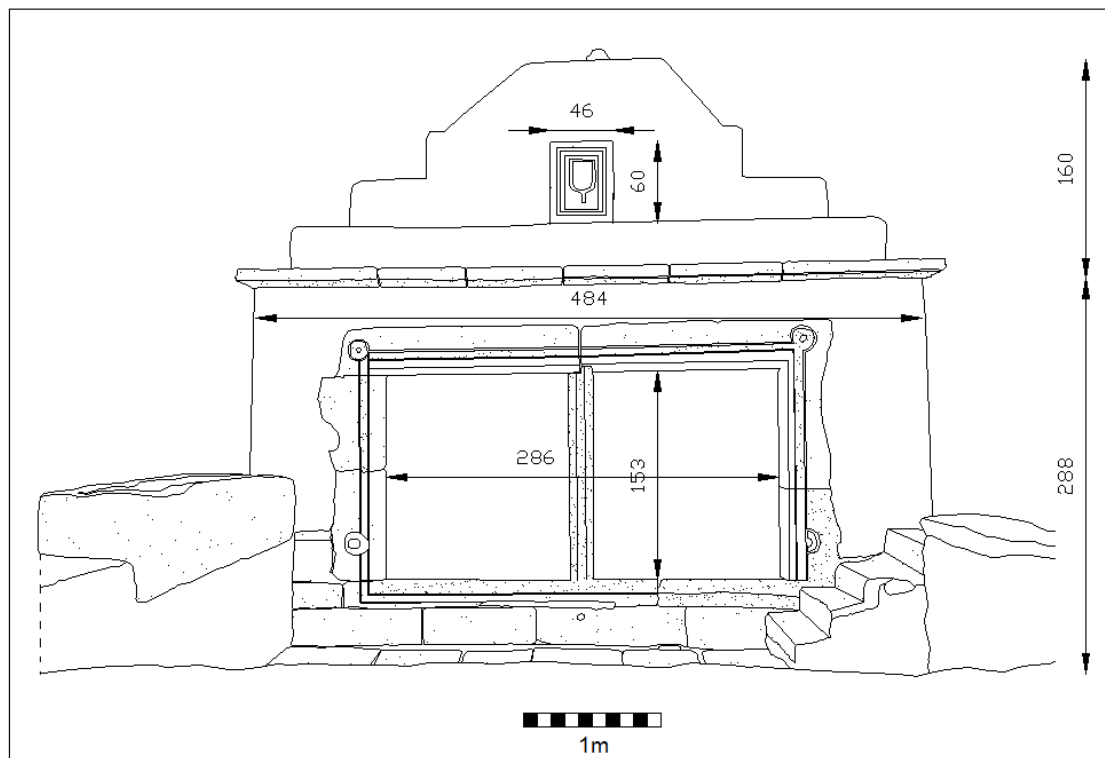
❖ **Anexos e Referências:**

Epígrafe: Existe, mas muito danificada.

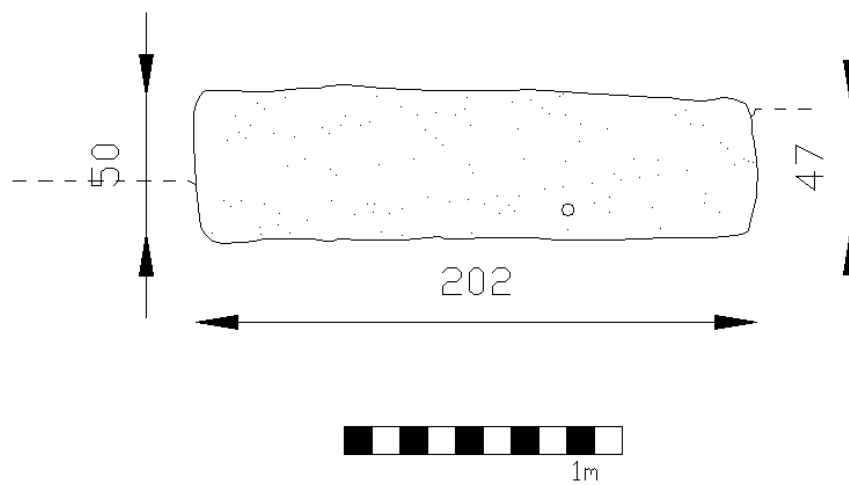
Brasão de Armas: da família Almeida

Bibliografia: MASCARENHAS J.M. e FERNANDES T.S. 1996, p.300; 305.

Desenho



Fonte Branca, frente.



Sepultura reutilizada para tanque.

Fotos



Frente, abertura do tanque.



Lateral. Detalhe para a sepultura reutilizada para tanque.



Perfil Lateral. Telhado piramidal.



Moldura da abertura do tanque. Detalhes ornamentais gravados na pedra e inscrição gótica.



Marcas de utilização de vasilhames.



Marcas de utilização de vasilhames.



Sepultura, detalhe.



Brasão da família Almeida.

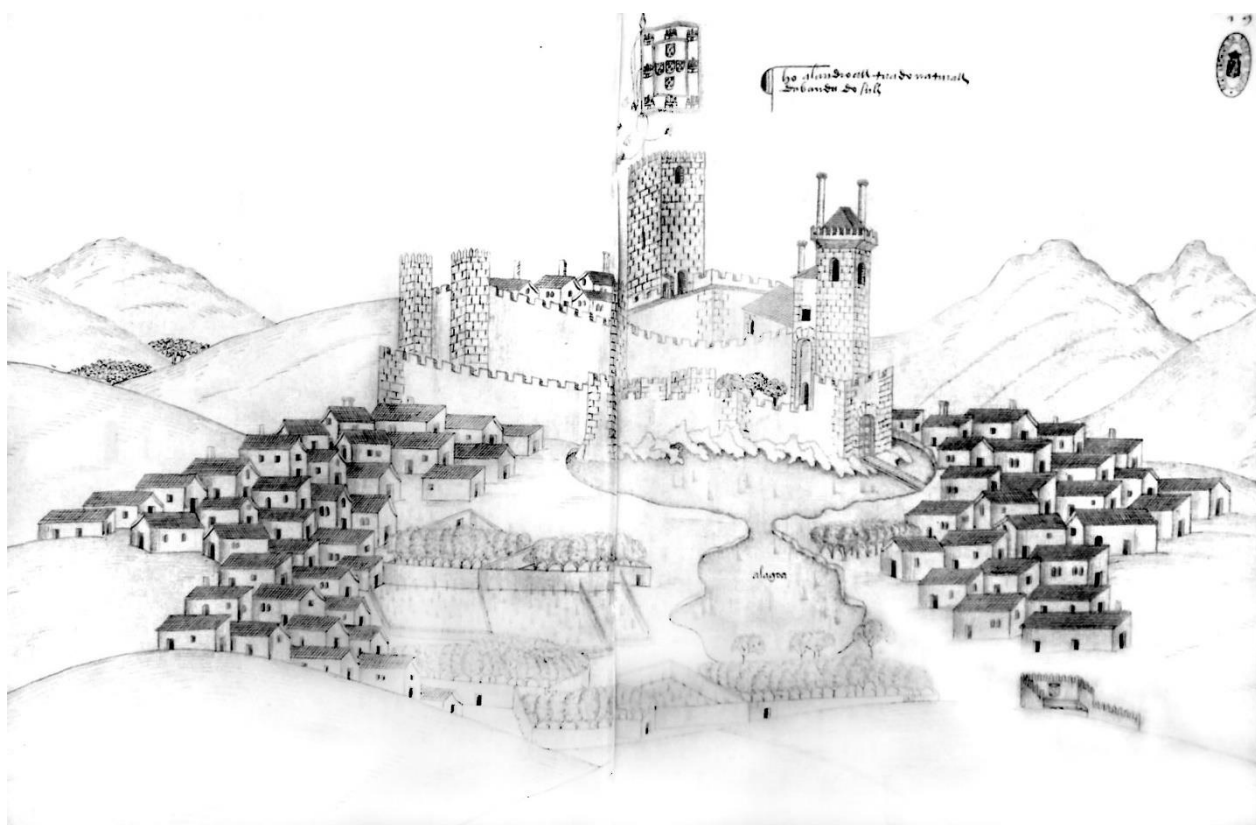


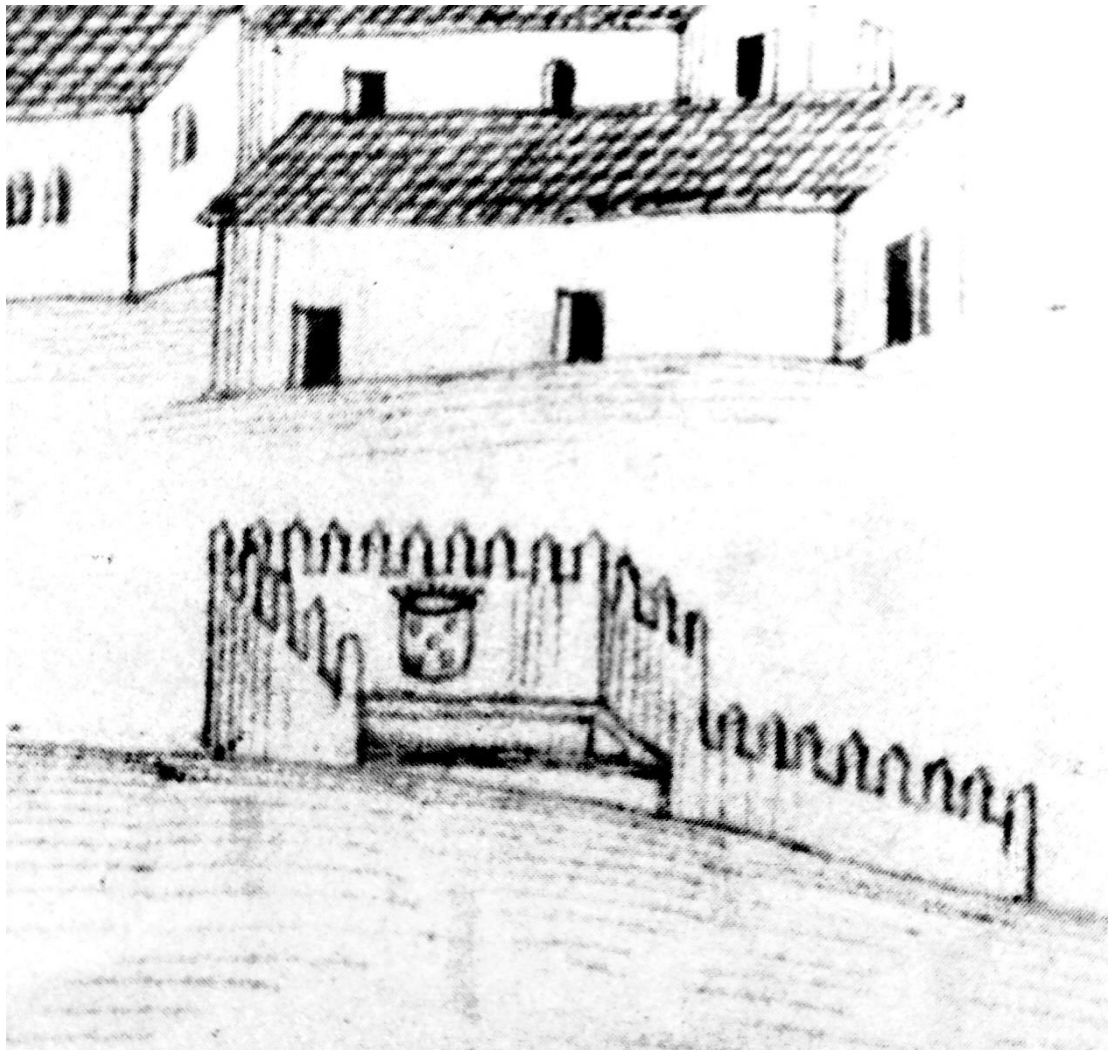
Sepultura antropomórfica reutilizada como tanque de água.

Anexo 3. – *O Livro das Fortalezas* de Duarte D’Armas: Fontes e Poços.

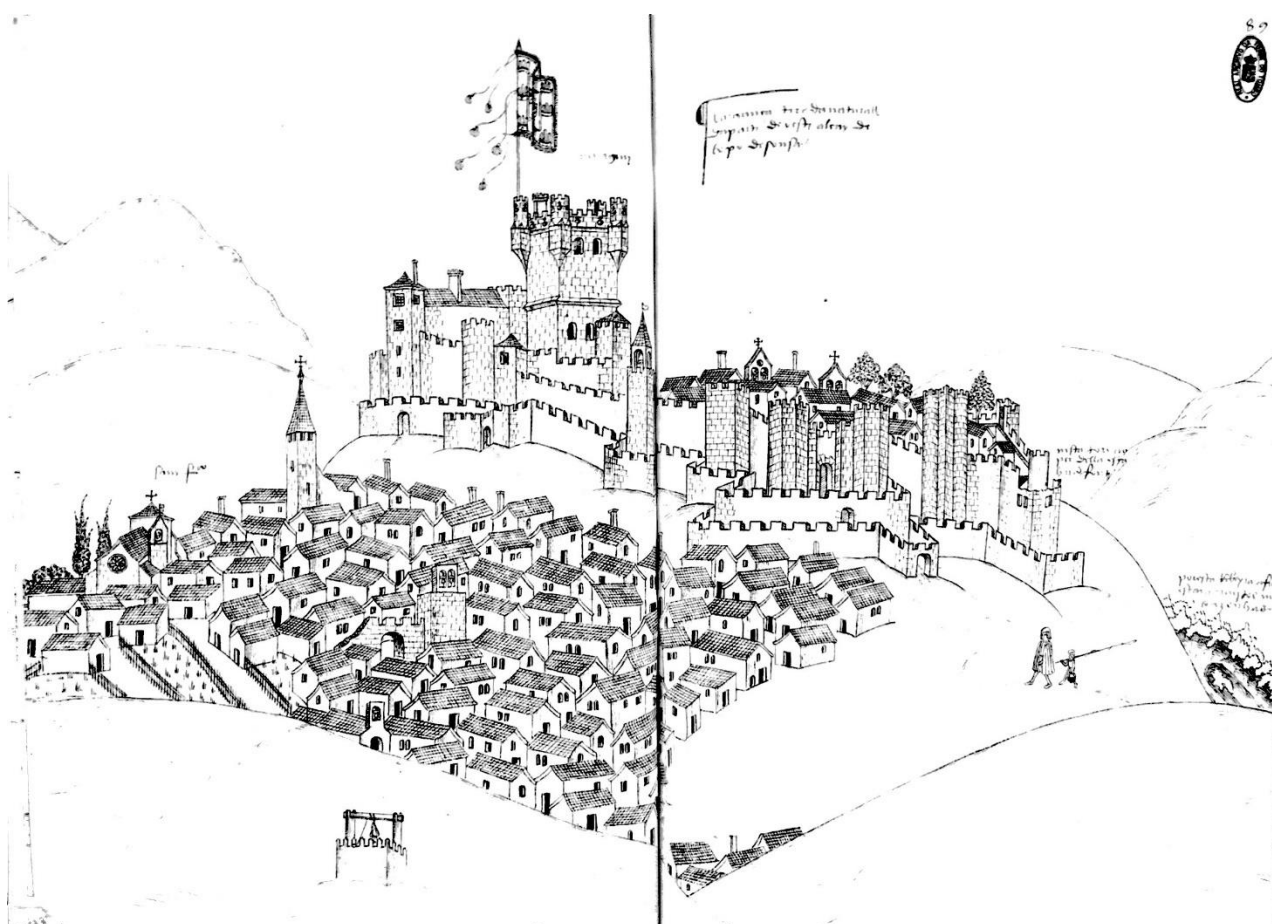
3.1. Fontes Monumentais

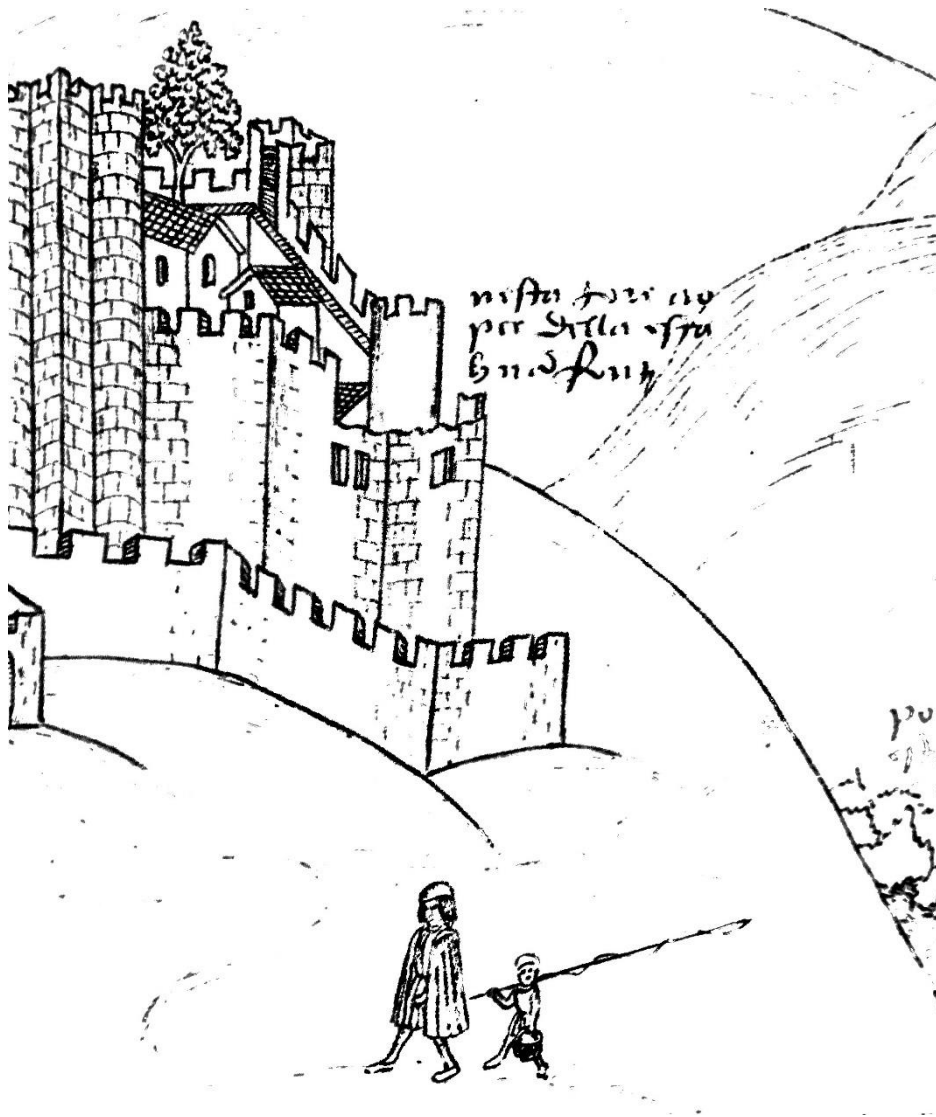
a) Alandroal, Este (fl.19)



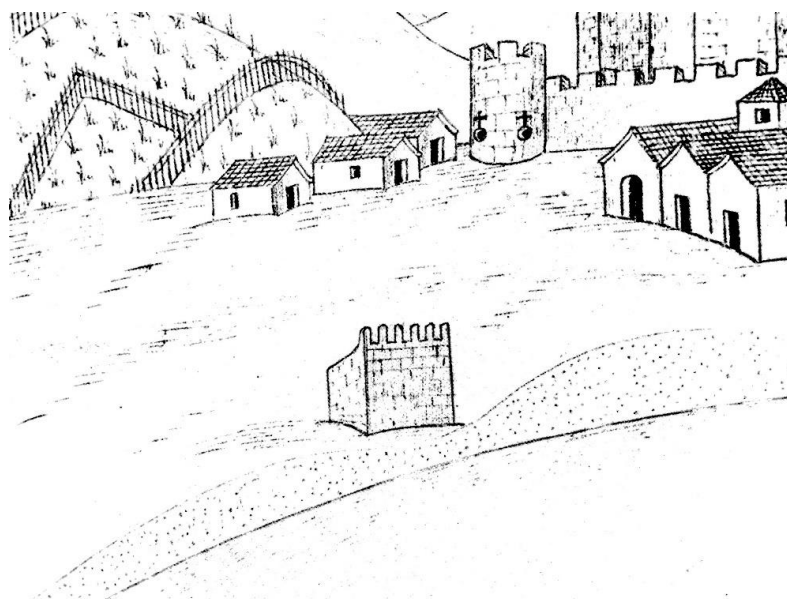
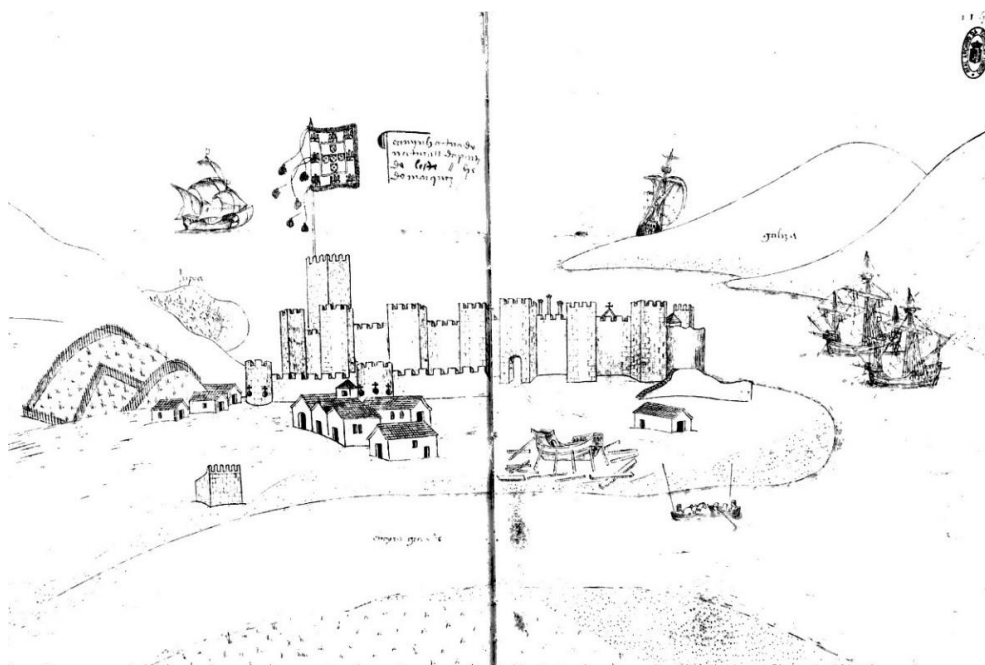


b) Bragança, Oeste (fl.89)





c) Caminha, vista da banda Este (fl.114vº)



d) Miranda do Douro, Este (fl.83)

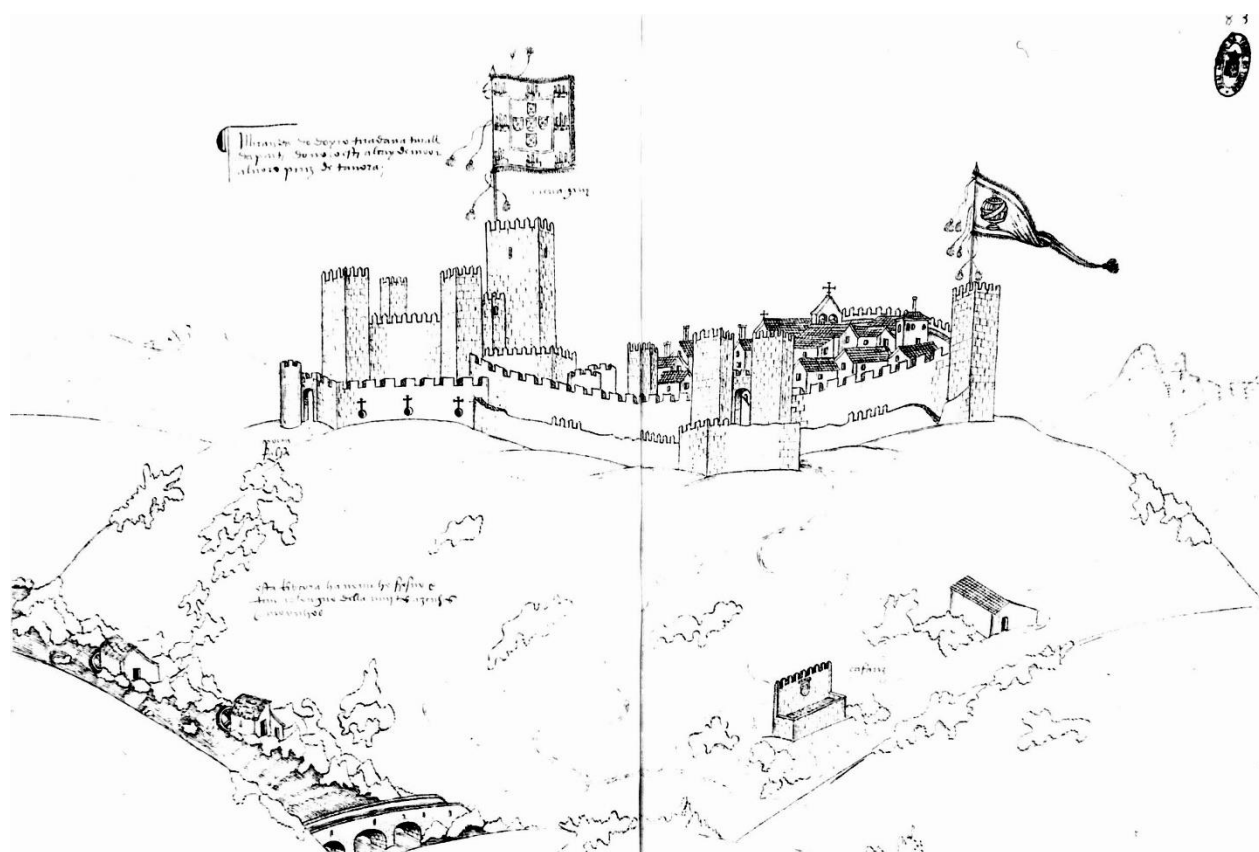
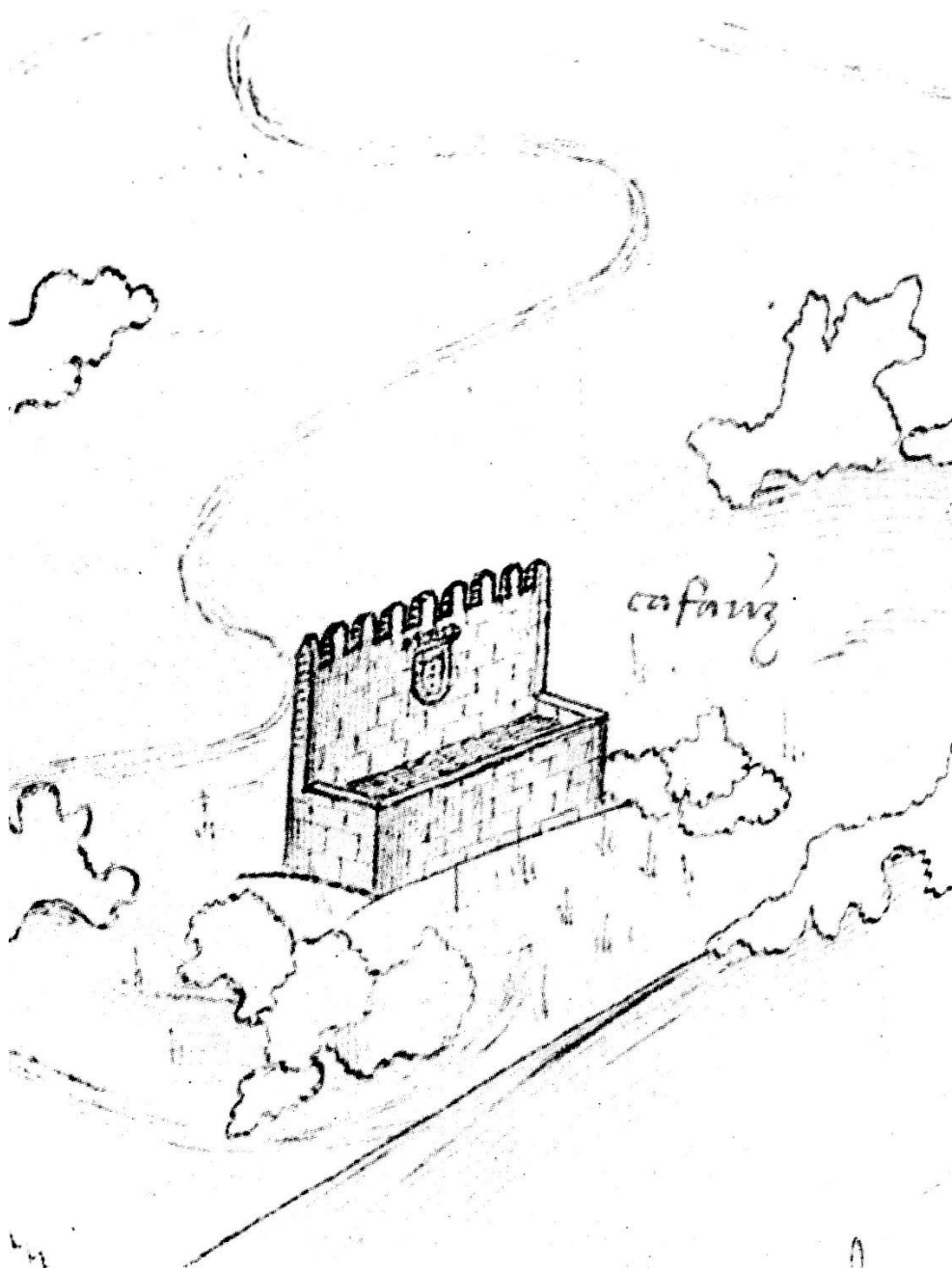
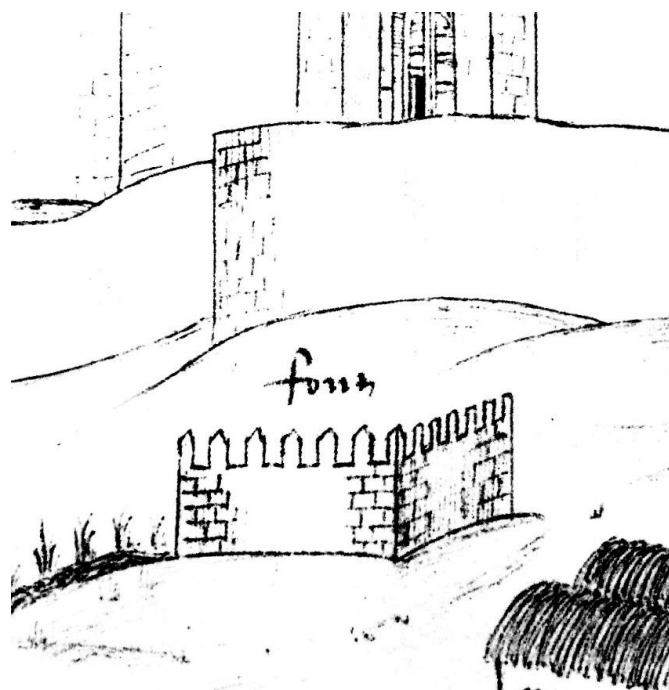
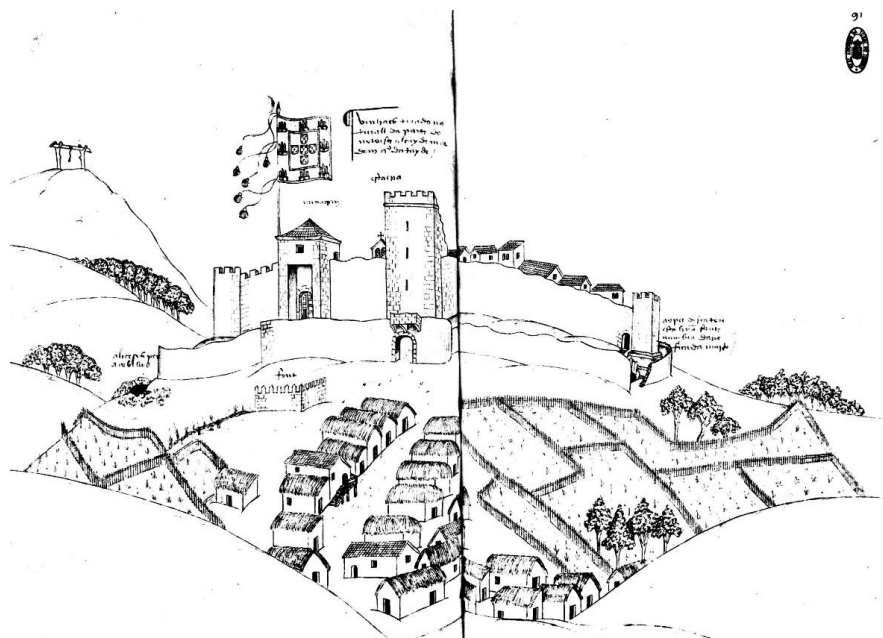
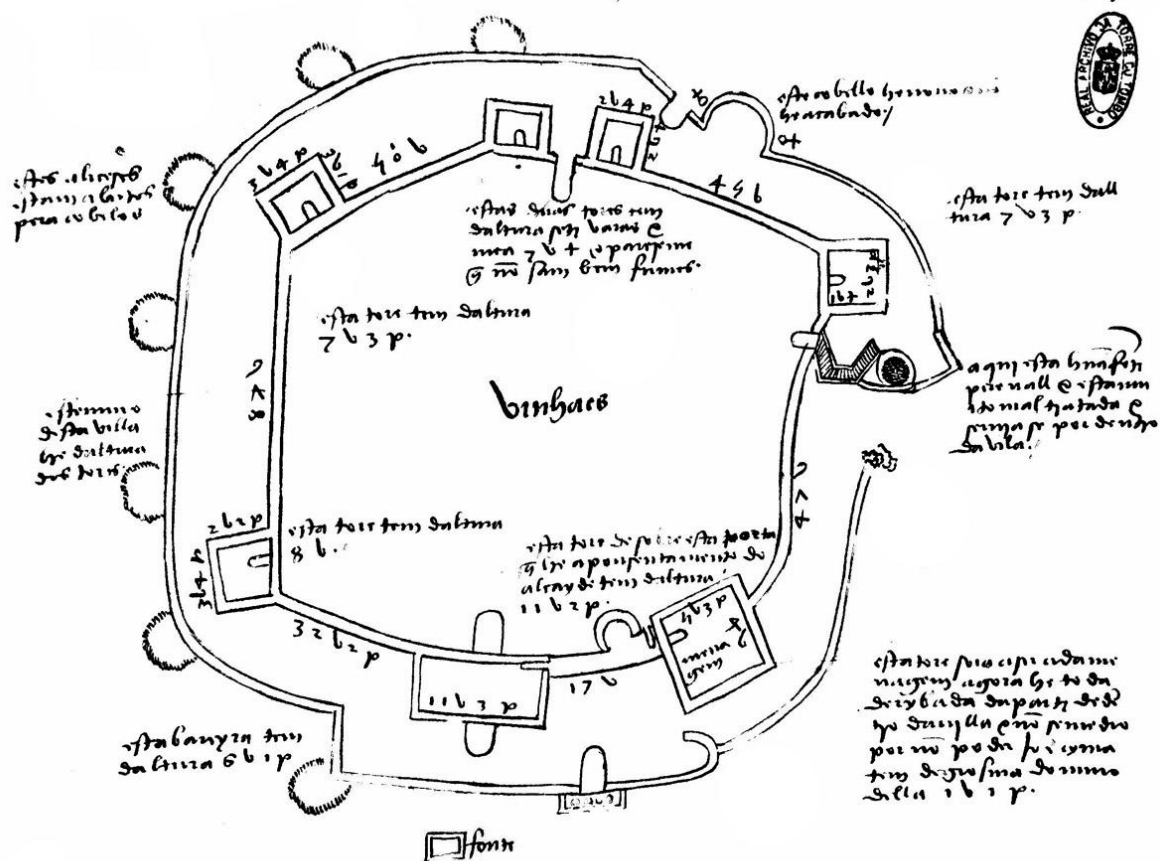


Figura 1 - Vista geral, fl.83



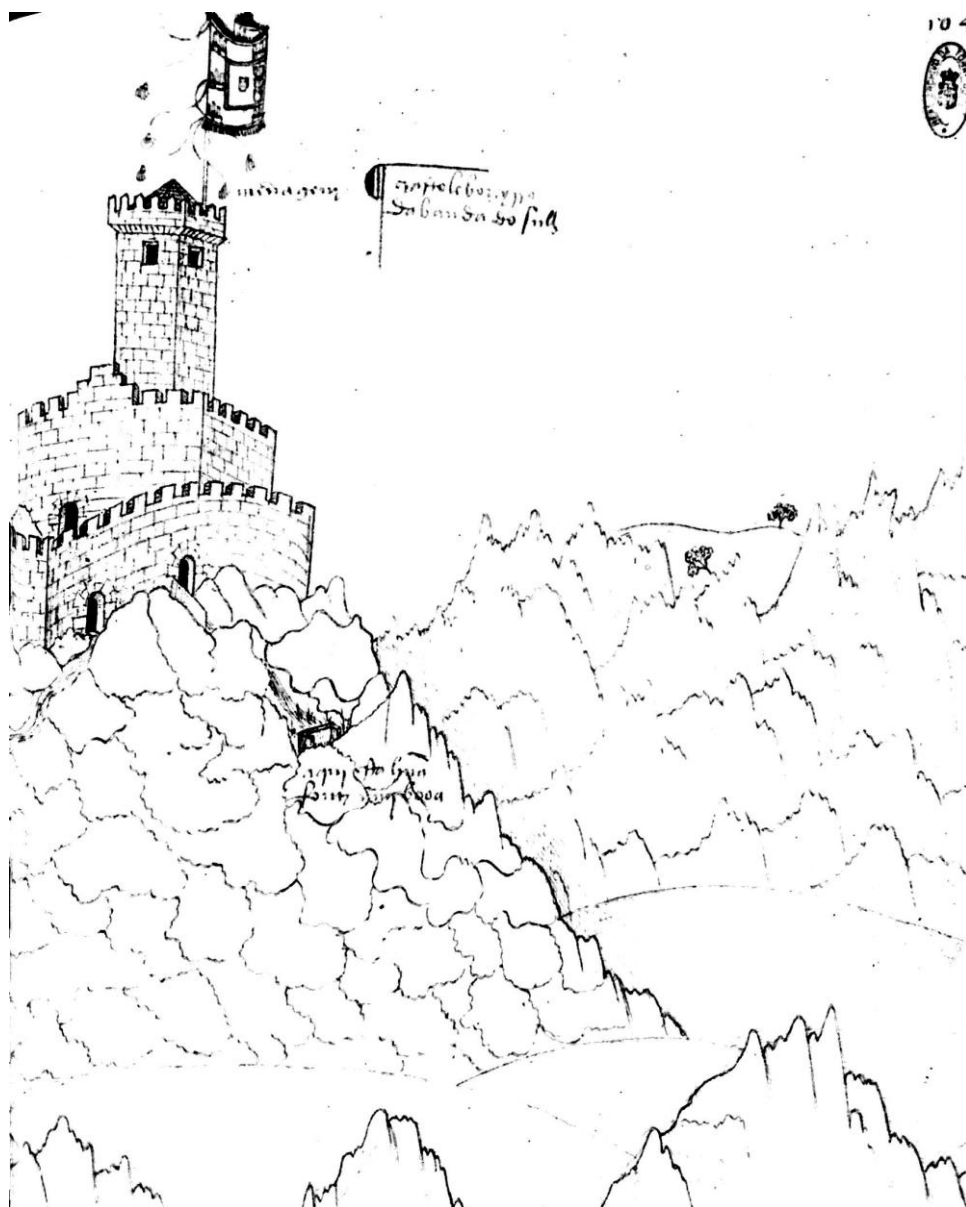
e) Vinhais, Noroeste (fl.90v^o)





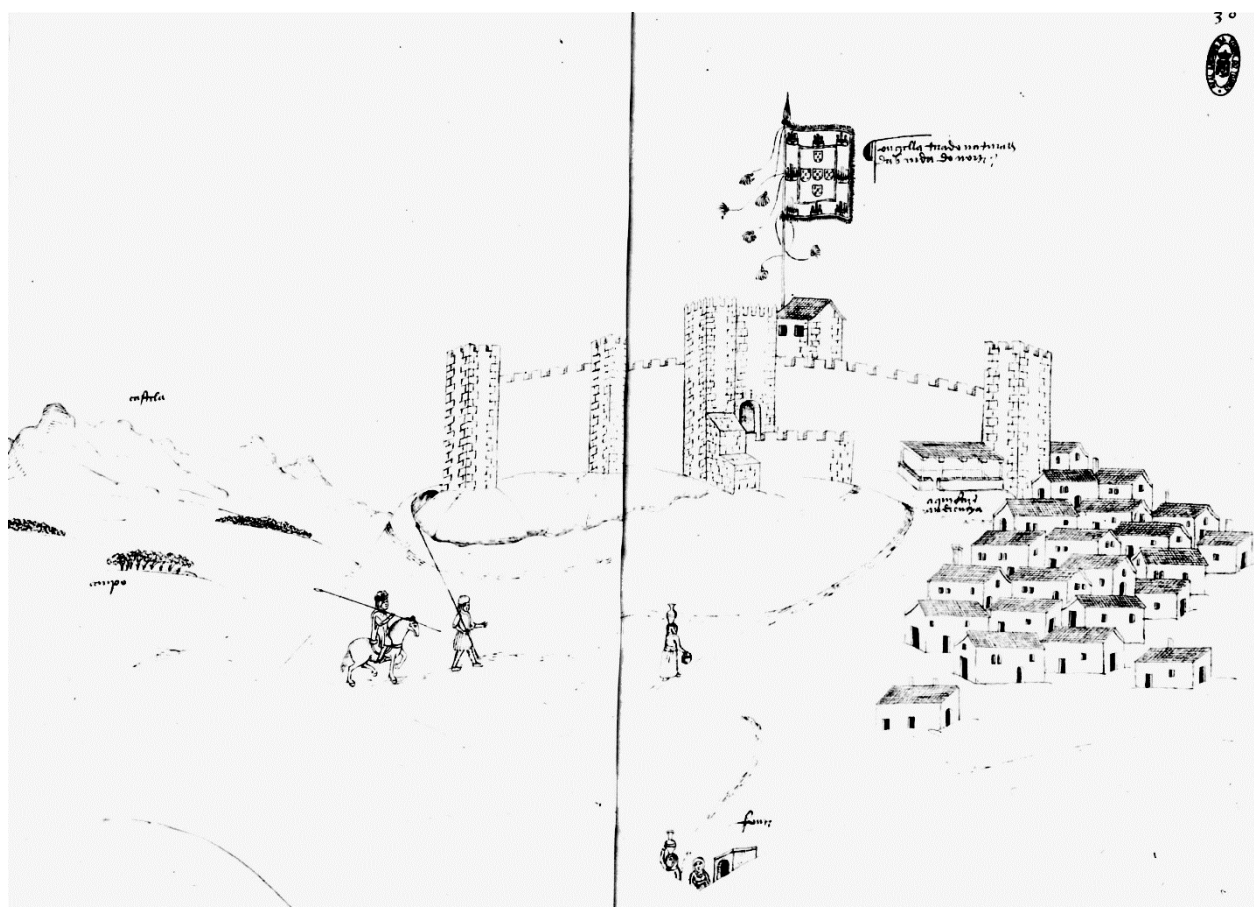
3.2. Fontes

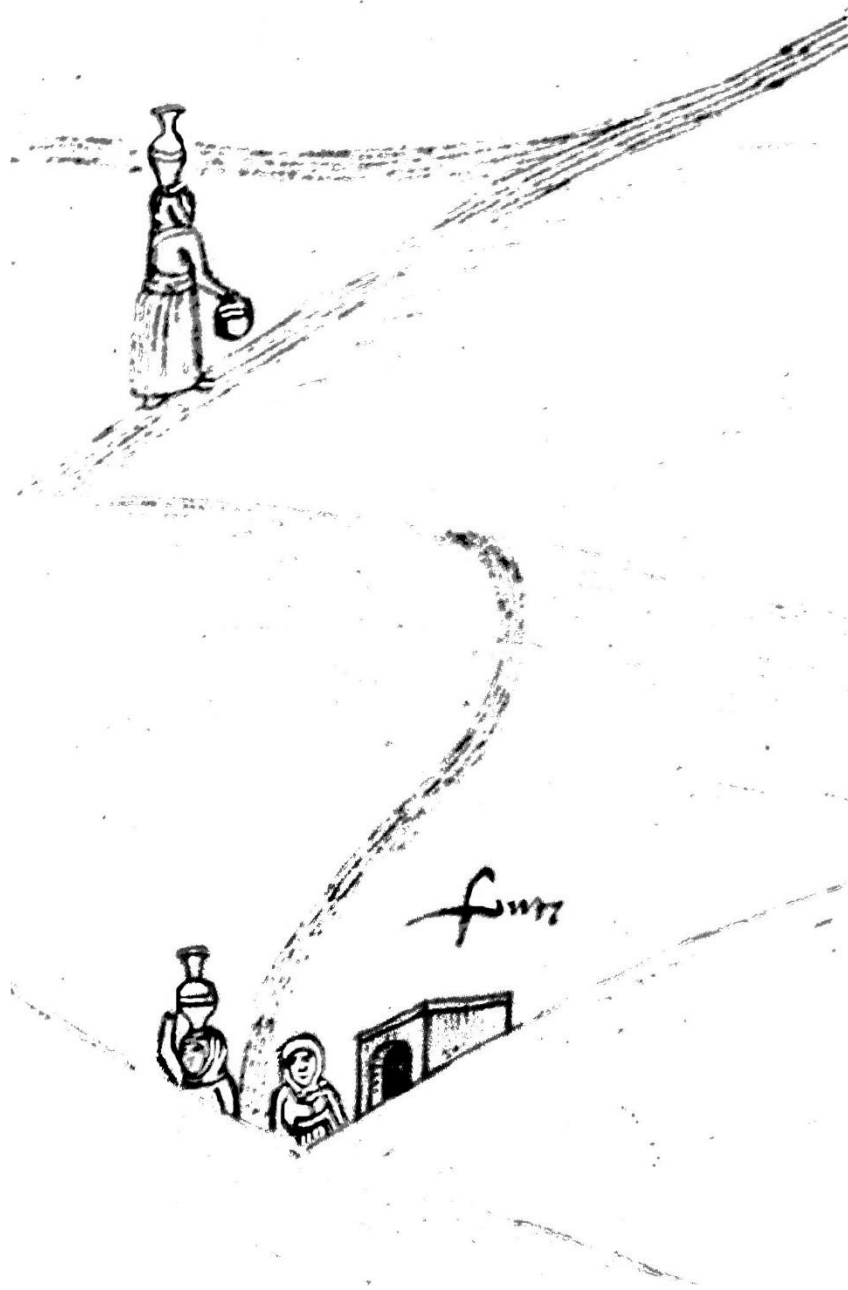
a) Castro de Laboreiro, Sul (fl.104)





b) Ouguela, Norte (fl.30)





c) Valença do Minho, banda do Norte (fl.111)

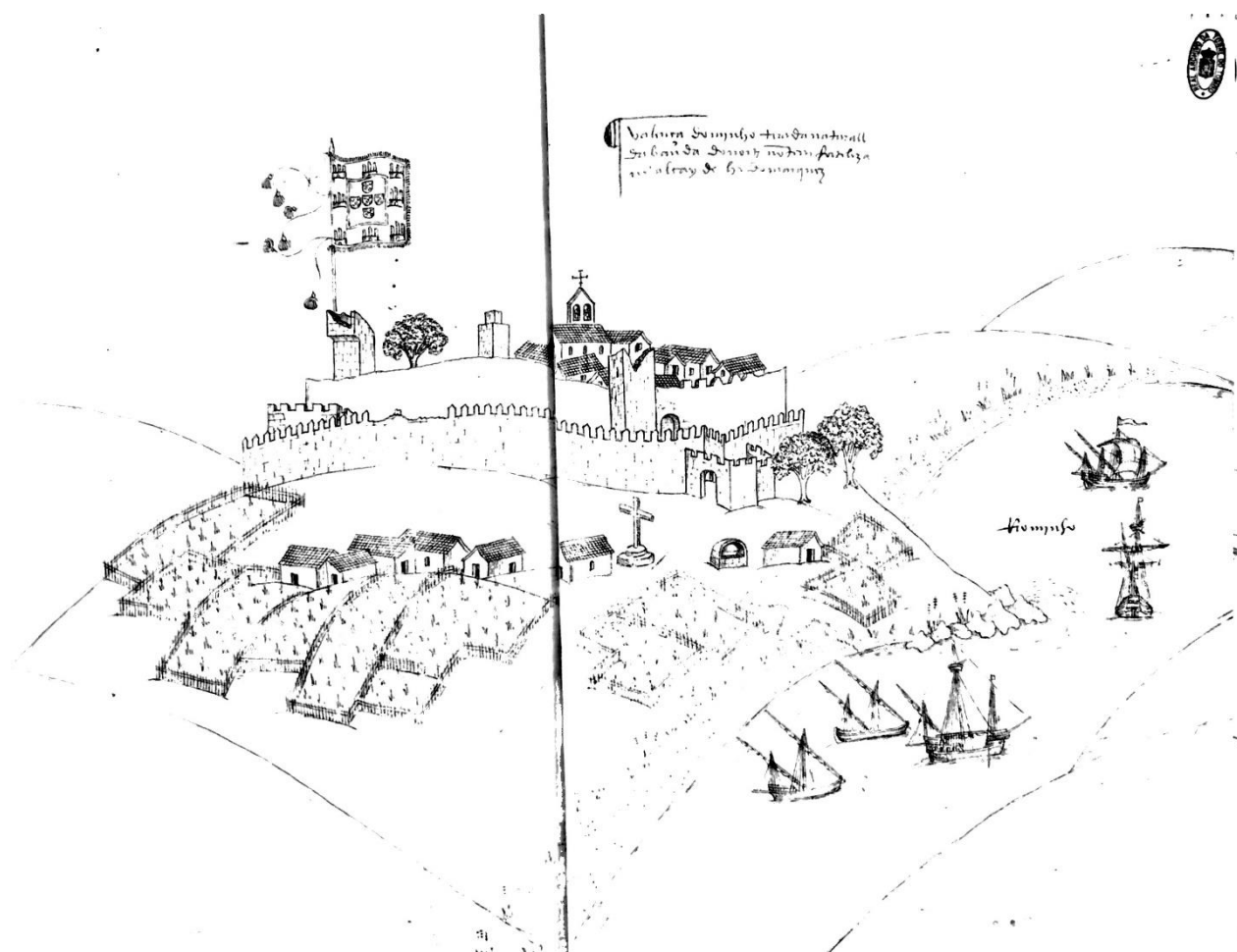
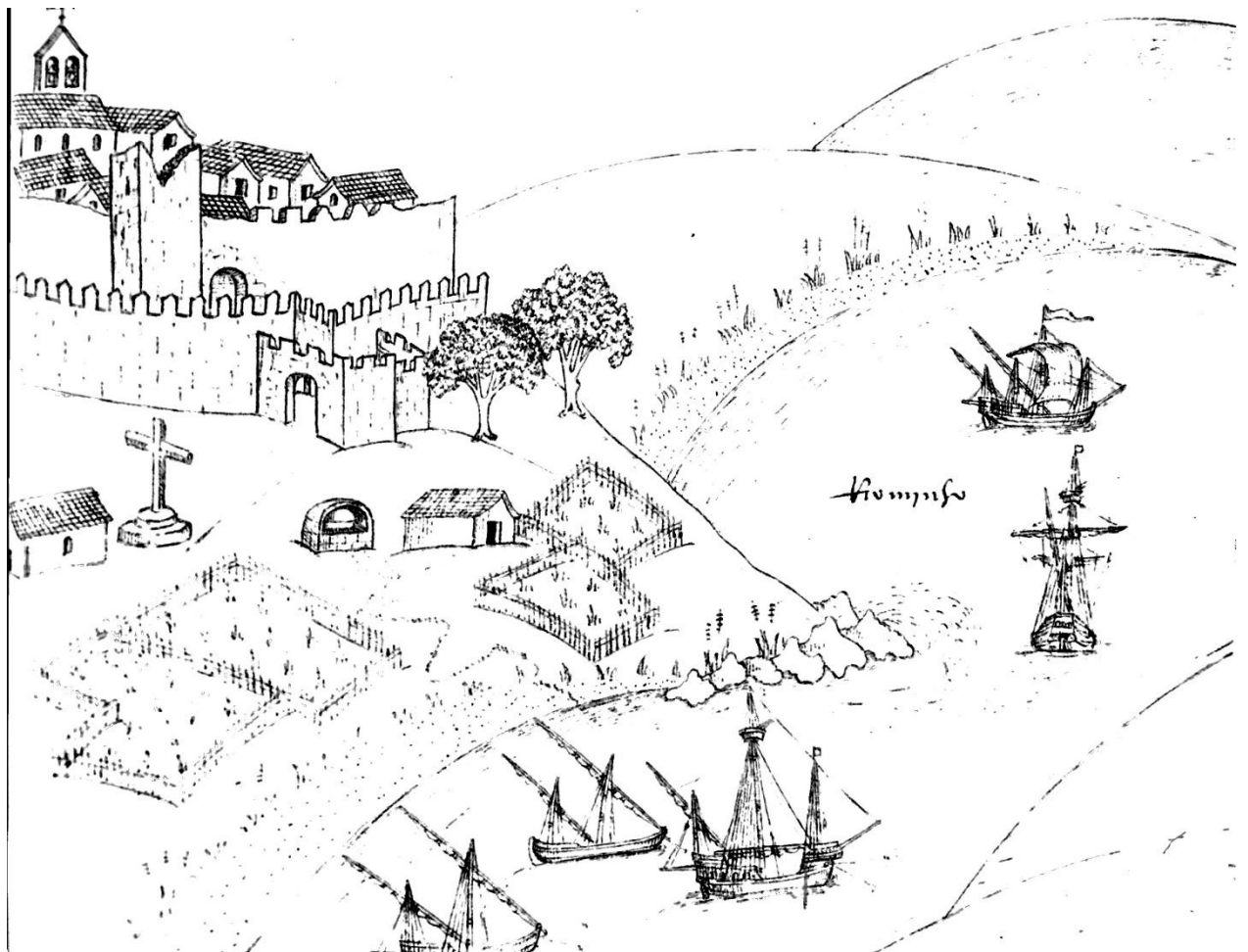
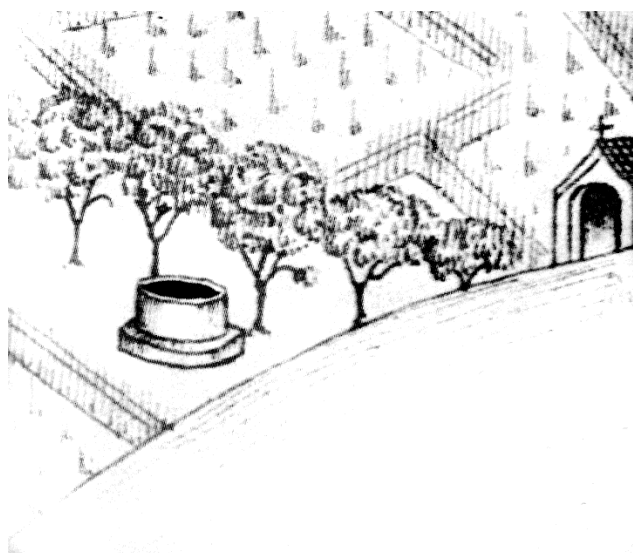


Figura 2 - Vista geral, fl.111

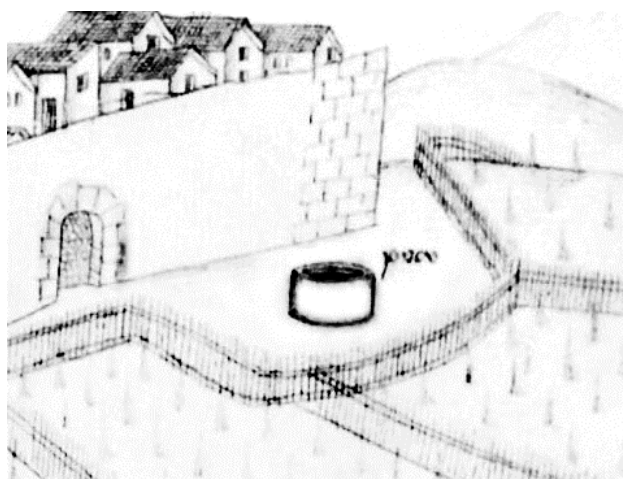


3.3. Poços

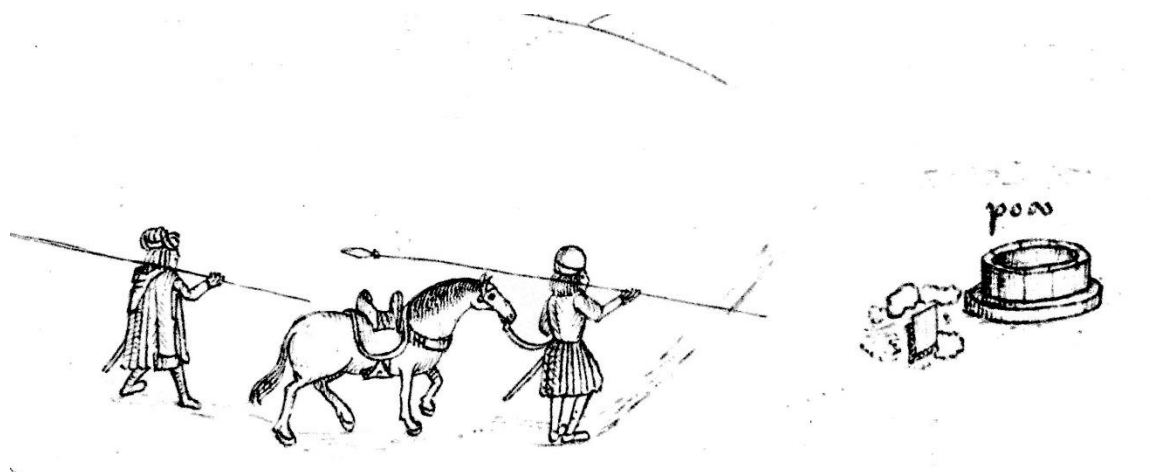
a) Alcoutim (fl.3)



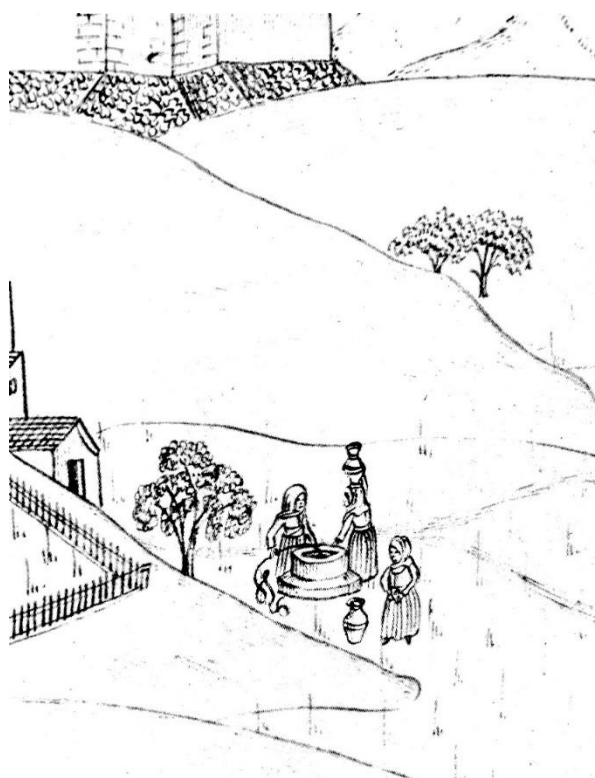
b) Assumar (fl.35)



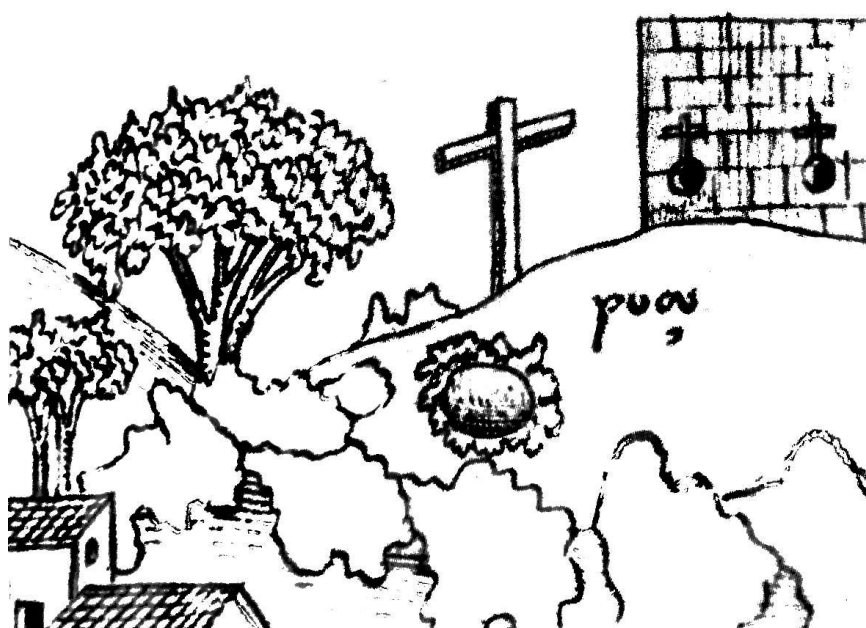
c) Melgaço (fl.104v^o)



d) Montalvão (fl.50)



e) Vilar Maior (fl. 68)



3.4. Foral de Évora

